UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGÜÍSTICA
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

AS MÚLTIPLAS VOZES E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS DISCURSIVOS EM *O FANTASMA DE LUIS BUÑUEL*, DE MARIA JOSÉ SILVEIRA

UBERLÂNDIA – MG
2009

DIANA PEREIRA COELHO DE MESQUITA

AS MÚLTIPLAS VOZES E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS DISCURSIVOS EM *O FANTASMA DE LUIS BUÑUEL*, DE MARIA JOSÉ SILVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos - Curso de Mestrado em Estudos Lingüísticos -, do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos.

Área de Concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Estudos sobre texto e discurso.

Orientador: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes.

UBERLÂNDIA

2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes – Orientador - UFU

Prof. Dr. João Bôsco Cabral dos Santos – UFU

Profª. Dra. Sirlene Duarte – UFG

Uberlândia, 11 de maio de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M582m Mesquita, Diana Pereira Coelho de, 1974-
As múltiplas vozes e a constituição dos sujeitos discursivos em O Fantasma de Luis Buñuel, de Maria José Silveira / Diana Pereira Coelho de Mesquita – 2009
197 f. : il.

Orientador: Cleudemar Alves Fernandes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Linguística.
Inclui bibliografia.

1. Silveira, Maria José. O fantasma de Luis Buñuel - Crítica e interpretação - Teses. 2. Análise do discurso - Teses. I. Fernandes, Cleudemar Alves. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

CDU: 801

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Ao Fred e ao Guilherme, com amor.

AGRADECIMENTOS

Pensar em como redigir agradecimentos a todos que, de alguma forma, contribuíram para que essa pesquisa obtivesse sucesso, é uma tarefa árdua e extenuante. É iminente o risco de não me remeter a alguém que talvez tenha sido fundamental na minha caminhada, mas que, por razões que fogem ao nosso controle, esquecemo-nos no momento da redação.

Entretanto, tentarei, mesmo diante do risco, elencar aqueles que, para mim, foram tão importantes nesta jornada.

Agradeço, com muito amor e carinho, ao Fred, meu esposo, e ao Guilherme, meu filho. Os dois foram as pessoas que mais contribuíram nesse meu percurso e que mais me impeliram para frente. São os grandes amores da minha vida.

À minha querida mãe e aos meus amados irmãos, por seu amor e por cuidaram do Gui para mim durante as minhas viagens à Uberlândia.

Ao meu orientador, Cleudemar, por toda sua sabedoria, paciência e confiança. Quero agradecê-lo por sua sensibilidade, por seu afeto e pelo acompanhamento sempre constante nesse caminhar. Para mim você é um orientador completo, pois resume amizade, respeito, competência, severidade e conhecimento.

Ao professor João Bôsco. Na verdade, nem tenho palavras para agradecê-lo... Creio que posso resumir afirmando que o João é, antes de tudo, um grande amigo.

Com carinho especial, quero agradecer à Sirlene Duarte. Não por agora, não por esse momento, não por essa avaliação, mas pelo acompanhamento em toda minha jornada acadêmica, pelo incentivo e amizade. A Sirlene é uma pessoa *super*.

Aos meus amigos do Departamento de Assuntos Acadêmicos do Câmpus Catalão, pelo incentivo e apoio: Hewerton, Maria, Leandra, Almir, Marco, Glória, Ana Marta, Keila, Lígia, Ismael.

Com muito respeito e admiração, agradeço ao professor João Batista, um líder acima de tudo. Um líder que reconhece o esforço do nosso grupo de trabalho, que nos incentiva, que nos respeita e nos possibilita a oportunidade de estarmos sempre em formação profissional e pessoal.

Por fim, quero registrar um agradecimento especial ao Ismael, meu amigo, colega de trabalho, companheiro de mestrado. Seus conselhos, suas leituras e comentários foram imprescindíveis para que eu chegasse à conclusão da minha pesquisa. Reconheço que uma de suas maiores virtude é a paciência...

Aos meus amigos do Colégio Estadual “João Netto de Campos”, especialmente as meninas da Secretaria, por acreditarem em mim e confiarem no meu sucesso e por ouvirem os meus desabafos.

A todos aqueles que estiveram presentes no meu caminho durante essa jornada: a Lílian, a Léa, o Francisco, a Valquíria, a Ana Júlia e a Sônia.

Agradeço também, é claro, a mim. Por não ter desistido. Por acreditar que conseguiria. Por dormir sozinha, longe da família, almoçar sozinha, pegar ônibus lotados em Uberlândia, tarde da noite, sem conhecer ninguém. Por ficar acordada madrugadas sem fim, lendo, escrevendo, digitando... refletindo.

Enfim, perdoem-me se esqueci alguém. É que minha vida é repleta de pessoas que eu amo e considero. Por ser um número elevado, não caberia, nessas duas páginas, elencar todas elas, mas estão todas guardadas aqui, comigo.

RESUMO

As Múltiplas Vozes e a Constituição dos Sujeitos Discursivos em *O Fantasma de Luis Buñuel*, de Maria José Silveira

Esta pesquisa inscreve-se na Análise do Discurso de linha francesa e seu objetivo é analisar o processo de constituição do(s) sujeito(s) discursivo(s) na obra *O Fantasma de Luis Buñuel* (2004), de Maria José Silveira, e pesquisar como as várias vozes, perpassadas pelo interdiscurso, instauram a construção identitária dos sujeitos enunciadores na referida obra. Para tanto, nos propomos a responder os seguintes questionamentos: 1) De que modo as diferentes vozes enunciativas, transpassadas pelo interdiscurso e pela multiplicidade de sujeitos discursivos, ajudaram a compor as inscrições discursivas constituintes e constitutivas na/da obra? e, 2) Como se dá a constituição do(s) sujeito(s) discursivo(s) e sua(s) construção(ões) identitária(s) na obra? Propomos uma pesquisa qualitativa analítico-descritiva de caráter interpretativista, em que recortes da materialidade lingüística servirão de ponto de partida para a abordagem do modo como funcionam os discursos. Por meio de elementos norteadores obtidos no quadro teórico a que recorreremos, realizaremos uma análise detalhada de seqüências discursivas do *corpus*. Para tal análise, procederemos a uma descrição das ocorrências relacionadas à polifonia e à heterogeneidade na manifestação discursiva do *corpus*. Com base na proposta teórico-metodológica assinalada, que implica uma inscrição discursiva no campo da AD, buscaremos enfocar nosso objeto de estudo. Nesse processo, serão focalizadas questões voltadas para: a relação entre o sujeito discursivo e os atravessamentos discursivos que envolvem suas práticas também discursivas; as decorrências histórico-ideológicas que um *continuum* de discursos que atravessam as práticas discursivas provocam no acontecimento enunciativo da obra; as formas de interpelação das posições-sujeito, balizadas pelo interdiscurso presente na obra; a relação entre significações institucionais e significações sociais, observada a interdiscursividade que marca os dizeres daqueles sujeitos-enunciadores que viveram determinada época histórica (1968-2003), retomada pela obra; os discursos instituídos como dogmas ou verdades de uma memória discursiva, social e coletiva, ideologicamente instituída; as relações de poder que envolvem os discursos presentes na obra e, os processos de constituição dos sujeitos discursivos e os atravessamentos discursivos decorrentes dessa constituição no interior da obra. Para atingirmos nosso propósito, serão recorrentes os conceitos de sujeito, discurso, memória discursiva, heterogeneidade enunciativa, identidade, relações de poder e polifonia, necessários para a promoção de uma análise das seqüências discursivas recortadas da materialidade textual do *corpus.*

Palavras-chave: Sujeito, Memória, Heterogeneidade, Identidade.

ABSTRACT

The multiple voices and the discursive subject constitution on *The Ghost of Luis Buñuel*, by Maria José Silveira

This research subscripts on French Discourse Analysis (DA). Its aim is to analyze the construction process of discursive (s) subject (s) on *The Ghost of Luis Buñue*l (2004), by Maria José Silveira, and to search how the several voices, permeated by interdiscourse, have established the enunciative subjects' identity construction on that novel. Thus, we propose to answer the following questions: 1) How do the different enunciative voices, passed by interdiscourse and the multiplicity of discursive subject, helped to compose the discursive inscriptions constituents and constituent in/from the book? and 2) What are the discursive subjects' construction and identities building like? We propose an analytic-descriptive and qualitative research of an interpretative nature, in which materiality language cut will serve like a starting point to analyze how the discourse works. Through the evidence obtained in a theoretical framework guiding, we will do a detailed analysis of discursive sequences from the *corpus*. For this analysis, we will proceed to a description of events related to the polyphony and heterogeneity in the discursive manifestation of the *corpus*. Based on that theoretical and methodological proposal, which implies an entry in the discursive field of DA, we will focus on our study object. In that process, questions will be focused on: the relationship between the subject and the discursive crossings which involve its discursive practices; the historical and ideological consequences that, in a discursive *continuum* which cross discursive practices, cause the enunciative event of the novel; the interpellation ways of subject-positions, buoyed by interdiscourse; the relationship between institutional meanings and social meanings, observing the interdiscoursivity that marks the words of those enunciator-subjects that lived in a specific historical period (1968-2003); the discourses established like truths or dogma of a discursive, social and collective memory, set up ideologically; the power relations that involve the discourse in the work; and the discursive constitution processes of subjects and discursive crossings related to that constitution. To achieve our purpose, concepts like subject, discourse, discursive memory, enunciative heterogeneity, identity, power relations and polyphony will be recurrent, because they are necessary for a discourse analysis promotion of the sequences cut from the textual materiality of the *corpus*.

Keywords: Subject, Memory, Heterogeneity, Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 17
1. HISTÓRIA E MEMÓRIA NA PRODUÇÃO LITERÁRIA..... 23
1.1. Considerações Iniciais..... 23
1.2. O *Corpus* literário como materialidade para pesquisas em Análise do Discurso..... 24
1.2.1. Análise da *Obra* ou do *Discurso*? A Literatura no âmbito da Análise do Discurso..... 24
1.2.2. A produção e a dispersão de sentidos na Literatura..... 26
1.2.3. Do sujeito-escritor a uma função-autor: a morte que conduz à vida..... 28
1.3. Discurso e História..... 32
1.3.1. Uma palavra sobre a descontinuidade da História..... 32
1.3.2. A noção de Arquivo..... 35
1.3.3. Discurso e História: uma relação de imbricação..... 38
1.4. Memória discursiva: sentidos e significações em OFLB..... 40
1.4.1. Memória discursiva: a memória que não se reduz à lembrança..... 40
1.4.2. Memória discursiva e interdiscurso: conceitos intrincados, mas não equivalentes..... 44
1.5. Análise do discurso, História e Literatura: uma relação de aproximação em OFLB..... 46
2. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO EM O FANTASMA DE LUIS BUÑUEL..... 59
2.1. Considerações Iniciais..... 59
2.2. Breves incursões sobre o discurso e o interdiscurso em OFLB..... 60
2.3. A noção de condições de produção do discurso..... 74
2.4. Sobre as condições de produção da manifestação enunciativa em *O Fantasma de Luis Buñuel*..... 76
2.4.1. Da obra..... 76
2.4.2. Das condições de produção dos discursos no *corpus*..... 78
2.5. A posição-sujeito dos enunciadores em OFLB: Os sujeitos enunciam de um lugar sócio-histórico e ideológico..... 91
2.6. A constituição da FD política em OFLB..... 97
2.6.1. A noção-conceito de Formação Discursiva..... 98

2.6.2. As FDs políticas em OFLB..... 102
2.7. O discurso e o poder em evidência no *corpus* OFLB..... 108
2.7.1. A concepção foucaultiana sobre a relação entre *discurso* e *poder*..... 108
2.7.2. Discurso controlado X discurso de resistência..... 118
2.7.3. Rápidos apontamentos sobre o silenciamento em OFLB..... 125
2.7.4. O discurso jornalístico e as relações de poder no *corpus*..... 129
3. OS SUJEITOS DISCURSIVOS E A HETEROGENEIDADE DO DISCURSO EM *O FANTASMA DE LUIS BUÑUEL*..... 135
3.1. Considerações Iniciais..... 135
3.2. O sujeito discursivo em proeminência ou uma abordagem discursiva do sujeito..... 135
3.3. A constituição dos sujeitos na materialidade discursiva de OFLB..... 138
3.4. Sujeito e identidade: entre o discurso militar e a voz da revolução..... 157
3.5. A produção de sentidos em OFLB..... 165
3.6. A heterogeneidade discursiva em *O Fantasma de Luis Buñuel*..... 174
3.7. Últimas palavras: *O Fantasma de Luis Buñuel* – um fantasma que não era fantasma..... 194
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 203

INTRODUÇÃO

É relevante pensarmos que a Análise do Discurso implica "apreender a língua, o sujeito e a história, em funcionamento" (Fernandes, 2005, p.66-67). Ela propõe que a língua seja polissêmica e opaca e rompe, de acordo com Possenti (2004), com várias concepções, como a de sentido como projeto de autor; de língua como expressão das idéias de um locutor sobre as coisas; de texto transparente, sem intertexto, sem subtexto; e, com a noção de contexto cultural dado como se fosse uniforme. Além disso, a AD não concebe o sentido como da ordem da língua e nem que seu funcionamento esteja submetido aos critérios desta. O sentido, de acordo com Possenti, é da ordem das formações discursivas (FD) e estas, por sua vez, materializam formações ideológicas, que são da ordem da história.

No Brasil, a AD tem uma história consistente, construída ao longo de 30 anos e se institucionalizou por meio de docentes e pesquisadores por várias partes do território. O conhecimento desse percurso, que caminhou da França até o Brasil, as leituras e os estudos que realizamos acerca da constituição do sujeito do discurso, bem como as discussões propostas pelo Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso - GPAD/UFU, do qual fazemos parte, foi o que despertou o interesse em desenvolver uma pesquisa, em nível de mestrado, nesse campo do conhecimento lingüístico.

Para realizar esta pesquisa estabelecemos uma percepção interpretativa de como a rede conceitual da AD se expande, inclusive até a literatura contemporânea, manifestando-se nos discursos existentes nesta e tornando-se um elemento fundamental para a análise da própria constituição das obras literárias brasileiras.

A escolha do *corpus*[1] literário deu-se a partir de uma seleção criteriosa entre obras da literatura brasileira que permitissem o estudo do sujeito e da heterogeneidade discursiva. Após tal seleção, optamos pela obra *O Fantasma de Luis Buñuel*[2], de Maria José Silveira, uma vez que a mesma veio ao encontro dos objetivos que propomos em nosso projeto de pesquisa. A obra retrata um período da história brasileira marcado pela opressão, pelo medo e pela

---

[1] Nossa compreensão sobre o que seja *corpus* funda-se na definição de Michel Pêcheux com relação ao corpo discursivo: "é um conjunto de seqüências discursivas estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso. A constituição de um corpo discursivo é um efeito, uma operação que consiste em realizar por um dispositivo as hipóteses dentro da definição dos objetivos de uma pesquisa" (1990b, p.58). Nesse sentido, delimitamos como *corpus* as enunciações dos sujeitos discursivos da obra – Edu, Tadeu, Tonho, Dina, Esmeralda e do sujeito-narrador -, para, por meio de fragmentos dessas enunciações, efetuarmos a análise interpretativa que nos propomos.

[2] Ao nos referirmos à obra *O Fantasma de Luis Buñuel* ao longo do trabalho, utilizaremos as siglas OFLB.

violação dos direitos humanos – a Ditadura Militar. O novo regime, implantado na década de 1960, controlou todos os aparatos de repressão política e social, sufocando qualquer movimento, social ou intelectual, que ameaçasse sua hegemonia. Além de abordar a ditadura militar no país, a obra trata ainda da construção da nova capital do Brasil – Brasília –, apresentando os principais acontecimentos que envolveram os longos anos dessa construção.

Após a leitura e a análise da obra, percebemos que, nessa construção, enquanto manifestação do discurso literário[3], há a presença de múltiplas vozes. A polifonia presente no texto, associada ao processo de constituição dos sujeitos discursivos, são elementos fundamentais para o alcance dos sujeitos críticos do contexto político, econômico e ideológico no Brasil no período entre 1968 e 2004. O *corpus* é, portanto, uma obra significativa para o estudo da constituição ideológica e discursiva do sujeito que presenciou acontecimentos importantes na história brasileira, como a Ditadura Militar e a construção de Brasília.

O romance selecionado como objeto da pesquisa trata de um grupo de amigos – três homens e duas mulheres – que se conhecem na UnB (Universidade de Brasília), em 1968, no auge do período ditatorial no Brasil. Os jovens são unidos, entre outras coisas, pelo cinema e o romance se estrutura a partir de alguns dizeres de Luis Buñuel Portolés, cineasta espanhol, que se tornaram famosos ao serem publicados em seu livro autobiográfico. Segundo o próprio Buñuel, ele não se importaria de morrer, desde que, de 10 em 10 anos, pudesse sair de sua tumba, ir até uma banca de jornal, ler sobre os principais acontecimentos do mundo, e voltar para seu túmulo em paz. Seguindo essa trajetória, os capítulos do livro são enunciados a cada dez anos e cada um é contado, em primeira pessoa, por um dos cinco amigos.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de constituição do(s) sujeito(s) discursivo(s) no *corpus* e pesquisar como as várias vozes, atravessadas pelo interdiscurso, instauram a construção identitária dos sujeitos enunciadores na referida obra. A partir deste objetivo mais geral, intentamos: 1) explicitar as várias vozes atravessadas constitutivamente por uma multiplicidade de discursos na obra, tendo como embasamento teórico os conceitos de interdiscursividade e dialogismo - o primeiro atribuído a Pêcheux e, o segundo, a Bakhtin;

---

[3] Definir discurso literário, não é uma tarefa fácil. Por isso, não é nosso intuito, nessa pesquisa, tentar fazê-lo. Para o trabalho que se propõe, contentamo-nos em apresentar uma nuance do que entendemos por tal discurso, uma vez que uma empreitada no sentido de tentar defini-lo demandaria pesquisa específica para esse fim. Destarte, entendemos por discurso literário o discurso que se constrói e se materializa na ruptura entre o real e o ficcional. Nesse sentido, ele parte da ruptura com o mundo real e instaura-se a partir da criação de um universo imaginário. Esse discurso funda-se no imaginário e adquire sentidos, passando, portanto, a ter uma existência real por meio da linguagem. O discurso literário, em nossa concepção, é também perpassado por ideologias e atravessado por uma heterogeneidade de vozes que lhe são constitutivas.

2) analisar as formas de heterogeneidades enunciativas que dizem respeito aos vários elementos sociais, lingüísticos e históricos que perpassam as enunciações dos sujeitos na obra e perceber em que medida as condições de produção do discurso foram capazes de determinar as práticas discursivas dos sujeitos-enunciadores; e, 3) explicitar como se dá o processo de construção identitária dos sujeitos-enunciadores na obra, apoiando-nos na análise das formações discursivas, nas quais os sujeitos-enunciadores se constituem, e na ressignificação do passado por meio da memória discursiva.

Duas questões de pesquisa perpassam nosso estudo: De que modo as diferentes vozes enunciativas, transpassadas pelo interdiscurso e pela multiplicidade de sujeitos discursivos, ajudaram a compor as inscrições discursivas constituintes e constitutivas na/da obra? e Como se dá a constituição do(s) sujeito(s) discursivo(s) e sua(s) construção(ões) identitária(s) na obra?

Para cumprirmos os objetivos de nosso estudo, apoiamo-nos em recortes de materialidade lingüística, que serviram como ponto de partida para a abordagem do modo como funcionam os discursos. Empreendemos um estudo analítico, porque faremos, por meio de elementos norteadores obtidos no quadro teórico, uma análise das seqüências discursivas que constituem o *corpus*. O estudo se caracteriza também como descritivo, porque propõe a descrição de ocorrências relacionadas à heterogeneidade na manifestação discursiva na obra. Além disso, procedemos à interpretação dos recortes, a partir de uma inscrição discursiva em um campo discursivo de estudo da linguagem – a Análise do Discurso de linha francesa.

Para a análise, estabelecemos como centro da pesquisa a constituição do sujeito e a heterogeneidade enunciativa presentes na obra. Procuramos focalizar questões voltadas para: a relação entre o sujeito discursivo e os atravessamentos discursivos que envolvem suas práticas também discursivas; as decorrências histórico-ideológicas que um *continuum* de discursos, que atravessam as práticas discursivas, provocam no acontecimento enunciativo da obra; as formas de interpelação das posições-sujeito, balizadas pelo interdiscurso presente na obra; a relação entre significações institucionais e significações sociais, observados os atravessamentos interdiscursivos que envolvem os dizeres daqueles sujeitos-enunciadores que viveram determinada época histórica (1968-2003); os discursos instituídos como dogmas ou verdades de uma memória discursiva, social e coletiva, ideologicamente instituída; as relações de poder que envolvem os discursos presentes na obra e, as relações de constituição dos sujeitos discursivos e os atravessamentos discursivos decorrentes dessa constituição no interior da obra.

No percurso desse trabalho foram recorrentes os conceitos de sujeito, memória discursiva, heterogeneidade, identidade e polifonia, necessários para a promoção de uma análise das seqüências discursivas recortadas da materialidade textual do romance.

Queremos ressaltar que não foi elaborado um capítulo específico para análise da materialidade lingüística que compõe o *corpus*. Esta se apresentou em todos os capítulos juntamente com as questões teóricas. Para procedermos às análises utilizamos a técnica do recorte, apresentada por Orlandi (1996), por meio da qual selecionamos fragmentos da situação discursiva para efetuarmos sua análise. Os critérios utilizados foram o da recorrência e da regularidade e, nesse sentido, procuramos nos enunciados que perpassam a obra aqueles mais recorrentes e que apresentam uma maior regularidade, pois entendemos que estes nos oferecem mais recursos para análise e apresentam um processo identitário-discursivo único, portanto, fundamentais para a o trabalho que se propõe.

Para realizarmos a pesquisa proposta, nossa base teórica pautou-se nos postulados da AD, especialmente nas idéias de Pêcheux (1990a, 1990b, 1997a, 1997b, 1999, 2000, 2007), com relação ao discurso, sujeito, condições de produção e interdiscurso. Em Authier-Revuz (1990, 2004), o conceito de heterogeneidade enunciativa, e em Foucault (2005, 2004a, 2004b, 2004c, 2003, 2000a, 2000b, 2000c, 2000d, 1996, 1992, 1984, 1977, 1975), a concepção de sujeito, de história e de poder. Foi recorrente o estudo de autores como Maingueneau (1997), Possenti (2004), Fernandes (2005, 2007), Gregolin (2000), Orlandi (2000, 1999, 1996, 1990). Além dessa base teórica, também pesquisamos autores como De Certeau (2002), Hall (2004, 2003 e 2000), Silva (2000), Silva (1990), Bauman (2005), Castells (2000), além de outros teóricos que se tornaram relevantes para a pesquisa em processo, como Althusser (1985), Brait (1999), Indursky (2000), Maldidier (2003) e Paveau (2007).

Não foi nossa pretensão examinar exaustivamente as teorias que têm no discurso seu objeto de estudo. Ao contrário, estabelecemos um recorte teórico que marca nossa posição nesse emaranhado de diferentes perspectivas. Além disso, entendemos que todo e qualquer *corpus* em análise apresenta-se como um universo discursivo marcado por instabilidade, explicitando as movências e a inquietude dos sujeitos, desta forma, esta proposta de análise não se pretende acabada e imexível. Ao contrário, foi uma proposta que sofreu inúmeras movências e atravessamentos ao longo de sua configuração e que certamente propiciará outras tantas movência a cada novo olhar.

É de nosso conhecimento também que o período da Ditadura Militar já foi objeto de vários trabalhos, dentro dos mais variados campos epistemológicos – Sociologia, História, Política, Jornalismo, Análise do Discurso, entre outros. No entanto, temos a convicção de que

o tema não se esgotou, ainda é possível se produzir conhecimento teórico e analítico sobre seu funcionamento discursivo sem incorrermos no deslize de sermos redundantes.

1. HISTÓRIA E MEMÓRIA NA PRODUÇÃO LITERÁRIA

1.1. Considerações Iniciais

A memória discursiva constitui um dos aportes teóricos que balizam nossas discussões e análises sobre a obra *O Fantasma de Luis Buñuel*. Ela evidencia uma relação entre linguagem e História e é vista como uma reatualização de acontecimentos discursivos passados, que são reanimadas em situações enunciativas no presente, sob várias formas de textualização. Nesse sentido, dizemos que a história relaciona-se aos processos da linguagem e serve como elemento associativo entre a memória e o interdiscurso. A memória discursiva é, portanto, um efeito da presença do interdiscurso[4], ou seja, o discurso do sujeito é marcado por uma memória discursiva, que é também coletiva, portanto, seu discurso é historicamente determinado e atravessado pelo interdiscurso.

É nosso objetivo neste capítulo analisar discursivamente como história e memória se relacionam em uma produção literária e qual o papel do interdiscurso nesse processo. Para fundamentar nossa análise nos valeremos de recortes da obra que constituirão o nosso *corpus* para abordarmos as questões propostas.

Primeiramente, discutiremos como a obra literária pode constituir-se como materialidade para pesquisas em Análise do Discurso, qual o papel da literatura no âmbito da AD francesa, como os sentidos são produzidos e dispersados na literatura e a transposição do sujeito-escritor a uma função-autor. Posteriormente, deter-nos-emos no batimento entre os conceitos de discurso e História, abrangendo alguns apontamentos sobre a descontinuidade da história e a noção de arquivo, recorrendo, especialmente, aos pressupostos teóricos de Michel Foucault. Por fim, no que tange à memória discursiva, apresentaremos a noção de memória para a análise do discurso, conceituaremos interdiscurso e realizaremos uma aproximação entre a Análise do Discurso, a História e a Literatura, por meio do *corpus* da pesquisa.

---

[4] O interdiscurso pode ser entendido nessa acepção como um saber discursivo que torna possível todo dizer.

1.2. O *Corpus* literário como materialidade para pesquisas em Análise do Discurso

1.2.1. Análise da *Obra* ou do *Discurso*? A Literatura no âmbito da Análise do Discurso

A literatura é uma prática discursiva elaborada pelo homem, por meio da interação com outros homens e se caracteriza pela subjetividade e pelo caráter ficcional, além de não se comprometer com a verdade absoluta.

De acordo com os adeptos da literatura clássica, um texto literário tende a problematizar e suscitar a reflexão a respeito de temas representativos de nossa situação histórico-social. Isso não significa que para ser representativa e considerada como boa literatura, uma obra deva tratar exclusivamente de assuntos engajados nas questões sociais, mas sim, que ela depende da ação de fatores do meio, que nela se exprimem em graus diversos e que essa obra deve produzir sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e sua concepção de mundo, reforçando neles o sentimento dos valores sociais.

No âmbito da Análise do Discurso, esse ideário da obra literária como causadora de mudanças de percepções e concepções no sujeito é deixado à margem, pois o que se pretende, ao selecionar uma obra literária como objeto de pesquisa, é analisar os discursos que a atravessam e a constituem, bem como as condições de produção desses discursos e como os sujeitos se constituem ao longo da narrativa.

Para fundamentar nossa discussão sobre a relação Literatura e Análise do Discurso, recorremos a Foucault. Ao ser questionado em entrevista dada a Roger-Pol Droit sobre a literatura, Foucault respondeu que "para romper com muitos mitos, incluindo o do caráter expressivo da literatura, foi muito importante formular o grande princípio de que a literatura só se ocupa de si mesma. Quando se ocupa do autor, o faz simplesmente a partir de sua morte, silêncio ou distanciamento do escritor" (FOUCAULT, 1975). Segundo o autor, devemos nos libertar da idéia de que a literatura é o receptáculo de qualquer tipo de tema ou assunto. Dessa forma, a literatura não pode ser objeto de sacralizações, como ocorreu até 1970, e nem ser analisada em si mesma e segundo seus próprios termos[5].

Portanto, a concepção da Análise de Discurso em que este trabalho se inscreve rompe com a idéia de literatura enquanto expressão absoluta. Essa ruptura, já posta também

[5] Na entrevista concedida a Roger-Pol Droit (*Foucault passe-frontières de la philosophie*), Foucault explica que a visão que vigorava sobre literatura era que ela estava emancipada de toda determinação, tanto que o ato mesmo de escrever era, por si, subversivo; que o escritor, apenas pelo fato de escrever, tinha o direito inalienável de subverter. O escritor tornava-se, então, um revolucionário.

em algumas correntes dos estudos literários, implica contrariar a pretensão de que a literatura interfira nos rumos de uma cultura e de que a obra literária se explique por si mesma. Nosso objetivo não é analisar a obra *O Fantasma de Luis Buñuel* literariamente, mas analisar os discursos que a atravessam, a heterogeneidade dos discursos que a constituem, *como* os sujeitos enunciam e *de que posição* enunciam.

Isso posto, reforçamos que ao analista do discurso não cabe estudar as estruturas literárias internas a uma obra. Consoante com Foucault (1975, p. 5), acreditamos que é sua função

> apreender o movimento, o frágil processo pelo qual um discurso não literário, subestimado, esquecido, tão logo como se produz, ingressa no campo literário. O que acontece? Que mecanismo se desencadeia? De que modo se modifica a intenção original deste discurso, pelo fato de que é reconhecido como literário?

Segundo o filósofo, é preciso abandonar a idéia preconcebida de que a literatura se fez de si própria, que a resume a um texto feito de palavras. A literatura é feita de algo inexprimível, em que fábulas, mitos, lendas, narrativas marcam sua gênese. Sendo assim, podemos tecer o seguinte questionamento *o que faz uma obra ser considerada literatura?* Para Foucault (2000, p. 142), a obra só pode ser considerada literatura no exato momento de seu começo, na página em branco, uma vez que a obra não é a realização da literatura, mas sua ruptura, sua queda, seu arrombamento.

Foucault (*ibidem*, p. 144) diz ainda que na literatura "não há uma única passagem de uma obra que possa ser considerada extraída da realidade cotidiana". Ela não se preocupa em explicar o cotidiano do presente, o seu tempo é o devir, além disso, o fio condutor da linguagem literária pode ser o autor, o narrador e também o próprio leitor, de acordo com os diversos gêneros literários.

Na AD, o discurso é analisado a partir de todos os aspectos que envolveram a sua produção – as condições de produção, o dito, o já-dito, o não-dito, a própria ideologia dos sujeitos, a identificação/desidentificação do sujeito enunciador com os enunciados, entre outras coisas. Diante disso, o discurso não pode ser transparente, ao contrário, como postula Pêcheux (1999), caracteriza-se pela opacidade e por um certo mutismo, principalmente pela multiplicidade de sentidos que pode gerar. Nesse sentido, reconhecemos que no processo de análise não analisamos a obra pela obra, mas os discursos advindos dela. A obra não é um fim em si mesma, é, ao contrário, o meio para se chegar aos fins que, no caso desse trabalho, constitui a análise dos discursos que a compõem.

Ao estudar um *corpus* literário, temos que observar quem diz, como diz e em que circunstância diz, pois estamos enveredando pela linguagem literária, carregada de polissemias e expressividade. Na análise dos discursos emanados da obra literária, encontramos um discurso envolvente, um instrumento social que se utiliza de uma simbologia própria através de signos específicos. Portanto, é na articulação do real com o imaginário que o discurso funciona.

Entendemos que a obra literária não pode ser estudada fora dos quadros sociais, visto que seu processo constitutivo e seus sentidos são histórico-sociais. Mas a essa inserção histórico-social devem ser acrescidos os conceitos de condições de produção do discurso, de formação discursiva e de formação ideológica. Cabe dizer que essa escolha teórica depende também dos objetivos da pesquisa. Nesse sentido, concebemos a obra literária como algo exterior a si mesmo, como uma linguagem que aponta para a dispersão.

1.2.2. A produção e a dispersão de sentidos na Literatura

Em um discurso os sentidos não estão nas palavras, mas antes delas e depois delas. Eles não dependem das intenções e são permeados e atravessados pelas suas relações com uma formação discursiva determinada e uma memória discursiva. Diante disso, podemos dizer que não existe sentido em si, uma vez que ele nasce de relações de caráter ideológico, o que faz com que as palavras sejam apreendidas a partir do exterior do discurso e que mudem de sentido de acordo com as posições de seus enunciadores e dos interlocutores.

Conforme Pêcheux (1997, p. 190), "o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, não existe em si mesmo; o que o determina são as posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico no qual tais palavras, expressões e proposições são produzidas". Na concepção pecheutiana, portanto, os efeitos de sentido são produzidos por enunciados (ou palavras), em situação de interlocução e em decorrência das inscrições ideológicas dos interlocutores. Foucault, também refletindo sobre o sentido, considera que "a literatura implica efeitos de sentido decorrentes de uma exterioridade plural, existentes apenas como efeitos de uma busca, e de uma história também plural, descontínua e dispersa, que tem lugares nos livros e fora deles. São efeitos de uma exterioridade que integram a subjetividade" (op. cit. FERNANDES, 2007, p. 237). Essa exterioridade é historicamente construída e constrói subjetividades.

Dessa forma, os sentidos nunca são finitos. Segundo Gregolin (2000), há sempre fendas que permitem o movimento da contradição, do desdobramento e da polêmica e, por

isso, os efeitos de sentido caracterizam-se pela incompletude, pela inapreensão e surgem como resultado do que provoca sua busca.

Na produção literária observamos um diálogo com uma exterioridade que é atravessada pela história e pela memória discursiva, o que implica efeitos de sentido advindos do lugar discursivo ocupado pelo sujeito. Por isso, movimentos de subjetivação, de dispersão e de descontinuidade caracterizam o *fazer* literatura: uma literatura marcada por efeitos de memória, por discursos retomados de outros lugares e pelos efeitos de sentido advindos das condições de produção.

A literatura, tal como nos é possível pensar a partir da concepção foucaultiana, não se incorpora nas figuras da retórica e na imagem de uma linguagem muda e absoluta. Ela precisa falar como uma linguagem que repete o que foi dito, mas que, fazendo isso, instaura novos efeitos de sentido. Daí dizermos que a linguagem literária é uma linguagem de não-representação de uma realidade - do mundo, das coisas, das pessoas -, é, ao contrário, uma linguagem que traz em si sua própria realidade e não uma linguagem como um mero instrumento utilitário do pensamento.

Os sentidos advindos de uma obra literária produzem-se no campo dos discursos. Os sujeitos-leitores são levados a se confrontarem com o dito e com o não-dito, com o mostrado e o não-mostrado, e isso os leva a uma produção de sentidos que reinventa as fronteiras do verdadeiro e do não-verdadeiro.

Se a literatura é uma forma de pensar a realidade e de compreendê-la, mesmo em sua opacidade, pode-se afirmar que em OFLB concretiza-se uma linguagem "que permite ver as coisas que estão obscurecidas em outros tipos de discursos" (BRAIT, 1999, p. 22). E uma dessas formas de ver é o que se sobressai como estratégia discursiva na obra: as vozes que funcionam na narrativa como um "princípio arquitetônico" (*idem*) de construção discursiva, que faz com que um discurso seja atravessado por outro e que também atravesse outros discursos. Nesse processo, os sentidos permanecem em constante movência. Eles se fragmentam, desconstroem-se, deslocam-se, rompem-se e mudam. Nunca são estáticos e pré-determinados. Nunca estão prontos e acabados. Esse é o trabalho da memória discursiva[6], que produz os efeitos metafóricos, de ressignificação, de transferência de sentidos e que nos remete à exterioridade própria às condições de produção, ou seja, à ideologia e à historicidade, fatores determinantes e determinadores da produção dos sentidos.

---

[6] Sobre memória remeter-se ao quarto tópico deste capítulo.

Na criação literária, elementos da ordem do lingüístico, do histórico, do social, do ideológico, do institucional, do estético se relacionam para constituírem a discursividade da obra. A produção literária dialoga com a exterioridade que é perpassada pela alteridade histórica e pela memória discursiva que atravessa a produção e a estética literária. Os efeitos de sentido daí decorrentes, conforme dissemos anteriormente, relacionam-se às posições ocupadas pelos sujeitos e pelos discursos. Daí dizermos que a obra literária se estabelece no espaço do infinito, ou seja, fora de si mesma, na exterioridade e que os sentidos sobrevindos desse contexto são moventes e estão em constante processo de construção.

Diante disso, ao analista do discurso cabe, ao objetivar analisar uma obra literária como materialidade lingüística sob o ponto de vista discursivo, desconsiderar as significações dadas *a priori* e se voltar para os sentidos (ou efeitos de sentido) construídos na opacidade do discurso e inscritos em determinadas formações discursivas constituídas historicamente. Para realizar tal empreitada, ele poderá se pautar nos conceitos de ideologia, de discurso, de condições de produção e de memória discursiva[7] - dependendo da relação desses conceitos com seus objetivos de estudo - e reconhecer que o sentido não se encontra na materialidade lingüística, mas na relação estabelecida entre esta, a exterioridade, a história, a ideologia, o interdiscurso e a memória discursiva.

Por fim, os sentidos de um texto literário não são produzidos pelos sujeitos ou pela relação entre as palavras e seu significado apriorístico. O sentido torna-se histórico e ideológico uma vez que o discurso significa a partir do contexto em que sua enunciação emerge e dos lugares sociais ocupados pelos interlocutores, inscritos em uma dada FD e atravessado por um já-dito.

1.2.3. Do sujeito-escritor a uma função-autor: a morte que conduz à vida

De acordo com Foucault (1992), a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas e na história da filosofia e das ciências. Por isso, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de uma noção de filosofia, o que se sobrepõe é o nome do autor e a obra; o assunto, o tema abordado, tornam-se secundários. Diante dessa percepção, Foucault apontou, principalmente com o texto *O que é um Autor?* (1992), a necessidade do apagamento do autor.

---

[7] Os conceitos de ideologia, de discurso, de condições de produção e de memória discursiva estão diluídos ao longo dos capítulos que constituem nosso trabalho de pesquisa.

Para isso, ele toma emprestado a Beckett o questionamento: "Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala" (*ididem*, p. 34). Nesse sentido, destaca que mesmo que o nome de autor seja um nome próprio, não está ligado a um indivíduo real e exterior que proferiu um discurso. Ele vincula-se a certo tipo de discurso com estatuto específico e que é provido de autoria. Dessa forma, o autor deixa de ser um nome próprio e passa a ser uma função: a função-autor.

Segundo Muchail, a análise da função-autor conduz a um reexame da noção de sujeito. "E reexaminar a noção de sujeito não significa restaurar a pergunta pelo sujeito originário, mas invertê-la: considerando-se a função-autor como uma particularização possível da função-sujeito, tratar-se-á de perguntar não pelo sujeito constituinte, mas pela sua constituição enquanto função do discurso" (MUCHAIL, 2002, 130-131). Foucault (2000) ressalta que o autor não deve ser entendido como o sujeito falante (que enunciou ou escreveu determinado texto), mas como princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações e foco de sua coerência. Entretanto, dentro dos cânones literários, o autor ainda ocupa uma posição privilegiada e as obras recebem maior ou menor significação de acordo com o nome de autor que a representa. Sobre isso, Foucault afirma que:

> existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou sua eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo apagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários mas não de autor [...] Mas nos domínios em que a atribuição a um autor é de regra – literatura, filosofia, ciência – vê-se bem que ela não desempenha sempre o mesmo papel; na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor era, na Idade Média, indispensável, pois era um indicador de verdade [...] Desde o século XVII, esta função não cessou de se enfraquecer, no discurso científico: o autor só funciona para dar um nome a um teorema, um efeito, um exemplo, uma síndrome. Em contrapartida, na ordem do discurso literário, e a partir da mesma época, a função do autor não cessou de se reforçar [...] O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real. (*ibidem*, p.26-28).

Não há como negar que é um indivíduo quem escreve e quem cria a ficção, no entanto, ao fazer isso, ao se pôr a escrever um texto ele ocupa uma função autor. Dessa forma, não é o indivíduo quem escreve, quando ele pratica tal ação, exerce uma função-autor. Essa concepção contradiz o ideário canônico da literatura, que concebe a obra literária como um sistema simbólico por meio do qual as vontades e fantasias mais profundas do indivíduo-autor se transformam em elementos de contato entre os homens e de interpretação das diferentes esferas da realidade.

Contrariando essa concepção, Foucault preconiza o apagamento do autor. Apaga-se tanto o autor quanto a obra e no lugar de ambos surge a figura plural da própria palavra, o

ser da linguagem. O escrever surge da privação do *eu*, do afastamento da subjetividade para a exterioridade, ou seja, para fora da consciência de um sujeito. Portanto, a análise de uma obra literária não deve se deter no estudo da psicologia, da biografia pessoal ou das características subjetivas do autor, mas às estruturas internas e externas que regem o fio discursivo presente no texto.

O autor, enquanto sujeito, é responsável por dar sentido ao texto que produz, mas um sentido constituído por meio da memória discursiva e não de sua subjetividade. Ele é repetitivo em seu discurso, ou seja, em seus dizeres há outros já-ditos, disso decorre o fato de seu enunciado poder ser interpretado pelos interlocutores. Podemos dizer, então, que sua autoria se dá pelo viés da história, da memória e da exterioridade. No processo de repetição de enunciados, é função do sujeito-autor viabilizar condições de deslocamento de sentidos, através do jogo com o simbólico e dos diferentes significados contidos nas palavras.

Dentro da discussão sobre autoria, Foucault apresenta uma reflexão sobre a diferença entre o nome próprio e o nome de autor. Segundo o filósofo,

> O nome de autor é um nome próprio [...] O nome próprio (tal como o nome do autor) tem outras funções que não apenas as indicadoras. [...] Quando dizemos "Aristóteles", empregamos uma palavra que é o equivalente a uma só ou a uma série de descrições definidas, do gênero: "o autor dos *Analíticos*", ou "o fundador da ontologia", etc. [...] O nome próprio e o nome de autor encontram-se situados entre os pólos da descrição e da designação; têm seguramente alguma ligação com o que nomeiam, mas nem totalmente à maneira da designação, nem totalmente à maneira da descrição: ligação específica (FOUCAULT, 1992, p.42-43).

O nome de autor permite, dentro de um conjunto de textos, agrupar, delimitar, selecionar e relacionar aqueles a ele vinculados e ainda opor tais textos a outros textos. Diante disso, os textos agrupados sob o nome de um autor estabelecem entre si relações que podem ser de: homogeneidade, filiação, autentificação, explicação recíproca ou utilização concomitante. O nome de autor assegura ao discurso a característica de não-quotidiano, de não-passageiro, de não-imediatamente consumível. Nesse sentido, podemos dizer que o nome de autor confere ao discurso um certo estatuto e que ele não se situa no estado civil dos homens nem tampouco na ficção da obra, "mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular" (*ibidem*, p. 45-46).

Após tais considerações, ressaltamos que nem todo discurso é provido da função-autor. Observa-se que nos textos em geral há sempre um certo número de signos que remetem para o autor, ou seja, pronomes pessoais, advérbios de tempo e de lugar, conjugação verbal. Entretanto, tais elementos atuam de forma diferente nos dois tipos de textos – os providos da

função-autor e os não-providos dessa função. Nos textos providos da função autor, os signos de localização não remetem para aquele que escreveu o texto, nem para o ato de sua escritura e nem para o momento da escrita, mas para "um 'alter-ego' cuja distância relativamente ao escritor pode ser maior ou menor e variar ao longo da própria obra. Seria tão falso procurar o autor no escritor real como no locutor fictício; a função autor efectua-se na própria cisão – nessa divisão e nessa distância" (FOUCAULT, 1992, p. 54-55). No caso dos textos desprovidos da função autoria, os elementos acima citados – pronomes, advérbios, conjugações verbais – remetem para o escritor real, para o indivíduo empírico e para o contexto imediato de sua escritura. Nesse caso, há um único *eu*, enquanto nos textos portadores da função-autor, verifica-se uma pluralidade de *eus*[8].

A função autor é, portanto, "característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade" (*ibidem*, p. 45-46). Entretanto, há que se observar que a função-autor não se exerce de forma idêntica e constante sobre todos os discursos:

> No século XVII ou no XVIII produziu-se um quiasma; começou-se a receber os discursos científicos por si mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou constantemente demonstrável; é a sua pertença a um conjunto sistemático que lhes confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu. Apaga-se a função autor. [...] Mas os discursos "literários" já não podem ser recebidos se não forem dotados da função autor: perguntar-se-á a qualquer texto de poesia ou de ficção de onde é que veio, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projecto. O sentido que lhe conferirmos, o estatuto ou o valor que lhe reconhecermos dependem da forma como respondemos a estas questões (*ibidem*, p. 1992, p. 48-49).

O *status* de uma obra literária depende, ainda hoje, do nome de seu autor. Seu valor lhe é atribuído por quem a escreveu e não por suas características internas, pelos discursos e formações discursivas que a atravessam, pelas condições de produção de seu discurso, nem pela exterioridade que a perpassa ou pela historicidade que lhe é constitutiva. Para nós, analistas do discurso, essa concepção não é válida, pois o que uma dada vertente dos estudos literários considera como elementos fundamentais para a análise de uma obra – autor, visão de mundo, psicologia das personagens, contexto histórico-social, etc. – são elementos

[8] Foucault (1992, p. 54-55) apresenta o seguinte exemplo para mostrar como essa pluralidade de "eus" funciona dentro de textos que possuem a função-autor: "O eu que fala no prefácio de um tratado de matemática – e que indica as circunstâncias da sua composição – é diferente, tanto na sua posição como no seu funcionamento, daquele que fala numa demonstração e que surge sob a forma de um 'Eu concluo' ou 'Eu suponho'. Nesses discursos a função-autor desempenha um papel que dá lugar à dispersão destes "eus" simultâneos.

constitutivos dela, algo que lhe é interior. Para uma análise discursiva importam os elementos advindos da exterioridade e que foram anteriormente citados[9].

A função-autor não resulta simplesmente da atribuição de um discurso a um indivíduo. Ela advém de uma operação complexa que constrói um autor; uma operação que varia conforme a época e os tipos de discursos. Assim, o que no indivíduo é designado como autor, ou seja, o que faz do indivíduo um autor, é a projeção do tratamento a que são submetidos seus textos, as aproximações que são feitas, as características estabelecidas como pertinentes, as continuidades e as exclusões que aceitamos ou efetuamos.

Outro aspecto abordado por Foucault com relação à autoria diz respeito ao ato de escrever como uma forma de eternização do autor. De acordo com a concepção foucaultiana, escreve-se "para não morrer". A escrita transforma-se, portanto, em uma forma de viver. Em *O Que É um Autor?* (1992), Foucault explica que há um parentesco da escrita com a morte. Os gregos, através das narrativas e epopéias, procuravam perpetuar a imortalidade do herói. O herói, ao morrer jovem, tinha sua vida consagrada e glorificada pela morte e alcançava a imortalidade através das palavras de um autor.

Rompe-se, portanto, o limite da morte e, pela palavra, ruma-se ao espaço infinito e exterior à própria obra "a linguagem revela palavras que matam, ou fazem morrer, para se viver fora e muito além do texto" (FERNANDES, 2007, p. 03), provocando a produção de sentidos e influindo na constituição dos sujeitos.

1.3. Discurso e História

1.3.1. Uma palavra sobre a descontinuidade da História

Em seus estudos, Foucault retoma a importância da história como fonte de subsídios quanto à construção de práticas que levam os sujeitos a se deslocarem da objetivação rumo a uma subjetivação. Mas a história que ele propõe não é a história tradicional, positivista, linear, tida como uma espécie de grande e vasta continuidade, uma história preocupada em analisar as unidades, descritas como épocas, e os feitos dos grandes homens. Uma história balizada em fatos cronologicamente organizados, que possuem uma

[9] Os elementos que importam aos analistas do discurso são: a história, a ideologia, as condições de produção, as formações discursivas, as formações imaginárias, o interdiscurso e a memória discursiva, entre outros. Lembrando que a seleção de tais elementos devem estar em conformidade com os objetivos do estudo.

verdade única que resume a função do historiador à mera coleta e organização dos fatos. Ao contrário, ele defende a história que observa o que está próximo, que investiga, que se preocupa com a compreensão dos fenômenos e rupturas.

Para o autor, em *A Arqueologia do Saber,* os fenômenos não se originam em algum lugar que seria como o lugar próprio da sua verdade e nem são reflexos dos atos de um único sujeito. O tempo é uma sucessão de descontinuidades, e é essa fragmentação da temporalidade da história que nos permite perceber a finitude do homem. Assim, o homem só existe através da história e o sujeito é um acontecimento histórico que obedece à lei do acaso, é uma posição ocupada por quem enuncia algo em determinado lugar. Sendo assim, ele é suscetível às transformações discursivas que possibilitam novas regras de enunciação. E, tais transformações, não dependem exclusivamente de um único sujeito.

Foucault propõe a substituição da história tradicional pela dita "história nova", que engloba diversas modalidades de história como a história das idéias, a história do pensamento, dos conhecimentos, da ciência, da literatura. Para ele a história é essencialmente descontínua, é feita de rupturas e se realiza em meio a conflitos e privilegia a pluralidade de acontecimentos em sua dispersão.

É no interior dessa história nova que Foucault anuncia a história do saber ou, a arqueologia do saber, em que ele tenciona investigar os sistemas de pensamento e renuncia à história das idéias. Assim, vemos que Foucault não faz história das idéias nem história das ciências, e sim analisa a possibilidade da ordem, da positividade histórica, a partir da qual um saber pode se constituir.

Pensar a história de forma tradicional é próprio da sociedade moderna, que se volta para a busca de um início, um desenvolvimento e um fim para as coisas e os acontecimentos. Daí a emergência de um saber histórico que trará um sentimento de segurança aos indivíduos, pois conhecemos todos os fatos históricos, que nos revelam o passado, interferem no presente e nos preparam para o futuro. Por isso o pensamento foucaultiano é tão relevante no campo da Análise do Discurso, pois ele se opõe à história tradicional, na medida em que se identifica com o (no) acontecimento, o (no) novo, a dispersão e a heterogeneidade que só são permitidos por meio dos conflitos estabelecidos numa dada realidade. Desta feita, Foucault se propõe a descrever a constituição do campo histórico como uma rede formada na inter-relação dos diversos saberes que a atravessam. E é justamente nesta rede que os discursos emergem.

Graças à sua maneira crítica de pensar os acontecimentos históricos, Foucault possibilita aos analistas do discurso uma forma de se pensar a relação da Análise do Discurso com essa nova história, com essa rede. Propõe uma abordagem crítica sobre os discursos dos

documentos e sobre os discursos contidos nos discursos do próprio historiador, pois estes estariam presos às condições de produção e de sentido de sua época. Com tal pensamento, ele apresenta uma nova forma de ver e escrever a história, estabelecendo um diálogo entre os analistas do discurso e os historiadores. Entendemos que Foucault contribuiu para o pensamento dos analistas do discurso sobre qual o lugar epistemológico ocupado pelo discurso, a partir do momento que passou a defender que o discurso não está no campo da língua, mas no campo do enunciado e que, por isso, deve ser visto em sua função enunciativa. Nesse processo, há que se considerar não apenas o sujeito que produziu o discurso, mas de que lugar institucional e sob que regras sociais e históricas esse discurso foi produzido.

A atenção dos historiadores profissionais sempre se voltou para os longos períodos. Com a perspectiva da nova história, as sucessões lineares, até então o objeto da pesquisa histórica, foram substituídas por uma série de rupturas e diversos níveis de análise se multiplicaram. De acordo com Foucault (2000c, p. 83),

> a velha questão da história (que ligação estabelecer entre os acontecimentos descontínuos?) foi substituída desde então por uma série de interrogações difíceis: que estratos é preciso isolar uns dos outros? Que tipo e que critério de periodização é necessário adotar para cada um deles? Que sistema de relações (hierarquia, dominância, estratificação, determinação unívoca, causalidade circular) pode ser descrito entre eles?

Percebe-se que a atenção deslocou-se das vastas unidades que formam uma "época" ou um "século" para os fenômenos de ruptura. As grandes continuidades do pensamento, as manifestações maciças e homogêneas da razão, a evolução de uma ciência cederam lugar à incidência das interrupções.

Foucault (2000c) nos chama a atenção para que não tenhamos a crença de que certas disciplinas históricas tenham ido do contínuo ao descontínuo, enquanto outras, como a história, foram da abundância das descontinuidades às grandes unidades ininterruptas. Conforme o autor, a noção de descontinuidade é que mudou de estatuto. No paradigma histórico tradicional, o descontínuo restringia-se ao dado e ao impensável e devia ser contornado, reduzido, apagado pelo discurso da história, para que aparecesse a continuidade dos encadeamentos. O historiador devia suprimir da história a descontinuidade temporal, pois era necessário que a história fosse contínua para que se mantivesse a soberania do sujeito.

Hoje a descontinuidade se tornou um dos elementos fundamentais da análise histórica, dadas suas três funções principais: constituir-se como uma operação deliberada do historiador; ser o resultado de sua descrição no processo de análise; e, ser um conceito que o

trabalho não cessa de especificar, assumindo uma forma e uma função diferentes conforme o domínio e o nível nos quais é assinalada. Ela é, a um só tempo, instrumento e objeto de pesquisa, uma vez que delimita o campo de uma análise e constitui-se como efeito desta, rompendo com as unidades para estabelecer novas. Dessa forma, a história e as disciplinas históricas deixaram de ser a reconstituição dos encadeamentos para além das sucessões aparentes. Afinal, a história não é uma duração. Segundo Foucault (2000b, p. 292), "ela é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros. É preciso, portanto, substituir a velha noção de tempo pela noção de duração múltipla". Nesse sentido, observa-se que a história desenredou-se do tempo, ou seja, não se concebe mais essa grande duração única que englobava, em um só movimento, todos os fenômenos humanos. Na verdade, o que ocorre são durações múltiplas, sendo cada uma delas portadora de certo tipo de acontecimentos. Segundo Foucault (2000b, p. 294), essa é "a mutação que está em vias de se produzir atualmente nas disciplinas da história".

1.3.2. A noção de Arquivo

Nossa discussão sobre a noção de arquivo balizar-se-á nas concepções teóricas de Michel Foucault. Este autor deixa evidente que não tem interesse em estudar a língua enquanto sistema formal, sente-se impelido a estudar o discurso, o porquê de um enunciado ter surgido e não outro em seu lugar. Seu objeto não é a linguagem, mas "o arquivo, ou seja, a existência acumulada dos discursos". Nesse sentido, a arqueologia, como ele a concebe, "é a análise do discurso em sua modalidade de arquivo" (FOUCAULT, 2000d, p. 72).

Conforme Foucault (2000c, p. 91-92) o arquivo se constitui "pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (tenham sido eles falados e escritos), em sua dispersão de acontecimento e na instância que é característica de cada um". E continua em *A Arqueologia do Saber* (2005, p. 146-147):

> Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição. Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das *performances* verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo [...] O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares.

Mesmo Foucault não sendo analista do discurso, suas concepções teóricas sobre arquivo, discurso, sujeito e poder foram fundamentais para o desenvolvimento do campo teórico da AD. Para a Análise do Discurso, em consonância com os pressupostos foucaultianos, os documentos materializam discursos, que, carregando toda uma rede de memória, suscitam muito mais que uma leitura literal do texto. O documento, que era visto como sinônimo de texto impresso, agora tem seu conceito expandido e abrange uma diversidade de suportes (eletrônico, audiovisual, tridimensional, etc.). E perde sua característica de documento-verdade para tornar-se lugar de análise, de desmistificação, de interpretação, pois esses aspectos permitem ao historiador observar os processos de constituição dos sentidos e, conseqüentemente, desconstruir as ilusões de certeza e de sacramentalização da história. Ao trabalharmos a historicidade dos arquivos somos conduzidos por percursos inusitados, marcados por deslocamentos e rupturas, e guiados por pistas lingüísticas, sem nos preocuparmos com as cronologias estabelecidas. Nesse sentido, o arquivo não se refere a um conjunto de "dados" objetivos, mas a uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos e que não supõe uma interpretação unívoca. Analisar o arquivo, portanto, significa buscar as pistas deixadas pelos sujeitos discursivos, pelo que foi dito e pelo não-dito, pelo que foi silenciado. Nessa perspectiva, o arquivo não é algo imutável e fixo. Ao contrário, é visto como um organismo vivo, por isso mesmo mutável e complexo.

Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 164) descrevem o arquivo na concepção dos analistas do discurso. Para eles, o arquivo

> nunca é dado *a priori,* e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco. Todo arquivo, principalmente manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Essa identificação, puramente institucional, é para nós insuficiente: ela diz pouco do funcionamento do arquivo. Nossa prática atual de análise do discurso retoma as preocupações dos historiadores de mentalidades, que na construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalam, pela confrontação de séries arquivistas, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de texto. Esses historiadores trabalham ao mesmo tempo sobre a longa duração e sobre o acontecimento: a instituição – e a classificação arquivista que ela impõe – sempre mantém, para eles, uma divisão problemática. Isso porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes.

De acordo com os autores, a análise do discurso, inicialmente, não exigia uma diversificação do arquivo[10]. Mas, a partir "da busca por aquilo que instala o social no interior do político" (*idem*), não foi mais possível ignorar a existência de múltiplos dispositivos textuais. Assim, a AD ampliou seu campo de investigação. Contudo, cabe relembrar as palavras de Pêcheux (1997b, p. 57) quando ele afirma que os profissionais da leitura de arquivos[11] "praticam cada um deles sua própria leitura (singular e solidária) construindo o seu mundo de arquivos".

Segundo Sargentini (1997, p. 89-90), uma vez que a arqueologia é a seleção e descrição do arquivo, as relações que se estabelecem entre a análise do discurso e o método arqueológico pautam-se na tomada das práticas discursivas como objeto de estudo, sendo o enunciado considerado para além da realização lingüística. Desta feita, o método arqueológico, por meio dos enunciados ditos e do funcionamento dos discursos, analisa as práticas discursivas que constituem o saber de uma época. O enunciado, portanto, produz sentido a partir das relações que estabelece com outros enunciados e momentos enunciativos.

"O arquivo é um lugar onde se torna possível pensar as práticas discursivas de uma sociedade" (*ibidem*, p. 91). Assim, os enunciados e o arquivo são o suporte material dos estudos inscritos dentro do campo da AD, que articula o discurso e a história e que considera um papel ativo para o sujeito.

Na produção discursiva de *O Fantasma de Luis Buñuel* sobre a ditadura militar no Brasil e a construção de Brasília, os enunciados, em sua dispersão de acontecimento, articulam outros domínios, outros campos discursivos, como é o caso da história. Para a análise dessa relação discurso/história a noção de arquivo, tal como formulada por Foucault, é de grande importância.

A sociedade brasileira dispõe de um arquivo sobre o que foi a ditadura militar e sobre como procedeu a construção da nova capital do país. Esse arquivo forma o que a sociedade pode dizer de si mesma. No contexto desses dois eventos históricos, os enunciados-acontecimento materializaram esse arquivo (de modo descontínuo) por meio da memória, que permite deslocamentos e produção de novos sentidos.

Como não há um enunciado que não suponha outros, a memória exerce um papel de mediadora na relação entre o enunciado e o arquivo, uma vez que o enunciado é o que, em

---

[10] Conforme Guilhaumou e Maldidier (1997), a Análise do Discurso desviou seu foco de interesse, que antes restringia-se ao discurso doutrinário ou institucional, para o que se pode chamar de *história social dos textos* (1997, p. 164).

[11] Pêcheux (1997b, p. 57) define os profissionais da leitura de arquivos como *"literatos" (historiadores, filósofos, pessoas de letras)*.

meio a um espaço povoado de outros enunciados, surge com valor de acontecimento. Ele não surge "do nada", mas de um arquivo já existente. E seu surgimento é propiciado pela memória discursiva.

Em *O Fantasma de Luis Buñuel*, nessa perspectiva, a condição dos discursos sobre a ditadura militar e a construção de Brasília é a de ter suas margens povoadas por outros enunciados e por sentidos itinerantes, resultantes do batimento entre práticas discursivas diversas. Como esses discursos que perpassam a obra não partem de um único lugar enunciativo, mas de vários (o lugar do militar, do historiador, do político, do militante, da mídia, etc.), a rede de formulações advindas desse encontro entre diferentes posições enunciativas revela a necessidade de se conhecer quem é esse sujeito que foi produzido pelas diversas práticas discursivas instituídas historicamente nesse período.

1.3.3. Discurso e História: uma relação de imbricação

Continuaremos nossa discussão retomando as palavras de Foucault (2000c, p. 91) sobre a necessidade de se renunciar a todos os temas "que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença em si mesmo no jogo de uma ausência sempre reconduzida". Esses temas devem ser descritos sob a perspectiva da análise histórica do discurso como procura e repetição de uma origem que foge a qualquer determinação da origem ou como a interpretação ou escuta de um já-dito, que seria ao mesmo tempo um não-dito. Sob essa concepção de Foucault, observa-se que o discurso deve ser analisado em sua irrupção de acontecimento, na pontualidade de sua aparição e na dispersão temporal que lhe permite "ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até em seus menores traços, enterrado, bem longe de qualquer olhar, na poeira dos livros" (FOUCAULT, 2000a, p. 91). A descrição ou análise de um discurso deve partir do seguinte questionamento: como ocorre que tal enunciado tenha surgido e nenhum outro em seu lugar? (*idem*).

Os discursos instituem, ou melhor, determinam uma história, mas uma história dentro de uma perspectiva discursiva, ou seja, não definida pela cronologia, pela periodização, mas como produção de sentidos. Nessa concepção, a história pertence à ordem do discurso, afinal, "não há história sem discurso" (ORLANDI, 1990, p. 14). Segundo a autora, é pelo discurso que a história deixa de ser só evolução para ser sentido.

Não se trata de, a partir da história de uma época, ler os documentos como uma ilustração desse período e acrescentar-lhes certos detalhes para tornar a narrativa histórica mais interessante. O que se deve atingir é a historicidade mesma desses documentos e, quando

esses documentos são textos, deve-se analisar a sua discursividade. Para atingir a historicidade dos textos que constituem a obra *O Fantasma de Luis Buñuel*, o procedimento por nós adotado é o de seguir a trama discursiva que tem estabelecido sentidos para os acontecimentos da década de 1960 – a Ditadura Militar e a construção de Brasília.

Entre as "lembranças" – que se caracterizam pela espontaneidade – e o curso dos acontecimentos eternizados pela história e que são retomados pela obra OFLB, a análise que pensamos propõe uma relação de conflito com os sentidos, ou seja, procuramos desatar os sentidos contidos na referida obra e verificar a historicidade e a discursividade nela presentes. Afinal, a materialidade lingüística de uma obra, de um texto, é, ao mesmo tempo, lingüística e histórica. Nesse sentido, o acontecimento histórico carece de interpretação, de que se encontrem suas causas e conseqüências; ele *faz sentido*, mesmo que esse sentido seja diferente para cada um que o interpreta.

Segundo Orlandi (1990, p. 35)

> A relação com a história é dupla: o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se "no futuro", mas também é histórico porque cria tradição, passado e influencia novos acontecimentos. Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia, que não é assim mera percepção do mundo ou representação do real.

Ao analista do discurso, portanto, é pela ideologia que se explicita o funcionamento do discurso em suas determinações históricas. Com relação à ideologia, é em relação ao poder que ela é considerada na perspectiva discursiva.

Robin (1977, p. 25) afirma que

> o historiador não tem que lidar com o código, com a língua, ou antes, tem que lidar com eles, mas como base, como matéria-prima; seu objeto no entanto, se ele se considera historiador das manifestações, dos efeitos ideológicos, não é o sistema, o modelo de competência, a língua, mas os fatos de fala precisos, ficando entendido que convém desembaraçar o termo de suas conotações filosóficas precedentemente evocadas – numa palavra, dos discursos.

O objeto de estudo é, então, o discurso e não exclusivamente a língua. O interesse dos historiadores, nessa perspectiva, é a articulação das práticas discursivas sobre as práticas não-discursivas no interior de uma formação social. Considera-se, portanto, a história no interior do estudo da língua. Não se trata de proceder a uma aliança entre as disciplinas História e Análise do Discurso, mas de pensar o discurso entre o real da língua e o real da história.

Segundo De Certeau (2002, p. 32), enquanto os discursos falam *da* história, estão sempre situados *na* história. Esses discursos não são corpos flutuantes em "um englobante que se chamaria a história (o 'contexto'!)". São históricos, pois se ligam a operações e são definidos por funcionamentos. "Também não se pode compreender o que dizem independentemente da prática de que resultam" (*idem*). Ele continua, ressaltando que entende como "história esta prática (uma 'disciplina'), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma 'produção'" (De Certeau, 2002, p. 32).

A concepção de história com a qual acordamos reconhece essa disciplina como conjunto de enunciados efetivamente articulados e que envolve dois aspectos: um interno – em que a história fala de tensões, de redes de conflitos, de jogos de força – e outro externo – em que a forma de compreensão e o tipo de discurso são determinados pelo conjunto sociocultural mais amplo que designa à história seu lugar particular. Acreditamos, em consonância com Foucault (2000d, p. 75), que "os discursos se encadeiam sob a forma de história", ou seja, o que recebemos como já-dito veio de um passado no qual os discursos ocorreram, sofreram sucessões, oposições, influências, substituições, mas também sucederam outros, opuseram-se, influenciaram e os substituíram, resultando num acúmulo através da história que nos chega por meio da memória discursiva.

1.4. Memória discursiva: sentidos e significações em OFLB

1.4.1. Memória discursiva: a memória que não se reduz à lembrança

De acordo com a perspectiva discursiva, memória refere-se a um corpo sócio-histórico-cultural, entre outras palavras, é uma memória apreendida no espaço social e constitui-se na interação entre os sujeitos, por isso caracteriza-se como uma memória social, coletiva.

Para a Análise do Discurso não interessa a memória enquanto faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos, ou seja, reter lembranças de acontecimentos do passado. Interessa a memória discursiva. Segundo Orlandi (1999, p. 31), a memória discursiva é "o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra". Portanto, a interdiscursividade está relacionada com a memória discursiva, formada por eventos precedentes e exteriores ao discurso que intervêm na construção discursiva.

Segundo Paveau, o conceito de memória discursiva foi cunhado por J.J. Courtine, em 1981. Este autor, ao falar sobre o tema, tece os seguintes questionamentos:

> Como as sociedades lembram? Se aceitamos a idéia [...] de que a linguagem é o tecido da memória, ou seja, *sua modalidade de existência histórica essencial*, quem não vê que uma tal questão se dirige diretamente às ciências da linguagem? Que essa questão reivindica a análise dos modos de existência materiais, linguageiros da memória coletiva na ordem do discurso? (PAVEAU, 2007, p. 240 - Grifos da autora).

A distinção entre a memória das palavras e a memória dos fatos contribui para instalar a noção de memória interdiscursiva. Paveau coloca que se as palavras "empilham", ao longo do tempo, sentidos diferentes, elas não são, entretanto, autônomas, mesmo se os sujeitos fazem delas usos diversos. Quando a memória das palavras é aquela do uso que delas fazem outros locutores, o dialogismo entra em cena e se trata então de uma memória dos dizeres do outro, ou seja, uma memória interdiscursiva que é marcada pela mobilidade dos dizeres.

A respeito da memória discursiva, Possenti (2004, p. 365) ressalta que:

> o termo "memória discursiva" designa algo distinto de qualquer memorização psicológica, que os psicolingüistas consideram para explicar os processos cognitivos implicados na memória dos textos. A noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos.

É relevante destacar que a memória discursiva foi proposta inicialmente por J. J. Courtine a partir do estudo dos trabalhos históricos de P. Nora. Já a memória interdiscursiva foi proposta por S. Moirand, mas nutre-se, em parte, dos trabalhos sociológicos de M. Halbwachs (1925 e 1950). "Ela foi redescoberta na França nos anos 1990, no momento em que a memória torna-se um dado importante dos comportamentos coletivos franceses" (PAVEAU, 2007, p.240-241).

A memória, em qualquer de suas formas – discursiva ou interdiscursiva – está, com efeito,

> estreitamente ligada às condições sócio-históricas e cognitivas de produção dos discursos, aos dados extra-discursivos e, sobretudo, pré-discursivos que participam da elaboração e da circulação das produções verbais de sujeitos social e culturalmente situados. Trata-se de uma memória coletiva, que se organiza segundo 'quadros sociais' (HALBWACHS, 1925) no interior dos quais circula e se constitui, ao mesmo tempo, a identidade individual dos locutores. Essa memória não é inata nem depositada como um tesouro no espírito individual, mas depende da experiência e do contexto, o que implica, certamente, que o discurso não se inscreve unicamente na competência individual e intencional dos sujeitos falantes (o que está, como sabemos, no centro da posição marxista) (*ibidem*, p. 241).

A memória coletiva, portanto, reconstrói o passado, buscando organizar o presente e não apenas restituí-lo de forma idêntica.

Segundo Paveau (*idem*, p. 245),

> vislumbrar uma memória cognitivo-discursiva é ultrapassar uma concepção estática (memória-stock destinada a ser recuperada, ou memória simplesmente compartilhada que constituiria uma espécie de terreno comum, a partir do qual os interlocutores se abastecem), para adotar uma concepção dinâmica que faz da memória um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo.

Nesse sentido, a memória no discurso não serve apenas à memorização. Ela funciona como um operador pré-discursivo e discursivo, fundamental na produção dos discursos.

Segundo a mesma autora, a memória retém também estados mentais e afetivos, que são re-configurados no processo de recognição. Para explicar essa posição, Paveau recorre a A. Damásio (2002, p. 238), que explica claramente os fatores envolvidos nessa reconstrução memorial:

> nós estocamos na memória não somente aspectos da estrutura física de um objeto – o que permite potencialmente reconstruir sua forma, sua cor, sua sonoridade, ou seu movimento típico, seu odor, ou tudo o que se queira –, mas igualmente aspectos do engajamento motor de nosso organismo no processo de apreensão desses aspectos pertinentes: nossas reações emocionais a um objeto, nosso estado físico e mental ampliados no momento de apreender o objeto (PAVEAU, 2007, p. 247).

Recognição, laços de memória, emoções tornar-se-iam a base formadora da memória cognitivo-discursiva e "um verdadeiro modo de configuração do mundo no discurso" (*ibidem*, p. 248).

Para Possenti (2004, p. 366), "o domínio de memória é constituído por um conjunto de seqüências que preexistem a um certo enunciado". E a partir dele se apreendem os funcionamentos discursivos de encaixamento do pré-construído e de articulação dos enunciados.

Diante disso, observa-se que os sujeitos-enunciadores na obra OFLB constroem sua enunciação por meio da narração de fatos do presente, balizada pela memória discursiva. Nos cinco capítulos que constituem a obra, há o discurso de outros sujeitos, presos ao passado dos sujeitos enunciadores, assim não é ouvida apenas uma voz, a daquele sujeito que narra o capítulo, mas outras vozes que se harmonizam ou se repelem umas às outras.

> Quando adolescente, começou a fazer mais perguntas sobre o pai, e tia Romanza lhe disse, Vou lhe contar o que seu pai me contou aqui mesmo, nesta salinha, na véspera da partida, depois do enterro de sua mãe (OFLB, p.144).

> Tia Romanza é quem tinha razão, Dina comenta. Os demônios de cada um, minha filha, só cada um os compreende. E cada um tem os seus (OFLB, p.160).

Como podemos notar, os sujeitos enunciadores valem-se da memória discursiva em seus dizeres e a narrativa vai se construindo por meio desse entrelaçamento de vozes presentes e passadas. A heterogeneidade constitutiva do discurso se mostra, uma vez que dele se fazem ouvir várias vozes, enunciando os conflitos, as angústias, as contradições sociais e históricas e o processo discursivo vai se configurando ao longo da trama.

Em *Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa* (1990a), Pêcheux propõe tratar do "estatuto social da memória como condição de seu funcionamento discursivo na produção e interpretação textual". A memória é entendida, então, como "conjunto complexo, pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de 'tecidos de índices legíveis', que constitui um corpo sócio-histórico de traços". Pêcheux associa esse "conjunto de traços e pistas" à "ideologia" ou "universo de representações e de crenças". Assim, as relações entre intradiscurso e interdiscurso passam a ser buscadas nos vestígios da memória discursiva.

Segundo Achard (1999, p. 15), a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. E a enunciação não deve ser tomada como advinda do locutor, "mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso". Dessa forma, de acordo com os postulados da AD francesa, cada sujeito, ao se inscrever em um discurso, promove uma relação desse discurso que está sendo enunciado com a memória discursiva, ou seja, com todos os dizeres que já foram ditos. Pêcheux (1999, p.52) afirma que:

> A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Essa operação discursiva ocorre de forma natural e espontânea sem que o falante tenha, normalmente, consciência do que ocorre. Esse processo pode ser compreendido por meio do conceito de memória discursiva, que diz respeito à recorrência aos enunciados, que são separados e selecionados dentro de uma contingência histórica específica e atualizados no discurso produzindo novos sentidos. A memória discursiva é quem permite na rede de formulações o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados que já foram ditos em outras FDs pertencentes a determinadas situações/momentos históricos.

1.4.2. Memória discursiva e interdiscurso: conceitos intrincados, mas não equivalentes

Os efeitos de sentido decorrem, entre outros fatores, dos lugares sociais assumidos pelos sujeitos envolvidos em uma situação de interlocução. Dessa forma, os sujeitos se posicionam de forma diferente acerca de um mesmo tema, graças às suas posições ideologicamente definidas e disso sucede a formação de diferentes discursos. O entrecruzamento desses diferentes discursos e formações ideológicas constitui uma formação discursiva. E uma formação discursiva, por sua vez, apresenta em seu interior a presença de vários discursos, ao que a AD denomina *interdiscurso*.

Embora a noção de memória discursiva tenha uma relação de intrincamento com o interdiscurso não podemos dizer que são equivalentes. Começamos por dizer que a memória discursiva nos permite compreender gestos de interpretação de diferentes posições de sujeitos. O interdiscurso, por sua vez, apesar de ser concebido como uma unidade, constitui-se numa multiplicidade heterogênea, que não pode ser interpretada como um todo. Diante disso, não podemos dizer que há um interdiscurso que corresponda a um todo unívoco ou que cada FD possui um interdiscurso específico.

Segundo Orlandi (2000), o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos e, para que nossas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. De acordo com a autora, as palavras não pertencem exclusivamente a ninguém, elas são perpassadas pela História e outras vozes podem apreendê-las. Não se pode, por isso, separar o sujeito nem da História nem da Ideologia.

Pêcheux (1997a, p.162. Grifos do autor) aponta a tese de que "toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui sua dependência com respeito ao 'todo complexo com dominante', das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas". Segundo Possenti (2004), quando Pêcheux chama "interdiscurso" a todo complexo como dominante das formações discursivas, esclarece que

também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas.

Diante disso, Maingueneau (1997, p.120) coloca que esse conceito amplo de interdiscurso apresentado por Pêcheux, talvez, "dê conta do "fato" de que um discurso não nasce de um retorno às próprias coisas, mas de um trabalho sobre outros discursos" (c.f. POSSENTI, 2004, p. 382).

Segundo Pêcheux (1997a, p. 162. Grifos do autor),

> toda formação discursiva dissimula, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que "algo fala" (ça parle) sempre "antes, em outro lugar e independentemente", isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.

A função do interdiscurso "enquanto discurso-transverso" é atravessar e ligar entre si os elementos discursivos constituídos pelo "interdiscurso enquanto pré-construído". Este fornece a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como "sujeito falante", com a formação discursiva que o assujeita. Nesse processo, o intradiscurso constitui-se enquanto "fio do discurso", um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, "uma 'interioridade' inteiramente determinada como tal 'do exterior'" (PÊCHEUX, 1997a, p.167. Grifos do autor). A forma-sujeito tende "a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, "ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro 'já-dito' do intra-discurso, no qual ele se articula por 'co-referência'" (*idem*).

Percebemos que a noção de interdiscurso não se restringe às relações mantidas entre discursos em uma mesma época. Para se compreender o interdiscurso, há que se entender o conceito de pré-construído. Este é um traço, no discurso, de um discurso anterior, que produz um efeito de evidência:

> é, por um lado, o já dito, e, por outro, o que é uma verdade para uma FD. Por exemplo, na ocorrência de *o sucesso da operação x, a operação x foi um sucesso* é um pré-construído, condição para que se possa dizer *o sucesso* (POSSENTI, 2004, p. 385).

Por fim, o discurso não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos. E, para interpretarmos um enunciado, é preciso colocá-lo em relação com outros.

1.5. Análise do Discurso, História e Literatura: uma relação de aproximação em OFLB

Ao observador mais desatento, história e literatura são áreas do conhecimento que não mantêm entre si nenhuma relação aparente. Enquanto a história prima pela objetividade, tem como objeto de estudo o passado e pressupõe o trabalho com a verdade, a obra literária é ficcional, subjetiva e, por isso, volta-se também para o futuro, para o devir. A função da história é formar e informar, por isso atrai as pessoas pelo poder do saber, enquanto a literatura supõe prazer e distração, utiliza-se de um discurso polifônico e não nos oferece a saída, apenas mostra-nos o caminho.

Na literatura o leitor se identifica com as personagens e sente-se livre para deixar fluir suas emoções. Por isso, talvez alguns personagens da literatura sejam tão inesquecíveis para nós, enquanto na história apenas gravamos nomes, datas e acontecimentos que nem sempre nos são significativos. A literatura não narra o que aconteceu, mas a representação de um acontecimento ou do que poderia vir a acontecer. Portanto, uma das diferenças entre um texto literário e um texto histórico é que o primeiro é fruto da imaginação do literato e, o segundo, origina-se de uma pesquisa acadêmico-científica. Entretanto, como o texto é sempre uma criação subjetiva e o ato da escrita uma prática que não se realiza segundo um método objetivo, os dois tipos de texto seriam formas diferentes de dizer cada um a sua verdade: a literatura por meio do possível e a história por meio do provável.

Apesar desse paradoxo que envolve literatura e história, aquele que observa com mais acuidade, é possível verificar que não há apenas contradições entre essas duas áreas, há semelhanças entre elas, a começar pelo fato de que ambas se enquadram na grande área das ciências humanas, são práticas discursivas elaboradas pelo homem num processo de interação com outros seres humanos e que trabalham com as palavras, através, principalmente, da narrativa. Quando tratamos da nova concepção de história que vem se sobrepondo à história tradicional, as semelhanças se tornam um pouco mais evidentes. A literatura, além de dar voz às personagens principais, também o faz com outras personagens (secundárias, terciárias, etc.). Essa característica a nova história vem aprendendo – talvez até com a própria literatura. A nova proposta de uma história "vista de baixo" procura dar voz aos inúmeros atores da história, não se restringindo aos personagens principais, como outrora fez a história tradicional. O objetivo da nova proposta não é apenas permitir que falem aqueles que ficam à margem da história, mas revelar que no cotidiano social convivem vozes efervescentes, que também precisam ser ouvidas e que retratam o homem e sua própria historicidade, ou seja, o

homem que passou a pensar a si próprio em termos históricos e não como um ser finito, dominado pelo jugo das coisas.

A história deve seguir os passos da literatura e localizar-se também no presente, na apreensão do que é vivo, afinal, é no presente que o passado se materializa, pois a história acontece no presente, no aqui e agora. Passado e presente ocupam o mesmo espaço. E, dentro das novas possibilidades de trabalho do historiador, pelas quais, através do olhar do presente, se busca ir ao passado, ele encontra na relação com outros campos do conhecimento – como a literatura e a análise do discurso, por exemplo – novas formas de compreender e escrever sobre esse passado. É inquestionável a contribuição que esses campos podem propiciar ao historiador. Tanto a história quanto a literatura e a análise do discurso dispõem de objetos de estudo semelhantes, como os discursos, as narrativas, os textos, etc. Assim, entendemos que cabe ao historiador disposto a analisar os acontecimentos da história, numa perspectiva interdisciplinar, procurar se aproximar da análise do discurso e da literatura para ampliar suas análises documentais.

Na abordagem da nova história, essa aproximação se mostra particularmente importante, uma vez que lida constantemente com as práticas discursivas e não discursivas entrelaçadas pelo jogo político.

Em *O Fantasma de Luis Buñuel* percebe-se que é possível trazer para o debate os momentos de encontro da história com a literatura, particularizando o campo da análise do discurso e suas possibilidades de leitura dos fatos ligados à política de repressão da ditadura militar e à construção de Brasília, uma vez que o romance se inscreve em um espaço sócio-histórico em que os sujeitos discursivos (e ficcionais) são atravessados pelas relações históricas, sociais e ideológicas.

Na obra, os capítulos têm uma data explícita: *1968 – Edu: A noite do princípio*; *1978 – Tadeu: Os arautos negros*; *1988 – Dina: O ciclo das águas*; *1998 – Tonho: As metamorfoses*; *2003 – Esmeralda: A manhã do fim*; e, o *Epílogo*, o que evidencia as marcas de referencialidade histórica que vão recuperar sentidos dispersos em uma conjuntura de significados inscritos em formações sociais, políticas e ideológicas que caracterizaram o regime militar brasileiro e o contexto relativo à construção de Brasília. Essa referencialidade histórica presente na obra nos remete às condições de produção nas quais se constituem as enunciações dos sujeitos discursivos nesse período histórico.

É possível compreender, com a análise da obra, que a repressão política se legitimou nesse período pelo campo discursivo. O interdiscurso perpassa toda a narrativa, entrelaçando política, repressão e militância. Temos um processo de interdiscursividade em

constante dinâmica na produção dos discursos dos sujeitos enunciadores na obra. Não podemos perder de vista que um discurso nunca é autônomo ou original em si mesmo, ele parte de discursos já existentes para obter efeitos de sentido num determinado contexto em que ele tem funcionalidade.

No caso dos estudos sobre a ditadura militar e a construção de Brasília, na obra, observamos que, no contexto de 1968, os militares construíram seus discursos respaldados pelos discursos de uma sociedade que necessitava de uma reforma econômica, do controle da inflação e do fim da corrupção. O interdiscurso que atravessa o primeiro capítulo da obra reitera a urgência do restabelecimento da ordem política e econômica, para permitir, em seguida, a volta à vida política normal do país. Assim, os discursos do governo militar, através da interdiscursividade e da memória discursiva, produziram a imagem negativa do militante, visto como comunista, como o grande inimigo da nação e ameaça à segurança nacional. Em OFLB, isso fez com que os militantes fossem, por um lado, temidos por serem vistos por muitos como inimigos da pátria, terroristas, comunistas e, por outro, promoveu a imagem positiva do governo que se tornou aquele que libertava o povo dessa ameaça, sobretudo por meio de instrumentos como: torturas, uso da força bruta policial, repressões a manifestações públicas e à mídia, em geral. Cenas como as apresentadas a seguir tornaram-se comuns:

> E os meganhas chegaram com tudo, batendo e enfiando o cassetete na sua barriga. Ela estava sozinha no seu pequeno apartamento da L2, tia Romanza estava em Goiás, onde continuava morando. Só chegou no dia seguinte, avisada pelo vizinho do apartamento ao lado que, felizmente, foi acordado pelo barulho e viu quando ela foi enfiada aos empurrões no camburão (OFLB, p. 197).

Pessoas sendo abruptamente arrancadas de suas casas, presas em locais secretos, torturadas ou até mesmo assassinadas. Além de comuns, tais atos recebiam o apoio de grande parte da população, que se sentia protegida contra aqueles que o governo chamava de terroristas, comunistas e inimigos da nação. Ao tratar os militantes pela designação de "comunistas", a memória discursiva atua, trazendo do imaginário popular o ideário do senso comum sobre pessoas comunistas como aquelas que "comiam criancinhas", "matavam velhinhos inocentes", "queriam livrar o mundo dos negros", entre outras coisas. Dessa forma, o governo apresentava-se como o único salvador, aquele que extirparia do país todas as pessoas que acordassem com a militância.

Em OFLB, são recorrentes essas ações do governo na tentativa de mostrar à população quem eram os inimigos (membros do movimento estudantil, professores, artistas,

militantes, etc.) e de instaurar entre o povo a idéia da necessidade de se expurgar da sociedade essas pessoas que lutavam contra a ordem estabelecida e que deveriam ser vistas como criminosos. Outro exemplo diz respeito à Universidade de Brasília, esta era um dos principais ambientes considerados subversivos pelo governo militar. Os professores e alunos da instituição eram apresentados à população como desordeiros, criminosos e comunistas, pessoas que deturpavam as propostas do governo de melhoria das condições de vida social. Com esse discurso, o governo pretendia que o povo o apoiasse no fechamento da instituição, sob a falsa idéia de garantia da segurança nacional. Os policiais armaram uma situação que justificasse o fechamento da universidade e que garantisse o apoio da população. Então, na manhã do final de agosto, enquanto os estudantes estavam em aula, eles chegaram armados com bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras, mosquetões, bazucas, pistolas, revólveres e cassetetes e prenderam Honestino, que trabalhava na federação da universidade. Sob a alegação de subversão, arrastaram-no a socos e pontapés e o jogaram num camburão.

> Saíram a todo, mas deixaram uma viatura velha estacionada propositadamente bem em frente à Reitoria. Um carareco, uma isca, uma obvia provocação.
> Àquela altura, a estudantada veio de tudo quanto é canto, mas era tarde demais. Honestino já tinha sido levado e, em seu lugar, a viatura velha ficara estacionada ali, como um presente. Claro, foi derrubada, apedrejada e incendiada na hora.
> Era o pretexto que os milicos esperavam para invadir.
> E vieram como se fossem enfrentar inimigos armados (OFLB, p. 37).

Observa-se que esse foi o pretexto utilizado pelo governo para fechar a universidade. Eles "mostraram" ao povo que aquele era um local de encontro de criminosos e desordeiros, que precisava ser fechado para garantir a segurança do país. Poucos foram os jornais que contaram o fato. A verdade que veicularam foi a verdade defendida pelo governo, uma vez que a maior parte da imprensa era conivente com esse ideal de verdade. Assim, as informações que chegaram aos brasileiros foram aquelas que estavam em concordância com os atos governamentais e o povo (em grande parte) sentia-se confortado por ter um governo protetor.

Em outras palavras, as ações repressivas do governo militar têm nas práticas discursivas o suporte ideológico para a construção da imagem negativa dos inimigos, reproduzindo um consentimento social para a ação repressiva sobre eles. A repressão era utilizada, mas dentro de um aparato ideológico construído em torno de uma imagem mitológica que associava o governo àquele que agia em defesa da segurança nacional. Nesse sentido, para os inimigos – os subversivos, ativistas contrários ao governo – era construída uma imagem negativa.

Portanto, no governo militar, a construção das imagens dos inimigos situava-se na identificação da desordem nacional e na definição do sujeito subversivo[12]. A produção discursiva dos órgãos oficiais reproduzia o discurso ideológico do governo de manutenção da ordem e combate à desordem, com base na utilização de palavras-chaves que designavam quem eram os desordeiros.

O que torna a presença policial tolerável pela população é o medo constante dos delinqüentes. É esse medo que faz com que os delinqüentes sejam de grande utilidade para os discursos de legalidade da ação policial. O governo militar, ao identificar os responsáveis pela desordem nacional, qualificar o inimigo como subversivos à ordem e revelar o perigo que eles representavam, construiu um campo de ação policial aceito pela maioria da população. E essa ação policial, ao se espalhar pelo país, produziu um efeito de sentido que induziu ao comportamento desejado nos indivíduos, que se sentiam vigiados todo o tempo. Dessa forma, discurso e polícia imbricam-se numa mesma rede de formulações, possibilitando a funcionalidade da política de repressão do governo e a legitimidade do Estado autoritário.

Enquanto construía a imagem do inimigo do povo e da nação pelos discursos, o governo militar justificava a ação policial e criava um referencial de argumentação para a renovação dos discursos e da opressão policial, por meio de diversas estratégias discursivas. Por outro lado, percebemos que há uma representação social e política dos discursos dos "subversivos", como Edu, Tadeu, Dina, Tonho e Esmeralda; os discursos exercem um papel social na produção dos sujeitos e buscar o lugar histórico de atuação desses sujeitos e sua posição em relação ao militarismo constitui um fator relevante para nossos estudos.

Dentro dessa concepção de Estado protetor, os discursos militares funcionaram no contexto pós-1964 e vão, posteriormente, sendo substituídos pelos "novos" discursos que deram suporte e legitimidade ao Estado Democrático.

> Naquele começo dos anos 1980, e como sempre, a crise andava brava. A parte boa era o processo de redemocratização que se iniciara, o país começando a respirar um certo clima de liberdade. O Partido dos Trabalhadores tinha sido fundado e estava crescendo. Dina e Délio eram militantes, faziam parte de um grupo que trabalhava em um centro cultural na Baixada Fluminense e publicava um jornal na periferia, um dos chamados jornais da imprensa nanica, política que então proliferava em algumas capitais (OFLB, p. 159).

[12] Entenda-se por subversivo todo aquele que, segundo o governo militar, criava desordem e combatia o regime militar.

> Ele [Tonho] e Judith moravam no Rio e resolveram colaborar na primeira campanha do PT. A idéia foi mais de Judith, achando que algo de novo estava acontecendo, e queria participar daquela ebulição política que marcou a volta do país à democracia. Através do grupo de Dina e Délio, eles foram a algumas reuniões de apoio a candidatos de origem operária – nenhum deles ganhou (OFLB, p. 249).

No primeiro fragmento, observamos que um dos "novos" discursos que despontaram nesse novo contexto de democratização do país foi o do Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, em São Paulo. O PT reuniu parte da esquerda brasileira e foi impulsionado pelas grandes greves de 1978 a 80, pelo retorno de muitos militantes de esquerda do exílio, com a Anistia, em 1979, e pela ascensão do movimento de base da Igreja Católica, inspirado na Teologia da Libertação. O principal desejo desse grupo era interromper a ditadura militar, que já chegava ao final. O seu discurso foi veiculado pelos meios de comunicação, nas ruas e nas indústrias.

É inegável que o discurso do PT enquanto partido político de esquerda, cujo objetivo era a instauração da democracia, atraiu muitas pessoas ansiosas por mudanças. Entretanto, como podemos verificar no segundo fragmento, o povo, que constituía a grande massa eleitoral, apesar dos "novos" discursos e da promessa de mudança no contexto sócio-histórico e econômico, preferiu a segurança de um governo que conduzisse os seus passos, esquecendo-se da experiência que vivenciaram com o governo ditatorial. Ressaltamos, então, que no discurso político, memória e esquecimento são constitutivos um do outro.

Ao longo dos primeiros dez anos de existência, o Partido dos Trabalhadores foi rotulado pela população como partido de bagunça, de confusão, de reivindicação sem proposta. Na década de 80, participou de todas as eleições, conquistando apenas algumas prefeituras e vagas no parlamento. O que revela que o povo apegava-se aos "velhos" discursos de segurança, de modernização e organização social difundidos pelo governo de direita.

Nota-se que, mesmo nos "novos" discursos que se configuravam, são recuperados pela memória discursiva temas que haviam sido construídos pelos discursos militares e intervencionistas, como a imagem nacionalista e protetora de um governo que garantia a segurança, controlava a inflação e valorizava a família. Por isso, partidos políticos como o PT, por exemplo, que traziam um ideário novo de governo democrático e popular, não conseguiram vencer as eleições, por vigorar no imaginário do povo a representação do governo como um órgão responsável por conduzir seguramente a vida de todos os brasileiros e a Nação.

No encontro de Dina, Tonho e Esmeralda, em 1988, o país estava saindo da ditadura militar para a democracia, entretanto, pelos dizeres do grupo, percebe-se que mesmo

mudando-se a forma de governo do país, as características do governo anterior ainda são sentidas, mesmo após tantos anos de sua instauração:

> Esmeralda, que não estava no Brasil na morte de Tancredo, quer saber detalhes do enterro, impressionada com as imagens que viu na época, nos jornais americanos. Pergunta se eles acham que houve mesmo um complô, se Tancredo foi assassinado, como viu insinuado em algum lugar. Tonho e Dina dizem que não, foi mais um drama surrealista do país, o primeiro presidente civil depois de vinte e um anos de ditadura militar morrer de infecção hospitalar. Não ponho a mão no fogo, diz Tonho, mas acho que ele teve mesmo essa morte inglória e estúpida. Só mesmo nosso paisinho escroto para torná-lo um herói só por ter morrido, ele que foi companheiro assíduo dos governos militares (OFLB, p. 135).

Aquele que seria a esperança de um governo democrático fora, no passado, companheiro e adepto do militarismo, portanto, as expectativas de que os resquícios do governo ditatorial fossem sentidos agora era forte no grupo e entre outras pessoas. Observa-se que os discursos que se configuraram nesse novo contexto sócio-político, por meio do interdiscurso, foram atravessados por discursos outros já existentes e que fazem parte da rede da memória discursiva de nosso povo:

> Igualdade – que não exista miséria, que não se morra de fome, que todos tenham possibilidades iguais para se realizar como seres humanos iguais. Nessa área, a conquista – se houve alguma – tem sido ainda muito mais lenta. Acompanhando agora as notícias que chegam daí [Brasil], me pergunto: é nossa geração que realmente está no poder ou apenas seu simulacro, um clone que conseguiram fazer de nós? (OFLB, p. 307).

Por meio desse fragmento, observamos que no novo contexto sócio-político e econômico, os ideais de igualdade que convivem no imaginário dos sujeitos são ainda atravessados por concepções historicamente arraigadas de que num país como o Brasil a igualdade é apenas um ideal, algo existente apenas no plano da ilusão, pois a realidade que se observa é de um país cuja distribuição de renda é injusta, grande parte da população vive em condições precárias e muitos passam fome e onde as pessoas são classificadas de acordo com o poder aquisitivo que possuem.

A historicidade do dizer se relaciona com a compreensão de que os discursos correntes em uma determinada sociedade referem-se mutuamente e determinam a *forma* e o *que* se diz. Para usar esse dispositivo teórico na tarefa de desvelar a propaganda política do governo no período da ditadura militar é preciso ter em vista o contexto sócio-histórico em que o militarismo se desenvolveu e buscar conhecer como os diversos discursos concorrentes

(dos militantes contra o governo, por exemplo) desviavam essa realidade e como se vinculavam entre si, mesmo se afastando uns dos outros.

Os sentidos vinculados aos discursos produzidos com relação à ditadura militar e à construção de Brasília auxiliam na compreensão de uma noção de brasileiro, a partir da participação de jovens militantes, artistas, professores e pessoas da sociedade na constituição desse período histórico. Na construção dessa noção, o mito da intervenção política necessária serve de elemento constituinte da identidade proposta nos discursos.

Sobre o confronto entre militares e militantes, o quadro enunciativo nos mostra que a escrita histórica desse período considera que os acontecimentos da ditadura militar e da construção de Brasília resultam de um processo que envolveu estratégias de produção da realidade promovidas pelo discurso oficial. No *corpus* em evidência, os jornais foram importantes aliados do governo, pois ocultavam o que realmente estava acontecendo e revelavam aquilo que era do interesse do governo. É nesse trabalho de interpretação do real e de construção da notícia que se verifica o funcionamento do lugar, da prática e da escrita jornalísticos na produção histórica de um país.

Uma outra questão é formular e compreender o que seria o lugar do sujeito militante interpelado pelas condições sócio-históricas e políticas vivenciadas pelo Brasil no período. Nesse lugar discursivo há uma tensão entre as memórias discursivas, ligadas aos referenciais da nacionalidade, de liberdade e de Estado brasileiro.

> Quando cerca de dois meses atrás tivemos a reunião onde ficou decidido que eu deveria deixar Brasília, assumir a luta para valer, entrar na clandestinidade como um profissional da Organização, ou seja, que a partir daí eu viveria para fazer a Revolução, minha primeira reação foi de euforia, o grande sentimento de estar fazendo a coisa certa. Estava me preparando para isso desde que comecei a entender que a situação do nosso país só iria melhor se cada um de nós fizesse a sua parte (OFLB, p. 19).

Edu, o enunciador desse fragmento, ao inscrever-se em um lugar sócio-histórico, através de um discurso, marca seu lugar discursivo, o lugar de onde produz seu discurso. Percebemos nesse fragmento a coexistência, no discurso de Edu, de diferentes discursos, tais como o político e o histórico, que se tornam presentes em vários momentos em sua enunciação e tornam-se constitutivos das formações discursivas em que ele se inscreve. Essa presença marca seu posicionamento político no que tange à luta contra o regime político de 1960, evidenciando as relações históricas aí estabelecidas e também suas relações sociais.

Por meio dessa enunciação, evidenciamos que o discurso de Edu é marcado por sua formação ideológica e política e que este discurso é produzido a partir da exterioridade

que lhe é constitutiva, das condições de produção que regem o seu funcionamento e também da história. Edu acreditava que só se mudariam as relações de poder vigentes no país e estabelecidas pela ditadura se se esclarecessem as pessoas sobre os problemas vivenciados pelo país e as conscientizassem de seu verdadeiro papel no que se refere à mudança desse quadro social. Ele se posiciona como o portador de uma voz de luta, de resistência e de mudança.

É importante ressaltar que os sentidos, nessa enunciação, transitam em espaços contraditórios, instaurando polêmicas e deslocamentos, uma vez que os efeitos de sentidos não serão os mesmos para cada interlocutor, a instauração desse sentido dependerá também do lugar sócio-histórico e ideológico ocupado pelo próprio interlocutor. Sendo assim, para uns Edu representava a própria voz da razão e da consciência necessárias para se lutar contra o regime imposto, para outros, no entanto, sua enunciação remetia a outros sentidos, como, por exemplo, aqueles vinculados à desordem e ao comunismo[13]. Nesse sentido, a voz do sujeito enunciador expressa a memória discursiva que faz uma relação do enunciado presente com enunciados passados, produzindo as imagens que são construídas pelos interlocutores.

Em "O senhor não vê para onde os milicos estão levando a gente? O senhor não vê que, se ninguém reagir, o país vai se afundar cada vez mais nas sombras do imperialismo?" (OFLB, p. 20), percebemos que esse enunciado remete a FDs que determinam as relações de poder entre o governo e o povo brasileiro. As regularidades observadas na enunciação de Edu são garantidas graças à inscrição desse sujeito na história e sua submissão às "regras" que regem a produção de sentidos retomados pela memória discursiva. É no espaço da exterioridade, e por meio da memória discursiva, que o sujeito enunciador constrói sua enunciação. E essa construção reflete sua inscrição ideológica em uma conjuntura política e social em que não se é permitido dizer qualquer coisa. O discurso de Edu, como observamos, é marcado pelo interdiscurso que faz emergir outras vozes, como a voz da luta contra o *imperialismo* que por tanto tempo dominou as relações entre nações. Assim, por suas crenças, pela memória discursiva e pelo interdiscurso, Edu ocupa esse lugar sócio-histórico e ideológico e não outro e de sua voz ecoam as vozes da resistência e da denúncia e a voz do sujeito social.

---

[13] No imaginário coletivo, comunismo confundia-se com nazismo, daí ser um regime tão temido por grande parte do povo brasileiro. Essa confusão de significados foi criada pelos discursos que os militares produziram e que foram amplamente divulgados por eles e pela mídia.

Edu é um sujeito histórico e sua inscrição discursiva se dá a partir de um lugar e de um tempo também históricos. Seu discurso está sempre situado em relação a outros discursos e, a partir dessa relação, novos discursos emergem.

> Foram anos de grupos de estudo sobre a teoria marxista e a situação do país, de leituras e discussão, de militância no movimento estudantil, que me trouxeram até aqui. Agora, finalmente, o combate começaria pra valer e eu me sentia realizado e feliz. No entanto, como também aprendi na primeira lição de materialismo dialético, tudo é contradição, é esse o movimento do mundo, e assim, além da euforia, comecei a sentir também a tristeza de deixar meus companheiros, minha família, minha cidade e minha vidinha feliz de estudante classe média (OFLB, p. 19).

Nesse fragmento, verificamos que a voz do sujeito Edu é atravessada por discursos outros, que são retomados por meio da memória discursiva e do interdiscurso, como é o caso do discurso marxista, do materialismo dialético e da contradição que move o mundo, do combate e da ilusão de completude de se pertencer a uma família de classe média e feliz. Edu ocupa uma voz de contestação. Ele contesta não só o poder enquanto poder político e repressivo, que limita os direitos dos indivíduos e intervém na vida das pessoas, mas também o conformismo das pessoas frente à realidade social, política e econômica vigente e o controle que é exercido sobre os discursos. Seus dizeres possuem uma carga de significação social e política intensa e essa significação é propiciada pela memória discursiva e pela história. O discurso de Edu, que traz essas marcas advindas da memória discursiva, do interdiscurso, da história e da ideologia, é também ressignificado por novos sentidos vindos de outras formações discursivas e das inscrições sociais e políticas dos sujeitos interlocutores e, conseqüentemente, esse discurso tornar-se-á outro; esse outro será novamente ressignificado, formando uma teia discursiva infinita e constituindo sujeitos.

Observemos dois fragmentos: "Nunca mais vi ninguém; não quero ver. Não mesmo" (OFLB, p. 73) e "Tonho era o cineasta, Esmeralda, a artista, e eu, o que era eu? A bicha" (*ibidem*, p.74). Aqui verificamos a enunciação de Tadeu, que inicia seu capítulo questionando a sua condição humana. No interdiscurso apresenta-se a voz do sujeito social, marcado pela fragmentação e marginalizado por ser homossexual. Os sujeitos enunciadores de OFLB constroem suas enunciações por meio de lembranças advindas de sua memória. Tomemos Tadeu como exemplificação desse processo. Ele inicia seu capítulo dizendo que não queria ver mais os membros daquele grupo de amigos dos anos 1968, como observado no primeiro fragmento. Agora, homossexual assumido, morando em outra cidade, tinha uma vida nova, convivia com outras pessoas e não queria saber dos caminhos que a militância tomava.

Edu já havia morrido, aquele que era, na época, seu grande amor "secreto". Portanto, seu contato com o grupo não tinha mais razão de ser.

Tadeu vai tecendo a narração com sua própria voz, retomando aspectos trazidos pela lembrança e costurando essa narração com outras vozes presentes em sua enunciação. Ele vai reconstruindo seu passado, começando pela infância em Salvador e caminha até os dias atuais. Em seu discurso a polifonia se faz presente por meio das vozes que revelam os conflitos e as angústias que viveu enquanto militante contra a ditadura e a discriminação que sofreu e sofre por sua condição de homossexual, que fica evidenciado pela própria nominação que dá a si mesmo "A bicha", conforme o segundo fragmento. Esse termo traz toda uma carga significativa de valor pejorativo, estigmatizante e de condenação social. Nesse sentido, Tadeu, um sujeito clivado pelo inconsciente, carrega consigo uma memória discursiva referente à imagem que o povo brasileiro possui com relação ao homossexualismo e essa impressão é determinante na prática cotidiana desse sujeito enunciador, tanto no que tange às questões de ordem pessoal, quanto social e cultural. Verifica-se, portanto, uma conjunção entre a memória discursiva, o histórico e o ideológico na enunciação de Tadeu quando ele trata da condição do homossexual brasileiro.

Pela enunciação de Dina, percebemos que o sujeito é fortemente influenciado pelos aspectos históricos. Ela fez pós-graduação, na França, em Ciências do Ambiente e começou a perceber os problemas históricos advindos da degradação ambiental:

> era preciso começar a encarar de fato a situação de risco ambiental em que o mundo se encontra. Era começo dos anos 1980 e pouco se falava dessas questões, mas para eles [Dina e Délio] já ficara claro que a degradação ambiental era uma das grandes fraturas do sistema; não era apenas um problema a ser resolvido, mas uma conseqüência do desequilíbrio fundamental que está na base do funcionamento da civilização industrial (OFLB, p. 185).

Essa influência da história lhe é transmitida pela memória discursiva, calcada em formações discursivas de base histórica e social. A partir daí, ela vai construindo seu discurso, que é atravessado por outras vozes e pelo interdiscurso, que são ressignificados e passam a constituir um "novo" discurso. Os problemas ambientais causados pela degradação desenfreada promovida pelo homem fazem parte de um discurso que veicula na sociedade há tempos, não é novo, mas é retomado diariamente por novas formações discursivas e ressignificados a partir do lugar de inscrição dos sujeitos discursivos que o adotam. Assim, Dina abandona a luta pelo fim da ditadura militar e embrenha-se na luta pela preservação ambiental. Verificamos aí uma movência de sentidos relacionados ao termo luta para esse

sujeito enunciador. A luta é uma condição para a existência de Dina enquanto sujeito social e engajado, entretanto, como a luta contra a ditadura deixa de ser o centro de sua resistência, ela procura uma outra forma de luta. Os sentidos, então, se movem.

A memória discursiva refere-se à recorrência de enunciados no discurso, ela seleciona o que deve ser rejeitado e o que pode ser realizado num novo contexto e em determinadas condições de produção. Ao eleger o enunciado *O Fantasma de Luis Buñuel* como título da obra, por meio da memória discursiva, presentifica-se para o leitor todo um importante contexto histórico,

> Éramos apaixonados por Buñuel, irrestritamente. O escândalo surrealista era nossa medida de vida, nosso desejo e intenção, mas queríamos abrasileirá-lo, politizando-o ainda mais. Colocar em seu centro o povo, a revolução brasileira (*ibidem*, p.12).

> *L'amour fou* dos surrealistas.
> Por que nos identificávamos tanto com eles?
> Tanto quanto nós, os surrealistas queriam a revolução, queriam explodir a sociedade burguesa, mudar a vida. Não estavam criando apenas um movimento artístico. Sabiam que isso seria inútil. Queriam mais (*ibidem*, p. 34-35).

Luis Buñuel Portolés foi um cineasta espanhol que realizou um cinema profundamente pessoal, que refletia sua personalidade crítica, combinando elementos da tradição realista ibérica com aspectos da subversão moral preconizada pelo surrealismo. Buñuel é um autor agressivo e seus filmes contestam a ordem estabelecida, são insólitos, transgressores e impregnados de temas como morte, sexo e religião. Apresentou um humor corrosivo contra a Igreja, a hipocrisia moral dos burgueses e o poder constituído e revelou as condições precárias em que viviam as classes menos favorecidas. Essa perspectiva é retomada por meio da memória discursiva pelos sujeitos-enunciadores durante toda a trama. Essa recontextualização aparece em um novo momento (a ditadura militar e a construção de Brasília), provocando novos efeitos de sentido. Os enunciados sobre as condições precárias em que vivia a população brasileira mais pobre são tomados de empréstimo de outros campos discursivos – e um deles é, certamente, o cinema surrealista espanhol, presente na figura de Buñuel.

A memória discursiva perpassa também a interpretação que o leitor faz do que é enunciado na obra. Ele não considera apenas o que foi verbalizado, via a palavra escrita, mas os aspectos históricos e ideológicos que são remetidos por essas palavras. Assim, sua voz também passa a fazer parte do interdiscurso que transita pela obra e sua inscrição sócio-histórica e ideológica vão contribuir para a produção dos sentidos advindos dessa leitura. É

nesse espaço de enunciação e interpretação que entendemos OFLB. O *corpus* caracteriza-se como um espaço onde coexistem diferentes sujeitos, cada um com sua subjetividade(s) e identidade(s) própria, convivendo em um mesmo espaço discursivo. Daí inferirmos que a compreensão dos discursos presentes em OFLB não pode advir de um "eu", mas de um "nós", que engloba os leitores, os sujeitos-enunciadores e todos os brasileiros (ou não brasileiros) que interessarem-se pela leitura dessa obra literária.

Aqui ressaltamos o papel da obra literária, de forma geral, e no caso de OFLB, em específico, de possibilitar, por meio da memória discursiva - sobre a Ditadura Militar, a construção de Brasília, o homossexualismo, etc. - e do interdiscurso, a explicitação das condições de aparecimento dos discursos dos sujeitos enunciadores. Esses discursos reforçam o caráter político e compromissado de uma geração que lutou pelos direitos sociais e políticos dos cidadãos e por melhores condições de vida para toda a nação. Nesse sentido, percebemos que a obra literária tem como função "pôr à mostra" assuntos que, pelas razões mais diversas, são silenciados por aqueles que detêm o poder de controle social. Além de revelar os lugares e os papéis desempenhados pelos sujeitos na trama discursiva, a obra literária abre um espaço para que o leitor/interlocutor reflita sobre as verdades difundidas pelo governo, pelos meios de comunicação e por aqueles que ocupam cargos de comando e de direção. Instigando os sujeitos/leitores a questionarem sobre as relações de poder aí estabelecidas e impelindo-os a participarem de forma atuante (e não submissa) nessas relações.

2. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO EM *O FANTASMA DE LUIS BUÑUEL*

2.1. Considerações Iniciais

A análise do discurso interessa-se pela língua, entretanto, é o discurso o foco de suas pesquisas. Não o discurso enquanto sinônimo de "fala", mas o discurso enquanto a idéia de curso, de percurso, de movimento. Desta forma, podemos dizer que o discurso, para a Análise do Discurso (AD), é a palavra em movimento, conforme pontua Orlandi (1999). Nessa concepção, não se concebe o trabalho com a língua como sistema abstrato, mas considerando os sentidos que lhe atribuem os sujeitos enquanto enunciadores e seres sociais.

Há que serem consideradas, nesse processo, as condições de produção dos discursos por meio da análise da relação estabelecida entre a língua, os sujeitos que a falam e as situações em que se produzem os seus dizeres.

Neste capítulo, tencionamos analisar a obra literária *O Fantasma de Luis Buñuel* a partir das condições de produção do discurso dos sujeitos discursivos interpelados pelo regime ditatorial implantado no Brasil pelo governo militar a partir da década de 1960 e pela construção de Brasília, que se tornaria a nova capital do país.

Segundo Brandão (1997), o discurso é concebido como o lugar em que os sentidos se atualizam, determinados em parte pela formação discursiva (FD) em que se inscrevem. Conforme a concepção pecheutiana, é também no discurso que o lingüístico e o social se encontram, articulam-se, refletindo e ao mesmo tempo condicionando as práticas sociais. Por isso, compreendemos o caráter histórico como rede de sentidos e os fatores sociais e ideológicos como constitutivos dos sujeitos. Nesse sentido, almejamos analisar, no *corpus* em evidência, como os sentidos se constroem a partir das formações discursivas e do lugar social em que estão inscritos os sujeitos-enunciadores.

Nossa proposta nessa pesquisa é analisar a discursividade presente em um *corpus* literário, observando-se os sentidos advindos dessa materialidade lingüística, sem, no entanto, nos atermos à análise puramente lingüística, estrutural e/ou literária. Iniciaremos pela análise das condições de produção na obra, pois, entendemos que um discurso é sempre determinado por suas condições de produção, balizadas pelos aspectos sócio-históricos e ideológicos que envolvem a enunciação.

Iniciaremos nossa discussão pela noção de condições de produção para a Análise do Discurso e, em seguida, enveredaremos para as condições de produção no *corpus* em

estudo, abordando os aspectos que envolvem as condições de produção na obra – o discurso, o discurso controlado, a formação discursiva política e a posição-sujeito dos enunciadores.

2.2. Breves incursões sobre o discurso e o interdiscurso em OFLB

Fernandes (2005, p. 19-20) destaca que a palavra discurso, de forma geral, é normalmente utilizada como se referindo a "pronunciamentos políticos, a um texto construído a partir de recursos estilísticos mais rebuscados, a um pronunciamento marcado por eloqüência, a uma frase proferida de forma primorosa, à retórica, e muitas outras situações de uso da língua em diferentes contextos sociais".

A AD rompe com essas acepções e toma o discurso como um objeto de investigação, constituído de conflitos próprios à existência de tudo que tem vida social.

Dessa forma, o analista do discurso precisa romper com as estruturas lingüísticas para entender o discurso, uma vez que este se encontra na exterioridade, no seio da vida social. O espaço puramente lingüístico é abandonado e o analista dirige-se a outros espaços no intuito de compreender justamente a constituição dessa exterioridade – o discurso. Exterioridade que é marcada por conflitos sociais e pela inscrição ideológica dos sujeitos. Daí a relação necessária entre ideologia e discurso.

Um discurso constitui-se por outros discursos que advêm de diferentes tempos e inscrições sociais; estes se entrelaçam no interior de uma formação discursiva, que faz referência àquilo que foi dito em determinada época ou espaço social e é constitutivamente "atravessada" por elementos que vêm de outro lugar, isto é, de outras formações discursivas (FD), e se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais, o que pode acontecer sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos. Aí se instaura o interdiscurso, que é a presença desses diferentes discursos na constituição de um discurso, ou seja, um discurso é sempre perpassado por um já-dito anteriormente em outro lugar, e que é retomado no presente, o que é freqüentemente observado nas construções discursivas dos sujeitos-enunciadores de OFLB.

Na concepção de Foucault (2000a, p. 48-49), o discurso é "um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos". Dessa forma, os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos. Tais acontecimentos se configuram como séries descontínuas umas em relação às outras, descontínuas no sentido de

que rompem com o momento e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções.

É relevante ressaltar que o discurso é polissêmico e, para compreendê-lo, precisamos reconhecer a formação discursiva em que ele se inscreve, ou seja, aquela que deixa entrever o discurso social. No caso de OFLB, ele é retomado pela memória discursiva sobre a ditadura militar:

> Tenho plena consciência de que é preciso fazer alguma coisa para mudar este país. Chega de fome, de miséria, chega de opressão. O senhor não vê para onde os milicos estão levando a gente? O senhor não vê que, se ninguém reagir, o país vai se afundar cada vez mais nas sombras do imperialismo? Que no momento a única saída é tirar este país da situação em que o governo o colocou? O senhor não vê como essa violência injusta do governo contra o povo só pode levar à violência justa da revolução? (OFLB, p.20).

Por esse fragmento, o discurso social é retomado na medida em que o sujeito discursivo Edu explica para o pai sobre a situação em que se encontra o país. Por meio da memória discursiva, reflete sobre a desigualdade social e a miséria do povo brasileiro, além de remeter-se ao imperialismo, enquanto evento histórico que ele de certa forma critica, por meio de seus dizeres "o país vai se afundar cada vez mais nas sombras do imperialismo?". Conforme Edu, o país precisa mudar, o povo deve lutar por melhores condições de vida e reconhecer que foi o governo quem colocou o país nessa situação. Entrevemos aí o discurso social marxista, que, mesmo não estando presente na superficialidade lingüística da enunciação, atravessa todo o discurso do sujeito enunciador, marcando seu lugar discursivo.

Observa-se que a política, a identidade, a revolução, dentre outros, caracterizam-se por serem "acontecimentos" sociais, históricos e ideológicos e se apresentam como diferentes vozes caracterizando os vários sujeitos e coexistindo em um único espaço discursivo, que é a obra literária em estudo. Essa heterogeneidade de vozes[14] diz respeito aos diferentes elementos sociais, históricos e lingüísticos que perpassam a obra.

Na aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada no dia 02 de dezembro de 1970 – que posteriormente foi publicada sob o título de *A Ordem do Discurso* (1996), Michel Foucault alerta que há interdições que atingem o discurso, marcando aí as relações de poder. Como o próprio título da obra anuncia, Foucault apresenta sua preocupação em demonstrar como o discurso passa por um processo de ordenação. E, a partir de suas palavras, podemos constatar que em todas as sociedades a produção dos discursos não é espontânea. Ela é

[14] Sobre heterogeneidade de vozes, remeter-se ao Capítulo III.

regulada, selecionada, organizada e redistribuída. Dessa forma, não temos o direito de dizer tudo o que queremos ou pensamos em qualquer circunstância ou em qualquer lugar. Aos sujeitos do discurso é imposto um conjunto de regras que definem o que se pode ou não dizer.

Daí a concepção foucaultiana de que o discurso sempre se produz em razão das relações de poder. Tais relações não funcionam dissociadas de um funcionamento do discurso. Para Foucault, a sociedade é uma construção histórica atravessada por práticas discursivas. E essas práticas discursivas são controladas, selecionadas, organizadas e redistribuídas pelos procedimentos coercitivos que têm por função primordial evitar os poderes e perigos do discurso. Tanto em *As palavras e as coisas* (2004b), *A Arqueologia do Saber* (2005), *A ordem do discurso* (1996) e *História da sexualidade* (1977), Foucault identifica e discute os procedimentos internos e externos de regulação do discurso, que o classificam como válido ou nulo em uma determinada formação discursiva.

Nesse trajeto, acreditamos que a enunciação não é neutra e nem constituída sob a ilusão de que não se está tomando posição ao proferir determinado enunciado. Os discursos, em nossa concepção, consideram, portanto, o histórico e o social que, por isso, são atravessados pela ideologia; são práticas discursivas e sociais, constituídas no processo histórico e determinadas no tempo e no espaço.

Para se estudar o discurso, há que se compreender os conceitos de interdiscurso e pré-construído. Enquanto o "pré-construído" relaciona-se a algo que "já estava lá" no momento da formação do discurso, remetendo à sua objetividade material, o "interdiscurso" "designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição" (MALDIDIER, 2003, p. 51). Existe, portanto, uma relação de rede entre "interdiscurso" e "pré-construído", pois as configurações de poder engendradas por interesses que estão por detrás dos discursos (o interdiscurso) existem sempre num espaço recursivo, de retorno.

A função do interdiscurso "enquanto discurso-transverso" é atravessar e ligar entre si os elementos discursivos constituídos pelo "interdiscurso enquanto pré-construído". Este fornece a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como "sujeito falante", com a formação discursiva que o assujeita. Nesse processo, o intradiscurso constitui-se enquanto "fio do discurso" do sujeito, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, "uma 'interioridade' inteiramente determinada como tal 'do exterior'" (*ibidem*, p.167 - Grifos da autora). Diante disso, reconhecemos que em OFLB, apresenta-se no interdiscurso, entre outras vozes[15], a voz

[15] Sobre as vozes presentes no *corpus* em análise, remeter-se ao Capítulo III.

do sujeito-revolucionário, representado por meio do sujeito-subversivo, do sujeito-excluído socialmente, do sujeito-discriminado por ser homossexual.

Na enunciação a seguir, Tadeu reflete sobre o homossexual brasileiro: "Parece quase inevitável, ele pensa, que o homossexual brasileiro que se assume acabe passando por fases assim de desbunde total, de descarga contra a repressão da sociedade, quase como se precisasse desse ultraje para se encontrar, se reequilibrar depois de tudo que fazem com ele" (OFLB, p.106-107).

O homossexualismo é um assunto recorrente em OFLB. É mais amplamente discutido na enunciação de Tadeu, devido à sua própria condição de homossexual assumido, mas também é recorrente nas enunciações de seus quatro amigos, quando os mesmos tratam do próprio Tadeu.

> Todo mundo sabia, Tadeu.
> Ele ficou quieto. [...]
> E Edu... Edu também sabia?
> Dina pensou: o que responder? Os buracos de fogo cravados nela.
> Resolveu dizer a verdade.
> Que você era apaixonado por ele? Acho que não. Sabia que você era homossexual, pois com o tempo isso ficou claro para todo mundo. Mas Edu era muito ingênuo, e tinha você na conta de um irmão. Às vezes, quando eu comentava que não entendia por que você não se abria conosco, seus amigos, ele dizia que, mais cedo ou mais tarde, chegaria seu momento de se abrir e que não seria fácil, ainda havia muito preconceito, mesmo dentro da esquerda onde não deveria haver, havia, e o que a gente podia fazer para lhe ajudar era mostrar que o respeitávamos e o admirávamos. Que sua decisão certamente amadureceria com o tempo. O importante era que você fosse fiel a você mesmo, fosse coerente consigo mesmo, e ele tinha certeza de que isso você acabaria sendo, apesar dos disfarces, apesar das tentativas de se esconder, apesar da pobre da Darcy, por exemplo. Dina sorriu (OFLB, p.139-140).

No fragmento acima, Dina esclarece a Tadeu que todos do grupo sabiam da sua condição homossexual. Ele reage com indignação, pois acreditava que ninguém suspeitava, uma vez que sempre disfarçou. Conforme constatado em seguida, Dina enuncia que inclusive Edu, o amor secreto de Tadeu, sabia que este era homossexual, mas que todos o respeitavam e o admiravam e que, quando chegasse a hora, ele certamente se assumiria, como o fez posteriormente, já no Rio de Janeiro.

Há um entrelaçamento de enunciações que se remetem a outras e se re-significam a cada vez que o sujeito-enunciador muda. Para Tadeu, ele escondia muito bem seu homossexualismo, inclusive até forjou o namoro com a jovem Darcy para adquirir uma "pose de homem", pois sentia que o preconceito contra o homossexual era muito grande. Isso é constatado pela análise de sua enunciação, como veremos mais abaixo. Dina, por sua vez, mesmo apesar das tentativas de Tadeu em esconder esse segredo, sabia que ele era

homossexual e apaixonado por Edu. Ela e todo o grupo sabiam. Em sua enunciação, os sentidos se movem, como percebemos, por exemplo, no fragmento "e o que a gente podia fazer para lhe ajudar era mostrar que o respeitávamos e o admirávamos. Que sua decisão certamente amadureceria com o tempo", onde Dina demonstra que aceita o amigo, independente de sua sexualidade e que o admira e o respeita e aguarda sua decisão de se "revelar" quando se sentisse "pronto". Apesar de enunciarem sobre a mesma questão, ambos têm posicionamentos diferentes e ocupam lugares sociais também diferentes, o que possibilita essa movimentação dos sentidos.

Nos anos 1960, não era comum as pessoas exporem suas preferências sexuais homossexuais, pois isso ia contra os padrões considerados "normais" pela sociedade da época. O homossexual era considerado "anormal" pelos vários discursos existentes na sociedade, como o discurso religioso, o discurso do senso-comum, o discurso familiar, entre outros. Tadeu vivenciou essa situação desde a infância:

> Foi uma infância triste e solitária. Os colegas sacavam as coisas [...] Tinham aqueles que o faziam de alvo de deboche e gozação, a maioria, e tinha um ou outro que, mais velhos, gostavam de troca-troca, mas eram todos machões, e ai de quem ousasse pensar outra coisa (OFLB, p. 115).

> Sofreu horrores, e foi quando começou a achar que tudo devia estar errado com ele. Passou, então, um tempo interminável e horroroso de autonegação, até depois cair no mundo das drogas e da gandaia: definitivamente, um clássico da formação de uma bicha da sua geração, ele se diz. Em sua vida não faltou sequer a mítica tentativa do pai levando o filho ao bordel. Só que no seu caso, ele desceu correndo do carro, quando o deputado Lamartine estacionou o Simca Chambord em dois tons de azul na porta do famoso Castelo do 63, na Ladeira da Montanha, e fugiu (*ibidem*, p. 83-84).

Nos dois fragmentos acima, podemos observar que Tadeu teve uma infância infeliz, da qual não guarda lembranças boas. Por isso, ele resolve, quando se muda para Brasília, mudar seu comportamento, "apagar" as características de homossexual que lhe eram tão evidentes em Salvador. Ele queria fazer de tudo para ser "normal", para se adequar aos padrões sociais da época. É interessante ressaltar pela enunciação de Tadeu, em um recorte menor "e tinha um ou outro que, mais velhos, gostavam de troca-troca, mas eram todos machões, e ai de quem ousasse pensar outra coisa" que o medo da repressão social era tanto que mesmo aqueles que sentiam tendências homossexuais, como aqueles garotos que gostavam de "troca-troca", escondiam tais tendências sob a imagem de machões, criticando, humilhando e condenando os garotos homossexuais.

Quando ele diz que "Em sua vida não faltou sequer a mítica tentativa do pai levando o filho ao bordel", faz uma crítica velada às famílias tradicionais que levavam os filhos do sexo masculino aos bordéis para iniciá-los na vida sexual. Era o primeiro contato sexual do rapaz, que o tornaria "homem de verdade" e o inseriria na vida adulta. Fazendo isso, os pais (especialmente o pai) acreditavam que o filho entenderia que só poderia manter relações sexuais com o sexo oposto, assegurando a manutenção dos padrões sociais vigentes, repudiando assim quaisquer tendências homossexuais.

Por todo esse contexto de repúdio aos homossexuais, muitos dos que apresentavam tais tendências tentavam se adequar aos padrões sociais e "fingiam" ser aquilo que não eram, como aconteceu com Tadeu:

> Foi nessa época que tentei o namorico infame com a Darcy, que era do grupo de teatro, e todo mundo chamava de DADA, mas eu fazia questão de chamar de Darcy, nome de dar vergonha em morto, mas que era uma das poucas coisas que me interessavam nela. O nome unissex. A bobinha, a tola, a ingênua da Darcy, que se contentava com umas bitoquinhas rápidas, roçando de leve os lábios, e a mão na mão. [...] Era minha muleta, me protegia e me dava um ar de homem – que era o que eu morria por ter naquele momento (OFLB, p. 77).

Tadeu, por muitos anos, tentou esconder sua homossexualidade por medo de repressões, críticas, julgamentos, especialmente do seu grupo de amigos. Mas para ele estar com Darcy era uma tortura, uma vez que era apaixonado pelo amigo Edu. Entretanto, fazia um grande esforço para que ninguém descobrisse sobre sua homossexualidade, no intuito de ser respeitado e aceito por todos. Fez isso durante toda a sua adolescência e nos dez primeiros anos de sua amizade com Edu, Dina, Tonho e Esmeralda. Em sua enunciação, marcada temporalmente pelo ano de 1978, ou seja, dez anos após a enunciação de Edu, Tadeu, agora homossexual assumido, ironiza a sociedade, retraída e conservadora. Observemos o fragmento: "A repressão sexual está tão enrustida dentro de nós que mesmo um cara como eu, considerado hoje o mais libertino do mundo pela moral convencional, tem a sua" (*ibidem*, p. 88).

O sujeito discursivo, materializado na figura daquele que enuncia o capítulo e nos conta sua vida, denuncia a discriminação velada que rege nossa sociedade e se esconde sob um falso pudor. Até mesmo ele, Tadeu, homossexual e crítico dessa sociedade, sente-se, por vezes, atingido pela moral convencional. Isso é resultado do que é incutido em nosso imaginário desde criança sobre a repressão sexual e que acaba nos acompanhando pelo resto da vida. Tadeu, portanto, não poderia se isentar desses súbitos afloramentos de uma moral convencional que lhe vêm por meio da memória discursiva. Apesar dos eventuais retornos

dessa "moral", Tadeu constitui-se como portador de um discurso marcado pela crítica e que procura destimistificar a figura do jovem cujo perfil é tido como ideal para os padrões sociais – o jovem caracterizado pela masculinidade e visto pelas moças como ideal de casamento bem-sucedido, "ajustado" socialmente – por meio da auto-atribuição de características inadequadas a um rapaz de sua idade, o que ele vai fazendo ao longo de sua enunciação. Há um deslocamento dos sentidos atribuídos ao rapaz dessa época e o sujeito que lê as enunciações de Tadeu é induzido a tecer uma comparação, mesmo que de forma inconsciente, sobre esses dois papéis ocupados pelos jovens do sexo masculino. Aí ocorre uma identificação ou uma contra-identificação, pelo viés da historicidade, do sujeito que lê as enunciações de Tadeu com a formação discursiva que marca sua enunciação.

Em outro fragmento: "Mas logo, logo, não podia ser de outro modo, a mão da realidade se esborrachou sem hesitação na minha cara. E tomei pancadaria de tudo quanto é lado, quem mandou ser tão ingênuo! Mas me assumi, pelo menos isso consegui fazer" (OFLB, p. 79), percebemos o questionamento do sujeito discursivo com relação ao lugar de rejeição atribuído aos homossexuais em nossa sociedade. Os efeitos de sentido produzidos em sua enunciação provocam uma ruptura com os sentidos pretendidos pelos discursos que circulam em nossa sociedade a respeito dos homossexuais e que lhes atribuem um lugar de exclusão, no sentido de que há uma desmistificação desses discursos que tratam a homossexualidade como algo deplorável e passível de marginalização.

Aqueles que destoam dos padrões estabelecidos socialmente sobre a sexualidade são passíveis de rejeição e de exclusão e, em último caso, de atos de violência e agressão:

> quando aconteceu aquele episódio na praia, eles [Tadeu e Cesinha] sentados na areia, no começo da noite, puxando um fumo, olhando as águas do mar e falando sobre a vida, e o grupo de cafajestes aparecendo com paus nas mãos e titica na cabeça, dando pontapés, porretadas, gritando, Bichas loucas, vão dar o cu na casa da mãe, Tadeu conseguiu se desvencilhar e sair correndo, mas Cesinha, não (*ibidem*, p. 111-112).

O sujeito discursivo dessa enunciação é marcado, estigmatizado, violentado em sua condição humana. Tal fato remete-nos a uma construção advinda do imaginário sócio-cultural e religioso das pessoas em que o homossexual não deve ser considerado como uma pessoa normal, pois foge às regras de comportamento e fere os preceitos religiosos. Assim, muitos levam tais afirmações ao extremo de sua interpretação e sentem-se no direito de cometer atos de violência e agressão contra esses indivíduos ditos "anormais". Consideram que estão fazendo um bem para a sociedade. Fatos como esses ocorrem porque vigoram em nossa sociedade discursos que proliferam, são repetidos e constantemente reafirmados sobre a

necessidade de se preservar a moral e os costumes tradicionalmente estabelecidos. Dessa forma, Tadeu, por meio de uma enunciação atravessada pela ironia, pela tristeza, pelo ceticismo e pela rispidez, joga com os preconceitos sociais, materializados em formações discursivas, e que regem nossa sociedade. Ele denuncia essas práticas sociais de forma desvelada, utilizando palavras chulas e consideradas de "baixo calão", como observamos nos fragmentos a seguir:

> e disse que aquilo era *merda pura*, *das pretas e muito fedidas* (OFLB, p. 75. Grifos nossos).
>
> *Bicha patética*! Eu! (*ibidem*, p.76. Grifos nossos).
>
> Tadeu, o assumido, com carteirinha de homossexual, *batendo ponto nos bares e inferninhos da vida.* E passando muito bem, obrigado (*ibidem*, p. 79. Grifos nossos).
>
> *Refazer seu cacete*! (*ibidem*, p. 94. Grifos nossos).
>
> Andou *trepando* como alucinado. Parece que somatizou, engoliu um treco. Saía por aí na noite, num *desbunde* de corar trepadeira, praticando *felatios,* fetichismo, sexo grupal, sexo individual, qualquer coisa Mirley topava, e levava todo mundo pra casa (*ibidem*, p. 106. Grifos nossos).

Outra prática social comum que vivenciamos, às vezes, de maneira silenciosa, é a da discriminação pela condição sócio-econômica das pessoas. No *corpus*, além da discriminação ao homossexual, encontramos evidências do preconceito às pessoas que não possuem dinheiro e uma situação financeira confortável, materializada na figura de Tonho:

> Não gosta de lembrar a infância de menino pobre, do pai, funcionário público, que morreu cedo, com pouco mais de trinta anos, da mãe costureira que mantinha os três filhos, costurando por dia nas casas das famílias ricas. O irmão mais velho estava no seminário e a irmã, que ia à escola de manhã, trabalhava à tarde como babá. Tonho, o caçula, não tinha com quem ficar em casa e era obrigado a acompanhar a mãe (OFLB, p.232).
>
> Em algumas dessas casas, poucas, era bem tratado, podia brincar e até comer com as crianças da família; mas em outras, não. Embora criança, ficava restrito à cozinha ou ao pé da máquina de costura onde ficava a mãe, sem licença para se juntar aos garotos que brincavam nos quintais e nos jardins. (*ibidem*, p. 232).
>
> Era assim que ele entendia essas coisas, naquela época em que descobriu, para todo o sempre, que vida de rico era muito diferente da vida de pobre (*ibidem*, p. 236).

> Mas lá ia eu fazendo meus filminhos, meu único ganha-pão da época, graças à politicamente correta e poderosa Dina (*ibidem*, p. 229).

> Por pressão de Judith, a família acabou aceitando seu casamento com esse cineasta não-judeu que não tinha bem onde cair morto. Mas sempre deixou absolutamente claro sua relutância e desconforto. Tonho, portanto, jamais pôde se sentir parte da família, mas não importava (*ibidem*, p. 241).

Na seqüência dos fragmentos acima, Tonho fala de sua infância pobre em Manaus; ele perdeu o pai cedo e a mãe trabalhava intensamente como costureira para manter os filhos. Por ser muito jovem para ficar sozinho, era obrigado a acompanhar a mãe até as casas das pessoas ricas para que ela pudesse realizar seu trabalho. Quando Tonho enuncia que "Em algumas dessas casas, poucas, era bem tratado, podia brincar e até comer com as crianças da família; mas em outras, não. Embora criança, ficava restrito à cozinha ou ao pé da máquina de costura onde ficava a mãe, sem licença para se juntar aos garotos que brincavam nos quintais e nos jardins", inferimos o lugar que é garantido aos pobres em nossa sociedade. Mesmo sendo criança, não foi poupado da discriminação social que atinge as pessoas mais pobres no Brasil. E foi difícil para ele, naquela idade, entender como funciona essa sociedade no que tange às relações sociais calcadas na distribuição de renda e na desigualdade social: "descobriu, para todo o sempre, que vida de rico era muito diferente da vida de pobre". Esse sentimento de não-pertença a uma dada classe social (no caso, a classe média), interferiu em sua constituição enquanto sujeito social, marcado pelo preconceito.

Em seguida, Tonho revela que, já adulto, ainda pertence à mesma classe social, tendo como única renda o salário que lhe era pago por Dina, por uns filmes que ele fazia para a organização não-governamental em que ela trabalhava. Ele casa-se com Judith, uma judia de família rica, mas esse relacionamento sofre as interferências advindas do pertencimento de ambos a classes sociais distintas. O casamento só ocorreu porque Judith, sendo mimada pelos pais, os convenceu a aceitarem o casamento com um cineasta sem sucesso, não-judeu e pobre. Apesar do casamento, os pais nunca gostaram de Tonho e sempre o condenaram por sua condição de rapaz pobre.

A discriminação pode ser percebida na enunciação de Tonho quando, na materialidade dos discursos, ele utiliza expressões como "menino pobre", "pai funcionário público", "mãe costureira", "famílias ricas", irmã "que trabalhava à tarde como babá". É denunciada aí a condição de sua família de ocupante de um lugar de exclusão. Inferimos que essa formação discursiva está presente em sua enunciação porque há a circulação de discursos evidenciadores dessa prática de discriminação no Brasil.

Em ambos os casos (na enunciação de Tadeu e de Tonho), observamos uma denúncia com relação à hipocrisia de nossa sociedade, que condena o homossexualismo e obriga os indivíduos a adequarem-se aos padrões ditados por ela como socialmente aceitos, e discrimina as pessoas que constituem a "massa pobre" e que não conseguem alcançar o padrão sócio-econômico e cultural para ter uma vida digna. Com as enunciações de Tadeu e Tonho, o leitor é conduzido, mesmo inconscientemente, a buscar na memória discursiva os interdiscursos identificados em suas enunciações e a refletir sobre suas relações sociais e sexuais e sobre como a sociedade vem se posicionando e agindo sobre os dois assuntos. Os discursos dos dois sujeitos enunciadores, ao resgatarem discursos sacralizados pela sociedade, os colocam em evidência e em um espaço de questionamento. Dessa forma, podem induzir os leitores a assumirem uma posição de sujeitos políticos e sociais, capazes de questionar os padrões impostos pela sociedade.

Cremos que o discurso do sujeito é sempre pronunciado e interpretado segundo determinadas condições de produção, que estabelecem os efeitos de sentidos. Desta forma, o sujeito constrói sentidos a partir de sua inscrição histórico-social, o que os coloca [os sentidos] sempre à deriva e em constante movimento.

Para tentar compreender essa construção de sentidos, em nosso gesto interpretativo, buscamos analisar o funcionamento discursivo em OFLB, tomando como objeto de nosso estudo recortes discursivos extraídos do *corpus* em evidência. Para tanto, queremos ressaltar nossa filiação à concepção de que, no campo discursivo, a interpretação se constitui pela memória discursiva e abarca outros dizeres historicamente construídos, os quais o sujeito reatualiza em seu discurso. A interpretação configura-se como um gesto simbólico, lugar próprio da ideologia e materializado pela história. Ela acontece em um determinado lugar da história e da sociedade e tem uma direção política.

Nessa linha, consideramos que o sentido liga-se sempre a determinadas condições de produção. Conseqüentemente, podemos afirmar que não há um sentido primeiro, original, pois todo sentido torna-se novo a cada nova escritura ou leitura.

No jogo entre a trama, as condições de produção, a história e a memória, é que a interpretação se constitui, renovada a cada leitura. E, para realizarmos nosso ato interpretativo, há que atravessarmos a opacidade do objeto simbólico, no caso, a linguagem, para encontrarmos suas regularidades[16] e apreender o seu sistema de dispersão.

---

[16] Segundo a concepção foucaultiana, todo o enunciado é portador de uma certa regularidade, que não pode ser caracterizada de maneira limitada e definitiva, já que homogeneidades (regularidades) e heterogeneidades (dispersão) se entrecruzam com continuidades e mudanças lingüísticas.

As múltiplas vozes, também fator importante na análise de discursos, caracterizam-se pela dispersão, que se vincula ao momento histórico-social e ideológico e atravessam, de forma conflituosa e dissonante, o discurso e o gesto interpretativo do sujeito. Assim, vislumbramos a constituição do sujeito e do discurso e a interpretação no entrecruzamento de fios emaranhados que formam uma só teia.

Em OFLB, a regularidade encontrada pelo gesto de interpretação foi o processo de tomada da palavra, em cada capítulo, por um enunciador diferente, rompendo com a seqüência discursiva.

> 1968 – Edu
> A NOITE DO PRINCÍPIO
> Lembro-me assim, com minúcias, daquela noite, a noite mais importante da minha vida. Às vezes penso que não pode ser, devo estar lembrando errado, misturando coisas, porque não é possível que tudo tenha acontecido numa mesma noite (OFLB, p. 11).

> 1978 – Tadeu
> OS ARAUTOS NEGROS
> Nunca mais vi ninguém; não quero ver.
> Não mesmo (*ibidem*, p. 73).

> 1988 – Dina
> O CICLO DAS ÁGUAS
> Dina e Tonho chegam atrasados à sessão das oito no cine Estação [...].
> [...] Tonho se mudara para São Paulo no ano anterior. Judith era de lá e eles se diziam cansados do Rio, do jeitinho carioca, descompromissado e leviano. Tonho, agora, só ia ao Rio a trabalho (*ibidem*, p. 133).

> 1998 – Tonho
> AS METAMORFOSES
> Quando cheguei à porta do bar e vi Esmeralda, sentada em uma das mesas do fundo, mal acreditei. Achei que nenhum de nós três iria a esse encontro estapafúrdio que marcamos, de brincadeira, pelo menos pra mim, dez anos atrás, em homenagem a Buñuel (*ibidem*, p. 213).

> 2003 – Esmeralda
> A MANHÃ DO FIM
> Nova York, outubro de 2003.
> Dina, querida amiga:
> É provável que você estranhe receber esta carta, agora que a Internet e as facilidades do telefone tornaram as cartas obsoletas (*ibidem*, p. 277).

Observa-se que, na prática discursiva dos sujeitos em questão, a interrupção do fio discursivo como forma de deslocar sentidos e indiciar outros processos interpretativos mostrou-se regular:

> Nunca mais vi ninguém; não quero ver.
> Não mesmo (OFLB, p. 73).

> Dina e Tonho chegam atrasados à sessão das oito no cine Estação (*ibidem*, p. 133).

> Quando cheguei à porta do bar e vi Esmeralda, sentada em uma das mesas do fundo, mal acreditei. Achei que nenhum de nós três iria a esse encontro estapafúrdio que marcamos, de brincadeira, pelo menos pra mim, dez anos atrás, em homenagem a Buñuel (*ibidem*, p. 213).

No primeiro fragmento, Tadeu inicia sua enunciação em 1978; logo após, temos a enunciação de Dina, iniciada em 1988; e, no terceiro fragmento, em 1998, Tonho enuncia seus dizeres. Essa irrupção ocorre em todos os capítulos e marcam o início da enunciação de cada sujeito discursivo. No entanto, há que se ressaltar que essas irrupções tornam-se necessárias para deslocar o foco de uma enunciação para outra, dando maior mobilidade à trama. Ao contrário do que se possa pensar, tal fato não faz com que a linearidade do *corpus* seja prejudicada. Ela se mantém e é nesse ponto que a beleza da obra se instaura: os capítulos, à medida que vão sendo enunciados por seus sujeitos discursivos, são atravessados pelos outros capítulos anteriormente enunciados e inserindo elementos que serão posteriormente enunciados nos capítulos subseqüentes. Essa característica está presente em todo o *corpus* e, para exemplificá-la, recorreremos a fragmentos de dois capítulos: o da enunciação de Tadeu (A) e o da enunciação de Dina (B).

> (1) Em Brasília, a gota d'água foi o incidente horroroso, a confusão, o mal-entendido de pavor que aconteceu com ele e com Tonho. E a dolorosa, a abominável prisão de Dina [...].
> [...] E de repente aquela besta do apocalipse, a viatura preta e branca surgiu do nada atrás deles. Os putos vinham de luz apagada e só quase encostando na traseira do seu Karmann Ghia preto, foi que ligaram de uma vez as luzes e a sirene. Naquela explosão dantesca de luz e barulheira infernal, como uma operação de guerra, fecharam seu carro.
> Desceram cinco meganhas.
> E pronto, pronto, pronto! Acabou! Sai pra lá, esconjuro, *vade retro,* Tadeu não quer pensar naquilo, mas foi aí que aconteceu a prisão de Dina.
> Ele não pôde mais suportar Brasília, depois. Abandonou o curso, abandonou os amigos, abandonou tudo (OFLB, p. 86-87).

> (2) E Dina foi presa.
> Como e por que os milicos chegaram a seu apartamento nunca ficou esclarecido. Chegaram de madrugada, sem que nada tivesse acontecido nem ninguém ter sido preso antes, e já chegaram sabendo da sua militância na organização [...].
> E os meganhas chegaram com tudo, batendo e enfiando o cassetete na sua barriga. Ela estava sozinha no seu pequeno apartamento da L2, tia Romanza estava em Goiás, onde continuava morando (*ibidem*, p. 197).

Em (1), a voz da enunciação[17] relata o momento em que Tadeu e Tonho denunciaram Dina para os militares em troca da liberdade. Em sua enunciação, Tadeu relembra o momento em que, juntamente com Tonho, denunciou a amiga Dina para os militares. Nessa época, morava em Brasília e, numa noite, ele e Tonho foram abordados por policiais. Por medo, denunciaram Dina para se verem livres da prisão. Em (2), Dina, a voz da enunciação, sente-se incomodada por não saber até aquele momento quem a havia denunciado. Nunca suspeitava que pudesse ser seus melhores amigos. No entanto, o leitor, em capítulo anterior (durante a enunciação de Tadeu), já toma conhecimento do fato, por meio desse jogo enunciativo[18], enquanto o sujeito discursivo Dina, não. Ela só vai tomar conhecimento quando chegar o momento certo dentro da trama.

Esse processo de interrupção do fio discursivo é uma marca lingüística que denuncia as posições ideológicas que o sujeito pode assumir, remetendo o discurso ao interdiscurso. Interrompendo o fio discursivo, os sujeitos-enunciadores rompem com a seqüência que a narrativa vinha assumindo. Desta forma, pelas relações interdiscursivas que o discurso mantém, os sentidos vão migrando e deslizando, produzindo outros efeitos de sentido.

Na materialidade lingüística, é possível perceber a pluralidade de sentidos em contrapartida a um sentido socialmente estabilizado. Isso porque o *corpus* apresenta uma série de percepções individuais particulares a cada sujeito-enunciador e que nos são apresentadas ao longo de suas enunciações. Temos acesso a elas e a partir daí efeitos de sentidos se instauram, podendo identificar-se com os sentidos objetivados pelo sujeito-enunciador ou deles se distanciar.

Outra observação que consideramos pertinente fazer, diz respeito ao sujeito Edu que, em uma posição-sujeito identificada à resistência ao discurso legitimado, foge aos rituais propostos e desliza para o que não pode e não deve ser dito naquela situação enunciativa – a repressão e o tolhimento da liberdade de expressão:

> Tenho plena consciência de que é preciso fazer alguma coisa para mudar este país. Chega de fome, de miséria, chega de opressão. O senhor não vê para onde os milicos estão levando a gente? O senhor não vê que, se ninguém reagir, o país vai se afundar cada vez mais nas sombras do imperialismo? (OFLB, p. 20).

---

[17] Na enunciação dos capítulos II de OFLB, destinado a Tadeu, há a existência de duas vozes enunciativas, a do sujeito-discursivo-personagem (Tadeu) e a do sujeito-discursivo-narrador. Observa-se que sempre há a preponderância da primeira sobre a segunda.

[18] Tomamos por jogo enunciativo, nesse caso em especial, a inserção de informações em um determinado capítulo que serão mais tarde retomadas e discutidas em capítulo posterior e que servem para fornecer ao leitor um conhecimento prévio e permitir-lhe inferir sobre o que poderá ocorrer quando tal informação for novamente retomada, inserindo-o, desta forma, também no jogo entre enunciado e sentido.

Podemos perceber, ainda, nesse fragmento um uso ritualizado da interrogação, em que a questão colocada não é a do sentido, porque a resposta já é dada. Esse processo se marca em toda a obra, mas tomaremos como exemplo o recorte quando Dina pergunta a Tadeu por que ele nunca contou para eles, seus melhores amigos, que era homossexual, por que ele não se "abriu" com eles. Ao que ele oferece uma resposta que já era sabida por ela:

> Por que você nunca se abriu com a gente, Tadeu?, Dina perguntou.
> Ah, aqueles machões revolucionários, aqueles heróis, Dina. Pessoas como eu tinham que se defender. O mundo era, é contra nós, os que são como eu, você sabe. O destino de minha geração foi quebrar esse tabu e, agora, morrer assim. Os garotos de hoje, graças a Deus, não terão de viver o que nós vivemos, nem sofrer como sofremos. Mas nós, naquela época, nós tínhamos que ser muito machos para assumir o que éramos. E eu não era, nunca fui, nunca vou ser, nem um pouco macho (*ibidem*, p. 138).

Dina (e toda a turma) já sabia que Tadeu sentia que os homossexuais eram discriminados dentro do próprio grupo dos "revolucionários"[19]. Ele não quisera se abrir por medo da repressão e da discriminação dos colegas e isso não era segredo para nenhum deles. A interrogação serve como uma estratégia discursiva que insere o outro no fio discursivo, suscitando-lhe a necessidade de fornecer uma resposta ao questionamento e permitindo-lhe opinar, criticar, discutir, enfim, posicionar-se como sujeito social, político e ideológico.

Em outras passagens, também observa-se que há frases interrogativas, ao que os leitores, em uníssono, respondem aos questionamentos feitos. Como exemplo, citamos o fragmento em que Edu apresenta algumas indagações dirigidas a seu pai sobre a situação enfrentada pelo povo naquele momento:

> O senhor não vê para onde os milicos estão levando a gente? O senhor não vê que, se ninguém reagir, o país vai se afundar cada vez mais nas sombras do imperialismo? Que no momento a única saída é tirar este país da situação em que o governo o colocou? O senhor não vê como essa violência injusta do governo contra o povo só pode levar à violência justa da revolução? (OFLB, p.20).

O sujeito Edu (inconscientemente) procura conduzir os dizeres pelo questionamento direcionado a uma única resposta, afinal, não havia, naquele momento histórico, como não ver o comportamento dos militares como uma afronta aos direitos dos cidadãos brasileiros. Através do questionamento se sustenta não a constituição de sentidos e a

---

[19] O termo "revolucionários" refere-se àqueles que subverteram a ordem estabelecida pelo governo ditatorial brasileiro, imposto pelo Golpe Militar desferido em março de 1964. Inclui todos os militantes (membros do movimento estudantil, políticos, pessoas da sociedade, estudantes, professores, artistas) que lutaram em defesa da liberdade de expressão e contra a repressão do militarismo.

interpretação, mas o engajamento no ritual que constitui a posição-sujeito, o lugar social ocupado pelo sujeito-enunciador, como forma de pertença à sociedade em luta pela "liberdade".

Enunciados como "Que na sociedade capitalista, quem produz não é quem se apropria do produto do trabalho, é a própria essência do sistema; mas o destino desses homens [dos trabalhadores que construíram Brasília] poderia ter sido menos dramático. Eles mereciam mais respeito" (*ibidem*, p.59) repousam sobre um repetível que está na memória do dizer constituída historicamente. Enunciados como esse, proferido por Edu, existem para ser repetidos. Ideologicamente, a posição do sujeito-enunciador Edu é a de mediador entre o fato histórico-social e o dado a conhecer. Em seu discurso, podemos perceber sustentada uma concepção de interpretação vinculada a um sentido pretensamente estabilizado, no qual emerge a produção e a reprodução de discursos de verdade, social e cientificamente instituídos como tais. Entretanto, esses discursos são permeados por uma teia de poder, tecida com os fios do silenciamento e da reprodução de uma identidade social unificada.

Após tais reflexões, ressaltamos que a interpretação que tencionamos fazer é um processo em construção, portanto, não está (e nunca estará) acabado. É um processo em andamento, um "eterno fazer". Isso ocorre porque o trabalho com o discurso leva em conta não sentidos estabilizados, mas o movimento e a disseminação dos efeitos sentidos.

2.3. A noção de condições de produção do discurso

Pêcheux (1990b) nos oferece o caminho a ser trilhado posteriormente sobre a noção de condições de produção, quando procura definir as condições de produção do discurso a partir da ação das regras e normas que os interlocutores estabelecem entre si e das formações imaginárias que designam os lugares que estes atribuem a si e ao outro, dito de outra forma, a imagem que fazem do seu próprio lugar e do outro, e a imagem que fazem do referente. O que funciona nos processos discursivos "é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro" (PECHEUX, 1990b, p. 82).

Nesse sentido, as condições de produção do discurso devem ser entendidas como sendo a representação do discurso no imaginário histórico-social e os sujeitos discursivos considerados como representação de lugares determinados na estrutura social: o lugar de professor, de advogado, de aluno, de político, de pai, de sacerdote, entre outros.

Na concepção pecheutiana, "condições de produção" se referem ao contexto ou às

circunstâncias históricas que permitem que um determinado discurso – e não outro – venha à tona. A expressão "condições de produção" traz, em seu arcabouço, a implicação de que um discurso não pode ser analisado como um texto, como algo pronto, único e portador de um sentido estabilizado, ao contrário, ele resulta de situações concretas, dentro de um dado período histórico e de relações de poder determinadas.

Evidencia, portanto, que a produção do discurso envolve algumas condições, como: um sujeito-locutor - que enuncia a partir de uma posição sócio-histórico-ideológica determinada -; um sujeito-interlocutor – para quem o sujeito-locutor enuncia e que também inscreve-se em uma determinada posição sócio-histórico e ideológica -; um referente - ou seja, o que é dito e que é determinado pelos sistemas semânticos de coerência e de restrições; uma forma de dizer; as circunstâncias imediatas do discurso; as determinações sociais, históricas e ideológicas que influem sobre os discursos e o quadro das instituições em que o discurso é produzido (família, escola, igreja, política, entre outras).

As condições de produção mostram que as escolhas que um sujeito enunciador faz ao proferir seus dizeres não são aleatórias. Ao contrário, estão impregnadas de suas concepções ideológicas que os levam mesmo a antecipar as representações do receptor e a adotar estratégias discursivas[20] para convencê-lo. Há que se ressaltar, no entanto, que as condições de produção não se restringem ao jogo de estratégias discursivas. Elas envolvem todo um sistema de restrições e é esse sistema que irá determinar os objetos, os temas, as modalidades enunciativas, as relações entre os discursos e as possibilidades de citar do interior de um discurso.

Foucault, apesar de não se referir exatamente à expressão "condições de produção", em *A Arqueologia do Saber* demonstra sua preocupação com tal noção, uma vez que afirma que há condições para que um objeto de discurso apareça, ou seja,

> as condições históricas para que dele se possa "dizer alguma coisa" e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê, são numerosas e importantes (FOUCAULT, 2005, p. 50).

[20] O discurso não se desliga de sua situação de enunciação. Ele depende do "lugar" de onde foi enunciado e a construção do sentido é vista como o ato de um sujeito que se dirige a outro sujeito, em uma situação de troca particular. Nessa troca, os sujeitos enunciadores acionam estratégias discursivas adequadas, visando a garantir as condições de sucesso de seu ato enunciativo.

Sua importância se dá pelo fato de não se poder falar sobre qualquer coisa em qualquer época e em qualquer lugar e de o objeto discursivo existir sob condições positivas de um feixe completo de relações. Relações estas que não estão presentes no próprio objeto, mas que o permitem aparecer, justapor-se ou opor-se a outros objetos, conhecer sua heterogeneidade, enfim, ser colocado em um campo de exterioridade. São relações estabelecidas entre "instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização" (*idem*).

Por fim, as condições de produção relacionam-se ao sentido de um discurso na medida em que se relacionam com o lugar de onde o sujeito enuncia. Esse jogo imagético é o que Pêcheux (1990b) chama de "jogo de imagens de um discurso" e refere-se à imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, constrói dos lugares ocupados por ele e pelo interlocutor e da própria enunciação, a imagem que constrói da imagem que o interlocutor faz do lugar que ocupa o sujeito do discurso, do lugar que ele, enquanto interlocutor ocupa e do que é enunciado.

Após as considerações feitas, acreditamos que as condições de produção de um discurso configuram-se como um quadro de informações prévio e necessário a uma observação interior de cada realidade discursiva. Por tal motivo, iniciaremos nossa análise do corpus OFLB pelo estudo das suas condições de produção.

2.4. Sobre as condições de produção da manifestação enunciativa em *O Fantasma de Luis Buñuel*

2.4.1. Da obra

O *corpus* escolhido para análise é o romance de uma autora que retrata de forma intensa, a partir do ano de 1968, as grandes agitações estudantis acontecidas em oposição à ditadura militar no Brasil e apresenta também a construção de Brasília, com todos os seus problemas normalmente "esquecidos" pela literatura tradicional. É uma obra que explora a História fundindo-a com a ficção, eliminando as fronteiras tradicionalmente estabelecidas. O romance fala sobre o regime político autoritário e repressivo da década de 1960, que permaneceu como um fantasma para toda a história contemporânea do Brasil. Assim, o golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964 entra na vida de um grupo de jovens estudantes em Brasília provocando mudanças interiores em cada um e consolidando laços que os acompanharão para o resto de suas vidas.

O livro divide-se em cinco etapas temporais (*1968 - A noite do princípio; 1978 – Os arautos negros; 1988 – O ciclo das águas; 1998 – As metamorfoses; 2003 – A manhã do fim*), e em espaços variados sob o tom de múltiplas vozes. Inclui, portanto, o período entre 1968 e 2003 e um breve epílogo situado em 2004. Cada etapa possui um título e corresponde a um capítulo, abrangendo quase sempre uma década. A história é contada sequencialmente pelos amigos, Edu, Tadeu, Dina, Tonho e Esmeralda, que constituem as vozes principais da enunciação dos capítulos; todos estudantes da UnB unidos por variados interesses, entre eles, a admiração pelo cinema surrealista do espanhol Luís Buñuel, além da resistência ao Regime Militar recém implantado no país. Cada uma das vozes utiliza-se da memória para retornar às suas infâncias vividas em suas cidades e preenche lacunas de tempo com as referências históricas do período. O discurso de cada um dos sujeitos-enunciadores inicia-se a cada 10 anos e, durante a sua narração, eles fazem um retrospecto dos anos anteriores a partir do ponto em que parou o sujeito-enunciador anterior. Observa-se que nos capítulos *Os arautos negros, O ciclo das águas, As metamorfoses, A manhã do fim* e, no *Epílogo*, há a presença de um sujeito discursivo-narrador, que conhece intimamente os sujeitos discursivos Tadeu, Dina, Tonho e Esmeralda e, à medida que estes vão enunciando, ele aparece, para relatar os medos, as angústias, os pensamentos e os sentimentos de cada um deles.

As múltiplas vozes possibilitam visões diferentes de situações vivenciadas pelo grupo, completando lacunas deixadas pelo sujeito-enunciador antecedente e superpondo novos fatos referentes ao presente da enunciação vivenciados agora individualmente ou por apenas parte do grupo que vai se esfacelando ao longo da trama.

O romance conta a história de um grupo composto por cinco jovens, estudantes da UnB, que faziam parte do grupo de resistência à Ditadura Militar no país:

- **Edu** é o sujeito enunciador do primeiro capítulo (*1968 – A Noite do Princípio*). Sua responsabilidade era liderar o grupo de rebeldes contra a situação política. Estudante do marxismo, seria treinado na clandestinidade para lutar pela contra-revolução. Seu pai, engenheiro da Novacap, mudou-se com a família para Brasília para trabalhar na construção da nova capital do Brasil.
- **Tadeu,** o sujeito enunciador do segundo capítulo (*1978 - Os Arautos Negros*), é homossexual e apaixonado por Edu. Viveu com liberdade e exagero a sua opção sexual e morreu de Aids. No início de sua narrativa, a repressão e o fechamento da UnB já haviam provocado a desagregação do grupo. Edu tinha ido para Cuba. Dina foi presa. Esmeralda formou-se e foi para os Estados Unidos. Sobraram apenas Tadeu e Tonho.

• **Dina** é a voz da enunciação do terceiro capítulo (*1988 - O ciclo das águas*). Perdeu a mãe muito cedo e foi abandonada pelo pai em seguida, sendo criada por uma tia. Pessoa sensível, fiel aos amigos e incondicional em suas paixões. Depois da partida de Edu, foi presa e torturada e sofreu um aborto. Foi exilada na França, casou-se, fez pós-graduação em ciências ambientais e voltou ao Brasil, onde dirigiu uma ONG.

• **Tonho** é o sujeito enunciador do quarto capítulo (*1998 - As metamorfoses*). Amazonense, que veio para Brasília por intermédio de um tio. Era o mais pobre da turma. Interessado pelo cinema, seu grande sonho era dirigir um longa metragem.

• **Esmeralda** é a voz da enunciação do quinto capítulo (*2003 - A manhã do fim*). Fora abusada sexualmente desde criança, o que lhe conferiu um comportamento diferente, estranho, quando adulta. Era uma jovem liberada, cujo envolvimento com a militância era mais por simpatia pela causa do que pela ação propriamente dita. Namorava muitos e muito, mas abominava qualquer aproximação mais séria. Teve uma noite de amor com Edu, na noite anterior à ida deste para o anonimato. Desse encontro resultou um filho, que ela escondeu de todos até as vésperas de sua morte, em um atentado terrorista na Europa.

•**Epílogo:** Do grupo, somente Tonho e Dina ainda existiam e se encontraram na noite da estréia do filme de Tonho. Quando Dina retornou para casa, assistiu pela televisão, no Jornal da globo, a notícia da morte de Esmeralda em um atentado terrorista.

O *corpus* apresenta várias vozes enunciativas e cinco histórias imbricadas – de Edu, de Tonho, de Tadeu, de Dina e de Esmeralda -, no entanto, todas giram em torno de um ponto central: a constituição dos enunciadores como sujeitos e a sua construção identitária ao longo da trama.

2.4.2. Das condições de produção dos discursos no *corpus*

As condições de produção dos discursos no *corpus* em estudo constituem-se por práticas discursivas, portanto, de natureza lingüístico-simbólica, que expressam posicionamentos ideológicos e produzem efeitos de sentido. Dessa forma, a análise a ser empreendida nesta pesquisa implica o recurso a enunciados, dizeres, enfim todas as manifestações discursivas que evoquem os sentidos possíveis do discurso em questão.

Diante disso, o conjunto das manifestações discursivas resulta das condições de produção de um discurso e buscar tais condições nas materialidades lingüísticas pressupõe

reconhecer três elementos: 1 - que essas materialidades são portadoras de um devir[21]; 2 - que os enunciados caracterizam-se pela repetibilidade[22]; e, 3 – que a exterioridade é elemento constituinte do próprio objeto discursivo.

Ao tratarmos das condições de produção do discurso em OFLB nos remetemos às condições sócio-históricas que entendemos ser o contexto da ditadura militar brasileira da década de 1960, marcada pela repressão e pelo cerceamento da liberdade de expressão, e a construção da cidade de Brasília e às condições de produção mediatas, que nos remetem à constituição dos sujeitos enunciadores do *corpus* em análise. Com isso, reiteramos o que discutimos no tópico anterior quando dissemos que as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos, a situação e a memória discursiva[23], que são fatores integrantes da produção do discurso.

Ao analisarmos o *corpus* percebemos a constituição de várias formações discursivas. Entre elas, destacamos aquelas voltadas para a resistência à ditadura militar, à exploração dos trabalhadores pelas construtoras, à discriminação dos homossexuais, à situação de abandono pelos pais vivenciada pela criança, o sonho do interiorano de ter um futuro melhor numa cidade grande, o amor pelo cinema surrealista que objetivava abrir os olhos do povo para os problemas sociais. Essas perspectivas levam em conta o lugar social ocupado pelos sujeitos-enunciadores. Como exemplo, podemos citar Edu, que deixa desvelado, ao longo de sua enunciação, o lugar social que ocupa em relação ao cinema enquanto uma forma artística capaz de revelar ao povo as condições sócio-econômico-culturais e políticas vivenciadas pelo país naquele momento: "O escândalo surrealista era nossa medida de vida, nosso desejo e intenção, mas queríamos abrasileirá-lo, politizando-o ainda mais. Colocar em seu centro o povo, a revolução brasileira" (OFLB, p. 12). O grupo apoiava o cinema surrealista, especialmente representado pela figura de Luis Buñuel Portolés.

---

21 No caso da obra literária – como o *corpus* em questão – devir deve ser entendido no sentido de que as obras literárias também desencadeiam efeitos, como, por exemplo, possibilitar o aparecimento de outras manifestações discursivas.

22 Segundo Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2005, p. 31-32),

> um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.

23 Sobre "memória discursiva" remeter-se ao Capítulo II.

Um cinema criado para chocar, para mostrar ao povo a situação de miséria em que ele estava inserido.

Nesse sentido, as condições de produção relacionam-se às circunstâncias de enunciação e ao contexto sócio-histórico ideológico no qual os enunciadores estão inseridos. Seus posicionamentos discursivos e ideológicos tornam-se presentes no texto a partir do lugar que ocupam e da imagem que fazem de si mesmo e de seus interlocutores. Dessa forma, o discurso dos enunciadores em OFLB está em consonância com a visão política referente à ditadura militar adotada por cada um deles e com a visão que parte do grupo possui sobre a construção de Brasília, além de ser atravessado pelas experiências discursivas que cada um teve desde criança até a sua constituição como sujeito-adulto. Com a enunciação de Tonho, por exemplo, apresentada a seguir:

> Os dois sempre estavam juntos, ela e Edu até mais do que ela e Esmeralda. Iam para as reuniões da Organização, enquanto nós três [Tadeu, Tonho e Esmeralda], por motivos diferentes, relutávamos em assumir dessa maneira radical a luta pela Revolução. Discutíamos muito sobre isso, Dina – Edu, não, Edu ficava sempre na dele -, mas Dina querendo nos convencer, não desistia.
> Eu achava aquela militância deles uma grandíssima perda de tempo. Como é que iria mudar alguma coisa, aquele punhadinho de gente? (OFLB, p. 248).

podemos observar a impressão que o mesmo tinha sobre a ditadura e a militância contra ela. Por esse fragmento podemos inferir que Tonho participava do movimento militante por outros motivos que não o ideológico, aquele que se centrava no desejo de mudar a face do país, de lutar pela liberdade de expressão e pela liberdade em todos os sentidos – política, sexual, etc. Tonho considerava essa luta inócua e pensava ser impossível, naquele momento e com aquele contingente de militantes, mudar o país. Sua militância era mais pelo interesse em lutar contra aqueles que possuem o poder nas mãos, dada a sua vida de criança e, posteriormente, de rapaz pobre. Sempre desprezou as classes sociais localizadas em um patamar mais elevado na escala social, conforme verificado no fragmento abaixo:

> Depois que a mãe morreu, um tio que morava em Brasília mandou avisar que poderia recebê-lo para estudar e trabalhar, onde certamente encontraria mais oportunidades que em Manaus. O tio lhe conseguiu uma vaga num avião da FAB, e ele foi. Tinha treze anos e chegou a Brasília um ano depois que a capital foi inaugurada (OFLB, 239).

Ele revela suas poucas lembranças sobre a construção de Brasília. Quando partiu de Manaus para morar com o tio, ele via Brasília como a projeção do futuro, como a oportunidade para sair daquela vida de pobreza; a nova capital significava naquele momento

uma possibilidade de alcançar uma vida melhor que aquela que levava em Manaus. Ele foi embora, sem olhar para trás e nunca se preocupou em voltar a sua cidade natal. Como ele "chegou a Brasília um ano depois que a capital foi inaugurada", não participou da sua construção, como ocorreu com Edu. Por isso, em sua enunciação, não há descrições desse processo, uma vez que ele chegou quando tudo já estava posto em seu lugar e a capital já havia dado o seu suspiro inicial.

No fragmento seguinte:

> Era assim que ele entendia essas coisas, naquela época em que descobriu, para todo o sempre, que vida de rico era muito diferente da vida de pobre. De sua infância, o que verdadeiramente ficou foram essas migalhas vividas através da vida do amigo rico, num misto permanente e indefinível de inveja, gratidão e rancor. Da sua casa de pobre, pequena e sem graça, da sua mãe costureira, que ele amava muito mas morreu também jovem, outra injustiça que o mundo lhe fez, dos seus irmãos, que praticamente nunca mais viu, ele não se lembra muito. Não vê sentido em pensar neles, não quer pensar, é uma página lida e passada de uma história que ele não quer ouvir contada outra vez (*ibidem*, p. 236).

Tonho relata as experiências discursivas que teve quando criança e que ficaram marcadas em sua memória, contribuindo para sua constituição enquanto sujeito. Aqui, enuncia como sua experiência de criança pobre e seu contato com um amigo rico foram marcantes na constituição de sua visão política e social sobre a desigualdade existente entre ricos e pobres. A partir desse exemplo, podemos reafirmar que as condições de produção não podem ser desvinculadas das circunstâncias nem do contexto (social, histórico e ideológico) em que ocorre a enunciação.

Sabemos que em AD a linguagem não é transparente, ao contrário, caracteriza-se pela opacidade. Nesse sentido, ao pensarmos as condições de produção dos discursos em OFLB não estamos interessados em analisar o que o sujeito quis dizer. O que nos interessa, de fato, é compreendermos como o sujeito produziu o discurso, ou seja, o que o levou a dizer isto ou aquilo e não outra coisa em seu lugar.

Acreditamos que o processo de análise de um discurso consiste em desvelar a estrutura invisível que determina sua produção. Nesse sentido, almejamos atingir esse desvelamento à medida que formos analisando o *corpus* e recolhendo marcas das condições que determinaram a produção dos discursos que constituem sua totalidade.

Para atingirmos nosso objetivo, é relevante conhecermos o contexto político e social em que os enunciadores proferiram seus dizeres. OFLB retrata um período marcante na história do Brasil a partir de 1960, no que se refere aos aspectos político e social –

representados especialmente pela implantação da Ditadura Militar e pela construção da nova capital do Brasil (Brasília).

Na segunda metade do século XX, o mundo vivenciava um grande avanço tecnológico, marcado principalmente pelo desenvolvimento de canais modernos de informação e isso refletiu no Brasil, entretanto, o país estava submetidos a um regime ditatorial, de caráter militar e repressivo, que tolhia a liberdade dos cidadãos brasileiros, usando para assegurar seu poder, a força bruta e a violência. Repressão que alcançou uma amiga de Dina, líder guerrilheira, militante contra o militarismo:

> Degolaram todos. Pois era assim que estavam fazendo. Como em Canudos, no Contestado e nas volantes do cangaço. Levavam as cabeças para provar que havia matado [...]. Levavam as mãos para identificar o guerrilheiro morto. Levavam num saco. E dizem que o saco pesava tanto que parecia um corpo inteiro (OFLB, p. 209).

Por esse fragmento, nota-se que, no período da ditadura, posturas políticas e sociais fervilhavam, mas a maioria precisava manter-se escondida aos olhos do governo ditador, imposto pelo Golpe Militar de 1964, contudo, aqueles que subvertiam a ordem (expressão utilizada pelos militares) mantinham-se na ativa através dos movimentos de subversão, como a amiga de Dina, que agiam incognitamente. Nesse recorte, o leitor é conduzido, por meio da memória discursiva, a fazer um percurso histórico, passando pela atuação dos militares na revolta de Canudos, na guerra do contestado e na luta contra o Cangaço. Esse discurso produz efeitos de sentido e possibilitam a comparação do movimento militar na época da ditadura e na época desses três eventos históricos. A atuação militar causou repúdio ao povo brasileiro nesses três momentos e trouxe, para o período da ditadura, toda uma carga histórica que permanecia no imaginário popular de que os policiais militares eram violentos e cometiam qualquer barbárie para cumprirem as funções que lhes foram delegadas.

Mesmo assim, reuniões secretas e assembléias eram realizadas para decidir os rumos do movimento. Quanto mais os policiais reprimiam e agiam com violência, mais os militantes se organizavam e tentavam denunciar os crimes cometidos pelo governo (e pelos militares, seu principal aparelho repressivo), como nos mostra o recorte abaixo:

> Foi uma assembléia tensa. Depois da invasão da UNB e da prisão do Honestino, as assembléias já não tinham o ar festivo de antes. Mas toda a liderança estava unida, não havia ninguém divergindo: era preciso botar a boca no mundo e denunciar os crimes cada vez mais óbvios da ditadura. A assembléia deveria decidir sobre a passeata da semana seguinte e formar uma comissão para ir ao Congresso, convocar o apoio dos deputados progressistas (OFLB, p. 35).

Segundo Silva (1990), o Golpe Militar foi idealizado desde 1963, quando em Brasília – a nova Capital Federal – eclodiu um motim de suboficiais da Aeronáutica e da Marinha, exigindo o direito de voto e melhores condições na tropa. João Goulart, com dificuldade, contornou a crise e restabeleceu a disciplina militar. No entanto, descobriu arsenais clandestinos no Rio de Janeiro, mantidos pelo então governador da União Democrática Nacional/UDN, Carlos Lacerda, que seriam utilizados para um golpe militar. Descoberta a tentativa do golpe, Goulart, com apoio das organizações sindicais, dos nacionalistas e dos partidos de esquerda, resolveu "passar, então, para a ofensiva e, buscando nas ruas, através de manifestações de massa e de comícios, a base que lhe faltava no Congresso" (*ibidem*, p. 366).

Conforme o mesmo autor, seu esforço em contornar a crise foi em vão, pois as lideranças civis de Minas Gerais, de São Paulo e da Guanabara articularam com os comandos militares o desfecho do golpe para o mesmo mês de março. O golpe foi desfechado de forma rápida em 31 de março de 1964 e o Presidente, temeroso de um "banho de sangue", preferiu não reagir e seu cargo foi declarado vago pelo Congresso Nacional.

Ao lado dos militares, formou-se uma nova maioria, bastante sólida, constituída pelos partidos de direita que acreditavam em uma intervenção militar rápida, visando a, particularmente, uma reforma econômica, ao controle da inflação e ao fim da corrupção. A imprensa também se uniu aos golpistas:

> Grande parte da imprensa formou ao lado da nova maioria e do seu esquema militar, apoiando o afastamento do presidente da Câmara (João Goulart já era um vice-presidente, empossado em virtude da renúncia de Jânio Quadros) e a eleição, pelo próprio Congresso mais uma vez contra a Constituição – do general Humberto de Alencar Castelo Branco, para o cargo de presidente da República (SILVA, 1990, p. 367).

Civis e militares envolvidos no golpe tinham um projeto bem definido de intervenção na vida política do país, sempre norteado pelo mito das Forças Armadas como um "Poder Moderador", ao lado dos demais poderes constituídos da República. Para eles, a intervenção deveria ser curta e saneadora, visando ao restabelecimento da ordem política e econômica, para permitir em seguida a volta à vida política normal do país. No entanto, os militares, convencidos da sua superioridade administrativa e de seu neutralismo político, não fizeram uma intervenção rápida e acabaram assumindo inúmeros setores da vida nacional, o que demandou uma ação continuada e de longa duração.

Silva (1990) ressalta que a repressão atingiu seu ápice, especialmente quanto à política – no que se refere ao Trabalhismo e outras organizações de esquerda –, aos sindicatos trabalhistas, à União Nacional dos Estudantes (UNE), à Universidade, aos jornais e rádios, que tiveram suas sedes ocupadas e destruídas, em evidente desrespeito à Constituição e aos direitos humanos. Nesse contexto, o sujeito enunciador Edu conta com detalhes sobre a invasão da UnB pelos milicos:

> Na manhã da invasão do final de agosto – quando as viaturas policiais fecharam as vias de acesso ao *campus* e os batalhões se prepararam, armados com bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras, mosquetões, bazucas, pistolas, revólveres e cassetetes -, nós, os estudantes, o inimigo, estávamos tendo aula. Primeiro, uns vinte policiais entraram e foram direto para o barracão onde funcionava a FEUB – nossa federação, em frente à Reitoria – e, de lá arrastaram Honestino a socos e pontapés, e o jogaram num camburão, saindo a toda velocidade. [...]
> E vieram como se fossem enfrentar inimigos armados. Soltando bombas e atirando a esmo, cercando os estudantes. Muitos não conseguiram fugir. Outros, como Esmeralda, Dina, eu e outros grupos, corremos para o Minhocão, o grande prédio inacabado do Instituto Central de Ciências, o ICC.
> Os policiais vinham atrás como um cerco de guerra, formando uma barreira só de brucutus. E atirando. [...]
> Os estudantes foram levados para a quadra de basquete e de lá triados sob a mira de metralhadoras, baionetas e cassetetes. Pegavam os documentos, vasculhavam bolsas e pastas, tudo com extrema brutalidade e, quem protestasse, levava cassetetadas (OFLB, p. 37-39).

Os estudantes não tiveram como se defender, a maioria não pertencia ao movimento e outros tantos nem sabiam o que estava acontecendo. A polícia agiu com violência, como se estivesse enfrentando bandidos armados. Dina, Edu e Esmeralda estavam lá naquele momento e tiveram que permanecer escondidos para não serem pegos. Por meio da memória discursiva, somos remetidos, pelo recorte acima, à época em que os exércitos de Adolf Hitler prenderam, torturaram e mataram milhares de judeus.

Com o Golpe Militar, o movimento sindical foi um dos setores mais duramente atingidos pela repressão, em virtude de sua integração na luta pelas reformas de base. Durante a ditadura militar, as greves foram proibidas, a liderança da Confederação Geral dos Trabalhadores foi cassada, os sindicatos fechados e seus diretores foram destituídos dos cargos, tendo os direitos políticos cassados. A partir daí, os sindicatos passaram a ser controlados pelo governo, assumindo o papel de agentes assistenciais. Todos os movimentos de tentativa de rearticulação dos sindicatos foram fortemente reprimidos com base no AI-5, baixado em dezembro de 1968. A partir daí, inicia-se o período mais duro da ditadura militar, com o desaparecimento de inúmeras lideranças sindicais e a deposição dos governadores eleitos. A Constituição de 1946 foi reformada em sentido autoritário, estabelecendo eleições

indiretas e consolidando a intervenção militar na vida pública. Assim, o regime se institucionalizou, mas, ao mesmo tempo e no mesmo ritmo, a resistência civil tornou-se mais ousada e forte, e passou a ocupar, a partir de 1968, o ano em que se inicia a narrativa de *O Fantasma de Luis Buñuel*, as ruas das principais cidades, os palcos e as salas de aula:

> A passeata seria na segunda-feira. Estávamos cientes de que a repressão já sabia da nossa programação, e a informação passada de boca em boca era que a polícia tinha ordens de impedir que a passeata saísse.
> Seria uma bela batalha (OFLB, p. 12).

> A assembléia deveria decidir sobre a passeata da semana seguinte e formar uma comissão para ir ao Congresso, convocar o apoio dos deputados progressistas (*ibidem*, p. 35).

Sucederam-se conflitos de rua, onde milhares de pessoas manifestaram seu descontentamento contra a ditadura. E, em resposta, foi criado o Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso, cassou inúmeros mandatos parlamentares, estabeleceu a censura prévia e os inquéritos militares sigilosos. Informação que aparece na enunciação de Edu:

> Uma semana depois daquela noite que não me sai da cabeça, a noite de amor com Esmeralda, a noite das despedidas, uma semana depois daquela noite que não esqueço, e que também foi uma noite de sexta-feira, Costa e Silva e seus ministros militares decretaram o AI-5, fechando o Congresso e restabelecendo as demissões sumárias, as cassações de mandatos, as suspensões dos direitos políticos (OFLB, p. 71).

Conforme Silva (1990), os desaparecimentos de oponentes políticos sucederam-se com extrema freqüência: entre 1964 e 1981 foram 341 pessoas que desapareceram nos porões dos órgãos de repressão. A repressão não parou por aí. Ela abateu-se, também, sobre os intelectuais, artistas e estudantes. Peças teatrais foram proibidas, o Teatro Opinião, um dos principais centros da dramaturgia brasileira, foi invadido por forças militares, teatros foram depredados. O cinema sofreu duros golpes, com a perseguição implacável a diretores, abalando o emergente "Cinema Novo". A música popular brasileira, em particular a Bossa Nova, também sofreu os efeitos da repressão. Na universidade, professores, especialmente físicos, médicos, juristas, historiadores e cientistas sociais, além de centenas de estudantes foram expulsos. "No seu afã de manter a ordem, a Censura torna-se responsável pela separação entre o bem e o mal" (*ibidem*, p. 373). Era preciso tomar o lugar ao lado de um deles (bem/mal). O ponto de vista considerado oficial associava o bem ao militarismo e, o mal, à subversão e à revolução contra o governo. Os sujeitos discursivos de OFLB, nessa

perspectiva, escolheram seu lado, que, para eles, era considerado, ao contrário do que pregava a propaganda oficial, como o bem. Bem ou mal, tudo dependia do lugar social ocupado por cada sujeito.

Segundo Casalecchi (2002, p. 108), "a ditadura acabou por se impor como uma ação preventiva, para impedir a crescente participação das forças populares na defesa de seus interesses, nada coincidentes com os das classes dominantes". Esse período, considerado por muitos como "a época negra" da história do Brasil, percorreu ainda toda a década de 1970 e parte da década de 80, mas a obra não se prende exclusivamente ao período da ditadura militar brasileira e da construção de Brasília, ela perpassa esse período e caminha até o ano de 2004. Dessa forma, avança pelas décadas de 1970, 1980 e 1990. A década de 1970 marcou-se pelo auge da ditadura militar. A liberdade de expressão e os direitos políticos passaram a ser controlados pelo governo militar, por meio da força física, da violência e da tortura. A segunda metade da década de 80 caracterizou-se pelo final do período ditatorial, pela instituição da democracia, através do movimento das "Diretas Já", e pela instauração da nova Constituição brasileira, conforme enunciado no *corpus*:

> Naquele começo dos anos 1980, e como sempre, a crise andava brava. A parte boa era o processo de redemocratização que se iniciara, o país começando a respirar um certo clima de liberdade. O Partido dos Trabalhadores tinha sido fundado e estava crescendo. Dina e Délio eram militantes, faziam parte de um grupo que trabalhava em um centro cultural na Baixada Fluminense e publicava um jornal na periferia, um dos chamados jornais da imprensa nanica, política que então proliferava em algumas capitais (OFLB, p. 159).

Na década de 1990, o período ditatorial já havia terminado e a democracia foi instaurada; o país vivencia uma crise inflacionária e o advento da internet. A enunciação de Tonho inicia-se no final dessa década (em 1998) e a de Esmeralda e o Epílogo ocorrem após esse período. Esmeralda, em 2003 e, o Epílogo, em 2004.

A obra também remete à construção de Brasília e é na enunciação de Edu que a memória discursiva se torna mais evidente. Edu vivenciou, na prática, a construção da nova capital do Brasil, pois seu pai era engenheiro da Novacap, construtora responsável pela futura cidade, e levou a família para morar naquele lugar que, num futuro próximo, tornar-se-ia a capital do país, a capital que, na época, era só terra vermelha. "Só terra vermelha e uma visão que se tornou a grande paixão de homens do Brasil inteiro, homens que, como meu pai, chegaram para fazer brotar da poeira densa uma cidade, e não só uma cidade completa, mas uma como jamais se vira outra igual" (OFLB, p. 31).

Edu passou parte da sua infância acompanhando essa construção monumental e esse período foi marcado pelas histórias que seu pai contava sobre Bernardo Sayão, "o fazedor de estradas" e pelas narrativas dos trabalhadores da construtora. Ele gostava das histórias, pois também sentia que fazia parte daquele feito grandioso: "também fiz parte disso – como criança, é verdade, mas também fiz parte, vivi essa época, cresci com a cidade" (*ibidem*, p. 32).

O amor e o entusiasmo pela nova cidade, que lhe foram passados pelo pai, tornaram-se constitutivos do sujeito discursivo Edu: "Sua boca parecia crescer com o entusiasmo e euforia que colocava em cada palavra que saía como se borbulhasse, espumas de uma queda d'água vertiginosa, visões de um futuro diferente, rico, justo e muito melhor" (*ibidem*, p. 43).

Apesar desse amor pela cidade que surgiu no meio do cerrado, Edu, agora já politizado e conhecedor dos ideais marxistas, reconhece a situação de precariedade e exploração em que viveram os trabalhadores naquela construção. A cidade crescia assustadoramente e ele observava, mas só mais tarde conseguiu entender o que ocorria ali. Segundo Edu, "o tão falado 'ritmo de Brasília', o ritmo alucinante que permitiu construir a capital em tão pouco tempo, na verdade o que significava era uma extensão da jornada de trabalho muito além dos limites legais" (*ibidem*, p. 50).

As construtoras exploravam a força de trabalho de duas formas clássicas, conforme Edu aprendeu posteriormente em seus estudos sobre o proletariado:

> Uma era pela simples extensão da jornada de trabalho, com horas extras contínuas e "viradas": quem vinha para Brasília estava disposto a trabalhar o máximo possível para ganhar o máximo que pudesse no tempo que durasse a construção da cidade. E a outra era pela utilização das "tarefas" – com o próprio trabalhador se esforçando para realizar a parte que lhe cabia no menor tempo possível para poder passar logo à "tarefa" seguinte e, assim, acumular o ganho (OFLB, p. 50).

Na região não havia nenhuma lei que limitasse a intensa exploração da força de trabalho, nem Justiça do Trabalho que interferisse nos objetivos do Estado. Conforme está enunciado no *corpus*, "Leis trabalhistas não tinham vigência ali, onde não havia sequer instâncias de fiscalização" (*ibidem*, p. 51). E, embora a lei do país limitasse o trabalho por, no máximo, dez horas por dia, naquele imenso canteiro de obras trabalhava-se em torno de dezesseis a dezoito horas contínuas por dia, o que trazia como conseqüência inevitável o esgotamento dos trabalhadores, "A dilapidação da força de trabalho dos operários que, estafados e mal alimentados, ficavam cada vez mais sujeitos a acidentes na obra, onde o

aspecto da segurança era relegado" (*ibidem*, p. 53). Dessa forma, os acidentes de trabalho se multiplicaram e as mortes tornaram-se cotidianas.

Havia também, como enuncia Edu, os "candangos", ou seja, os milhares de homens que vieram de todos os lados do país para realizar o grande sonho e aceitaram e/ou se submeteram a essa obsessão, pois foram para Brasília no intuito de conseguir o que não tinham na terra de origem. Sonhavam em ganhar muito dinheiro e para isso trabalhavam sem parar.

As crianças do local estudavam em uma escola improvisada, que funcionava num galpão de madeira, sem paredes. Era uma turma pequena, pois, como Edu observava, "aquela não era uma terra de crianças" (*ibidem*, p. 45). Normalmente, os trabalhadores quando iam para Brasília para tentar a sorte na construção da nova capital, deixavam suas famílias na terra de origem e ambicionavam ganhar muito direito, de forma rápida, para conseguir oferecer uma vida melhor para eles. Entretanto, alguns trabalhadores levavam suas famílias para os acampamentos e estas viviam lá em condições precárias de subsistência. As crianças, assim como Edu, conviviam na Cidade Livre com toda sorte de confusões acarretadas por sua superpovoação:

> Nos dias de pagamento, virava uma quermesse: as vendinhas se enchiam de peão, e as discussões e brigas se espalhavam, aumentava o barulho nas ruazinhas, a arruaça e gritarias –, minha mãe insistiu para mudarmos para o acampamento da Novacap, local mais sossegado, sem o burburinho do comércio.
> E sem as putas (OFLB, p. 46).

O único contato que os moradores desses acampamentos tinham com a arte era o cinema improvisado. Como descreve Edu, o cinema era "um galpão onde a tela branca como lençol aberto no varal se erguia numa extremidade, assistíamos, junto com os candangos, a noticiários, faroestes e filmes de ficção científica" (OFLB, p. 49). Surge daí o amor de Edu pelo cinema[24], em meio aos trabalhadores arrumados e banhados para a sessão de domingo, seu único dia de folga.

Observa-se, também, que, após a seca de 1958 no Nordeste, os flagelados procuraram Brasília por suas promessas de emprego, mas a cidade já estava saturada, o trabalho já não necessitava de tanta mão de obra e não havia acomodações para todos. Diante dessa situação, as estradas de acesso foram interditadas e as tropas armadas impediam a entrada dos caminhões pau-de-arara. Nesse contexto, Edu se lembra de seu Severo, um dos nordestinos que trabalhavam na obra e que contava com detalhes sobre a precariedade dos alojamentos dos trabalhadores, repletos de beliches, sujeira, ratos, percevejos e pulgas:

[24] Sobre o interesse dos sujeitos discursivos de OFLB pelo cinema, remeter-se ao Capítulo III.

> A falta de higiene era uma coisa medonha, dizia, inclusive por que o sujeito, que chega morto de tanto trabalhar, mal consegue lavar pé e mão, que dirá o resto. Como há de ter ânimo pra tomar um banho, se chega da obra no meio da noite, depois de trabalhar aquele mundão de horas sem descanso, e ainda esbarra com a fila do chuveiro: é muito pouco chuveiro pra tanta gente. O cansaço é tão grande que a única vontade que o pobre filho de Deus tem é de espichar o corpo o resto da noite. E aí, quando tem sorte e consegue pegar no sono, nem percebe que virou pasto dos percevejos que ficam ali zumbindo e chupando seu sangue (*ibidem*, p.55).

Por conta disso, os trabalhadores ficavam doentes e muitos morriam. O esgotamento físico era tanto que, em pouco tempo, eles não produziam com o mesmo afinco. Ganhavam pouco e trabalhavam dia e noite sem parar. O sonho do dinheiro fácil era uma ilusão que pairava por pouco tempo no imaginário coletivo daqueles que chegavam à nova capital para trabalhar gigantesca construção.

O problema da alimentação era outro fator agravante da situação. Naquele imenso lugar vazio, numa região isolada, alimentar a multidão tornou-se um grande problema. Nas cantinas dos acampamentos servia-se "uma comida sempre ruim, malfeita, precária, quando não velha e estragada. Era um estopim de conflitos, a gota que falta para extravasar o descontentamento com as condições de vida" (OFLB, p. 56).

Como observamos pela análise dos fragmentos, Edu enuncia desse lugar de morador do acampamento, de conhecedor profundo das condições subumanas em que viviam e trabalhavam aquelas pessoas, de membro daquela organização social, onde prostitutas, mães de família, bêbados, trabalhadores, crianças e toda sorte de pessoas, conviviam no mesmo espaço físico. Daí seu discurso ser marcado por esse lugar social, político e ideológico.

Queremos ressaltar que as manifestações artísticas e culturais constituíram-se como lugares de resistência no ambiente dessas lutas travadas entre o povo e a ditadura militar e entre os trabalhadores e as construtoras de Brasília. Como o povo é proibido de exercer uma participação efetiva nas decisões políticas do país, eles encontram uma forma de deslocar essa participação direta para uma participação indireta, realizada por meio da produção cultural e artística.

A década de 1960 foi marcada pelo engajamento político também na produção cultural. O objetivo dos artistas era promover mudanças no quadro político vigente e, para isso, posicionaram-se criticamente frente aos problemas enfrentados pelo país em todos os setores sociais (econômico, político, social, cultural, etc.). Os artistas não se conformavam com a situação vivenciada pelo país, como muitos faziam; eles exerceram um movimento de resistência e de luta que, em muitos casos, foi calado pela censura e pela repressão. No fragmento abaixo, observamos que os cinco amigos eram admiradores do cinema de Luis

Buñuel, cineasta espanhol: "Éramos apaixonados por Buñuel, irrestritamente. O escândalo surrealista era nossa medida de vida, nosso desejo e intenção, mas queríamos abrasileirá-lo, politizando-o ainda mais. Colocar em seu centro o povo, a revolução brasileira" (OFLB, p.12).

Buñuel, com seu cinema surrealista, tentava mostrar ao povo as condições sub-humanas em que grande parte das pessoas viviam e queria chocar com imagens surrealistas retratando a realidade dos mais pobres. O grupo de amigos se identificava com os surrealistas por que tanto eles quanto os surrealistas queriam a revolução, queriam chocar a sociedade burguesa e mudar os rumos que a vida seguia. Mas sabiam que era preciso criar um cinema brasileiro, que retratasse a realidade de seu país. Buñuel era a inspiração e a revolução contra o militarismo, o motivo. Para os cinco amigos a arte deveria acontecer dentro e junto com a revolução*:* "Teríamos que unir a arte e a vida, a política e a vida, a teoria e a prática, o pensamento e a ação. Ou explodiríamos tentando" (*ibidem*, p.34-35). Assim, pelo viés da produção artística, o discurso político emerge e os sujeitos discursivos se inscrevem em uma formação discursiva política.

Em nossas análises, evidenciamos que os sujeitos materializados em OFLB pelos cinco amigos – Edu, Tadeu, Dinha, Tonho e Esmeralda -, mesmo fictícios, assemelham-se aos sujeitos do mundo real, inseridos em suas lutas sociais. Daí considerarmos que a história atravessa toda a enunciação presente no *corpus* e que a análise das condições de produção seja de fundamental importância para se compreender os movimentos dos sujeitos discursivos dentro de uma formação discursiva. São as condições de produção que vão estabelecer as possibilidades e os limites do dizer de cada um deles.

Diante do exposto, constatamos que a análise das condições em que os discursos são produzidos é fator primordial para que se estabeleça uma interpretação mais adequada quanto aos efeitos de sentido provenientes de um *corpus* em análise. Essas condições deixam traços na superfície textual de forma a informar ao analista de discursos a situação que gerou o referido discurso e o interlocutor a quem ele se dirige. Além disso, compreendemos também que o funcionamento discursivo oculta, sob a pretensa transparência da linguagem, processos ideológicos que são materializados no texto e que nele se sedimentam.

2.5. A posição-sujeito dos enunciadores em OFLB: Os sujeitos enunciam de um lugar sócio-histórico e ideológico

Segundo Fernandes (2005, p.33-34), na Análise do Discurso, para se compreender a noção de sujeito, há que se considerar que "não se trata de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo; isto é, sujeito, na perspectiva em discussão, não é um ser humano individualizado". A AD não se remete ao sujeito empírico, mas ao sujeito discursivo, considerado como um ser social, apreendido em um espaço coletivo. Esse sujeito existe em um espaço social e ideológico, em um determinado momento histórico e não em outro. Sua voz revela o lugar social de onde fala e, por isso, revela uma multiplicidade de outras vozes que integram uma dada realidade social.

O sujeito do discurso constitui-se a partir de sua inscrição em posições-sujeito delimitadas pela relação das formações discursivas no interdiscurso. Esse lugar discursivo é marcado por regras que definem o que pode e deve ser dito. Quando o sujeito discursivo adota uma posição-sujeito determinada o discurso passa a ter um dado efeito de sentido. Se este mesmo discurso for proferido por outro sujeito, ou pelo mesmo sujeito, em outra situação discursiva que remeta a condições de produção diferentes, seu sentido, obviamente, torna-se outro.

Verificamos, então, a coexistência de diferentes discursos concomitantes, o que vai implicar diferentes inscrições ideológicas dos sujeitos discursivos envolvidos na trama. Os sujeitos vivenciam conflitos e contradições, pois ao mostrarem-se, inscrevem-se "em um espaço socioideológico e não em outros" (FERNANDES, 2005, p. 25), enunciam a partir de sua inscrição ideológica; "de sua voz, emanam discursos, cujas existências encontram-se na exterioridade das estruturas lingüísticas enunciadas" (*idem*). Daí pensarmos os discursos presentes na obra em seus processos histórico-sociais de constituição.

De acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, a enunciação tem um sentido e não outro(s). O lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadores da obra se encontram envolve o contexto e a situação e intervém a título de condições de produção do discurso. O discurso tem existência no social e não apenas no lingüístico. Ele é marcado sócio-histórico-ideologicamente. Por isso, quando o sujeito enuncia, de sua voz, emanam discursos existentes na exterioridade das estruturas lingüísticas enunciadas.

Observamos, portanto, que um mesmo enunciado tem sentidos diferentes cada vez que é produzido em momentos históricos e/ou ideológicos determinados. Com isso, esse mesmo enunciado torna-se outro, adquire outro sentido. O sentido para a AD se difere de

significado dicionarizado, uma vez que este já está posto. Para a AD, o que interessa é o sentido produzido em decorrência da inscrição social, histórica e ideológica do sujeito que enuncia.

A noção de posição-sujeito deriva das formulações de Michel Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2005). O termo utilizado por ele é "posição do sujeito" (FOUCAULT, 2005, p. 107-108). Na concepção foucaultiana, o sujeito do enunciado é uma posição que pode ser ocupada por diferentes sujeitos discursivos, sob certas condições, desde que os efeitos de sentido, produzidos pelos dizeres desses sujeitos, permitam que eles sejam reportados a um posicionamento específico na ordem das formações ideológicas. Trata-se de um lugar que o indivíduo ocupa para ser sujeito do que diz.

Pêcheux, por sua vez, não fala de "posição-sujeito", mas de tomada de posição: "a marca do inconsciente como 'discurso do Outro' designa no sujeito a presença eficaz do 'Sujeito', que faz com que todo sujeito 'funcione', isto é, tome posição, 'em total consciência e em total liberdade', tome iniciativas pelas quais se torna 'responsável' como autor de seus atos, etc." (PÊCHEUX, 1997a, p.171). Ao se referir a uma tomada de posição, associada a uma FD, Pêcheux leva-nos a refletir sobre as possibilidades de movências do sujeito discursivo que pode ocupar diferentes lugares, ou seja, tomar diversas posições. Quando ele "toma uma posição", inscreve-se em uma FD, na qual vários elementos estarão disponibilizados colocando em emergência dizeres e sujeitos socialmente organizados em um momento sócio-histórico-ideológico determinado, marcado por elementos vindos de diferentes espaços sociais, de outros momentos históricos, que se fazem presentes em novas condições de produção. Desta forma, as formações discursivas interpelam o indivíduo em sujeito e o colocam em uma dada posição, a partir da qual os sentidos são produzidos.

As imagens que um sujeito discursivo atribui a si e ao seu interlocutor são determinadas pelo lugar discursivo a que ele está submetido e são construídas no interior de uma formação social. Ao analisarmos um discurso e seu funcionamento, é preciso considerar que tais imagens já foram construídas a partir do lugar social que os sujeitos envolvidos na constituição desse discurso ocupam. Entretanto, há que se ressaltar que o sujeito está submetido a movências no interior do próprio discurso, desta forma, ele não permanece em um único lugar e adota diferentes posições-sujeito dentro de um processo enunciativo.

O sujeito circunscreve-se num processo histórico que lhe permite ser inserido em uma e não outras possibilidades discursivas, ocupando uma posição a partir da qual enuncia. Tal processo ocorre de forma inconsciente, logo ele é levado a ocupar seu lugar em dada formação social e a enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa.

Podemos citar como exemplo Edu. O modo como ele enuncia os diferentes saberes sobre o proletariado e a teoria marxista, advindos de anos de grupos de estudo, de leituras e discussões e de militância no movimento estudantil, sustentam e legitimam socialmente seu lugar discursivo enquanto sujeito militante e revolucionário, comprometido com a luta pela melhoria das condições de vida do povo brasileiro:

> Não quero ser utópico nem sugerir que os que construíram os palácios e os prédios, os que levantaram a obra magnífica, tivessem o direito de morar ali – sem dúvida um extremo de utopia e ingenuidade. Que na sociedade capitalista, quem produz não é quem se apropria do produto do trabalho, é a própria essência do sistema; mas o destino desses homens poderia ter sido menos dramático. Eles mereciam mais respeito (OFLB, p. 59).

Ele enuncia de um lugar sócio-histórico, marcado pela revolta contra aqueles que detêm o poder, contra aqueles que idealizaram Brasília e que não previram um lugar nessa nova capital para os trabalhadores. Aqui ele enuncia de uma formação discursiva marxista e critica a sociedade capitalista que se apropria do produto do trabalho dos indivíduos, fazendo com que os mesmos se tornem pessoas alienadas, desestimuladas, marginalizadas. A partir desse fragmento, concordamos com o pensamento foucaultiano de que é preciso analisar o lugar de onde as enunciações vêm:

> quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o *status* dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2005, p. 56).

Além desse questionamento, ele também afirma que é preciso descrever os "lugares" institucionais de onde o sujeito "obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação)" (*ibidem*, p. 57).

Foucault ressalta que a posição do sujeito se define pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos. Nesse sentido, a posição-sujeito refere-se ao posicionamento ocupado pelo sujeito no interior de uma formação discursiva ou de um enunciado. No entanto, as modalidades diversas da enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito. Elas não remetem à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, ao contrário, manifestam sua dispersão: "nos diversos *status*, nos diversos lugares,

nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala" (*ibidem,* p. 61. Grifo do autor). Esses planos estão ligados por um sistema de relações estabelecido pela especificidade de uma prática discursiva. O discurso, então, passa a ser visto como um campo de regularidade para diversas posições-sujeito, e como a manifestação de um sujeito que pensa, que conhece e que diz.

Acreditamos que a posição dos sujeitos discursivos interfere na produção de seu discurso. Ao analisarmos os dizeres de Tadeu, por exemplo, na passagem:

> O Edu já tinha ido embora, mas continuamos a nos encontrar por algum tempo, aquele grupinho metido a gênio do cineclube. Dali, além do Edu, só a Dina tinha militância, nós, os outros, éramos da famosa, leviana, irresponsável e maravilhosa esquerda festiva. Tonho era o cineasta, Esmeralda, a artista, e eu, o que era eu?
> A bicha (OFLB, p.74).

observamos que ele se constitui como um efeito de sentidos cujo lugar de onde fala configura seu próprio discurso. Tadeu enuncia de uma posição determinada, coloca-se na posição de homossexual discriminado e essa posição de onde ele enuncia é marcada pela subjetividade na medida em que se refere à imagem que ele faz de si mesmo e dos outros nos diálogos de que participa. Nesse sentido, observamos que o discurso de um locutor é sempre modificado pelo do interlocutor, uma vez nas situações enunciativas ele tenta antecipar o que o outro (interlocutor) vai pensar na constituição de qualquer discurso. Tonho é um exemplo dessa situação. Sempre pensa sobre o que vai dizer, mas ao estar diante do seu interlocutor, procura antecipar o sentido que este vai dar ao que dirá e, então, modifica seu dizer. No encontro de 1998 com Dina e Esmeralda, ele chega e encontra Esmeralda sozinha, esperando por eles. Fica olhando para ela e pensando sobre a situação e, em seus pensamentos, é cético, crítico e revela desconforto em comparecer àquele encontro. Mas, ao proferir suas palavras, pensa em algo que agradará Esmeralda, pois não a vê há 10 anos.

> Quando cheguei à porta do bar e vi Esmeralda, sentada em uma das mesas do fundo, mal acreditei. Achei que nenhum de nós três iria a esse encontro estapafúrdio que marcamos, de brincadeira, pelo menos pra mim, dez anos atrás, em homenagem a Buñuel.
> Que falta do que fazer! Ir a um encontro desses!
> Passei por lá de gozação, querendo ver até onde ia nossa pitoresca humanidade, achando que, no máximo, Dina, a sentimental, apareceria. Mas a primeira que vi foi Esmeralda, a deusa. Se eu já fiz cinqüenta e dois, ela deve ter um pouco mais, sei que é mais velha do que eu, Edu e eu éramos os mais novos da turma. Está com os cabelos soltos, ainda negros, umas mechas brancas começando a aparecer, mas não como eu que já estou todo grisalho. [...]
> Sentei na cadeira em frente a Esmeralda, e disse, Inacreditável você ter vindo. E continua bonita!

> Ela riu daquele mesmo jeito afetado. Ora, Tonho, você deve ter mudado muito. Nesses anos todos creio que é a primeira vez que recebo um elogio seu! Antes tarde do que nunca, obrigada, sorriu (OFLB, p. 214).

Na realidade, o que ele queria dizer era algo bem diferente daquele elogio, o que fica expresso em suas reflexões. A posição do sujeito enunciador intervém, portanto, como uma das condições de produção do discurso. Conforme Pêcheux (1990b, p. 82 – Grifos do autor), "existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)". Em outras palavras, o sentido não existe em si mesmo, ele é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual um discurso é produzido. Dessa forma, os dizeres só adquirem sentido em referência às formações ideológicas (FI) nas quais essas posições se inscrevem.

A posição-sujeito se constitui entre discursos e é, por isso, um lugar móvel de onde o sujeito fala. Nesse sentido, uma FD não é delimitada *a priori,* ela se "constrói" e se configura como gesto de interpretação. No caso em análise, a mesma abriga diferentes posições em um mesmo sujeito discursivo. Ao longo da enunciação-narração, os sujeitos foram ocupando outros lugares discursivos e as diferentes posições-sujeito neles inscritos. Para exemplificar, nos remeteremos a Tadeu. Nos primeiros dez anos de formação do grupo dos cinco amigos, ele se inscreve em uma posição-sujeito no interior de uma FD política, que se reflete em seu discurso. Para manter-se no grupo, participa do movimento revolucionário contra a ditadura militar, adotando o discurso em voga pelos ditos "subversivos" da época, além disso, procura não deixar entrever sua homossexualidade, tenta transmitir uma imagem de homem e não demonstrar seu amor por Edu:

> E a Darcy, então?! Foi nessa época que tentei o namorico infame com a Darcy, que era do grupo de teatro, e todo mundo chamava de DADA, mas eu fazia questão de chamar de Darcy, nome de dar vergonha em morto, mas que era uma das poucas coisas que me interessavam nela. O nome unissex. A bobinha, a tola, a ingênua da Darcy, que se contentava com umas bitoquinhas rápidas, roçando de leve os lábios, e a mão na mão. [...]Era minha muleta, me protegia e me dava um ar de homem – que era o que eu morria por ter naquele momento (OFLB, p. 77).

Já no segundo capítulo, ele migra desta para outra posição-sujeito, em que enuncia a partir do lugar de homossexual assumido, que sofre com a discriminação e sente o repúdio das pessoas:

> Só quando cheguei ao Rio pude consertar essa situação. Só aqui comecei a me sentir gente e capaz de me libertar de tudo aquilo, de todas aquelas amarras que ajudei como um tantã mental a criar para mim mesmo. Quando saí de Brasília, jurei que nunca tentaria outra vez fingir ser o que não era. Longe da minha insana família, longe da exigente revolução, longe dos ex-pseudo-amigos-e-companheiros, longe de tudo, eu queria começar vida nova.
> E comecei. Nos primeiros dias que cheguei ao Rio, entrei em estado de graça. Nunca antes, nem depois, nunca mais me senti assim. [...]
> Mas logo, logo, não podia ser de outro modo, a mão da realidade se esborrachou sem hesitação na minha cara. E tomei pancadaria de tudo quanto é lado, quem mandou ser tão ingênuo! Mas me assumi, pelo menos isso consegui fazer (*ibidem*, p. 79).

A posição-sujeito adotada por Tadeu quando da participação ativa no grupo de amigos e no movimento estudantil atualiza e (re)significa discursos que estavam *já-lá*, mas foram silenciados no âmbito do interdiscurso. Diante de novas condições de produção, em outra conjuntura social, enunciados anteriores retornaram (re)significados, ainda que sob o viés do inconsciente do sujeito enunciador Tadeu. Ressoa então um discurso-outro que se encontrava disperso no interdiscurso. Na nova reconfiguração da FD, dizeres já enunciados que materializaram sua angústia frente aos colegas da infância que o perturbavam e o torturavam com as implicações devido à sua homossexualidade são "rememorados" e (re)significados, mobilizando novos sentidos. Quando criança, Tadeu sofria com as implicações dos colegas e, por algum tempo, sentiu-se protegido por padre Afonso:

> Gostava daquele padre carinhoso e delicado, gostava sim. Mas depois que padre Afonso foi embora e Tadeu ficou sozinho no colégio, não foi nada bom. Os garotos mais velhos, que antes não se aproximavam com medo das notas que o padre Afonso poderia dar – é o que ele acha, não tem certeza se era por isso, mas seja como for, algum motivo eles deviam ter para não mexer com ele -, mas depois que seu protetor foi embora, não o deixavam em paz.
> Foi horrível (OFLB, p. 83).

Depois, já na adolescência, tentava transmitir a imagem de homem, pois não queria que ninguém suspeitasse de sua homossexualidade. Dessa forma, moveu-se para outra posição-sujeito: quando chegou a Brasília, traumatizado por Salvador, Tadeu decidiu que faria tudo para ser como os outros, para ser "normal" (OFLB, p. 117). E, depois que se separou do grupo da faculdade e se mudou para o Rio de Janeiro, diante de novas condições de produção, moveu-se novamente para outra posição-sujeito. Os dizeres já enunciados em outro momento de sua vida – na infância e início da adolescência – sobre a sua homossexualidade e que se encontravam dispersos são re-significados e retornam, agora com nova configuração e novos efeitos de sentido. Tadeu, então, se assume como homossexual, sem receios e sem restrições:

> Que agora está cansado de pensar na vida. Hora de desligar Chopin e por as gloriosas Frenéticas, *Eu sei que eu sou bonita e gostosa, e sei que você me olha e me queeerrr*!, enquanto Mirley se veste, ajeita as madeixas, calça metaforicamente seu salto sete, põe as apoteóticas gotinhas de Chanel nº 5, e sai pelo mundo, que a vida é curta e, com algum esforço, pode até ser bela, às vezes.
> Não poooode? (*ibidem*, p. 131. Grifos da autora).

Esse processo de (re)configuração dos dizeres e as demandas da nova posição-sujeito de Tadeu fez com que seu discurso também se (re)significasse. Daí a importância de se compreender a maneira como a discursividade funciona e produz sentidos.

Na seqüência discursiva:

> No Rio, os novos amigos, com a graça de Deus, não tinham contato com a esquerda. Era todo mundo contra a ditadura, claro, isso nem é preciso dizer, mas o desinteresse político profundo era o lema do novo grupo; simplesmente não falavam do tema política no Brasil do Milagre. Queriam se defender do que estava acontecendo, então era melhor nem ficar sabendo. Nem ler jornal Tadeu lia direito, só os Cadernos Bs da vida (*ibidem*, p. 87).

Tadeu, ao migrar para outra posição-sujeito recém instaurada, embora não se desidentifique com a FD dos militantes, não enuncia mais daquele lugar, mas de um novo lugar social. O sujeito discursivo é, portanto, marcado por constantes deslocamentos. Nesse sentido, podemos dizer que dos acontecimentos retratados no *corpus* emergem sentidos diferentes e os sujeitos discursivos ocupam lugares entremeados pela história, pela memória e pela ideologia.

Ainda em se tratando das condições de produção dos discursos na obra, recorremos à enunciação de Dina, quando ela fala de si mesma e da amiga Esmeralda: "Numa coisa eram semelhantes: eram garotas de sua época, fazendo o gênero liberadas, assumindo pose de muita experiência e independência" (OFLB, p. 194). Relembra quando ela e Esmeralda eram jovens e faziam o gênero de liberadas sexualmente, que o momento histórico vivenciado caracterizava-se, além da luta contra a ditadura, por uma preocupação com o erotismo e com os valores relacionados aos aspectos sexuais. Subverter esses valores e adotar um comportamento sexual mais "moderno" constituiu-se também uma das formas de demonstrar a insatisfação com a situação de intervenção e repressão pela qual passava o país.

2.6. A constituição da FD política em OFLB

O funcionamento do sujeito do discurso ocorre graças à relação do sujeito com a formação discursiva e isso ocorre porque, segundo Pêcheux (1997a, p.161), "os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações

discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes". Dessa forma, na concepção pecheutiana, o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso por um processo de identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina. E essa identificação ocorre pela via da forma-sujeito, ou seja, "o sujeito do discurso identifica-se com a forma-sujeito (o sujeito histórico) e com a formação discursiva cujo dizer é por ela organizado" (*ibidem*, p. 160).

Pêcheux, em *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (2007, p. 56) apresenta a idéia de "uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora". A partir disso, podemos dizer que uma formação discursiva constitui-se de outras formações discursivas, de elementos que vêm de seu exterior, ao que Pêcheux denominou de "pré-construído", que corresponde ao "'sempre-já-aí' da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade (o 'mundo das coisas')" (PÊCHEUX, 1997a, p. 164). O interdiscurso vai designar o exterior de uma formação discursiva. Porém, a noção de sujeito discursivo permanece como efeito de assujeitamento à formação discursiva com a qual ele se identifica.

2.6.1. A noção-conceito de Formação Discursiva

Um dos conceitos fundantes no escopo da Análise do Discurso de linha francesa é a noção de "formação discursiva", proposta inicialmente por Michel Foucault, uma vez que esta se relaciona diretamente com as noções de Sujeito e discurso, questões basilares para tal campo epistemológico.

Em *A Arqueologia do saber*, buscamos o conceito fundador de formação discursiva, proposto por Foucault:

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade" (FOUCAULT, 2005, p. 43).

Para Foucault o discurso é constituído por um espaço heterogêneo e de "dispersão": dispersão de objetos, dispersão de temáticas e de teorias. O que atribuiria uma suposta unidade a um discurso não seria a existência de um objeto e de um estilo únicos, de temáticas, teorias ou conceitos hegemônicos, ao contrário, o que caracterizaria essa unidade seria um jogo de relações entre objetos, estilos, temáticas, teorias e conceitos. Aos analistas do discurso cabe a tarefa de descrever essa dispersão, pesquisar se os elementos que os constituem possuem uma regularidade, uma ordem em seu aparecimento, correlações em sua simultaneidade, posições determinadas em um espaço comum, transformações ligadas e hierarquizadas, buscando o estabelecimento de regras comuns que regem a formação dos discursos[25], ou seja, de identificar a formação discursiva (FD) que constitui determinado discurso.

Com isso, Foucault apresenta o caminho a ser percorrido, as noções que carecem ser testadas e as análises que precisam ser efetuadas para que se proceda a um estudo dos discursos, reconhecendo-se a dispersão dos mesmos. Nesse sentido, Pêcheux aceita a tarefa e, a partir do conceito foucaultiano e à luz do materialismo histórico, produz uma mudança em relação à concepção de discurso. Desta feita, o discurso passou a ser analisado dentro das condições históricas de produção e, conseqüentemente, os *corpora* passaram a ser analisados a partir de sua inscrição no interior de determinadas condições de produção. Pensar o espaço discursivo e ideológico onde se desenvolvem as formações discursivas tornou-se um dos objetivos da Análise do Discurso.

Assim, cabe ao analista do discurso explicitar as relações entre o "dito" e o "não dito", ou seja, ele precisa reconhecer a formação discursiva que domina determinado discurso e identificar a relação dessa FD dominante com outras formações discursivas que aí se entrecruzam.

Nesse ponto, Foucault foi fundamental para a AD francesa, pois a partir de suas idéias sobre formação discursiva, houve uma ruptura com a idéia do *corpus* dado *a priori*[26], construído a partir dos saberes do analista. O analista tem a função de descrever as configurações de arquivo centradas em um tema, em um conceito, enfim em um acontecimento. Ele deve questionar sobre qual o lugar ocupado pelo acontecimento discursivo

---

[25] Para realizar o trabalho de análise, o analista do discurso deve buscar as "regras de formação" que regem a formação dos discursos. Sobre isso, Foucault coloca que as *regras de formação* são *as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas).* Elas se configuram como *condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva* (Foucault, 2005, p. 43. Grifos do autor).

[26] *Corpus* dado a *priori* no sentido de que nos processos tradicionais de análise de *corpus* a análise é construída a partir dos saberes do analista.

num determinado arquivo. Aí observamos quão importante torna-se a noção de arquivo[27] para a análise do discurso:

> Entre a *língua* que define o sistema de construção de frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, modificarem regularmente. *É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados* (FOUCAULT, 2005, 147-148. Grifos do autor).

Nesse sentido, o *corpus* de análise torna-se heterogêneo, ou seja, compõe-se de textos representantes dos diversos gêneros, que tratam de um mesmo tema e que circulam em diferentes suportes. Assim, podemos dizer que a noção de formação discursiva passa a ser considerada em sua heterogeneidade, uma vez que ela está presente em diversos campos de relações, assumindo posições diferentes a depender do jogo de poderes aí presentes.

Em momento anterior, dissemos que Pêcheux, ao referir-se à noção de formação discursiva proposta por Foucault, o fez à luz do materialismo histórico. Queremos ressaltar, no entanto, que Foucault não concebeu a noção de formação discursiva em termos de ideologia, mas quando Pêcheux trouxe para a AD essa noção, relacionou tal conceito a essa questão e à luta de classes, pois sentia a necessidade de uma teoria materialista do discurso (PÊCHEUX, 1997a, 153) e a definiu [a formação discursiva] como aquilo que

> numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (*ibidem*, p. 159-160).

Desta forma, as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Assim, ao se deslocarem de uma formação discursiva a outra, elas mudam de sentido, mas também podem ter o mesmo sentido em determinada formação discursiva ao passarem por processos de paráfrase, de sinonímia, de substituição, dentre outros.

---

[27] Os conceitos foucaultianos de arquivo e de acontecimento despertam o interesse dos analistas do discurso, como Pêcheux, por exemplo, na medida em que indicam essa nova forma de organização do *corpus* que permite a eles buscar na própria materialidade do discurso um trajeto de leitura do arquivo.

O sujeito constitui-se pela formação discursiva que o domina/determina, ele se identifica com essa formação discursiva e se desidentifica com outras formações discursivas. Nesse processo, Pêcheux afirma que:

> o sujeito se constitui pelo "esquecimento" daquilo que o determina ... a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob a dupla forma, ... enquanto "pré-construído" e "processo de sustentação") que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina,* são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 1997a, p. 163. Grifos do autor).

Ocorre, portanto, a linearização do discurso, ou seja, o que se diz relaciona-se ao que se disse outrora e ao que se dirá. Instaura-se aí o fio do discurso do sujeito (o intradiscurso). É no intradiscurso que se observa traços da formação discursiva constitutiva do sujeito. Essa FD relaciona-se com "o todo complexo com dominante" das formações discursivas – interdiscurso –, com o todo complexo das formações ideológicas, com a luta de classes e, por fim, com as relações de transformação/reprodução das relações de produção. Diante disso, o que foi dito em outro lugar, em outro momento é constitutivo do sujeito e, conseqüentemente, do discurso.

O sujeito, por sua vez, não tem noção de que se constitui pela exterioridade[28] e de que o que ele enuncia é interpretado de forma diferente pelos diferentes sujeitos. A esse respeito, Pêcheux (1997a) concebe dois tipos de esquecimentos. O esquecimento nº 1: o sujeito tem a ilusão de ser criador do seu discurso, de ser fonte do sentido, apagando de seu dizer o que não remete à formação discursiva que o domina/determina; o esquecimento nº 2: o sujeito crê que o que ele enuncia tem uma só significação. Pelo esquecimento nº 2, o sujeito acredita ser o mestre absoluto de seu dizer e, no esquecimento nº 1, ele acredita ser a fonte de seu dizer. Entretanto, como ele é perpassado pelo inconsciente e é afetado pela exterioridade, de seus discursos emergirão indícios de outros discursos.

Ainda consoante com Pêcheux, dizemos que os indivíduos são "interpelados" em sujeitos de seu discurso pelas FDs que representam "na linguagem" as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Com isso, percebemos que é através da formação discursiva que se atinge a formação ideológica implícita nos diversos discursos. Esses discursos são

[28] O sujeito constitui-se pela exterioridade, ou seja, pela sua inserção em grupos e em classes sociais em determinado momento histórico.

marcados pela contradição[29] e, tanto Foucault quanto Pêcheux, cada um a seu tempo e dentro do seu campo teórico, reconhecem a contradição não só como princípio constitutivo de toda FD, mas como a própria lei de existência do discurso.

Por fim, ao nos reportarmos ao conceito de formação discursiva cabe observar que o sujeito discursivo não é fonte absoluta de seu dizer, sua fala é atravessada por outras falas. Nesse sentido, ele é condicionado pela (s) formação(ões) discursiva(s) que indica que não se pode falar qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer época.

2.6.2. As FDs políticas[30] em OFLB

A instauração da ditadura militar no Brasil inaugura uma nova etapa na história brasileira. A conjuntura político-econômica de 1960 não seria mais a mesma de anos anteriores. As opiniões acerca do novo regime eram heterogêneas. E é nessa arena política que os sujeitos discursivos Edu, Tadeu, Dina, Tonho e Esmeralda se conhecem e estreitam relações, graças à sua não-aceitação ao regime implantado no país.

Os discursos dos sujeitos enunciadores, especialmente de Edu e Dina, revelam a consciência política que muitos jovens demonstravam com relação à situação de precariedade que viviam os trabalhadores pobres, representados, na obra, pelos trabalhadores que construíram Brasília, e com relação à repressão imposta pelo governo ditatorial.

A formação discursiva política tem uma presença fundamental na vida desses dois amigos, principalmente porque ela materializa seus anseios por uma sociedade igualitária e melhor estruturada. Há um predomínio, especialmente nas enunciações de Edu e Dina, do discurso político, o que nos permite dizer que a obra possui um caráter de discurso político, uma vez que apresenta uma visão da ditadura militar brasileira a partir da percepção de cinco jovens engajados no movimento de revolução contra o militarismo e não as versões apresentadas pela história tradicional nem as versões propagadas pelos órgãos oficiais vinculador ao governo.

---

[29] Com relação à contradição que marca os discursos, o que aproxima Pêcheux de Foucault é que, para ambos, a contradição é um princípio constitutivo de toda *formação discursiva*. Para Foucault, entretanto, além da contradição, as dispersões e as irregularidades também são constitutivas das FD.

[30] Não estamos aqui tomando formação discursiva política como algo atribuído a parlamentares, a pessoas vinculadas ao poder de Estado ou a algum tipo de aparelho ideológico. Há discursos que são políticos por tratarem de coisas da política (como eleições, criação de leis, entre outras coisas.) e há discursos que também são políticos por representarem um tipo de debate/discussão, que visa expurgar/analisar assuntos, pessoas, fatos, sem uma vinculação partidária ou estatal.

O sujeito do discurso se constitui na interação social. Dessa forma, podemos dizer que ele "não é o centro de seu dizer, em sua voz, um conjunto de outras vozes, heterogêneas, se manifestam. O sujeito é polifônico e é constituído por uma heterogeneidade de discursos" (FERNANDES, 2005, p. 29). E em sua constituição como sujeito ele é interpelado pela ideologia. Em outras palavras,

> a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, sem que eles se dêem conta de tal interpelação. Dito ainda de outra forma, não há sujeito sem ideologia, embora ela não seja um processo da ordem do consciente. Estamos aqui falando da existência histórica do sujeito, ou seja, trata-se daquilo que Pêcheux, à semelhança de Althusser, designou de forma-sujeito (INDURSKY, 2000, p. 70-71).

Portanto, o sujeito, na concepção pecheutiana, além de social é histórico, ideológico e dotado de inconsciente. Assim, podemos dizer que o sujeito discursivo é constituído "em seu funcionamento psíquico, pelo inconsciente, e em seu funcionamento social, pela ideologia" (*idem*).

Em OFLB, o sujeito-enunciador Edu enuncia de uma formação discursiva historicamente marcada. Os efeitos de sentido apontam para o discurso marxista, de marginalização das classes menos favorecidas, além de apresentar a situação de precariedade em que viviam os trabalhadores da construtora Novacap na época da construção de Brasília: "Que na sociedade capitalista, quem produz não é quem se apropria do produto do trabalho, é a propria essência do sistema; mas o destino desses homens poderia ter sido menos dramático. Eles mereciam mais respeito" (OFLB, p.59).

Ao longo de sua enunciação, Edu demonstra grande conhecimento político, conhecimento adquirido por meio de leituras, de grupos de estudos e do interesse pela causa: "Foram anos de grupos de estudo sobre a teoria marxista e a situação do país, de leituras e discussão, de militância no movimento estudantil, que me trouxeram até aqui" (OFLB, p. 19). Desse lugar político, ele se sente inconformado com a realidade econômica vivida pelos trabalhadores da Novacap e com a falta de respeito de construtoras como essa com os trabalhadores. A revolta de Edu com a desigualdade social sofrida pelo povo brasileiro em geral, materializada no fragmento acima pelos trabalhadores das construtoras na época da construção de Brasília, a luta pelo fim da ditadura militar e o conhecimento teórico que ele acumulou por meio de seus estudos e da definição de sua posição política, faz com ele defenda que, somente através da revolução, essa situação poderá ser revertida. E, para isso, o povo precisaria se rebelar contra o poder instituído e lutar pela sua liberdade e por uma vida mais digna:

> O senhor não vê como essa violência injusta do governo contra o povo só pode levar à violência justa da revolução? É a violência injusta gerando a violência justa, a revolta do povo contra a opressão, a única violência legítima e defensiva, a favor do progresso e da justiça. Não nos deixaram outra saída (*ibidem*, p. 20).

Ele não aceitava o fato dos militares invadirem as ruas, agredirem os estudantes, os operários e as pessoas de bem. Não concebia a miséria, a opressão e o descaso dos políticos. Por isso, sentia que não poderia ficar de braços cruzados, olhando, esperando que algo acontecesse, precisava partir para a luta. E, em sua enunciação, essa formação discursiva política é bastante evidente como observamos nos fragmentos anteriormente citados.

Em outro fragmento,

> Os panfletos que passáramos a tarde imprimindo, junto com duas faixas preparadas para passeatas, ABAIXO O ACORDO MEC-USAID, O POVO ORGANIZADO DERRUBA A DITADURA, estavam no porta-malas da minha Rural. A passeata seria na segunda-feira. [...]
> Seria uma bela batalha (*ibidem*, p. 12).

Podemos perceber, nessa passagem que há um jogo dialético, no qual está presente o confronto ideológico. No enunciado "o povo organizado derruba a ditadura" está implícito o passado de lutas das classes operárias, representado, por exemplo, pelo já-dito "vencemos", da Comuna de Paris. Os manifestantes almejam a queda da ideologia da classe dominante e de todas as outras manifestações ideológicas atreladas à ideologia dominante por meio do controle dos Aparelhos Ideológicos de Estado. A seqüência discursiva "o povo organizado derruba a ditadura" traz como implícito o desejo de mudança no comando, bem como as transformações sociais advindas daí. E o que atribui sentidos a esta enunciação é o contexto vivenciado pelo Brasil na época: um país dominado por um governo ditador, que tolhe a liberdade de expressão e utiliza da força bruta militar para assegurar o seu domínio e a passividade do povo. Enunciado em "outro lugar" e por outros sujeitos discursivos estes "sentidos" seguramente seriam inexistentes.

Edu planeja sua ida para a clandestinidade, onde iria receber treinamento para retornar ao Brasil e liderar os revoltosos num movimento contra a ditadura militar. O seu discurso é, nesse momento, atravessado pelo discurso do *outro*, o histórico, que revela suas tendências políticas e sua defesa dos ideais marxistas:

> Quando cerca de dois meses atrás tivemos a reunião onde ficou decidido que eu deveria deixar Brasília, assumir a luta para valer, entrar na clandestinidade como um profissional da Organização, ou seja, que a partir daí eu viveria para fazer a Revolução, minha primeira reação foi de euforia, o grande sentimento de estar fazendo a coisa certa. Estava me preparando para isso desde que comecei a entender que a situação do nosso país só iria melhor se cada um de nós fizesse a sua parte. Desde que entendi o be-a-bá, que já "não se tratava de explicar o mundo, e sim de transformá-lo" (OFLB, p. 19).

Neste fragmento, Edu marca a presença do *outro*[31] histórico, cujo referente apresenta fatos histórico-econômicos na superfície discursiva. Desta forma, no plano ideológico, observa-se a tentativa de mudança das práticas políticas e de produção econômica. Ele acredita que por meio da Revolução seria possível transformar o mundo, mudar a estrutura social e as formas de produção e reprodução da força de trabalho. Evidencia-se, portanto, a luta ideológica e o confronto, com o objetivo de assumir o controle dos AIE e de estabelecer-se uma nova ordem: a ideologia da classe trabalhadora. Nesse sentido, observa-se no *corpus* a existência de duas FDs políticas: a ditatorial e a democrática.

Em seu discurso político, Dina constrói a imagem heróica daqueles que deram a vida pela Revolução e a apresenta através da imagem de uma amiga da faculdade, que morreu pelas mãos dos militares:

> Era estudante de medicina.
> [...]
> Ao chegar na região da guerrilha, abriu uma venda na beira da estrada onde comercializava víveres e distribuía conversas e amizade. Atendia as mulheres no parto, dava aulas para crianças. Aos poucos foi ganhando a confiança daquele povo e conhecendo a região. Salvou vidas, despertou esperanças, enquanto lhes mostrava que o sofrimento deles tinha uma causa e um nome, e que a vida poderia ser melhor e mais justa.
> Fez fama de valente e corajosa, e contam que sua pontaria era de deixar queixo caído. Tornou-se perita naqueles matos, aprendeu seus detalhes e segredos. Quando o exército chegou e começou a repressão à guerrilha, o povo passou a dizer que ela era capaz de se transformar em grilo ou borboleta e sumir da floresta (OFLB, p. 208).

Dina utiliza como recursos lingüísticos a narração de fatos históricos realmente acontecidos naquela época e naquele lugar onde a amiga estava – Guerrilha do Araguaia – e a ficcionalização feita pelos moradores da região sobre o que realmente ocorreu com o grupo da amiga.

---

[31] De acordo com Authier-Revuz (2004), não existe apenas um eu-enunciador e um meio que lhe é externo, a linguagem só acontece porque existe um "nós". O sujeito se constitui à medida que existe esse *Outro*, que é imprescindível na construção do nosso "eu", por isso a linguagem deve ser concebida a partir de uma concepção dialógica. Nessa relação, o outro se projeta em mim e eu me projeto no outro.

Visto pelo esquema de formações imaginárias, a partir do olhar de Dina, podemos perceber que esta não se isenta de uma posição política ao relatar as histórias de sua jornada como membro da Organização contra a ditadura militar e dos outros jovens que conheceu e que também lutavam pela mesma causa:

> Quando chegaram no interior do Panamá, Torrijos em pessoa foi recepcionar o grupo de exilados em um galpão. Grande, com mesa farta, comida para todos. Acossado por pressões de todos os lados, o Senhor Presidente tentava organizar as condições de asilo na cidade onde boa parte dos habitantes considerava o grupo como formado por perigosos comunistas, extremistas e terroristas que haviam desestabilizado o Chile. Eram temidos, odiados, ninguém os queria ali.
> Era esse o clima, onde as disputas políticas encontraram o campo de seus sonhos para proliferar em radicalismos e incompreensões (OFLB, p. 181).

Nesse fragmento, ela conta sobre a sua jornada e de outros companheiros rumo ao exílio. Nesse sentido, ele se inscreve numa FD que envolve as suas impressões particulares sobre a situação do exílio e a FD sócio-política, que envolve os aspectos sociais, históricos e políticos concernentes ao exílio das pessoas consideradas subversivas à ordem no período ditatorial.

No discurso político dos sujeitos enunciadores de OFLB, observa-se um jogo dialético que não se apresenta visível no nível da superfície lingüística e nem no nível do significado, mas apenas no nível discursivo. Um jogo entre a ideologia socialista e a ideologia capitalista, o provável e o subjetivo, a emoção e a razão, a fé e a negação, e outros.

Há a identificação de uma formação discursiva constituída pelos movimentos estudantis aos quais os cinco jovens enunciadores do *corpus* se filiaram. Eles se identificaram com essa FD de engajamento político e de participação social e, até certo ponto da trama, enunciaram desse lugar. Dizemos até certo ponto porque dos cinco amigos, apenas Dina continuou na militância por mais tempo: Tadeu, após a morte de Edu, se mudou para o Rio de Janeiro e nunca mais quis ter contato com a militância: "No Rio, os novos amigos, com a graça de Deus, não tinham contato com a esquerda. Era todo mundo contra a ditadura" (*ibidem*, p. 87); Tonho casou-se com uma judia de família tradicional e mudou-se para São Paulo; Esmeralda mudou-se para Nova York e atuou como artista plástica e vinha raras vezes para o Brasil.

Tanto o movimento revolucionário, por seu caráter popular e político, como já observado por meio da análise de fragmentos em momento anterior, quanto a relação entre os trabalhadores e as construtoras durante a construção de Brasília, inscrevem-se em uma FD política:

> Eu bem gostaria um dia de perguntar a Niemeyer e Lúcio Costa, os idealizadores de Brasília, o que eles previram para os peões que construiriam a cidade? Os dois são homens de consciência social – Niemeyer é comunista, todo mundo sabe disso, o que terão previsto para os trabalhadores em seus projetos? Eram abstrações, apenas? Problemas insolúveis na sociedade capitalista? (OFLB, p. 59).

No fragmento, verificamos diferentes aspectos históricos e ideológicos que atravessam a enunciação e diferentes discursos se entrecruzam na formação discursiva política presente na enunciação de Edu. As construtoras, a partir do momento que abriram espaço para qualquer pessoa que quisesse, independente de qualquer processo seletivo, trabalhar na construção da nova capital, cria um novo espaço de convívio social, onde o interesse que rege seu funcionamento é a ambição pelo dinheiro – os trabalhadores vinham para Brasília no intuito de trabalhar muito e ganhar muito dinheiro, em curto espaço de tempo. Os trabalhadores se uniram em torno de um projeto idealizado e elaborado em gabinete, que desconsiderava (ou ignorava) sob que condições seria executado. Nesse sentido, as condições de vida para os trabalhadores dessas construtoras não foram contempladas pelos idealizadores da nova cidade.

O sujeito enunciador Edu enuncia, portanto, de uma formação discursiva, histórica e politicamente, marcada, que remete a um contexto determinado pelas relações de exploração dos trabalhadores. Os efeitos de sentido apontam para o discurso marxista e para a luta de classes.

No fragmento seguinte:

> Mas, no avesso disso, do outro lado desse ritmo, a conseqüência inevitável só poderia ser o esgotamento dos trabalhadores. A dilapidação da força de trabalho dos operários que, estafados e mal alimentados, ficavam cada vez mais sujeitos a acidentes na obra, onde o aspecto da segurança era relegado.
> Os acidentes de trabalho se multiplicavam. As mortes eram cotidianas. As doenças, o esgotamento nervoso. Tinha trabalhador que, depois de certo tempo, já não conseguia dormir. O anexo do Congresso, apelidado de "28", pelo número de seus andares, o prédio mais alto da cidade naquele momento, ficou famoso pelas mortes que provocou. Muitos operários, recém-chegados do Nordeste, não tinham experiência de trabalho em alturas. Caíam e eram imediatamente cobertos por lona, para que sua morte não provocasse alarde. Era mais uma morte abafada, uma caminhonete chegando e os funcionários, que colocavam o pacote de lona com o corpo do colega na carroceria, mal tinham tempo de fazer um nome do pai: lá ia o cadáver rápido, sabe-se lá pra onde (OFLB, p. 53).

O sujeito enunciador denuncia consciente e explicitamente a exploração da força humana de trabalho e as formações discursivas a elas ligadas – a desigualdade social, o desejo de enriquecimento rápido, a emigração dos nordestinos para as capitais, entre outras. O discurso político de Edu evidencia a não aceitação dessa condição precária em que se

encontrava o trabalhador brasileiro na época da construção da nova capital e, dadas as condições históricas de produção dos discursos desse sujeito discursivo, as formações discursivas políticas que atravessam suas enunciações, revelam a inscrição política desse sujeito.

Pelo fragmento acima, verificamos que, em OFLB, o sujeito-leitor é posto em contato com as formações discursivas políticas, atravessadas pelos discursos ideológicos, que o fazem questionar o seu próprio posicionamento político e acionam suas práticas interpretativas produtoras de sentidos. Assim, num cenário marcado pela exploração exacerbada da força de trabalho, a representação imaginária que muitos fazem dessa exploração que ocorreu no período da construção de Brasília é de que ela era necessária para que o objetivo maior – entregar a capital na data marcada – fosse alcançado. As condições de trabalho e de vida do trabalhador ficariam, portanto, relegadas a um segundo plano. O esforço seria recompensado com o alcance da meta proposta. Grande parte da população brasileira preferiu não enxergar (ou não se preocupar em enxergar) o que realmente acontecia nos acampamentos, no trabalho diário e na vida daquelas pessoas. A imagem desse trabalhador, aviltado, malogrado em seus direitos, é trazida à superfície do *corpus* pelo discurso político presente na enunciação de Edu.

Dissemos anteriormente que o sujeito é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente e que é afetado pelos esquecimentos nº 1 e nº 2 que desconhecem a determinação histórica dos sentidos. A partir disso, inferimos que o sujeito que enuncia de uma formação discursiva política precisa refletir sobre o que diz, uma vez que seu discurso atinge outros sujeitos e efeitos de sentido variados são produzidos. Ele só pode enunciar o que as formações discursivas em que está inscrito lhe permitem dizer.

Por fim, podemos dizer que o discurso político é um campo em que vários discursos semelhantes se alojam – como o histórico, por exemplo. Esses discursos se assemelham pelo objeto de suas análises – o sujeito – embora possam ter divergências quanto à interpretação desse objeto.

2.7. O Discurso e o Poder em evidência no *corpus* OFLB

2.7.1. A concepção foucaultiana sobre relação entre *discurso* e *poder*

A concepção de poder que perpassa esse trabalho pauta-se nos pressupostos de Michel Foucault que concebe o poder enquanto relações, ou seja, resignifica-se a concepção

de um poder centralizado na figura do Estado, de um poder que se baseia na dominação, para um poder que se propaga, que está em todos os lugares e atravessa todas as relações, inclusive os discursos. Diante disso, defendemos que os discursos sofrem uma interdição, uma vez que não temos o direito de dizer tudo o que queremos ou pensamos em qualquer circunstância ou em qualquer lugar.

Aos sujeitos do discurso é imposto um conjunto de regras que definem o que podemos ou não dizer. Segundo Foucault (1996), existe uma "polícia" discursiva que nos obriga a obedecer um conjunto de regras que é reativado em cada um de nossos discursos. Desta forma, as interdições, as supressões e os limites existem para assegurar o controle da grande proliferação do discurso.

Conforme Foucault (1984), o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação e também em relações de poder muito complexas. Para compreendermos o que são essas relações de poder, enveredaremos um pouco pelos caminhos traçados pelo próprio filósofo com relação ao assunto.

Ao pensarmos sobre o poder, a idéia de oposição imediatamente nos vêm à tona, pois entendemos que ela [a oposição] é marcada pelo poder de uns sobre os outros. No *corpus* desta pesquisa, há uma série de oposições que se desenvolvem, oposições justamente marcadas pelo poder de uns sobre os outros: poder dos homens sobre as mulheres - evidenciado pela mãe de Edu, que é totalmente submissa ao marido –, dos pais sobre os filhos – marcado pelo pai de Esmeralda que permite que ela seja abusada sexualmente por um seu superior –, do que possui *status* sobre o que não possui – representado pela avó de Edu, dona Sílfides, fazendeira rica nos tempos áureos do café e que hoje encontra-se pobre, mas que tenta manter o *status* social e utiliza jagunços para comandar sua grande propriedade (já não tão imponente agora que se foram as riquezas produzidas outrora pelo café e que foi castigada pelas marcas do tempo) e assegurar seu domínio sobre os outros –, do governo sobre os governados – evidenciado pelo governo militar que utilizava a repressão para dirigir os modos de vida das pessoas –; das empresas sobre os trabalhadores – marcado pela exploração excessiva da força de trabalho; daqueles que discriminam e dos que são discriminados por serem homossexuais – exemplificado por Tadeu que, enquanto homossexual, sofre todos os abusos da discriminação sexual; dos que possuem maior conhecimento sobre os que não o possuem na mesma medida – manifesto pelos líderes do movimento da revolução anti-ditatorial e aqueles que são por eles comandados. Além dessas oposições, consideradas mais significativas para análise, outras vão se configurando ao longo da obra e que aparecerão, de uma forma ou de outra, durante o percurso de análise.

Conforme Foucault (1984), estas oposições são lutas antiautoritárias, que possuem características em comum: são lutas transversais, pois não se limitam a um país; seu objetivo são os efeitos de poder enquanto tal; nelas criticam-se as instâncias de poder que lhes são mais próximas, ou seja, aquelas que exercem sua ação sobre os indivíduos; questionam o estatuto do indivíduo; são uma oposição aos privilégios do saber; e, por fim, são lutas que giram em torno da questão: "quem somos nós?" (*ibidem*, p. 234-235); que objetivam atacar uma forma de poder e que fazem dos indivíduos sujeitos.

De acordo com a concepção foucaultiana sobre o poder, se este fosse apenas repressivo e se resumisse ao fato de dizer "não", ele não seria obedecido, pois o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é que ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso, por isso deve ser considerado como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social e vai muito além de uma mera acepção de repressão. Nesse sentido, as relações de poder co-existem na sociedade, são mantidas e também aceitas pelos sujeitos e a subjetividade desses sujeitos, por sua vez, é formada por meio, principalmente, da disciplina.

Quando a Análise do Discurso pensa as relações de poder da forma como Foucault propõe, ela procura re-significar a concepção de um poder centralizado na figura do Estado (presente na análise marxista) para um poder que se propaga, que está em todos os lugares e atravessa todas as relações humanas. Abandona-se a idéia de um poder que se baseia na dominação em seu sentido literal, de um poder localizado em um ponto fixo. O analista do discurso reconhece que onde há poder, há possibilidades de resistência, pois esta se configura como parte constitutiva do poder.

Para o campo da Análise do Discurso, vemos que a noção de relações de poder é extremamente produtiva, pois nos faz refletir que o poder, da forma como é apresentado através de relações, não é algo negativo. Sendo assim, não há a necessidade de nos libertarmos dele, entretanto, podemos participar desse jogo, usando como instrumento certas práticas de liberdade e aceitando o mínimo possível de dominação. Para Foucault o sujeito nunca é livre, mas deve lutar contra esse tolhimento à sua liberdade; precisa mobilizar-se, participar, lutar e reivindicar seus direitos. Tais atos são a configuração da sua preocupação consigo e com o cuidado de si.

Ao analisarmos um discurso não estamos diante da manifestação de um sujeito, uma vez que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, origem do sentido. Um sujeito determinado pela exterioridade e que se sente capaz de transformar a sua realidade social a partir da tomada de consciência. Consoante com Foucault, é preciso sair desse espaço

em que se relacionam sujeitos individuais, é preciso estabelecer uma ruptura com a noção de sujeito autônomo, cartesiano, que pensa por si mesmo, que produz pensamentos e idéias e caminhar rumo ao espaço de uma relação mais ampla, baseada na noção de dispersão do sujeito.

Segundo Foucault (2004c, p. 266), "As relações de poder têm uma extensão consideravelmente grande nas relações humanas". No período em estudo, essa afirmação torna-se uma máxima, uma vez que o poder "é um exercício integrante do cotidiano e consiste em formas de luta contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão" (*idem*, p. 266). No *corpus* em estudo, o poder incita, suscita, produz, está tanto para os dominados quanto para os dominantes. É um embate de forças que caracterizou o período como a época "negra" da história brasileira. Ao percorrermos a obra em análise, podemos encontrar várias passagens em que esse embate de forças é constatado:

> Na manhã da invasão do final de agosto – quando as viaturas policiais fecharam as vias de acesso ao *campus* e os batalhões se prepararam, armados com bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras, mosquetões, bazucas, pistolas, revólveres e cassetetes -, nós, os estudantes, o inimigo, estávamos tendo aula. Primeiro, uns vinte policiais entraram e foram direto para o barracão onde funcionava a FEUB – nossa federação, em frente à Reitoria – e, de lá arrastaram Honestino a socos e pontapés, e o jogaram num camburão, saindo a toda velocidade (OFLB, p. 37).

> [os milicos] vieram como se fossem enfrentar inimigos armados. Soltando bombas e atirando a esmo, cercando os estudantes. Muitos não conseguiram fugir. Outros, como Esmeralda, Dina, eu e outros grupos, corremos para o Minhocão, o grande prédio inacabado do Instituto Central de Ciencias, o ICC.
> Os policiais vinham atrás como um cerco de guerra, formando uma barreira só de brucutus. E atirando (*idem*).

Nos recortes acima, observamos que o poder é um exercício, um modo de ação de alguns sobre outros. Verificamos que a polícia exerce um modo de ação sobre os alunos, professores e funcionários da Universidade de Brasília. Essa ação suscita uma resistência, uma reação. Nesse sentido, o poder só existe em forma de ação, só existe em ato, conforme nos explica Foucault (1984, p. 243):

> é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

Assim, temos uma ação sobre sua própria ação, ação sobre ações, uma maneira de agir sobre a ação dos outros para conduzir condutas. Nesse sentido, encontramos na obra não apenas relações de poder estabelecidas entre os sujeitos e os aparelhos repressivos de Estado representados em OFLB de forma mais contundente pela polícia e pelos militares, mas percebemos outras relações de poder instituídas, como aquela que figurava na relação estabelecida entre a avó de Edu, dona Sílfides - matriarca da família, fazendeira que com seus jagunços comandava e mandava em todas as pessoas do lugar - e os moradores da localidade em que ela morava:

> Fico pensando na impunidade em que vivia minha avó, com seus casos pesados e caluniosos, com nome e sobrenome. Certamente achava que a família, que sempre mandou em tudo aquilo, podia brincar também com a honra dos outros. [...]
> Foi naquele ambiente de autoritarismo que presenciei e me dei conta, pela primeira vez, do que depois entenderia como desigualdades e injustiças de classe. Pela maneira como era estruturado o engenho, o jeito como minha avó e seu capataz – na verdade, um capanga grosseiro de quem minha mãe tinha verdadeiro pavor – e por outras pequenas coisas mais diretas (OFLB, p. 27).

Nesse recorte, evidenciamos que o poder requer estratégias para atingir seu objetivo de conduzir a conduta dos sujeitos para levá-los ao lugar desejado. No fragmento acima, a estratégia utilizada por dona Sílfides era a presença dos jagunços na fazenda e o autoritarismo com que dirigia sua propriedade, os funcionários e sua família e também a maneira autoritária com que falava da vida alheia.

Outra estratégia utilizada na obra é o poder pelo conhecimento. No *corpus* em análise, a Universidade de Brasília representava uma ameaça aos militares por participar das relações de poder através do conhecimento. Assim, eles a fecharam acreditando que estariam garantindo a soberania do poder ao governo:

> Era terrível ver como a universidade de Brasília, criada pelos maiores educadores do país – como o brilhante porra louca do Darcy Ribeiro -, para pensar os problemas do Brasil de uma maneira inovadora e arrojada como a própria cidade, vinha sendo massacrada pelos militares.
> Alguém havia comentado que o movimento estudantil em Brasília era o mais politizado. Não sei se é verdade ou não, nem acho que isso importa. Mas a proximidade com os espaços do poder, ter entre os estudantes filhos de deputados, de senadores e altos funcionários, isso fazia os milicos a olharem com desconfiança e apreensão. Desde a sua criação, não conseguem disfarçar a birra que têm contra ela, uma universidade moderna e questionadora nas barbas do poder, cheia de professores "subversivos" (OFLB, p. 37).

A Universidade de Brasília foi uma instituição que participou das relações de poder por meio do exercício do poder sobre os outros. Sobre seus alunos, professores e sobre

a comunidade, de forma geral, pois ela detinha o conhecimento. As pessoas, frente àquele que detém o saber, normalmente sentem-se coagidas, reprimidas e é aí que se estabelece uma das formas de relação de poder que se instaura pela não aplicação da força. No caso da UnB, o poder exercido sem a aplicação da força está presente nas relações com as pessoas em geral (professores, alunos e comunidade); quando nos remetemos às relações de poder estabelecidas entre esta universidade e o governo militar, representado especialmente pela polícia militar, podemos constatar que essas relações foram marcadas pelo uso da força física e da repressão. Para garantir que o "poder" da universidade não alçasse vôos muito altos, o governo militar a fechou , pois a viam como "uma universidade moderna e questionadora nas barbas do poder, cheia de professores 'subversivos'".

Observamos, ainda, em *O Fantasma de Luis Buñuel,* que o poder não é exercido somente por aqueles que dominam politicamente a sociedade, mas também por aqueles sujeitos que participam dos grupos rebeldes. Há relações de poder entre dominadores e dominados, entre governo e povo, entre líderes dos grupos rebeldes e membros desses grupos, enfim, entre todos e a sociedade em geral. Dentro do próprio movimento revolucionário, havia relações de poder estabelecidas e os que comandavam os grupos eram aqueles que estudaram mais, que sabiam mais sobre o movimento e que tinham capacidade para liderar, como era o caso de Valdo, por quem Edu tinha verdadeira admiração:

> Não tínhamos completado quinze anos quando Valdo nos levou para nossa primeira reunião e grupo de estudos. [...] Valdo está militando em São Paulo e só de vez em quando aparece para alguma reunião política e para namorar a Dina. É um cara totalmente dedicado, está semiclandestino, um profissional da Organização, analista brilhante, quadro da Revolução. Minha admiração por ele só faz aumentar (OFLB, p. 65).

Valdo foi um dos grandes líderes do movimento, mas para alcançar essa liderança, teve que se dedicar, que estudar, que se formar dentro do ideário militante. Graças a todo esse conjunto de características que o marcaram como líder do movimento, muitos dos jovens militantes nutriram por ele grande admiração, pois sua figura exercia fascínio sobre aqueles que almejavam um dia ser como ele. Nesse sentido, configuram-se, dentro do próprio movimento, relações de poder que são marcadas por oposições; tais oposições caracterizam-se pela existência, na própria militância, daqueles que possuem conhecimento sobre o movimento, adquirido pelo estudo, pela dedicação e pela experiência, e que, por isso, exercem a liderança sobre os grupos, e daqueles que não possuem esse conhecimento no mesmo patamar, sendo estes, portanto, comandados e liderados por aqueles.

Para analisarmos o fragmento: "Que na sociedade capitalista, quem produz não é quem se apropria do produto do trabalho, é a propria essência do sistema; mas o destino desses homens poderia ter sido menos dramático. Eles mereciam mais respeito" (OFLB, p.59), recorremos a Foucault, quando ele reconhece que o exercício do poder cria saber e o saber, por sua vez, acarreta efeitos de poder. Diante do exposto, podemos constatar que Edu também era um líder e que exercia poder sobre os demais, um poder conquistado pelo conhecimento, conforme observado no fragmento. Era conhecedor profundo do marxismo e um defensor do proletariado e passou toda a sua vida estudando sobre o Capitalismo e suas implicações. Em seus discursos, ele se refere ao enorme contingente de trabalhadores que vieram para Brasília trabalhar na construção da capital federal e que foram enganados pelo discurso do dinheiro fácil e do enriquecimento.

Esses trabalhadores sofreram com falta de alimentação, moradia, saneamento básico, saúde e com o excesso de trabalho. No entanto, não podiam se rebelar, pois não tinham para onde ir, uma vez que deixaram para trás seus lares e agora só podiam contar com a nova capital que se configurava no meio daquele horizonte inabitado. Suas tentativas de revolta foram silenciadas por aqueles que detinham o poder político e repressivo:

> Foi numa noite de comida ruim que aconteceu o massacre da Pacheco Fernandes.
> Noite de domingo de carnaval de 1959.
> Um grupo de operários famintos chegou na cantina e o que lhes foi servido era um resto de comida de péssima qualidade, aspecto repugnante, sem sal, sem gordura e sem tempero.
> Um se irrita e arremessa o prato no encarregado da cozinha.
> Alguém sai correndo chamar a GEC. O primeiro batalhão que chega é pequeno e os operários reagem, não deixam que levem preso o companheiro.
> A partir daí, ninguém sabe contar ao certo.
> Muitos dizem que o reforço chegou em silêncio, os soldados com as metralhadoras prontas. Outros dizem que eram fuzis, que eles não tinham metralhadora. Seja como for, com metralhadoras ou com fuzis, chegaram deitados na carroceria do caminhão, para que ninguém os visse. Saíram de lá atirando.
> Sem nada perguntar, entraram como se enfrentassem um motim nos alojamentos onde muita gente dormia, gente que foi ferida ou morreu ali mesmo, na cama. Outros foram despertados com violência e colocados em fila, mãos na cabeça, espancados, humilhados. Os mortos, outra vez num caminhão, foram – dizem – transportados para uma vala no meio do cerrado.
> Não se sabe ao certo quantos morreram. O caso foi completamente abafado (OFLB, p. 56-57).

Entretanto, o poder não se exercia unilateralmente, uma vez que mesmo sendo silenciados os trabalhadores nutriam um fio de resistência e continuavam se rebelando. Assim, as relações de poder aí estabelecidas eram marcadas pelo uso da força por uma das partes, mas também marcavam-se pela revolta silenciosa da outra parte – os trabalhadores.

As relações de poder estabelecidas entre as construtoras, como a Novacap, e os trabalhadores, durante o período da construção de Brasília, funcionavam à base da exploração da força de trabalho. Segundo o sujeito discursivo Edu, essa exploração era feita por meio de duas formas clássicas:

> Uma era pela simples extensão da jornada de trabalho, com horas extras contínuas e "viradas": quem vinha para Brasília estava disposto a trabalhar o máximo possível para ganhar o máximo que pudesse no tempo que durasse a construção da cidade. E a outra era pela utilização das "tarefas" – com o próprio trabalhador se esforçando para realizar a parte que lhe cabia no menor tempo possível para poder passar logo à "tarefa" seguinte e, assim, acumular o ganho (OFLB, p. 50).

Não havia nenhuma lei limitadora, nem Justiça do Trabalho que se atrevesse a atrapalhar o objetivo que predominava sobre qualquer outra consideração. Leis trabalhistas não tinham valor ali e nem existiam instâncias de fiscalização:

> Assim, embora a lei do país não permitisse o trabalho por mais de dez horas por dia, naquele imenso canteiro de obras o normal era o trabalho de dezesseis, dezoito horas contínuas. O governo precisava que isso acontecesse, e a Novacap – que era o governo – era quem construía e, ao mesmo tempo, era quem supostamente autofiscalizava, dentro da ambigüidade jurídica daquela região sem lei, aquela zona de "faroeste" (*ibidem*, p. 51).

As construtoras agiam como queriam, visando apenas ao lucro e à consecução do objetivo primordial – terminar a cidade na data prevista. Quando ele diz que "a Novacap – que era o governo" – verificamos que as instâncias administrativas do país (governos principalmente) participam das relações de poder de forma desigual. Eles utilizam vários aparatos e inclusive comandam (ou são donos), de empresas que prestam serviços à população. Nesse sentido, exercem um controle muito amplo sobre a vida dos indivíduos, uma vez que o fazem por meio do própria intervenção do governo na vida do país e também de outras instâncias que, de certa forma também exercem poder sobre os cidadãos. No caso do fragmento anterior, isso é notado na afirmação de Edu sobre a Novacap ser "o governo", e, portanto, ser a responsável pela fiscalização do seu próprio trabalho e manter o controle sobre os trabalhadores, mesmo que para isso tivesse que usar a força armada.

Na obra, percebemos ainda outro tipo de relações de poder: aquela estabelecida entre adultos e crianças. Examinemos como ela se configura através do fragmento abaixo:

> Nas primeiras vezes, foi um apertão, eu lutando para me desvencilhar e ele rindo um risinho abafado, arfante. Quando conseguia me imobilizar, o que evidentemente não demorava, em se tratando de forças tão desiguais, eu fechava os olhos enquanto ele passava a mão, boca e língua pelo meu corpo e eu me via desfalecer e sair dali, entrar em outro espaço, em algum lugar fora de mim, da minha cabeça e do meu corpo, até que por fim ele me soltava, rindo ainda e dizendo, Pronto, selvagenzinha, vai (OFLB, p. 284-285).

Aqui, um dos sujeitos discursivos – Esmeralda – foi, em sua infância, violentada sexualmente por um superior de seu pai, ambos militares. O primeiro exercia autoridade sobre o pai da menina e sentia-se no direito de exercê-la também sobre sua filha. Como o pai devia "favores" ao superior, sabia da situação, mas nada fazia sobre isso. Essa relação de poder é caucada na chantagem e na violação dos direitos da criança. Entretanto, Esmeralda não se deixa vencer facilmente, apesar de ser o ponto fraco nessa relação, lutava para fugir, se desvencilhar e não se entregava facilmente. Nesse fragmento, o poder é assegurado àquele que possui mais força física, no entanto, essa relação de poder também não é unilateral, pois Esmeralda não é um sujeito passivo, inerte, que não pensa e desconhece a real situação que estava acontecendo com eles naquele momento. Ela tem plena consciência de tudo: "Era como se tudo estivesse acontecendo como eu já sabia que iria acontecer, e que meu pedido de socorro de nada adiantira" (*idem*, p. 284). Ela sabia que o pai estava sendo chantageado, que aquele militar tinha outros interesses quando ia à sua casa que não incluiam conversas com seu pai e que não poderia contar à mãe, pois isso a magoaria muito e a deixaria triste.

Ainda no que diz respeito às relações de poder estabelecidas entre adultos e crianças, examinaremos o sujeito-discursivo Tonho: "filho nunca deixa de ser filho, alguém que existe pra obedecer e não pra conversar" (OFLB, p. 262), era esse o costume das famílias amazonenses, onde os pais falavam pouco com os filhos, restringindo suas conversas apenas a ensinamentos sobre alguma atividade prática que o filho devesse aprender. Os filhos, por sua vez, eram aparentemente obedientes. No entanto, nem sempre obedeciam, aceitavam ou aprendiam aquilo que os pais queriam. Há resistência nesse tipo de relação de poder. Mesmo com o uso da força e da repressão, o pai não consegue a total submissão do filho. A unilateralidade do poder é "quebrada", pois nas relações de poder evidenciadas entre pais e filhos ambos desejam o comando e ambos submetem-se ao poder que emana do outro.

Há, também, as relações de poder evidenciadas entre marido e mulher. Ressaltamos que não estamos tratando aqui do poder como um posto de quem comanda – no caso o marido que comanda a esposa e a casa. Observemos os recortes a seguir: (1) "E devo reconhecer que minha mãe, apesar de tudo e a sua maneira, foi uma boa mãe. Alienada e submissa por um tempo longo demais e por demais danoso, mas seria injusto culpá-la; foi

criada para ser uma esposa exatamente assim" (OFLB, p. 287) e (2) "Não percebia quem era o marido e, tão logo o percebeu, teve a capacidade de enfrentá-lo, o que na sua época e ambiente era ato de extrema ousadia e coragem" (*idem*). Pelo primeiro fragmento, constatamos que a mãe de Esmeralda é subserviente ao marido e aparentemente não questiona suas decisões. Segundo a própria filha, Esmeralda, a mãe era "alienada e submissa por um tempo longo demais". As próprias famílias incutiam no imaginário das filhas que a esposa ideal era aquela que respeitava e obedecia ao marido e que cuidava bem da casa e dos filhos. Mas no casamento as relações de poder também se estabelecem e a esposa não constitui o lado frágil nesse tipo de relações. No segundo fragmento, há a resistência ao que o marido tenta impor. Como sujeito, a mãe de Esmeralda não aceita a situação que percebe que estava acontecendo em sua casa quando de suas ausências às tardes. Ela não se submete e isso nos mostra que, nas relações de poder estabelecidas entre marido e mulher, o poder é exercido de ambos os lados. Ele não pode ser unilateral, como já dissemos em outro momento.

Observando os sujeitos militantes na época da Ditadura, percebemos que sujeitos, à medida que vão se tornando mais conscientes, lutam contra as forças que tentam reduzi-los a objetos, por meio das usuais formas de dominação. Essa consciência advém da leitura, do estudo, da pesquisa, do questionamento, da análise da situação social. Analisando o fragmento "Tenho plena consciência de que é preciso fazer alguma coisa para mudar este país. Chega de fome, de miséria, chega de opressão" (OFLB, p. 20), verificamos que Edu, ao proferir seu discurso, investe-se de uma autoridade que lhe é conferida pela própria Organização e pelo seu conhecimento teórico e prático sobre a militância. Nesse sentido, ele seleciona enunciados imbuídos de valores políticos, históricos e sociais no intuito de esclarecer as pessoas sobre o movimento revolucionário que se instalava no Brasil contra a Ditadura. Verificamos aí que o falar é agir e esse agir implica em poder. Nesse processo, Edu, além de constituir-se como sujeito de seu discurso, também assegura à voz do movimento militante argumentos que se contrapõem aos discursos dominantes que pregavam a hegemonia do governo ditatorial.

O discurso do movimento militante inscreve-se no jogo das relações de poder que são inerentes a todas as relações sociais e políticas. É importante ressaltar que esse movimento não está em posição de submissão em relação às forças sociais dominantes na sociedade.

Os sujeitos envolvidos nessas relações de forças se encontram em um jogo de lutas, afrontamentos e embates, inerente ao funcionamento do poder. Assim, as relações de força permanecem em constante confronto e, no caso de OFLB, há um enfrentamento entre os discursos do movimento – que se constitui como um espaço de contestação do poder

concentrado nas mãos de uma minoria hegemônica da sociedade – e do governo militar e também, como demonstrado anteriormente, há enfrentamentos entre outros tipos de relações de poder.

Apesar de os sujeitos enunciadores de OFLB permanecerem em condições de submissão ao governo militar, ainda assim, lutam incansavelmente contra essa situação e buscam a legitimação de sua condição de sujeitos políticos e participantes de um movimento revolucionário contra uma ordem imposta. Para contestar esse lugar ocupado pelas forças hegemônicas, os sujeitos enunciadores lançam mão de estratégias discursivas que reforcem sua luta contra o assujeitamento e a submissão.

O movimento militante faz um trabalho de recrutamento das pessoas para que, tendo suas forças articuladas, lutem contra o governo intervencionista e detentor do poder. Não é uma luta pautada na força bruta, mas no conhecimento, na conscientização e na politização das pessoas. É um movimento que deseja instaurar, no âmbito político, a liberdade de expressão e de opção. Desta feita, os militantes reconheciam-se como sujeitos conscientes de sua participação no processo de mudança social.

Entendemos, por fim, que a liberdade é um fator importante na discussão sobre o poder como um modo de ação sobre ações dos outros. Isso porque o poder só se exerce sobre "sujeitos livres", é incorreto pensar-se que onde o poder se exerce, a liberdade deixa de existir. Ambos – poder e liberdade – não se excluem, ao contrário, para que o poder exista há que se exista também a liberdade, ou seja, esta é condição para que aquele exista. Essas relações de poder que emanam na sociedade são necessárias para que os sujeitos se constituam e para que a sociedade continue a se mover.

2.7.2. Discurso controlado X discurso de resistência

Para se compreender o que são as relações de poder anteriormente discutidas, torna-se preciso investigar as formas de resistência e as tentativas de se dissociar estas relações. Nesse intuito, recorreremos a recortes do *corpus* em análise para reconhecermos como as formas de resistência se manifestam no discurso de seus sujeitos enunciadores.

Em *O Fantasma de Luis Buñuel*, evidenciamos os três tipos de lutas apresentadas por Foucault e que foram elencadas em tópico anterior: 1) contra as formas de dominação (no caso, a luta política, social e artística); 2) contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem (os trabalhadores das construtoras quando da construção de Brasília); e, 3) contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos

outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). Em cada sujeito-enunciador uma delas se sobrepõe, mesmo sendo atravessada por outras. No fragmento a seguir, evidenciamos o primeiro caso - de luta política – em que os cinco amigos participariam (como era rotina) de uma pichação em afronta aos militares e sua forma de governo: "A pichação estava marcada para meia-noite e meia. Iríamos em dois carros, Esmeralda e Tonho no Gordini dela, dando cobertura, e Tadeu, Dina e eu na minha Rural Willys, palavras de ordem na cabeça e *sprays* preto e vermelho nas bolsas a tiracolo das meninas" (OFLB, p. 12).

Mesmo a luta política sendo o destaque nessa enunciação, podemos observar diluídas na mesma a luta contra as formas de exploração dos indivíduos e a luta contra as formas de subjetivação e submissão. A pichação é uma estratégia de poder, em que os militantes podem se expressar contra a ditadura. É um ato que não denuncia o seu sujeito praticante, este aparece incógnito, uma vez que não assina o que escreve/picha. Nesse sentido, a pichação é um ato atribuído ao movimento e não a um indivíduo específico. O fato de se organizarem clandestinamente, adquirir e preparar o material que deverão utilizar na pichação, selecionar quem serão os realizadores do ato constitui-se numa estratégia de poder, materializada pela resistência. Atos como esse conferem aos sujeitos pertencentes ao Movimento o *status* de sujeitos atuantes, não-passivos e não-condizentes com a ordem social e política do país naquele momento.

Como os discursos sofrem uma interdição, uma vez que não temos o direito de dizer tudo o que queremos ou pensamos em qualquer circunstância ou em qualquer lugar, os militantes utilizavam, como estratégia de poder, as pichações para materializarem seu discurso de resistência.

Segundo Foucault (1996), há três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a) "a palavra proibida" – não podemos dizer tudo que queremos -, b) "a segregação da loucura" - a recusa, a não-validade da palavra do louco -, e, c) "a vontade de verdade" – que legitima o discurso em si mesmo. A vontade de verdade como um dos sistemas de exclusão é reforçada e reconduzida por um conjunto de práticas como a pedagogia, por exemplo. Essa vontade se caracteriza por ser um tipo de separação historicamente construída; é ela quem define a forma de materialização da nossa vontade de saber. Consiste no desejo de conhecer, comprovar cientificamente e verificar como um determinado saber é aplicado em uma sociedade. Assim, cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade, em outras palavras, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como

verdadeiros. Com isso, percebemos que a "verdade" liga-se a sistemas de poder – que a produzem e apóiam –, e a efeitos de poder – que ela induz e que a reproduzem.

No *corpus*, especialmente no primeiro capítulo, enunciado por Edu, a vontade de verdade que se quer difundir na sociedade é conduzida pelos meios de comunicação, pela escola e pelo governo, ela define os valores e as crenças a serem adotadas pelas pessoas, procurando controlar a vida dos cidadãos, mantendo-os passivos e subservientes à ordem militar estabelecida. Faz com que os indivíduos creiam que a subversão a essa ordem é um comportamento inadequado e que os rebeldes cometem um crime contra o governo e, conseqüentemente, contra o povo.

A vontade de verdade, portanto, exerce sobre os discursos um poder de coerção, pois delimita, através de todo um arsenal composto por livros, bibliotecas, textos, publicações de especialistas em assuntos determinados, o que pode e/ou deve ser dito. Podemos dizer, com Foucault, que são práticas de exclusão advindas da exterioridade e que participam do processo de constituição do sujeito. Assim, só conhecemos uma única verdade, aquela que nos é oferecida pelas instituições e são aceitas como inquestionáveis. Essa vontade de verdade se configura como uma verdade que exclui aqueles que com ela não concordam. O autor a define como uma "prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura" (FOUCAULT, 1996, p. 20).

Há também os procedimentos internos de exclusão e de regulação do discurso, que identificam e analisam as condições de possibilidade para que um discurso seja valorizado como verdade, ou seja, excluído de uma dada formação discursiva. O comentário e o autor possibilitam que os discursos mesmos exerçam seu próprio controle. O primeiro, nos interessa mais diretamente por referir-se aos discursos que estão na origem de atos novos de fala, retomando-os e transformando-os. Exemplos desses são os textos religiosos, jurídicos, literários e científicos. O comentário permite construir novos discursos a partir do texto primeiro, permite que digamos algo além do que foi dito no texto que serviu de base ao novo, desde que se mantenha, *a priori*, a sua temática. Diante disso, Foucault (FOUCAULT, 1996, p. 26) coloca que "o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta".

A disciplina é outro princípio de controle da produção do discurso, pois ela fixa os limites do que pode ser dito dentro de seu campo específico de atuação. Além dela, Foucault reconhece que existe um outro grupo de procedimentos de coerção dos discursos, que se refere à determinação das condições de seu funcionamento, à imposição aos sujeitos-

discursivos de um número de regras que condicionam o discurso e que fazem com que ele não seja acessível a todos. A este princípio, ele chamou rarefação. Assim,

> ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas ou diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (FOUCAULT, 1996, p.36-37).

A partir daí, Foucault (1996) apresenta a idéia de uma "polícia" discursiva que nos obriga (mesmo que não percebamos) a obedecer um conjunto de regras que é reativado em cada um de nossos discursos.

Dentro do amplo sistema de restrição apresentado pelo autor, há que se ressaltar a presença do ritual, que estabelece quais características devem apresentar aqueles indivíduos que ocupam determinada posição e que formulam certos tipos de enunciados. O ritual define desde os gestos a serem adotados por esse indivíduo ao conjunto de signos que devem acompanhar o seu discurso, fazendo com que ele cumpra um papel pré-estabelecido. Exemplos de ritual encontramos nos discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, não na mesma medida, nos políticos (FOUCAULT, 1996). Na enunciação a seguir:

> Quando chegaram no interior do Panamá, Torrijos em pessoa foi recepcionar o grupo de exilados em um galpão. Grande, com mesa farta, comida para todos. Acossado por pressões de todos os lados, o Senhor Presidente tentava organizar as condições de asilo na cidade onde boa parte dos habitantes considerava o grupo como formado por perigosos comunistas, extremistas e terroristas que haviam desestabilizado o Chile. Eram temidos, odiados, ninguém os queria ali (OFLB, p. 181).

podemos verificar o ritual sendo aplicado à política. O presidente do Chile, quando os exilados, inclusive do Brasil, chegaram à cidade do Panamá, incluindo entre eles Dina, apesar de todas as pressões que estava sofrendo para não recebê-los no país, pois estes representavam, no imaginário popular, a desordem e o terrorismo, manteve o ritual político, recebendo-os para não causar desavenças com os países vizinhos (de onde os exilados se originavam). Observamos que Torrijo não pôde dizer o que pretendia naquela situação específica e nem agir como queria – dizer aos países interessados que não aceitaria seus exilados. Houve uma restrição, uma vez que ele teve que cumprir um ritual que, nesse caso, garantiria a manutenção das relações políticas do seu país com os países de origem dos exilados. Portanto, os rituais da palavra, as sociedades do discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais se interligam para garantir a distribuição dos sujeitos que falam nos

diferentes tipos de discurso e a apropriação dos discursos pelos sujeitos. Os três se configuram, na visão foucaultiana, como os grandes procedimentos de sujeição do discurso.

De acordo com Foucault, "o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante" (FOUCAULT, 1996, p.49). Desta forma, as interdições, as supressões e os limites existem para assegurar o controle da grande proliferação do discurso. Mas é importante destacar que as interdições não têm a mesma forma e não interferem do mesmo modo nos diferentes discursos. E essas diferentes regularidades discursivas "não reforçam, não contornam ou não deslocam os interditos da mesma maneira" (*ibidem*, p.67).

Diante dessas discussões, Foucault, alerta que é preciso não ficarmos à mercê das interdições impostas ao discurso e que devemos, para isso, tomar três decisões: "questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante" (1996, p. 50). Essas três decisões incitaram nos analistas do discurso um profundo interesse, especialmente quando o filósofo apresenta os princípios básicos para o alcance desse fim [não-aceitação das interdições]: de "inversão", quando explica que precisamos reconhecer o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso; de "descontinuidade", que prioriza que os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, estas às vezes se cruzam, às vezes se ignoram ou se excluem; de "especificidade", com a qual se busca não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; e, de "exterioridade", em que as condições externas do discurso, de aparição e de regularidade, devem ser analisadas como aquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras. Acreditamos que os analistas do discurso, consoantes com Foucault, admitem que os discursos não podem sofrer rarefação; além disso, constituem-se como práticas descontínuas, que não possuem uma significação prévia e acabada e que em sua configuração sofrem efeitos da exterioridade.

Mesmo diante das relações de poder instituídas, o grupo de amigos – Edu, Dina, Tadeu, Tonho e Esmeralda – que pertencem à revolução busca uma nova forma de sociabilidade e de mobilização política e reivindica o direito de construir e assumir a responsabilidade de suas próprias identidades. Como observamos, por exemplo, a sua identificação com os surrealistas da época, representados pelo cineasta espanhol Luis Buñuel Portolés. Essa identificação corrobora a constituição da identidade de revolucionários (acaba constituindo uma de suas "identidades" - como revolucionários):

> Por que nos identificávamos tanto com eles?
> Tanto quanto nós, os surrealistas queriam a revolução, queriam explodir a sociedade burguesa, mudar a vida. Não estavam criando apenas um movimento artístico. Sabiam que isso seria inútil. Queriam mais.
> E nós, nós queríamos ir além do escândalo surrealista. Breton mesmo dissera certa vez, tempos atrás, que vivíamos em um mundo onde já não era possível o escândalo. Sabíamos disso; sabíamos que agora, no mundo em que vivíamos, a arte, a beleza, o amor, a realização pessoal, a felicidade, tudo teria que acontecer dento e junto com a revolução. Teríamos que unir a arte e a vida, a política e a vida, a teoria e a prática, o pensamento e a ação. Ou explodiríamos tentando (OFLB, p. 34).

Essa identidade "revolucionária" foi construída por meio de sua luta e acabou incluindo diversos grupos sociais, étnicos e culturais. Na verdade, aqueles que se identificaram com ela eram, em sua maioria, patriotas em luta contra as formas de dominação militar instauradas pela ditadura.

A preocupação com a liberdade atravessa todo o *corpus* e evidencia-se a estrutura indissociável entre as relações de poder e saber. Essas relações visam a disciplinar e controlar os sujeitos.

Não existe uma sociedade isenta de relações de poder. Entretanto, há que se observar que existem muitas formas de disparidade quanto à lateralidade desse poder. No caso de OFLB, as formas de "aplicação" do poder vão ao extremo com o uso da força, da repressão e da censura. São as relações de poder levadas ao seu extremo, em que "uns" realmente "conduzem a conduta" dos outros através da coerção, sobretudo a física. Para exemplificar essa coerção pela força e pela tortura, recorremos à enunciação de Tadeu, quando ele rememora a morte de Edu, que fora preso na fronteira ao entrar no Brasil e de lá foi levado para interrogatório. Edu foi torturado até morrer e para isso utilizaram "pau-de-arara, cadeira do dragão, coroa de ferro em volta da cabeça, choques elétricos no pinto, no ânus, língua, nariz, boca, buraco da orelha. Nos sete buracos da cabeça e todos os buracos do corpo. Unhas arrancadas, dentes arrancados, um farrapo humano" (OFLB, p. 92).

No entanto, no centro das relações de poder no *corpus* em estudo constata-se uma "insubmissão", uma resistência. As pichações e as passeatas eram recorrentes e significavam uma forma dos militantes exprimirem a revolta que sentiam:

> Os panfletos que passáramos a tarde imprimindo, junto com duas faixas preparadas para passeatas, ABAIXO O ACORDO MEC-USAID, O POVO ORGANIZADO DERRUBA A DITADURA, estavam no porta-malas da minha Rural. A passeata seria na segunda-feira. Estávamos cientes de que a repressão já sabia da nossa programação, e a informação passada de boca em boca era que a polícia tinha ordens de impedir que a passeata saísse (OFLB, p.12).

Nesses momentos eles falavam (e pichavam) tudo o que pensavam sobre a ditadura, entretanto sabiam da repressão e, quando eram pegos, sofriam as conseqüências de seus atos. Seu movimento era organizado e procurava burlar toda a segurança "armada" pela polícia militar. Quando algum membro desse movimento era preso, era torturado, preso e, dependendo da situação, até morto.

Mesmo alguns políticos ainda tinham coragem de se manifestarem contra o governo e o fizeram:

> Depois, foi o que se sabe: os protestos inundando o Congresso, e o deputado Márcio Moreira Alves fazendo o discurso que transtornou os militares. Não deixa de ser engraçada a idéia dele. Pedir às mulheres dos militares que boicotassem seus próprios maridos, como modernas Lisístradas; conclamar as moças a não dançarem mais com os cadetes, a não namorarem mais os oficiais (OFLB, p. 40).

Isso ocorre porque não há relação de poder sem resistência, afinal "toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta" (FOUCAULT, 1984, p. 248). Em suma, toda estratégia[32] de confronto almeja se tornar relação de poder e toda relação de poder inclina-se a se tornar estratégia vencedora. Diante disso, em toda dominação, seja de um grupo, de uma classe ou de uma casta e as resistências ou as revoltas às quais ela se opõe integram-se relações de poder, relações estratégicas e seus efeitos de encadeamento recíproco.

Em OFLB o esquema político-administrativo militar apoiava-se no tripé: intervenção/repressão/disciplina, estes eram assegurados por meio do ARE polícia, que usava a força para garantir a manutenção da ordem: "E vieram [os policiais] como se fossem enfrentar inimigos armados. Soltando bombas e atirando a esmo, cercando os estudantes. Muitos não conseguiram fugir. [...] Os policiais vinham atrás como um cerco de guerra, formando uma barreira só de brucutus. E atirando" (OFLB, p. 37). Esse fragmento se refere à invasão da Universidade de Brasília. Nesse acontecimento, a intervenção policial chegou ao extremo no momento em que utilizaram a força bruta e armas para garantir a disciplina. Pessoas inocentes foram presas, feridas, alunos retirados das salas de aula, professores

[32] Conforme Foucault (1984, p. 247-248), a palavra estratégica é correntemente empregada em três sentidos. Primeiramente, para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um *objetivo*. Para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele: em suma, a maneira pela qual tentamos ter uma *vantagem sobre o outro*. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta; trata-se, então, dos meios destinados a obter a *vitória*. [...] A estratégia se define então pela escolha das soluções "vencedoras".

espancados e a maioria nem sabia o que estava acontecendo, pois não participavam do Movimento da revolução. A aplicação do tripé intervenção/repressão/disciplina, via polícia militar, garantia, pelo menos teoricamente, a submissão da instituição (UnB) aos preceitos defendidos pelo governo ditatorial. Era mais uma voz silenciada por esse governo.

Sem dúvida, após as considerações anteriores, observamos que os mecanismos de sujeição não podem ser estudados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação.

2.7.3. Rápidos apontamentos sobre o silenciamento em OFLB

Conforme Foucault (2000, p. 50), "tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso". No caso específico de nosso *corpus*, o discurso daqueles que almejavam a revolução contra a ditadura militar brasileira.

Os discursos eram controlados, pois veiculavam a ideologia dos sujeitos-enunciadores, uma vez que "não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia" (ORLANDI, 1990, p. 47). Sabemos que a ideologia tem uma materialidade e o discurso é o lugar em que temos acesso a essa materialidade. Controlando o discurso dos sujeitos, o governo militar acreditava estar controlando a veiculação da ideologia revolucionária. O silenciamento era, então, a arma utilizada pelos militares no intuito de conter os sentidos almejados pelos rebeldes. Com o apagamento dos sentidos há posições do sujeito que eles não podem ocupar, "que lhe são interditadas" (idem, p. 52).

Mas, conforme Orlandi (1990), o silêncio serve para pôr em funcionamento o apagamento de sentidos, mas também serve para produzir a resistência. Em uma fala (a do militarismo) surge o que o outro não pode falar e assim, por meio da explicitação desses processos de significação, traz-se para o jogo da linguagem o silenciado.

O silêncio trabalha os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer. O tipo de silenciamento encontrado no *corpus*, cujo sentido nos remete à censura, pode muito bem ser explicitado como uma produção do silêncio circunstanciada em relação à política.

Em uma de suas obras mais conhecidas, *Vigiar e Punir* (2004c), Foucault trata das noções de vigilância e controle e nos apresenta também a idéia do controle pela instituição do medo, do temor, da insegurança. O poder disciplinar é um poder cuja função é "adestrar" o

indivíduo. Assim, a disciplina molda indivíduos de acordo com os padrões estabelecidos socialmente, fazendo deles objetos e também instrumentos de seu exercício.

Com a *História da Sexualidade* (1977), o autor demonstra como o sexo foi apropriado pelos mecanismos do poder, a partir do momento que foi transformado em discurso. De um lado, as instituições de controle, como a Igreja e o Estado, obrigaram os indivíduos à confissão de sua conduta sexual e, de outro, tanto o confessionário quanto as ciências como a Psiquiatria, a Pedagogia e a Psicologia passaram a ouvir essas "confissões" e a controlar o que podia ou não ser dito sobre a vida sexual. Conseqüentemente, criou-se um modelo de comportamento sexual e um discurso repressivo sobre o assunto. Observa-se, portanto, que o poder atravessa todos os setores da vida social, produzindo efeitos de verdade e saber e estabelecendo práticas e subjetividades.

O discurso, portanto, é um importante (senão o mais importante) instrumento de inserção de noções de verdade na realidade social em que se insere e o poder advindo dele tem uma relação estreita com a dominação, com o controle dos grupos sociais e com a regulamentação das relações que se dão entre eles.

Segundo Foucault (2003, p. 65), "os sujeitos estão submetidos a um poder exterior a eles que se impõe como poder judiciário e poder político". Com a ditadura militar essas relações de poder alcançaram seu extremo e o controle sobre a produção do discurso foi o principal instrumento utilizado nesse processo. O silêncio em OFLB foi determinado pelas condições de produção e apresentou-se no corpus sob duas formas: uma imposta – executada por meio da opressão e da dominação - e outra ocasionada pela vontade do próprio sujeito – que representa uma forma de resistência ou de defesa.

Examinemos dois fragmentos:

> Você ficou sabendo como o Edu morreu? [...]
> Preso na fronteira ao entrar no Brasil. levado para interrogatório pelo Parasar. Torturado até morrer. Pau-de-arara, cadeira do dragão, coroa de ferro em volta da cabeça, choques elétricos no pinto, no ânus, língua, nariz, boca, buraco da orelha. Nos sete buracos da cabeça e todos os buracos do corpo. Unhas arrancadas, dentes arrancados, um farrapo humano jogado depois de avião na baía de Guanabara (OFLB, p. 92).

> Mas chegou o momento em que Dina começou a sentir que já não tinha condições de continuar no país, com as quedas se acercando, o perigo cada vez maior, seu nome nas listas de procurados. As circunstâncias haviam mudado completamente: agora era um exército profissional, bem preparado com armas e técnicas mais sofisticadas, contra o amadorismo de um grupo de militantes, a maioria muito jovem, sem técnicas nem preparação e, além do mais, isolados de quem antes lhes dava apoio.
> Dina começou a compreender que ela, particularmente, não tinha outra saída a não ser se exilar. Não foi uma decisão fácil (OFLB, p. 199).

No primeiro fragmento, para silenciar a voz dos sujeitos militantes, o governo utilizou várias estratégias. Como a morte, que silenciou a voz de Edu e, no segundo, o exílio foi outra forma de silenciamento do discurso dos sujeitos-enunciadores revolucionários da época e foi este que calou a voz de Dina. Nos dois casos, o regime ditatorial proibia certas palavras e, fazendo isso, proibia quaisquer sentidos que fossem contra seus interesses. Àqueles que ousassem proferir determinadas palavras eram punidos, como Edu, que foi torturado até a morte, ou como Dina, que teve que abandonar às pressas seu país e amigos para continuar vivendo.

O silêncio em OFLB provoca sentidos nos sujeitos à medida que vai sendo significado. Um dos efeitos de sentido provocados por ele pode ser o medo – da repressão, da tortura, de pensar, de questionar, de ser morto, de ter que se exilar. Dina, mesmo após o término do período ditatorial, ainda vivenciava o medo. Em várias passagens, como a descrita a seguir, evidenciamos resquícios desse medo:

> Sonhava muito com ele e com os amigos de Brasília, sonhos que começavam bem e depois acabavam num precipício, Edu morto lá embaixo e ela caindo num ninho de escorpiões, ou pior: em um campo de pontas de baionetas. Acordava com o grito sufocado, e tremendo.
> Sonhava também, reiteradamente, com a cena da tortura em Brasília. Os homens vestidos de civis empurrando-a para o camburão, a cela escura e fria onde foi jogada, os tapas, os murros, os pontapés, as luzes se acendendo como holofotes e um deles enfiando o cassetete em sua boca, dizendo, Vamos, chupa! Chupa e engole, sua puta! Você não gosta? Piranha! Acordava aos prantos (*ibidem*, p. 200-201).

Percebemos que Dina sofreu com a censura, com torturas, perdeu o filho que estava esperando, foi exilada e somente a lembrança desses acontecimentos causam-lhe ainda um efeito de medo. Os seus sonhos revelam que aqueles acontecimentos ficaram marcados no seu passado, mas o medo, de certa forma, não cessou, uma vez que faz parte do seu inconsciente enquanto sujeito integrante da sociedade daquele período histórico que sentiu na própria pele o ápice da repressão política.

Quando sua voz é silenciada pelo exílio, o silêncio adquire efeitos, posto que ele não se reduz à ausência de linguagem, de significado e de sentido. Ele atravessa as palavras e, nesse sentido, também adquire o *status* de discurso.

Outra forma de silenciamento (por vontade própria) é bastante evidente quando analisamos os sujeitos Tadeu e Esmeralda. Por ter perdido Edu, seu grande amor secreto, Tadeu separou-se do grupo e desvinculou-se da militância, vivenciando agora uma nova produção discursiva (a homossexualidade). Escondeu-se atrás de uma vida desregrada e de orgias, e viveu intensamente sua sexualidade: "Tornei-me o que sou, finalmente! O que sou ainda hoje: Tadeu, o assumido, com carteirinha de homossexual, batendo ponto nos bares e inferninhos da vida. E passando muito bem, obrigado" (OFLB, p. 79).

Ou, Esmeralda, que após engravidar-se de Edu no dia de sua despedida seguindo rumo ao anonimato, mudou-se para Nova York, teve seu filho e atuou como artista plástica, deixando para trás o passado de militante.

O silenciamento das vozes dos sujeitos enunciadores (Tadeu, Dina, Esmeralda, Tonho e Edu), bem como a repressão política, cultural e artística asseguravam, pelo menos teoricamente, o controle dos discursos, determinando as condições de seu funcionamento. Eram impostas aos sujeitos regras que limitavam o que poderia ou deveria ser dito.

O controle sobre o que poderia ou deveria ser dito foi mais acirrado na imprensa de forma geral. A mídia da época estava em sua maioria a serviço do governo ditatorial, não exerceu seu papel junto aos movimentos sociais e o real-histórico, ou seja, ela não operou como um lugar de posicionamento e transformação social. Num cenário em que a repressão dominava a sociedade e que os sujeitos não tinham liberdade de expressão, a televisão, as rádios e os jornais tornaram-se produtores artificiais de uma identidade determinada pela ditadura.

Ao longo da obra, percebemos que o discurso oficial – no caso, o discurso militar e da política de direita – funcionava silenciando a possibilidade de outros sentidos, apresentando-se como único, mas este era atravessado por um interdiscurso que apontava, por um lado, para os interesses do governo militar ditatorial e, por outro, para a luta dos movimentos de esquerda em busca da liberdade de expressão. Essa luta se inscreve na luta político-ideológica, embora seja silenciada pelo discurso oficial cujo objetivo é estabelecer o consenso em torno de um projeto de sociedade.

2.7.4. O discurso jornalístico e as relações de poder no *corpus*

Em qualquer contexto histórico, o jornal exerce papel considerável na divulgação de discursos na sociedade. Sua função é informar, no entanto, tendo em vista o fato de que a palavra é também veículo de ideologias, juntamente com a veiculação de informações, o discurso jornalístico veicula valores e ideologias próprios de determinado contexto de enunciação. No entanto, o jornalismo não representa o real, mas o constrói pela linguagem, obedecendo a uma "lei de produção" própria do contexto e da instituição na qual seu discurso é produzido.

O jornal é um lugar de produção e proposição de sentidos. Assim, o seu discurso é polifônico, pois se compõem de múltiplas vozes e caracteriza-se pela polissemia, ou seja, pelas possibilidades plurais de sentido, além disso, tende à paráfrase. É interessante dizer, que a voz do leitor/ouvinte do discurso jornalístico também se caracteriza pela pluralidade, pois os destinatários da enunciação jornalística constituem diferentes tipos.

Nesse sentido, à imprensa dever-se-ia conferir o estatuto de voz neutra e imparcial, comprometida exclusivamente com a veiculação da informação verdadeira. Por outro lado, enquanto responsável pela divulgação e mediação dos fatos ocorridos no cotidiano da sociedade, ela adquire um *status* de agente interventor no processo histórico-social desta mesma sociedade. Mas, do mesmo modo que ela interfere na sociedade, sofre a interferência desta. Em seus enunciados o jornal traz as marcas das formações sociais, ideológicas e discursivas de uma época e as relações de poder, de classe e de ideologia instauradas através da linguagem.

O discurso jornalístico cria estratégias para fazer a informação parecer segura e fiel à realidade, como se o seu fosse o único modo de dizer. Os efeitos de sentido buscados pelo discurso jornalístico não comportam opinião, interpretação, nem crítica; deve ser aceita e maximizada na sua impessoalidade.

Em *O Fantasma de Luis Buñuel*, antes do início de cada capítulo, é colocada a primeira página do principal jornal da época: nos dois primeiros capítulos aparece o Jornal do Brasil e, nos três últimos, a Folha de S. Paulo. O intuito desse procedimento é apresentar aos leitores os acontecimentos mais importantes do período, uma vez que as enunciações iniciam-se depois de dez anos do início da enunciação anterior. Como é um período consideravelmente grande, é preciso que o leitor seja informado sobre o contexto atual e sobre acontecimentos que marcaram o período.

É pertinente observar que no primeiro capítulo, que abrange a década de 1960, quando a repressão e as lutas revolucionárias estão em seu ápice, o Jornal do Brasil não se reporta exclusivamente ao assunto, como era o esperado, dada a sua condição de meio de comunicação. Ao contrário, em suas manchetes principais apenas uma remete às questões políticas que fervilhavam na época.

> **JORNAL DO BRASIL**
> Rio de Janeiro/Terça-feira/31 de dezembro de 1968
> Ano LXXXVIII Nº 191
>
> **Governo cassa 11 deputados e suspende Lacerda**
> Punição adotada após reunião de três horas no Conselho de Segurança Nacional
> Baseia-se no Ato Institucional nº 5. O presidente Costa e Silva afirmou que novas decisões revolucionárias da mesma natureza serão tomadas oportunamente (OFLB, p. 10. Grifos da autora).

As demais manchetes tratam de assuntos diversos que não dizem respeito ao contexto histórico-social que atingia a maioria do povo brasileiro, mostrando o não engajamento desse jornal na luta militante:

> **Filme da Apolo mostra que a Lua tem cor esverdeada**
>
> **Brasil condena na ONU terror no Oriente Médio**
>
> **Hong Kong chega ao Rio em um mês** (*idem*, p. 10. Grifos da autora).

Como verificamos, as manchetes apresentadas não tratavam especificamente dos últimos acontecimentos relacionados ao movimento revolucionário e nem de seus interesses ou vitórias. As notícias apresentavam apenas assuntos que não contrariavam os interesses do governo, como nos mostram as manchetes acima.

Em 1978, não é diferente. O *Jornal do Brasil,* de 16 de outubro de 1978, apresenta como manchetes:

> **Figueiredo eleito oferece a conciliação**
> Novo presidente vence por 355 votos a 266 e diz que seu governo será de abertura: "quem não quiser que abra, eu prendo, arrebento".
>
> **Carter vence oposição à sua lei de energia**
>
> **Cardeais votam quatro vezes e não elegem papa**
> **Argentina vê atritos com Brasil e Chile**
>
> **Flamengo perde para Flu, mas é campeão**

Somente a primeira manchete refere-se ao contexto político, mas sob o prisma do governo e salienta, por meio da transcrição da fala do novo presidente, a repressão característica do período. A cooptação dos jornalistas se deu por meio de pressões oficiais e também pela concordância de setores da imprensa com a política do governo. Por um lado, o autoritarismo do governo militar explica a adesão e o silêncio de jornalistas; por outro, não se pode deixar de considerar que ocorria uma política de "troca de favores", que fazia com que a maior parte da imprensa ficasse ao lado do governo. Tais acontecimentos são mostras das relações de forças que se encontram em oposição constante na sociedade.

Cabe ressaltar que a imprensa era (e é) um importante veículo no trabalho de constituição dos movimentos sociais, pois ela pode veicular discursos que legitimem e que garantam a continuidade desses movimentos. Entretanto, por vezes, esta mesma imprensa também pode veicular discursos que se contraponham a tais movimentos sociais. E, essa contraposição, acaba interferindo nas concepções populares sobre as reais motivações e objetivos desses movimentos sociais, pois mostram uma "verdade" conveniente àqueles que detêm o poder político e que se opõem a tais movimentos. Nesse sentido, a imprensa oficial apresenta enunciados, no caso de OFLB, que, de certa forma, "mascaram" a realidade, uma vez que não contemplam os assuntos relacionados ao movimento militante que estava ocorrendo no momento. Percebe-se aí o cunho ideológico de seu discurso, que não possibilita ao leitor o contato direto com os acontecimentos em tempo real e, conseqüentemente, dificultam a inscrição do leitor na formação discursiva em que o Movimento se inscreve. Configura-se, portanto, a manipulação ideológica do povo, por meio da instituição de sentidos que devem ser propagados.

A imprensa utilizava de estratégias enunciativas[33] para persuadir os interlocutores, dispersos e nem sempre identificados. Nos enunciados selecionados anteriormente, as estratégias enunciativas funcionam como elementos-chave para a construção dos efeitos de sentidos almejados pelo governo e revelam a posição de onde o enunciador-jornalista enuncia. Com seu trabalho, o jornal busca criar um efeito de sentido específico, definido (condizente com os interesses do governo), nas relações intersubjetivas.

Sabendo como a mídia interferia (e interfere) de forma acentuada nas construções identitárias de um povo, o governo a usava como instrumento na tentativa de criar uma identidade unitária e abolir quaisquer outras formas de identidades. Entretanto, muito

[33] O enunciador-jornalista recorre a várias estratégias: após recolher os enunciados, compila-os, ordena-os e os publica, marcando e definindo a sua posição no discurso.

raramente e de forma sutil, veiculava-se alguma notícia que tratava dos interesses dos revolucionários, como se pode observar no próprio Jornal do Brasil:

> E aí foi como o *Jornal do Brasil* contou, na pequena obra-prima escrita pelo José Leão Filho:
> *Quando, quinta-feira, a bota de um soldado arrebentou a porta do laboratório da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília, 93 estudantes, orientados por quatro professores, faziam algo que certamente não foi previsto pelos estrategistas do Ministério da Justiça: estudavam e faziam prova. ...*
> *No instante em que uma bala de revolver 38 se encravou na testa do aluno de Engenharia, Valdemar Alves da Silva Filho, uma intervenção cirúrgica foi interrompida em outra seção do laboratório de Medicina. Era a experiência de vivissecação que um grupo de alunos e professores realizava em um cão. Enquanto os autores da experiência, com seus jalecos brancos, eram empurrados da sala, o cachorro, que não deveria morrer, foi morrendo lentamente* (OFLB, p. 38. Grifos da autora).

José Leão Filho, assim como outros jornalistas da época, não se acoplou aos interesses do governo militar, veiculando notícias que diziam respeito à sua legitimação. Ao contrário, ele fazia parte de um outro grupo de jornalistas preocupado em noticiar à população os métodos adotados pelos militares e a necessidade de se lutar pela liberdade.

Por fim, ressaltamos que é a memória discursiva do leitor que encaminha o jornalista na escolha de sua estratégia. Ele introduz a informação "nova" e depois a comenta. É o que podemos constatar nos exemplos que se seguem, em que as formas destacadas introduzem um referente novo:

> **ONU adota plano dos Estados Unidos para o Iraque**
>
> A proposta norte-americana foi aprovada por unanimidade. Até a Síria, único país árabe entre os quinze membros do conselho da organização, votou a favor (OFLB, p. 276. Grifos da autora).

O enunciador-jornalista supõe que a informação principal (em destaque na notícia) seja um fato novo, mas o comentário que introduz a seguir, que envolve um contexto sócio-político mundial, ele pressupõe que já estão na memória discursiva dos indivíduos. Daí, o uso de construções nominais definidas (veiculando informações pressupostas), como "A proposta norte-america foi aprovada por unanimidade", ser uma estratégia bastante freqüente no comentário das notícias na primeira página.

Vale salientar que os conteúdos pressupostos se referem a fatos ou eventos textualizados, informados, enunciados (inscritos na história). Nesse sentido, o predicado nominalizado é tomado como de conhecimento geral, portanto, não precisa ser justificado,

pressupõe-se que todas as pessoas saibam que há uma proposta norte-americana para o Iraque e do que se trata tal proposta.

Após as considerações apresentadas, entendemos que os poderes não se localizam em nenhum ponto específico da estrutura social, uma vez que ele está nas práticas e nas relações, inclusive naquelas entre a imprensa e seus interlocutores. Nesse sentido nada ou ninguém pode escapar a essa rede ou tomar o poder como um objeto, como uma propriedade, pois ele é algo que se exerce.

3. OS SUJEITOS DISCURSIVOS E A HETEROGENEIDADE DO DISCURSO EM *O FANTASMA DE LUIS BUÑUEL*

3.1. Considerações Iniciais

Os discursos são heterogêneos, uma vez que são atravessados por vozes precedentes, que constituem o pré-construído, baliza de todas as enunciações. Diante desse pressuposto, objetivamos, neste capítulo, por meio da análise dos fragmentos das enunciações dos sujeitos discursivos, pesquisar as vozes constitutivas que atravessam as enunciações desses sujeitos.

A proposta desta pesquisa é perceber em que medida ocorre a inserção do outro no discurso dos sujeitos enunciadores e como a heterogeneidade marca esses discursos. Segundo Authier-Revuz (2004, p. 68. Grifos da autora), as palavras não vêm neutras do dicionário; elas são todas "'habitadas' pelos discursos em que viveram 'sua vida de palavras', e o discurso se constitui, pois, por um *encaminhamento dialógico,* feito de acordos, recusas, conflitos, compromissos [...] pelo '*meio*' *dos outros discursos*. Sendo assim, todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos "outros discursos" e pelo discurso do *outro*. Esse *outro* não é um *objeto* (exterior, *do qual* se fala), mas uma *condição* (constitutiva, *para* que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso.

Para realizar nossos propósitos, balizaremos nossa pesquisa nos pressupostos teóricos de Authier-Revuz (2004, 1990), sobre a heterogeneidade enunciativa.

3.2. O sujeito discursivo em proeminência ou uma abordagem discursiva do sujeito

Em *A Hermenêutica do Sujeito* (2004b), Foucault procura mostrar os procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, a analisar-se, a decifrar-se e a reconhecer-se como campo de saber possível. A partir daí, pode-se pensar na busca de novas possibilidades de existência ou novas subjetividades, recusando, desta forma, o tipo de individualidade que é imposta sobre os indivíduos ao longo da história.

Nesse ponto, resguardados os limites e distâncias, a Análise do Discurso se aproxima da concepção foucaultiana, na medida em que, para ambos, não existe um sujeito pronto, constituído, acabado e nem verdades a serem encontradas em uma forma de razão considerada universal. O indivíduo torna-se sujeito à medida que consegue sobrepor-se aos saberes que o objetivam. E aí Foucault chama a atenção para os perigos das ciências, das

filosofias que almejam ser as portadoras de verdades, mas que, em contrapartida, exigem submissão.

Equívocos ocorrem quando se fala sobre o sujeito como se ele fosse eterno, como se sempre devêssemos tratá-lo da mesma maneira. Neste sentido justificam-se as pesquisas de Foucault, pois elas nos possibilitam sair dos dogmatismos causados por ignorarmos a história e não percebermos suas implicações na constituição dos sujeitos. Assim, ao olharmos para a história, olhamos para as relações de poder nas quais os discursos, os saberes e as verdades ganham forma. E o sujeito se origina nesta relação que o objetiva.

O sujeito, nessa concepção, difere-se do sujeito cartesiano difundido pelo Iluminismo, que é concebido como livre e senhor de suas vontades e de seu destino, capaz de saber a verdade e atingir a felicidade por meio da razão; também se difere do sujeito das Ciências Exatas, que acredita explicar o objeto por meio de uma observação imparcial e de um conhecimento objetivo; distancia-se do sujeito da Lingüística Clássica, por vezes visto como idealizado e, por vezes, como mero falante; e, do sujeito da Gramática Normativa, reduzido a elementos gramaticais e classificado em cinco tipos (simples, composto, indeterminado, oculto e inexiste). Ao contrário dessas concepções, o sujeito é historicamente determinado e assujeitado[34]: constituído pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, inserido na história e submetido ao sistema lingüístico.

O sujeito, portanto, em seu processo de constituição, inscreve-se em lugares histórico-sociais e em lugares discursivos, de onde enuncia. É determinado historicamente, mas não é assujeitado à ideologia dominante. A ideologia é vista como um mecanismo pelo qual indivíduos constituem-se sujeitos, afinal, é no seio de uma ideologia que o indivíduo torna-se sujeito. O assujeitamento resulta da relação ideologia/indivíduo, balizada pela interpelação, é o tornar-se sujeito, e é por meio da interface entre ideologia e inconsciente, percebida por Pêcheux (1997a), que o sujeito se constitui.

Esse processo de assujeitamento possui um suporte material para se realizar – o discurso – que, por sua vez, é materializado pela língua. Desse modo, o sujeito está sujeito *à* língua para ser sujeito *da* língua e o discurso configura-se como lugar da constituição do sujeito e conseqüentemente da constituição do sentido.

A Análise do Discurso, quando trata do sujeito, não se refere ao indivíduo compreendido como um ser que tem uma existência particular no mundo. Ela se refere ao

[34] Ao dizermos que o sujeito é "determinado" e "assujeitado", entendemos que tanto a determinação quanto o assujeitamento funcionam como instauradores de efeitos de um processo de constituição dos sujeitos e não como indicadores de características depreciativas, como a sujeição, por exemplo.

sujeito discursivo, que deve ser considerado, conforme Fernandes (2005, p. 33-34), como "um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um 'eu' individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro".

Nesse sentido, dizemos ainda, sobre o sujeito, que este "não é a origem, a fonte absoluta do sentido, por que na sua fala outras falas se dizem" (BRANDÃO, 1997, p. 92). De acordo com Araújo (2001), numa prática discursiva existem enunciados sobre determinados objetos e qualquer indivíduo pode ocupar a posição vazia de sujeito desses enunciados que formarão o discurso, pois o discurso pertence a uma prática discursiva e oferece possibilidades de uso; não pertence a um sujeito livre e universal, soberano, nem tampouco a um sujeito submisso a uma causalidade ou lei explicativa da história. Nesse sentido, o discurso não é só "o conjunto de regras lingüísticas, mas faz parte de um jogo, de jogos estratégicos de ação e reação, alvo de luta, objeto de polêmicas" (*ibidem*, p. 110). O que revela o imbricamento entre saber, discurso, poder e verdade.

Diante disso, nem os sujeitos, nem os discursos ou os sentidos estão prontos e acabados. Estão sempre em contínua construção. Isso pode ser observado em *O Fantasma de Luiz Buñuel*, em que os cinco sujeitos-enunciadores principais estão em um processo de constituição eterno e seus discursos e os sentidos que deles provêm estão em constante movência.

Conforme a concepção pecheutiana, o sujeito existe socialmente e é interpelado ideologicamente, tais características trazem para o interior de seu discurso, outras vozes, o que assegura o caráter heterogêneo ao seu discurso (AUTHIER-REVUZ, 1990). Desta forma, o sujeito integra-se ao funcionamento do discurso, determinando e sendo determinado tanto pela língua quanto pela história e é constituído a partir da relação com o outro. Daí a incompletude ser uma propriedade do sujeito e a afirmação de sua identidade resultar da constante necessidade de completude.

Em alguns aspectos a concepção pecheutiana assemelha-se aos pressupostos de Foucault sobre o sujeito, uma vez que, para ambos, o sujeito não está pronto e é determinado pela história e pela relação com a exterioridade. Entretanto, Foucault dessemelhantemente de Pêcheux, não concebe a constituição do sujeito no âmbito da interpelação/assujeitamento, crivado pelo duplo funcionamento da ideologia e do inconsciente. Antes, o concebe inserido nas relações de poder.

Para Foucault, o poder configura-se como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos ou grupos, com o objetivo de conduzir condutas. Para atingir tal objetivo, há a recorrência a técnicas e procedimentos diversos, a depender das relações de poder estabelecidas. Nesse sentido, o seu interesse está nos micropoderes e na determinação das diferentes técnicas de coerção que operam nesses micropoderes, tema não abordado por Pêcheux. Para Foucault, o sujeito, em sua constituição, convive com formas variadas de sujeição[35], ou que poderíamos chamar de assujeitamento, como resultado das relações de dominação.

Diante dos pressupostos foucaultianos e pecheutianos sobre o sujeito e a exterioridade que envolve sua constituição, abordaremos, em nossas análises, aspectos advindos das teorias propostas pelos dois autores, pois acreditamos que há uma completude entre ambas e também que o sujeito não pode ser reduzido a uma categoria, que pode ser definida ou determinada por aspectos elencados sob um único ponto de vista.

3.3. A constituição dos sujeitos na materialidade discursiva de OFLB

Araújo (2001, p. 88) apresenta o questionamento a respeito de como nos constituímos enquanto sujeitos de nosso saber, como sujeitos que exercem ou sofrem relações de poder e como sujeitos morais de nossa ação. E chama a atenção para o perigo de entendermos o sujeito como constituinte, ou seja, como senhor pleno e criador de seus atos, completo, imutável, livre, autônomo. Segundo a autora, é preciso evitar cair no sono dessas filosofias antropologizantes, afinal, a noção de sujeito é histórica, tem usos diferentes em diferentes *epistemes.*

E, para pensarmos a constituição desse sujeito na *episteme* da Análise do Discurso, devemos entender que o sujeito discursivo se constitui por meio da heterogeneidade que decorre de sua interação social, ou seja, da interação com o outro. Pensando nisso, podemos dizer que o sujeito não ocupa uma posição central na formação do discurso, não é fonte do seu dizer e não possui uma identidade fixa e estável. Ele é marcado pela incompletude e pela pluralidade, uma vez que se constitui na e pela interação verbal.

Nesse sentido, o discurso cria um espaço representacional para o sujeito. É uma relação mútua, onde o sujeito produz o discurso e ao mesmo tempo é produzido por ele. Interessa ressaltar que o discurso não lhe pertence completamente, uma vez que é atravessado

[35] Por formas de sujeição ou assujeitamento, citamos: força de produção, luta de classes, estruturas políticas e ideológicas, entre outras.

pelo outro. E é esse atravessamento do outro que dá sentido ao "eu". É como se as vozes constituíssem um mosaico formado por um saber sobre si e sobre o outro; um saber marcado pelas relações de poder. Assim, pode-se dizer que o sujeito não preexiste ao discurso. Na verdade, ele se constitui e se constrói *no* discurso.

Na perspectiva em discussão, o discurso encontra-se no social. Desta feita, o sujeito discursivo, atravessado pela linguagem e pela história e constituído *no* discurso, é considerado um ser social e ideológico, que deve ser apreendido num espaço coletivo e histórico e não um "eu" individualizado. Ao se expressar, esse sujeito revela o lugar social que ocupa e de sua voz emanam outras vozes constituintes e constitutivas de sua realidade histórico-social. Portanto, ele é *sujeito de* e *sujeito a.* Conforme Orlandi (1999), ele é sujeito à língua e à história, pois, para se constituir, para produzir sentidos, é afetado por ambas. Nesse sentido, ele é determinado, pois, se não sofrer os efeitos do simbólico, isto é, se não se submeter à língua e à história, ele não se constitui e não produz sentidos. Em poucas palavras: o sujeito é descentrado, subjetivo, heterogêneo e polifônico.

Segundo a concepção foucaultiana, não há sujeito constituinte, "Há sujeito constituído por saberes que produzem efeitos de poder" (ARAUJO, 2001, p. 120). Podemos pensar, então, que o sujeito é determinado internamente, mas também o é externamente, ou seja, pela exterioridade.

Mesmo crendo possuir uma autonomia discursiva, ele submete-se às condições sócio-histórico e ideológicas que influem na produção dos seus discursos. Desta forma, tanto o sujeito como seu discurso inserem-se em determinada prática ideológica. Portanto, sujeito e ideologia são constitutivos um do outro, uma vez que o sujeito enuncia a partir de sua inserção em uma prática ideológica e a ideologia, por sua vez, carece do sujeito para existir e permanecer em constante movimento.

Ao analisarmos OFLB, constatamos que a construção ideológica é característica marcante na vida de todos os cinco sujeitos discursivos, de forma e medidas diferentes. E o que marca as diferentes posições ocupadas é a inscrição ideológica dos sujeitos em cena.

Sobre a ideologia, Indursky recorre a Pêcheux para dizer que "uma ideologia é não idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários". Portanto, pensar a ideologia é pensar a contradição de dois mundos em um só. Por isso, Pêcheux introduz a *diferença* e a *divisão* como características da ideologia, ou seja, ela é heterogênea e existe sob o signo da contradição (INDURSKY, 2000, p.75).

Para Fernandes (2005, p. 29), a ideologia é

> uma concepção de mundo de determinado grupo social em uma circunstância histórica. Linguagem e ideologia são vinculadas, esta materializa-se naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral. Sendo assim, diante de toda e qualquer palavra enunciada, procuraremos verificar qual (ou quais) ideologia a integram.

Como podemos constatar, é interessante analisar um discurso numa situação de fala, em que os sujeitos estejam falando, produzindo sentidos, afinal a ideologia é materializada no discurso e este, por sua vez, materializa-se pela linguagem.

Ao analisarmos os discursos presentes na obra, pretendemos fazer "aparecer" e "desaparecer" as contradições que asseguram a coerência das ações sociais que preenchem o cotidiano dos sujeitos discursivos envolvidos na trama.

Os sujeitos enunciadores da obra em estudo, ao enunciarem, carregam ideologias. Dessa forma, inscrevem-se em uma formação discursiva (FD) histórico-social marcada, nesse caso, pela inserção do jovem na luta contra a Ditadura Militar. Eles inscrevem-se ideologicamente em uma conjuntura política e social de combate às ideologias arraigadas na sociedade do século XX.

Vê-se, portanto, que os sujeitos do discurso na obra operam seus discursos em vários discursos outros. Estes se interpenetram, e se completam. Dentro de seu espírito aflitivo e indagador, mostram que não devemos nos submeter à condição de passividade ante ao que determinava o Governo, personificado na figura da Ditadura:

> E tampouco se contentou em pichar apenas as palavras de ordem ditadas pelos companheiros. Ao lado dos ABAIXO A DITADURA MILITAR ASSASSINA, Gonçalo pintou com letras garrafais suas próprias obsessões:
> VIVER É SONHO
> ABAIXO A INFELICIDADE (OFLB, p.17. Grifos da autora).

A pichação era uma das formas adotadas pelos militantes para revelar sua indignação com relação à tentativa do governo em difundir uma ideologia unificada e nacionalista. Nesses atos, os rebeldes expressavam seus pensamentos, seus ideais e criticavam de forma desvelada o contexto político e social do país propiciado pela ditadura militar. No recorte acima, Gonçalo, um dos membros da militância, utiliza o termo "Ditadura Militar Assassina" para mostrar o pensamento geral que veiculava entre os adeptos da causa contra o militarismo: um governo ditador, violento e repressor. Por outro lado, ele se aproveita da ocasião para expressar seus próprios ideais e pensamentos, quando enuncia: "Viver é sonho. Abaixo a infelicidade".

A ideologia e a história são constitutivas do discurso e se configuram como elementos essenciais no processo de produção dos sentidos. Diante disso, a análise do objeto discursivo pretende resgatar as condições de produção ideológicas e também históricas que são fundamentais para a constituição dos sentidos e dos sujeitos presentes na obra.

Para construir os sujeitos-enunciadores Edu, Tadeu, Dina, Tonho e Esmeralda, são articulados diferenciados discursos, cuja temática transita entre os ideais marxistas e a exploração dos trabalhadores, a ditadura militar e a luta contra a repressão e o cerceamento da liberdade de expressão, entre o homossexualismo e o ceticismo contra sua repressão, as angústias da infância e a vida presente.

Concordando com Pêcheux (1997a) que afirma que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, acreditamos que os sujeitos enunciadores do objeto discursivo em estudo constituem-se como sujeitos submetidos à ideologia e interpelados pela mesma. E essa constituição revela o discurso do jovem idealista que luta pela igualdade social (Edu), do homossexual desregrado (Tadeu), da mulher voltada para a discussão dos problemas brasileiros e para as Organizações Não-Governamentais/ONGs (Dina), da artista plástica atormentada pelos abusos sexuais sofridos na infância (Esmeralda) e do amazonense que deixa a família e parte em busca de uma vida melhor por ser inconformado com a pobreza (Tonho). Todos unidos inicialmente pelos mesmos ideais: a luta contra a ditadura militar recém instituída no Brasil.

Outras vozes atravessam esses discursos, vozes constituintes e constitutivas da identidade dos sujeitos, que estão presentes em seu inconsciente e que se projetam em sua memória, contribuindo para o desenrolar da história.

A obra caracteriza-se por um encadeamento de discursos que são intercalados e que refletem a subjetividade dos sujeitos enunciadores, cada qual em seu capítulo de enunciação, retratando seus medos, angústias, desejos, sonhos e pensamentos. À medida que os sujeitos enunciam sobre isso, vão se constituindo como sujeitos ideológicos.

As “idéias” de um sujeito existem em seus atos, ou devem existir em seus atos, inscritos em práticas. E estas práticas se inscrevem no seio da existência material de um aparelho ideológico. Em outros termos, a ideologia é material no sentido em que suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, práticas estas que são reguladas por rituais materiais, definidos pelo aparelho ideológico material pertinente às idéias desse sujeito. A partir disso, Althusser (1985) afirma que a prática só existe através de e sob uma ideologia e que a ideologia existe através do sujeito e para sujeitos.

Pêcheux complementa essa discussão althusseriana sobre o fato de o indivíduo ser interpelado pela ideologia dizendo que o funcionamento da Ideologia em geral, como interpelação dos indivíduos em sujeitos, realiza-se através das formações ideológicas.

Segundo Pêcheux (1997a), os aparelhos ideológicos de Estado (AIEs) não são a expressão do domínio da ideologia da classe dominante, ao contrário, eles se configuram como o lugar e o meio de realização da ideologia dominante. É por meio dos aparelhos ideológicos de Estado que a ideologia se torna dominante. Contudo, há que se observar que os AIEs não são simples instrumentos da classe dominante, em outros termos, máquinas ideológicas de reprodução das relações de produção existentes. Eles se estabelecem no palco de uma acirrada e ininterrupta luta de classes. Isso ocorre porque, em sua aparente dispersão, funcionam por meio da ideologia, em primeiro plano, e pela repressão (atenuada, dissimulada, simbólica), em segundo plano. Essa ideologia na qual funcionam os AIEs está sempre em consonância com a ideologia dominante, que detém o poder estatal e manipula os Aparelhos Repressivos de Estado (ARE).

Althusser (1985) aponta que todos os AIEs concorrem para a reprodução das relações de produção capitalista e cada um deles utiliza como instrumento a submissão dos indivíduos à ideologia da classe dominante. No caso de OFLB, os militantes se rebelaram contra a ideologia dominante do militarismo que era veiculada por meio dos AIEs. E, a partir dessa rebelião, os sujeitos foram se constituindo e os sentidos instaurados.

Observa-se em OFLB a identificação, pelos sujeitos discursivos, com a ideologia da classe dominada. Os sujeitos enunciadores utilizam palavras e expressões lingüísticas que revelam sua afinidade com o conjunto de idéias pertencentes à referida classe. Na enunciação dos sujeitos verifica-se a resistência às formações ideológicas dominantes. Essa evidência é mais privilegiada quando as enunciações se referem à opressão e à exploração dos trabalhadores durante a construção de Brasília:

> O tão falado "ritmo de Brasília", o ritmo alucinante que permitiu construir a capital em tão pouco tempo, na verdade o que significava era uma extensão da jornada de trabalho muito além dos limites legais.
> As construtoras funcionavam à base do aumento da exploração da força de trabalho, através de duas formas clássicas, como aprendi quando comecei a aprender essas coisas. Uma era pela simples extensão da jornada de trabalho, com horas extras contínuas e "viradas": quem vinha para Brasília estava disposto a trabalhar o máximo possível para ganhar o máximo que pudesse no tempo que durasse a construção da cidade. E a outra era pela utilização das "tarefas" – com o próprio trabalhador se esforçando para realizar a parte que lhe cabia no menor tempo possível para poder passar logo à "tarefa" seguinte e, assim, acumular o ganho (OFLB, p. 50).

Nessa enunciação de Edu, percebemos sua indignação com relação à exploração da classe trabalhadora por aqueles que detinham o poder e, em seus dizeres, vemos uma afinidade desvelada com os preceitos marxistas de exploração da classe baixa e operária pela elite dominante. É possível constatar em suas enunciações referências à desigualdade social, à exploração da força de trabalho, à repressão e ao abuso da força policial.

A organização desses enunciados na enunciação de Edu indica a dominância, em seu discurso, de uma formação ideológica específica, em que seus dizeres produzem efeitos de sentido que apontam para a histórica luta de classes que marca as relações sociais. Os trabalhadores de Brasília são identificados com os operários que, na concepção marxista, compunham a classe baixa e que sofriam com a desigualdade social extrema. As construtoras, como a Novacap, por exemplo, identificam-se com a classe dominante, detentora do poder econômico e de *status social*. Há, portanto, uma relação de conflito entre os trabalhadores e as construtoras no sentido de que os interesses de ambos eram diferentes, assim como a ideologia de cada uma dessas classes.

Os sujeitos discursivos de OFLB se constituem na interação entre língua, história, ideologia, discurso e exterioridade. Com Tadeu, por exemplo, observamos que a constituição enquanto sujeito ideológico depende do sentimento de pertencimento (ou não) a determinado grupo ou sociedade. Desta forma, ele representa um sujeito que acredita não se enquadrar mais no *status quo*, no padrão de comportamento estabelecido socialmente como adequado. Entretanto, ele se reconhece nesse padrão, na medida em que é a partir dele que o sujeito pode se definir como diferente. O discurso de Tadeu sobre a homossexualidade não é único, ao contrário, é heterogêneo e atravessado por vozes outras, revelando a própria constituição fragmentada desse sujeito.

Em seu discurso, emergem diferentes visões sobre o homossexualismo por volta dos idos de 1960 até fins de 1980. Seus dizeres revelam a intimidade de um homem destituído de ilusão e que busca um novo caminho, diferente daquele que ele percorreu da infância à juventude.

Vários acontecimentos vivenciados na infância, na adolescência e nos anos áureos da juventude pelos sujeitos enunciadores corroboram para sua constituição. Nos fragmentos abaixo, demonstramos vários enunciados proferidos por Edu, revelando fatos que foram fundamentais para sua constituição enquanto sujeito discursivo:

(1) Foram anos de grupos de estudo sobre a teoria marxista e a situação do país, de leituras e discussão, de militância no movimento estudantil, que me trouxeram até aqui. Agora, finalmente, o combate começaria pra valer e eu me sentia realizado e feliz (OFLB, p.19).

(2) Aliás, constrangimento – embora evidentemente eu ainda não soubesse que nome dar ao que sentia – era algo comum ali. Foi naquele ambiente de autoritarismo que presenciei e me dei conta, pela primeira vez, do que depois entenderia como desigualdades e injustiças de classe. Pela maneira como era estruturado o engenho, o jeito como minha avó e seu capataz – na verdade, um capanga grosseiro de quem minha mãe tinha verdadeiro pavor – e por outras pequenas coisas mais diretas (*ibidem*, p. 27).

(3) Uma coisa é certa, no entanto: meu pai me passou seu amor e entusiasmo por Brasília. Como amo essa cidade! Na tarde que cheguei, no final de 1956, com meus sete anos, isso aqui era um canteiro gigantesco de obras. Algo assustador (*ibidem*, p. 42).

(4) Mas, no avesso disso, do outro lado desse ritmo, a conseqüência inevitável só poderia ser o esgotamento dos trabalhadores. A dilapidação da força de trabalho dos operários que, estafados e mal alimentados, ficavam cada vez mais sujeitos a acidentes na obra, onde o aspecto da segurança era relegado.
Os acidentes de trabalho se multiplicavam. As mortes eram cotidianas. As doenças, o esgotamento nervoso. Tinha trabalhador que, depois de certo tempo, já não conseguia dormir (*ibidem*, p. 53).

Em (1), a concepção marxista sobre a desigualdade social foi fator preponderante para a constituição do sujeito militante Edu. Os ideais de combate à exploração do trabalhador brasileiro e de luta pela melhoria das condições socioeconômicas do povo atravessam toda sua enunciação, marcando seu lugar social e revelando sua constituição enquanto sujeito militante, engajado na luta social, voltado para o bem coletivo.

Na infância (2) Edu conviveu com a avó, Dona Sílfides, uma fazendeira autoritária, que espalhava boatos sobre a vida das pessoas da pequena comunidade sergipana e nunca era contestada, pois se cercava de jagunços que inibiam as contravenções que pudessem haver com relação a isso. O sujeito Edu sentia-se constrangido e incomodado com as ações e com o comportamento da avó. Não nutria por ela sentimentos maternais, apenas a via como a dirigente de uma fazenda decadente, com poucos trabalhadores, mas que mantinha a pose conquistada por seus antepassados. O discurso do autoritarismo, então, marcou a infância desse sujeito e o fez entender como as desigualdades sociais e econômicas funcionavam no país. Em (3), Edu enuncia sobre o amor de seu pai pela cidade que estava por nascer. Seu pai admirava Bernardo Sayão, o construtor de estradas, o desbravador e acreditava na promessa de uma nova capital. O amor e o entusiasmo do pai por Brasília foram internalizados por Edu e se tornaram constitutivos dele, acompanhando-o por toda vida. Já em

(4), o sujeito discursivo revela que a convivência com os trabalhadores das construtoras o fez perceber como ocorre a exploração da força de trabalho. Ele presenciou cenas que ficaram marcadas em sua memória e que o ajudaram a perceber em que medida os trabalhadores são submetidos à opressão por meio da exploração, que acentua a desigualdade social. Esses fatores contribuíram para que despontasse nele uma afinidade pelos ideais militantes contra a ditadura militar brasileira e o conduziram a um caminho de luta por igualdade e liberdade.

A enunciação de Edu, portanto, é atravessada por todos esses acontecimentos discursivos que marcaram sua infância e que se constituem como pré-construídos e fazem parte de sua memória discursiva, aspectos fundamentais em seu processo de constituição como sujeito discursivo.

Dina, por sua vez, é um sujeito discursivo que, assim como Edu, dedicou-se à luta contra as desigualdades e contra a opressão. Viveu toda a infância e adolescência na cidade de Goiás. A mãe foi acometida de uma doença cardíaca que a fez definhar aos poucos e morreu quando a filha tinha oito anos. Dina recorda que a mãe "passava boa parte do dia na cama, na grande fraqueza que dia a dia corroia seu corpo magro" (OFLB, p.141-142). A cena da mãe doente acompanhou-a durante toda a vida, como ela mesma diz, "até hoje quando pensa sente uma comichão naquela mão, a direita, mão que a mãe apertava como se sua salvação dependesse daquele aperto" (*idem*).

A filha, mesmo tão criança, cuidava da mãe com esmero e atenção: "Voltavam da missa bem devagarinho, cada vez mais devagarinho, porque aos poucos a mãe ia ficando muito cansada. Ao chegar em casa, a filha a levava direto para o quarto. Ajudava-a a tirar o vestido, colocar a camisola e deitar na cama seu corpo arfante, fatigado" (*idem*). Afinal, o pai passava a maior parte do tempo no bar, ou jogando. Dina quase nada sabia sobre ele, apenas que estava sempre calado, sério e com um olhar perdido no horizonte "Parecia estar fazendo um esforço grande na espera de alguma coisa" (OFLB, p. 143). Quase não se falavam e a filha não se sentia à vontade perto dele "Era só, Bença, pai, Deus te abençoe filha" (*Idem*). Nesse sentido, perder a mãe significou perder também o pai, pois, assim que ela morreu, ele foi embora e Dina nunca mais o viu. No início, ele vivia de garimpo em garimpo e às vezes enviava notícias até que um dia Dina recebeu a notícia de que ele havia morrido em um garimpo do Norte, contaminado por mercúrio, "a morte natural da maioria dos garimpeiros" (OFLB, p. 144). Do pai e da mãe, Dina só possuía a foto do casamento.

Após a morte da mãe, tia Romanza foi quem cuidou da menina. Mesmo diante dessa situação de perda, Dina era uma garota expansiva, inteligente e demonstrava grande interesse por pedras. Ela colecionava pedrinhas que ninguém vira antes - pedras que recolhia

pela cidade e nas margens do rio - e guardava a coleção em uma caixa de sapatos. Graças a seu interesse, ganhou da tia um livro com vários nomes de pedras e suas descrições "Foi a primeira vez que Dina soube que as pedras tinham nomes sonoros e misteriosos. [...] Desde então, soube o que queria fazer" (*ibidem*, p. 166-167). Esse interesse por pedras foi importante no processo de constituição do sujeito Dina e a levou a formar-se em Geologia e, mais tarde, a trabalhar pelas causas em favor da preservação dos recursos naturais.

Percebemos que a cidade de Goiás e seus encantos sempre estiveram presentes na memória de Dina. Ela amava aquele rio – o Rio Vermelho - e sentia um prazer enorme em ajudar "Dona Cora" - era como ela se referia à Cora Coralina - a fazer doces: "Ao lado, a conversa de dona Cora mexendo o taxo de cobre, negro de fuligem, e a tia passando as goiabas na peneira de arame. As risadas altas de tia Romanza eram as vírgulas e os pontos das histórias de dona Cora (*ibidem*, p. 171). Adorava os poemas coralineanos e em sua enunciação os versos de Cora estão presentes, remontando a uma época feliz da infância. Graças a essas lembranças, Dina nunca teve coragem de vender a casa de Goiás, mesmo após tantos anos da morte da tia. Vez por outra, levava os filhos lá para conhecerem um pouco de sua história.

Desde pequena foi incentivada pela tia Romanza a estudar. E esse incentivo tornou-se constitutivo dela e a levou a fazer um curso superior (no Brasil) e depois o mestrado em outro país.

No presente da enunciação, Dina revê a menina que foi: de banho tomado, vestida com a roupa da missa, cabelos presos em trancinhas, uma de cada lado, meias soquetes. É assim a imagem que guarda de si mesma quando criança.

Outro acontecimento importante nesse processo de constituição de Dina é a sua militância contra a ditadura militar. Ela foi membro atuante na Organização e realmente acreditava na ideologia desse grupo. Padeceu com a opressão, com a violência, foi agredida, presa, espancada e sofreu um aborto, não podendo mais ter filhos.

Dina também experienciou o exílio. Foi para o Chile em condições precárias, conviveu com pessoas que não conhecia, passou por situações difíceis junto a um grupo de refugiados, sem comida suficiente, sem lugar adequado para dormir, com pessoas doentes, mulheres grávidas e a discriminação das pessoas da cidade que viam esses exilados como uma ameaça à ordem de seu país.

Em sua militância, Dina viveu, apesar da repressão, uma vida feliz. Era amiga de Esmeralda e consideravam-se "garotas de sua época, fazendo o gênero liberadas, assumindo pose de muita experiência e independência" (OFLB, p. 194). Amava Edu, Tadeu e Tonho,

seus grandes amigos. Afinava-se mais com Edu, pois os dois eram os únicos que se dedicavam verdadeiramente à causa militante.

Dina é um sujeito marcado pela expressividade e pelo amor intenso e sem medida àqueles com os quais convive. É saudosista, sóbria, uma pessoa constante e dedicada a tentar fazer o bem às pessoas, mesmo que para isso tenha que pagar um preço, como ocorreu na época da ditadura. É um sujeito atravessado por outras vozes e essas vozes são fundamentais em sua constituição como sujeito discursivo.

Tonho se difere de Dina na medida em que nos revela, por meio de sua enunciação, toda uma revolta que guarda incutida dentro de si contra a desigualdade social e contra sua própria condição de garoto que viveu um infância muito pobre. Quando adolescente, saiu de Manaus e nunca mais quis voltar, nem para rever os irmãos. Ele não gosta de lembrar a infância de pobreza e privações. Seu pai era funcionário público e morreu cedo; sua mãe era costureira e mantinha os três filhos com o trabalho de costura nas casas das famílias ricas. O irmão mais velho estava no seminário e a irmã estudava de manhã e, à tarde, trabalhava como babá. Tonho era o caçula e como não tinha com quem ficar em casa, era obrigado a acompanhar a mãe ao trabalho:

> Em algumas dessas casas, poucas, era bem tratado, podia brincar e até comer com as crianças da família; mas em outras, não. Embora criança, ficava restrito à cozinha ou ao pé da máquina de costura onde ficava a mãe, sem licença para se juntar aos garotos que brincavam nos quintais e nos jardins (*ibidem*, p. 232).

Situações como essa, comuns na vida do garoto, deixavam-no extremamente magoado e ele ficava em um canto, "fingindo se entreter com os carretéis vazios, com os bichinhos que a mãe fazia juntando restos de linhas até formar um bolo multicor, bolo que ele ia engrossando, engrossando, junto com seu tédio infinito e sua raiva" (OFLB, p. 232). Fingia não se importar com as crianças da casa, que se divertiam com brinquedos de verdade e corriam pelo quintal. Os risos e os gritos das crianças "pareciam pedradas em seus ouvidos" (OFLB, p. 232). À noite, sofria com pesadelos e febre, que ninguém sabia de onde vinham, apenas ele sabia. No dia seguinte, não queria ir para a escola, "um peso grande lhe oprimindo o peito perto das costelas, a percepção pesada e grave de alguma coisa inominável absolutamente errada e inaceitável. Por que tinha de ser assim?" (*idem*). Verifica-se que esse sentimento foi fundamental para sua constituição enquanto sujeito, um sujeito marcado pela discriminação, pela carência de algo, pela tristeza por não pertencer a um grupo:

> Era assim que ele entendia essas coisas, naquela época em que descobriu, para todo o sempre, que vida de rico era muito diferente da vida de pobre. De sua infância, o que verdadeiramente ficou foram essas migalhas vividas através da vida do amigo rico, num misto permanente e indefinível de inveja, gratidão e rancor. Da sua casa de pobre, pequena e sem graça, da sua mãe costureira, que ele amava muito mas morreu também jovem, outra injustiça que o mundo lhe fez, dos seus irmãos, que praticamente nunca mais viu, ele não se lembra muito. Não vê sentido em pensar neles, não quer pensar, é uma página lida e passada de uma história que ele não quer ouvir contada outra vez (OFLB, p. 236).

Advém daí talvez a sua ânsia constante por fazer filmes que retratassem a crueldade do ser humano com aqueles que pertencem às camadas mais baixas da sociedade. Os filmes que idealizava tratavam da temática social, da miséria, da desigualdade, da urgência em revelar ao povo a opressão que muitos sofriam. Além disso, Tonho nutria um ódio por Tadeu, mesmo ambos pertencendo ao mesmo grupo de amigos: "Puta merda, como ele odiava o Tadeu. Tadeu e seu dinheiro fácil, e seu talento fácil, e sua vida fácil de filhinho de papai que sempre teve tudo entregue de bandeja nas mãos" (*ibidem*, p. 247)". Esse ódio fundava-se no fato de Tadeu ser rico, filho de deputado e de uma senhora de posses, podendo possuir tudo que desejasse sem precisar trabalhar para adquirir as coisas. Enquanto ele, Tonho, nunca pôde comprar nada além do que era necessário para sobreviver.

Tonho vivenciou outros momentos de discriminação em sua vida, além daqueles da infância e adolescência, quando namorou e se casou com Judith, a única mulher que amou na vida: "a mulher que amou como poucas vezes se ama na vida, logo ele, com sua convicção de que o amor era uma invenção burguesa, romantismo ultrapassado e fora de moda" (*ibidem*, p. 240). Era uma jovem sofisticada, culta e judia, que tinha "outro padrão de homem na cabeça" (idem, p. 240). A família de Judith não queria o casamento com um cineasta pobre e não-judeu, mas cedeu aos caprichos da jovem. Entretanto, Tonho nunca pôde se sentir parte da família e sofria deles ataques de discriminação, mesmo tendo, posteriormente, feito nome na publicidade e de estar se preparando para produzir um filme longa-metragem.

Tiveram uma filha em 1987, Maria Ruth. Em 1994, ela foi seqüestrada quando estava sob sua responsabilidade. Tonho viveu os dias mais negros de sua vida, sem saber o paradeiro da filha e sofrendo acusações de todos, de Judith e dos pais dela que o humilhavam, responsabilizavam-no e não o deixaram participar das negociações.

Logo ele e Judith se separaram. Ele perdeu o interesse pelo trabalho na agência de publicidade, foi demitido e começou a prestar serviços terceirizados,

> Não teria mais décimo terceiro, nem férias, nem seguro saúde, nenhum dos direitos trabalhistas adquiridos ao longo dos anos: caminhava para uma futura crise financeira brava. Como tantas vezes acontece, as coisas ruins pareciam se orquestrar em uma sinfonia de horror à sua volta. Seus filmes, frustrantes como sempre, apesar de todos os esforços, já não lhe diziam a mínima. Não queria fazer porra nenhuma, tentar mais nada. Estava vazio, destituído. Seu centro, aquilo que fazia dele o que ele era, de repente se tornou oco. Chegou seriamente a pensar em acabar com tudo, pular do nono andar onde morava, mas para isso é preciso uma coragem filha da mãe que ele não tinha, jamais teve. Não acreditava em Deus, não acreditava em porra nenhuma, mas tinha um horror visceral à idéia da morte, do insondável, do desconhecido. E à dor. O arfar do seu instinto de sobrevivência animal (OFLB, p. 215).

O que lemos nesse fragmento, são dizeres que revelam todo o conflito interno que Tonho estava vivenciando. A desilusão de existir, a vontade de pôr fim à vida, a falta de coragem para praticar tal ato, a descrença em Deus e a ausência de fé nas coisas e nas pessoas. Todos esses sentimentos conviviam dentro dele e o levaram a uma situação de completa letargia. No ápice desse transe que estava vivendo, experimentou o ecstasy. É interessante destacar que Tonho sempre teve aversão às drogas e aos seus usuários. Ele considerava as drogas "um estigma desprezível dos fracos, uma abjeção. Jamais se sentiu tentado por nenhuma delas. Um drogado para ele é a pior espécie humana. Um ser repulsivo, digno só de desprezo" (OFLB, p. 216). Mesmo nutrindo tal sentimento, não teve forças para resistir à oferta de um conhecido e experimentou, indo contra seus próprios preceitos. Entretanto, experimento uma única vez e nunca mais quis saber da droga.

Quanto a Tadeu, este é um sujeito complexo, em cujo interior convivem sentimentos muito distintos e muito intensos, como o ódio acirrado, o amor exagerado, quase adoração, a descrença, a apatia, entre outros. Desde a infância sofreu com o preconceito por demonstrar características homossexuais. E, quando rememora a infância, a única imagem que o agrada é a de padre Afonso e das jóias da mãe. Ele adorava o cheiro da batina do padre Afonso. E até hoje, quase sem esforço "consegue sentir de novo o roçar pesado e escuro da batina e seu cheiro de incenso, flores brancas murchas, parafina, suor e banha de porco" (*ibidem*, p. 82). Segundo Tadeu, foi seu primeiro amor, aquele padre. Gostava de ir à sacristia, ficava horas sentindo os "odores almiscarados" de lá. Ajudava o padre a arrumar tudo: os mantos, as batas, os crucifixos, os círios, o esponsório, os cálices. Hoje não consegue, em suas lembranças, definir com nitidez o rosto do padre, a imagem que guarda é do "negror da batina preta, pesada, cálida, envolvente, ressaltando a finura, a alvura quase transparente das mãos do padre Afonso, mãos tão brancas e tão macias que não pareciam de pele, mas de seda" (OFLB, p. 82). O padre não ficou muito tempo na paróquia, foi transferido. Fica implícita na

enunciação de Tadeu o motivo da transferência, o que nos leva a supor que talvez tenha sido justamente por esse seu "envolvimento e zelo" com crianças da cidade, como Tadeu.

A presença do padre Afonso em sua vida foi importante em seu processo de constituição. Apesar de acreditar que sua defloração tenha ocorrido de forma banal, não original, uma vez que fica implícito em sua enunciação que ele considera comum esse tipo de ato ser cometido por um padre, Tadeu, no fundo gostou de ser, como ele diz, "um caso clássico de homossexual brasileiro dos anos 1960" [...] "Foi desvirginado por um padre, um padre jovem que pegava sua mão direita e a colocava na boca e ficava séculos chupando seus dedinhos dizendo, Hum! Que dedinho gostoso! Veja a delicadeza!" (OFLB, p. 83). Na verdade, ele sempre considerou que sua vida era uma mesmice, um lugar-comum e que nada de diferente acontecia com ele. Gostaria de ter sido "deflorado" de uma maneira única, rara

> quem sabe por um coronel machão e autoritário, um coronel vestido de terno branco, meias brancas, perfume de Gardênia, alguém assim como o tio Antenor, de bigodinho a Carlos Gardel, lencinho branco de cambraia com as iniciais bordadas, e ar irresistível de sedutor barato e autoritário, chegando e dizendo, Vem comigo, cabrinha da peste! E ele, sem fala, menininho inocente, mas explodindo de alegria por dentro, gritando em silêncio, Vou!Vou! (*ibidem*, p. 82-83).

Padre Afonso o protegia contra os meninos da cidade que o criticavam e o discriminavam. Eles respeitavam o padre, mas depois que ele foi embora, Tadeu sofreu horrores. Chorava todo dia e ficava doente, sem querer ir para o colégio e ser alvo de chacotas dos colegas. Às vezes até apanhava e ficava ouvindo os meninos o chamando de "mariquinha" (*ibidem*, p. 83). Esses acontecimentos marcaram a infância de Tadeu e seus efeitos o acompanharam pelo resto da vida. Começou a achar que tudo estava errado com ele e "Passou, então, um tempo interminável e horroroso de autonegação, até depois cair no mundo das drogas e da gandaia: definitivamente, um clássico da formação de uma bicha da sua geração, ele se diz" (*idem*).

Já em Brasília, Tadeu aceitava tudo que os amigos do grupo diziam "por conformismo, carência, foi por causa da minha urgência abissal de aceitação, naquela época eu tinha essa coisa que batia no fundo do estomago, um tipo de fome horrorosa de pertencer ao grupo deles" (*ibidem*, p. 75). Apesar de crer que escondia bem sua homossexualidade, todos no grupo sabiam. Observa-se que nessa época Tadeu tentava ser o que não era somente para se adequar à imagem de homem exigida pela sociedade. Entretanto, no Rio começou a libertar-se de tudo aquilo, "de todas aquelas amarras que ajudei como um tantã mental a criar para mim mesmo. Quando saí de Brasília, jurei que nunca tentaria outra vez fingir ser o que

não era. Longe da minha insana família, longe da exigente revolução, longe dos ex-pseudo-amigos-e-companheiros, longe de tudo, eu queria começar vida nova" (*ibidem*, p.78).

Nos primeiros dias que chegou ao Rio, apesar da ingenuidade de acreditar que todos aceitariam sua condição de homossexual e da repressão que sofreu, ele se assumiu, o que foi, para ele, uma vitória: "Tornei-me o que sou, finalmente! O que sou ainda hoje: Tadeu, o assumido, com carteirinha de homossexual, batendo ponto nos bares e inferninhos da vida. E passando muito bem, obrigado" (*ibidem*, p. 79).

Após anos de vida desregrada, Tadeu contraiu Aids e se isolou, não queria ver ninguém, pois sabia em que estado se encontrava "fracassado, drogado, bicha patética" (OFLB, p. 79). Tinha grande fé em Nossa Senhora da Penha e possuía um oratório de madeira em casa. Rezava por Edu e procurava encontrar paz e sossego para ser quem era. Por meio de sua enunciação, observamos o quão complexo foi o seu processo de constituição enquanto sujeito. Um processo que nunca se finda e que está sempre em construção. Tentou se isolar daquele grupo e tomar um novo rumo na vida. Não lia jornais, conversava com os novos amigos sobre teatro, cinema, música e fofocas. Enveredou pelo mundo das drogas, especialmente LSD. Lia muito e começou a escrever peças, comentários, reflexões e prosa poética. Contudo, a repressão sexual, fator determinante em seu processo de constituição, o havia marcado e estava tão enrustida dentro dele que, mesmo levando uma vida de orgias, bebidas e drogas, ainda cultivava dentro de si, nuances da moral convencional.

Um dos implícitos que emanam da enunciação de Tadeu relaciona-se ao fato de ele, desde criança, gostar de coisas femininas, como jóias e roupas, por exemplo. Tadeu não afirma que desde a infância já demonstrava características homossexuais, mas deixa implícito em seus enunciados, quando fala das pérolas da mãe que o fascinavam. A mãe o deixava tocá-las à vontade

> desde pequenininho, deixava que ele experimentasse, sentisse o contato com a pele do pescoço sua suavidade essencialmente feminina, um momento delicioso em que ele se sentia transportado para outro universo, quase em êxtase, quando a mãe também colocava um dos colares em seu próprio pescoço e era a mais exuberante das mulheres, ao se jogar um pouquinho para trás e rir, completamente linda, completamente feliz (OFLB, p. 90).

Ajudava a mãe a limpar as pérolas com um paninho seco e macio e depois os dois as guardavam. Esse acontecimento rotineiro o deixava extasiado. Ele não diz que já dava mostras do homossexualismo que se tornaria mais evidente com o tempo, mas pela descrição minuciosa e prazerosa desse procedimento que realizava junto com a mãe, podemos observar

que ele já se diferia dos outros meninos, que gostavam de jogar bola, andar de bicicleta e brincar pela rua.

Outro fato marcante na vida de Tadeu foi a morte de Edu, seu amor secreto: "Para ele, fora uma dor que ainda agora estava lá, latejando, a dor da morte do Edu. Preso na fronteira ao entrar no Brasil. Levado para interrogatório pelo Parasar. Torturado até morrer" (OFLB, p. 92). Para tentar esquecer o sofrimento de Edu durante a tortura, "Só com muita droga na veia" (ibidem, p. 93), pois ele não conseguia aceitar que o amigo morrera tão jovem. Pensava em Edu o tempo todo: "Ah, meu herói, cara de índio, pele morena e olhos de fogo! Pássaro, condor, falcão. Meu revolucionário. Morreu tão novinho, Deus meu! Tinha dezenove anos quando saiu do Brasil e vinte quando voltou. Uma criança, com a vida toda para ser vivida" (*ibidem*, p. 94).

Tadeu passou por momentos de "paranóias", "ressacas da droga", "de terror e escuridão". Ficava no quarto, não via ninguém, cansado de todos e dele mesmo. Como nunca trabalhou "de marcar ponto, essas coisas, ele nunca trabalhou. Ser filho do deputado Lamartine tinha que ter pelo menos uma vantagem, não tinha?" (*ibidem*, p. 108), ficava no quarto escrevendo ou pintando.

Dividia tudo que tinha com os amigos. Lia os versos do poeta Vallejo e chorava. Escutava Betânia e Gal e chorava. Ia ao cinema e chorava. Era emotivo, chorava por tudo. Essa tristeza interna que não cessava o seguia desde a infância, que fora triste e solitária, pois era alvo de deboche e críticas das outras crianças. Mesmo em Brasília, sentia a tristeza o incomodar por dentro, pois ele queria fazer tudo para ser como os outros, "para ser 'normal'" (*ibidem*, p. 117), e isso o perturbava, pois ele escondia o que realmente era. "Fez milagres de autocontrole e disfarces, achando que estava enganando o mundo" (*ibidem*, p. 119).

Esmeralda, por sua vez, foi um sujeito marcado pelo abuso sexual. Seu pai era militar e devia favores a um superior. E foi esse superior que abusou sexualmente dela quando criança. No início, ele chegava de mansinho e tirava-lhe a fita dos cabelos, depois começou a agarrá-la e alisar os cabelos e o corpo. Seus atos foram se intensificando até culminar no ato sexual propriamente dito. A mãe não desconfiava, porque ele sempre vinha quando ela saía. O pai desaparecia da casa e, quando ela o chamava, sabia que ele não viria, pois era conivente com o que acontecia. Um dia a mãe descobriu e o expulsou de casa. A partir daí ficaram só as duas.

Esmeralda, no entanto, tornou-se uma pessoa que repelia qualquer tipo aproximação. Não considerava nenhuma amizade como verdadeira, não tinha namorado fixo, apenas namorava muito e muitos. Era fechada, não falava de sua vida pessoal, tratava sua mãe

por Abigail e não nutria por ela um amor filial, era como se fossem duas amigas morando na mesma casa. Nunca mais viu o pai e nem quis ver. Participou da militância apenas por modismo, não se envolvendo verdadeiramente com a causa. Era bonita e atraía a atenção dos rapazes, especialmente de Edu, que era apaixonado por ela, mas que não era correspondido.

Na despedida de Edu para a clandestinidade, teve uma noite de amor com ele. Desse encontro, nasceu um filho, que ela escondeu de todos. Foi embora para Nova York e deixou o filho no Brasil, com a avó. Tornou-se uma artista plástica famosa e voltava ao país apenas de vez em quando. Sentia-se incomodada pelos monstros do passado, tinha pesadelos e uma urgência abissal de contar para Dina sobre os abusos da infância e sobre o filho, mas faltava-lhe coragem.

Esmeralda é um sujeito marcado pela violação dos seus direitos de criança, pelo abuso sexual e pela conivência de seu pai, fato que parece mais tê-la ferido do que o próprio abuso em si. É um sujeito complexo, constituído pelo receio de proximidade e pela desconfiança exacerbada.

Outro fato importante no processo de constituição dos sujeitos discursivos é o amor que todos nutriam, desde a infância, pelo cinema. Um amor que continuou pela adolescência, juventude, chegando aos dias atuais. Na enunciação de todos, há referências a esse gosto pelo cinema, mesmo que fosse um filme simples, em uma sala simples com um telão. O sujeito narrador descreve o cinema que Dina freqüentava quando criança: "Era um cineminha do interior, a sala acanhada e pequena, mas era um cinema! E foi lá que ela assistiu aos primeiros filmes de sua vida" (OFLB, p. 170).

A menina nutria uma grande admiração por essa arte. Quando jovem participava do cineclube com seus amigos e, depois, tornou-se conhecida por exibir documentários da ONG onde trabalhava sobre preservação dos recursos naturais.

Tonho sempre se recordava das sessões de cinema do Cine Guarany quando era bem jovem: "Eram sessões duplas, que começavam a uma hora da tarde, com um seriado, Flash Gordon no Planeta Mongo, ou Zorro, ou Rock Lane, e depois dois filmes, um atrás do outro, filmes que poderiam ser um mexicano da Pelmex ou um faroeste ou drama lacrimoso de Hollywood" (*ibidem*, p. 237). Podia ser o que fosse, ele assistia à sessão completa. Vem daí seu fascínio por esse mundo "inventado de luz e sombras, de mulheres belíssimas, heróis e assassinos, choros, risos e ranger de dentes, em dramas que ali, na grande tela à sua frente, lhe davam a certeza de que o mundo era bem diferente daquilo que conhecia, e muito melhor" (*idem*). Para ele, era como se o filme retratasse outro mundo, um mundo onde não havia as desigualdades sociais que ele vivenciava todos os dias.

Quando jovens, já com o grupo formado pelos cinco amigos, participavam do cineclube. Nutriam uma adoração pelo cinema surrealista e assistiam regularmente aos filmes de Buñuel. O que pode ser exemplificado pela enunciação de Edu: "Porra, como éramos tarados por cinema, principalmente Tonho, Tadeu e eu, os três da direção do cineclube. Poderíamos passar horas relembrando e discutindo cada *take* de um filme" (*ibidem*, p. 12). Eram grandes incentivadores do cinema e promoviam sessões para o povo, no intuito de esclarecer as pessoas sobre a real situação que o país estava vivendo e de propiciar um pouco de diversão gratuita para todos. Eram sessões improvisadas, em locais precários, mas que funcionavam bem, como Edu relata: "Tadeu foi quem bolou a iluminação com uma lanterna de mão, uma coisa muito simples, porque não havia condições de fazer muita coisa – o palco era só um tablado, sem nada, mas funcionou muito bem" (*ibidem*, p. 61).

Esse amor pelo cinema culmina com a estréia do filme produzido por Tonho, em 2004. Era a realização de seu grande sonho: produzir um longa metragem. Somente Dina e seus filhos, e Maria Ruth, filha de Tonho, foram assistir. Edu e Tadeu haviam morrido, e Esmeralda estava nos Estados Unidos.

O passado de militância ficou marcado na memória e na vida de cada um. Sobre o que sentia quando pensava na ditadura militar, Tadeu enuncia que:

> Matar tantos jovens assim foi a sacanagem suprema do monstro negro de sangue que a ditadura brasileira gerou. Foram mais de duzentos, dizem, os jovens militantes que treinaram guerrilha em Cuba, e o treinamento em Cuba era, ainda hoje é, acho, apesar da falada anistia, uma sentença de morte lavrada pelos militares. Os que sobreviveram foram exceções. Matar esses meninos em flor como se estivessem exterminando uma praga. Horror dos horrores! (*ibidem*, p. 94).

Dina reflete constantemente sobre as coisas que o grupo fazia e que possuíam significados diretamente ligados ao contexto político da época. Hoje as certezas que tinham parece a ela tão longínquas, como se fossem "recordações de um filme" (*ibidem*, p. 198). Recorda alguns resquícios das discussões sobre os filmes que o grupo assistia, discussões que atravessavam a madrugada. Para ela, o passado militante "tem de ser levado com certa leveza. Com um pouquinho de orgulho, talvez, mas sobretudo com leveza. Fizeram o que tinham que fazer. Sofreram pelo que fizeram. Companheiros morreram ou ficaram gravemente marcados para sempre, na batalha covarde e desigual. Hoje eles continuam, cada um a seu modo, a lutar por um mundo mais justo" (*ibidem*, p. 199). Não se arrepende, se preciso, faria tudo novamente. Entretanto, às vezes pensa se foi compensatório tanto sofrimento e tantas mortes.

Pela enunciação de Dina e de Tadeu, observamos que esse passado, portanto, é constitutivo de cada um dos sujeitos discursivos que viveram as mazelas de um governo ditador, violento e opressor.

É pertinente observarmos que sonhos ruins e recorrentes marcam a vida dos sujeitos enunciadores ao longo da narrativa. No fragmento abaixo, selecionamos a enunciação que descreve os pesadelos de Dina:

> Passara a sentir medo. A ter pesadelos com a polícia. A sonhar com os companheiros que tinham morrido. Quando soube da morte de Edu, então, achou que jamais se recuperaria da tristeza absoluta que sentiu. [...] Sonhava muito com ele e com os amigos de Brasília, sonhos que começavam bem e depois acabavam num precipício, Edu morto lá embaixo e ela caindo num ninho de escorpiões, ou pior: em um campo de pontas de baionetas. Acordava com o grito sufocado, e tremendo.
> Sonhava também, reiteradamente, com a cena da tortura em Brasília. Os homens vestidos de civis empurrando-a para o camburão, a cela escura e fria onde foi jogada, os tapas, os murros, os pontapés, as luzes se acendendo como holofotes e um deles enfiando o cassetete em sua boca, dizendo, Vamos, chupa! Chupa e engole, sua puta! Você não gosta? Piranha!
> Acordava aos prantos (OFLB, p. 200-201).

Seus sonhos revelam um sujeito que foi marcado pela violência no período da ditadura e essas marcas tornaram-se tão constitutivas dela e tão fortes no seu inconsciente, que sonhava reiteradamente com as mesmas cenas. A morte dos amigos Edu e Tadeu, a ida de Esmeralda para os EUA, a humilhação e a tortura que sofreu quando foi presa, tudo isso a deixava angustiada e com medo de que pudesse sofrer a mesma violência novamente. A ausência de seus companheiros trazia-lhe tristeza, solidão e a fazia pensar se valeu a pena tudo que fizeram na juventude, dedicando sua vida, seus sonhos e anseios, para lutarem pela causa da liberdade.

Por fim, queremos ressaltar o que os encontros marcados por eles para cada dez anos se tornaram para cada um. Na enunciação de Esmeralda,

> Esse encontro para mim virou um pesadelo.
> A princípio, não entendi bem por que o que deveria ser uma brincadeira entre nós começou, para mim, a se transformar em um drama. Por que um compromisso que deveria ser leve e agradável foi se tornando pesado e insustentável.
> Comecei a sonhar com esse encontro, sonhos ruins, esquisitos, que me faziam acordar sufocada, suando. Nos sonhos, estávamos sempre nós cinco, no barzinho da Asa norte, Edu e Tadeu jovens, mas você, Tonho e eu como nos vimos da última vez, naquele bar do Rio, em 1998. O sonho sempre começa bem, todos rindo, espalhafatosos, mas logo o cenário vai se transformando e já não é uma mistura dos dois bares, mas a varanda da casa, sombria, onde morei na infância e onde eu, sentada, vou me encolhendo, vou me engasgando com a bebida, tossindo e, ao mesmo tempo, murchando, me dissolvendo, como se fosse feita às vezes de cinza, às vezes de terra seca, enquanto vocês me olham, acusadores, e o Edu me olha de um jeito indiferente (OFLB, p. 277-278).

percebemos que o futuro encontro se tornara uma tortura. Rever os amigos, relembrar o passado, viver tudo aquilo novamente, era uma situação pela qual ela não queria passar. Como Esmeralda trazia um segredo guardado – seu filho e de Edu – todas as vezes que se encontrava com os amigos, sentia-se culpada por não ter contado a eles na época certa e não tinha coragem para contar agora. Por isso, após o encontro ter sido marcado para depois de dez anos, começou a sonhar com Edu a olhando de um jeito indiferente e com os amigos a olhando com olhos acusadores. Não só Esmeralda vivenciava esse sentimento, os outros amigos também passaram a ver os encontros como uma tortura. Tadeu, por exemplo, enuncia que o último encontro com Esmeralda, um encontro casual, sem ter sido marcado previamente, mexeu com ele "Deus! como esse encontro extemporâneo com Esmeralda mexeu comigo! Há séculos eu não pensava nessas coisas. Que surpresa horrorosa aquela! Reencontrar um fantasma depois de dez anos!" (OFLB, p. 79). O encontro casual com Esmeralda fez reaparecer a dor, a angústia e a tristeza que viveu com a morte de Edu e o fez pensar na sua época de militância, nos jovens sendo presos, mortos, separados de suas famílias. Na polícia invadindo as casas, arrastando as pessoas pela rua. Por isso Tadeu desejou não ver mais ninguém daquele grupo e assim o fez, encontrando-se apenas com Dina, que começou a visitá-lo quando ele estava moribundo, morrendo, aidético, sozinho em seu apartamento.

Sobre os encontros, Tonho enuncia que considera a si e às duas amigas como "Três sadomasoquistas completamente loucos e sem nada a fazer na vida", "Dinossauros sobreviventes de anos passados ainda lambendo as feridas" (*ibidem*, p. 214). Ele só concordou em marcar novo encontro para dez anos futuros - o que ele considerava agora um absurdo - porque estava bêbado, quando o reencontro foi sugerido. Em um bar o grupo se encontrou à noite, ingeriu doses exageradas de uísque e falaram sobre a casualidade dos últimos

encontros, que haviam ocorrido justamente num período de dez em dez anos. Daí surgiu a idéia de um novo encontro ser marcado para o mesmo dia, só que dali a dez anos.

Pelos recortes anteriormente analisados, observamos que os sujeitos discursivos de OFLB são sujeitos constitutivamente complexos, marcados pelo passado, um passado fundamental no seu processo de constituição como sujeitos e que nos é revelado por meio de suas enunciações e de outras vozes que atravessam toda a narrativa e que são fundamentais para qualquer tentativa de compreensão que se queira realizar sobre esses sujeitos enunciadores.

3.4. Sujeito e identidade: entre o discurso militar e a voz da revolução

É interessante observar que nós, seres humanos, temos a tendência a sempre associar o indivíduo a uma identidade. Isso é incentivado especialmente pela mídia. A generalização facilita a domesticação. Assim, sem percebermos, somos controlados por instituições como a escola, o governo, que forjam representações de subjetividades e acabam nos impondo formas de individualidades. A isso, Foucault denominou Técnicas de Si. De acordo com a concepção foucaultiana, essas técnicas são procedimentos que fixam, mantêm e transformam a identidade, de acordo com determinados fins.

Nesse sentido, a identidade do sujeito é um efeito do poder. É o poder que administra a vida dos indivíduos, condicionando-os à passividade política e à atividade econômica. Daí o esforço daqueles que dirigem o país em criar e difundir um estilo de vida igual para todos os membros da nação. Se todos aceitam e se acomodam ao mesmo estilo de vida, é mais fácil manter o controle sobre eles e fazer com que sempre executem ações previsíveis. O poder cria uma verdade sobre o sujeito para melhor regulá-lo e controlá-lo. A disciplinarização molda seu comportamento conforme a ordem desejada. Entretanto, nesses processos de subjetivação, o sujeito sempre encontra lacunas que lhe permitem resistir ao que é imposto.

Segundo Araújo (2001, p. 112), vigilância, controle, exame, correção contínua, encaixe na norma, caracterizam a sociedade da vigilância: “cada um em seu lugar, podendo ser facilmente observado, novos saberes relacionados a novos poderes, saber diferente da simples inquirição”. Nesse sentido, a autora ressalta que a sociedade da norma fixa os indivíduos a aparelhos, especialmente ao aparelho produtivo, graças ao capitalismo que forjou um conjunto de técnicas de poder para ligar o indivíduo ao trabalho e transformá-lo em força produtiva.

A disciplina criou formas de exercer domínio sobre o corpo para dele extrair verdades sob a forma de relatos, inquéritos, questionários, testes de aptidão e tantas formas de medir e avaliar o comportamento. "O corpo é codificado para que se torne útil e produtivo" (*ibidem,* p. 113). Contudo, essa imposição da disciplina não é violenta, ao contrário, ela vale-se de táticas e procedimentos que se abrigam nas relações imediatas entre os indivíduos, tornados sujeitos e sujeitados por aqueles que ocupam posições privilegiadas dentro das relações de poder. Nesse processo, acreditamo-nos sujeitos livres, senhores de nosso destino e de nossos atos, enquanto a sociedade cria procedimentos que "não esmagam, mas *criam* indivíduos sujeitos e sujeitados pelo poder e pelo saber das práticas disciplinares" (ARAÚJO, 2001, p. 116. Grifo da autora).

Cremos ser importante discutirmos o conceito de identidade para compreendermos melhor os apontamentos realizados acima e o processo de construção identitária dos sujeitos discursivos do *corpus* de pesquisa (OFLB). Segundo Bauman, identidade é

> uma idéia inescapavelmente ambígua, uma faca de dois gumes. Pode ser um grito de guerra de indivíduos ou das comunidades que desejam ser por estes imaginadas. Num momento o gume da identidade é utilizado contra as "pressões coletivas" por indivíduos que se ressentem da conformidade e se apegam a suas próprias crenças [...] e seus próprios modos de vida (que "o grupo" condenaria como exemplos de "desvios" ou de "estupidez", mas, em todo caso de anormalidade, necessitando ser curados e punidos). Em outro momento é o grupo que volta o gume contra um grupo maior, acusando-o de querer devorá-lo ou destruí-lo, de ter a intenção viciosa e ignóbil de apagar a diferença de um grupo menor, forçá-lo ou induzi-lo a se render ao seu próprio "ego coletivo", perder prestígio, dissolver-se... Em ambos os casos, porém, a "identidade" parece um grito de guerra usado numa luta defensiva: um indivíduo contra o ataque de um grupo, um grupo menor e mais fraco (e por isso ameaçado) contra uma totalidade maior e dotada de mais recursos (e por isso ameaçadora).
> Ocorre, contudo, que a faca da identidade também é brandida pelo outro – maior e mais forte. Esse lado deseja que não se dê importância às diferenças, que a presença delas seja aceita como inevitável e permanente, embora insista que elas não são suficientemente importantes para impedir a fidelidade a uma totalidade mais ampla que está pronta a abraçar e abrigar todas essas diferenças e todos os seus portadores. (BAUMAN, 2005, p. 82).

Para o autor, sentir-se "deslocado" em toda parte, ou seja, não sentir-se totalmente incluído em lugar algum, perceber-se estranho aos olhos alheios, é uma experiência desagradável e até perturbadora. Sempre estar procurando se justificar, incluir-se, desculpar-se frente aos grupos. Esta é realmente uma situação que nos constrange. Isso ocorre porque as "identidades" flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas a nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Em OFLB, os sujeitos-enunciadores vivenciam este problema de busca

de uma identidade. Sentem-se "deslocados", como é o caso de Tadeu e de Esmeralda. Ao longo da trama, percebe-se essa busca por incluir-se em um tipo de identidade "aceito" pela sociedade: "e eu, o que era eu? A bicha" (OFLB, p.74).

Tadeu sente-se deslocado depois que se separou do grupo de amigos. Antes, quando o grupo ainda existia e atuava frente ao movimento revolucionário contra a ditadura, ele, mesmo para manter as aparências perante o grupo social com o qual convivia, sentia-se incluído em uma identidade firmada na luta política, que era o modelo de identidade difundido entre os estudantes, jovens, professores, políticos e intelectuais da época. Após o esfacelamento do grupo de amigos, sentiu-se perdido, em busca de uma nova identidade com a qual se identificasse. Como homossexual, procurava encontrar o seu lugar social e almejava ser aceito por todos.

Bauman afirma que permanecemos eternamente em desentendimento com as "identidades". Há uma negociação pendente que nos acompanha ao longo da vida. E, coloca que

> quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos grandiosos os desafios e menos irritantes os efeitos. Pode-se até começar a sentir-se cheiz soi, "em casa", em qualquer lugar – mas o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa (BAUMAN, 2005, p. 19-20).

Isso ocorre porque as pessoas são constituídas pela contradição e pela fragmentação, conforme coloca Hall (2003, p. 188), "não existe um eu essencial, unitário - apenas o sujeito fragmentário e contraditório que me torno". Isso contraria nossa impressão de que a identidade possui uma essência fixa e imutável ou uma substância inerente ao sujeito. A identidade, segundo o autor, é mutável, transitória, contraditória e resulta das relações sociais entre os sujeitos. Ele afirma que

> as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2004, p. 7).

Em OFLB, os sujeitos-enunciadores vivenciam essa contradição e buscam, ao longo da trama, uma identidade fixa. É preciso compreender que "as identidades não são

coisas com as quais nascemos, 'elas são formadas e transformadas no interior da representação'" (HALL, 2000, p. 48. Grifos do autor).

Para Hall (2000), a identificação do indivíduo com determinada ideologia é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. No caso de OFLB, essa identificação deu-se, no momento inicial, pela partilha do grupo acerca dos ideais revolucionários contra a Ditadura Militar. Após essa identificação inicial, cada um sentiu a necessidade de buscar uma identidade ou "identidades" que lhes fossem mais particulares. E essa construção da identidade (ou identidades) vai ocorrendo quando um grupo específico se apropria de seus valores, manifestações perpetuando-os na sua história e transmitindo-os por gerações. O que não significa que os sujeitos controlem/escolham suas identidades, uma vez que a identidade é historicamente produzida, se dá pela exterioridade ao sujeito e caracteriza-se por ser plural.

Para Silva (2000, p. 80), identidade e diferença são inseparáveis e interdependentes e partilham uma importante característica: "são o resultado de atos de criação lingüística e, por isso, estão sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem". Portanto, se "a linguagem vacila", "a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade" (OFLB, p. 80)

O autor também ressalta a idéia de que identidade e diferença integram as relações de poder. A normalização é "um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença" (SILVA, 2000, p. 83). No entanto, alguns movimentos conspiram para subverter e complicar a identidade e têm sido destacados pela teoria cultural contemporânea. Exemplos disso podem ser retirados da obra OFLB: a subversão à Ditadura Militar brasileira, o homossexualismo, a metáfora do marxismo e da luta de classes. Com isso, surge a possibilidade da repetição (normalização) ser interrompida, questionada e contestada, de "efetuar uma parada no processo de 'citacionalidade' que caracteriza os atos performáticos que reforçam as diferenças instauradas, que torna possível pensar na produção de novas e renovadas identidades" (*ibidem*, p. 95-96).

É no embate entre os ideais revolucionários, a opressão do militarismo e as angústias particulares de cada sujeito-enunciador que eles vão construindo suas identidades. Nesse processo, entendemos que a identidade não é unificada e estável, assim como o sujeito também não o é. Nessa nova perspectiva, ela é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam e é definida historicamente, não é, portanto, algo inato ao sujeito.

Hoje, apesar de o sujeito ter vivido ao longo da história a ilusão de uma identidade unificada e estável, constatamos que ele está se tornando fragmentado, ou seja, não possui mais uma identidade apenas e sim várias. Estas algumas vezes contraditórias e outras vezes não-resolvidas. Dessa forma, não há apenas uma identidade. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, uma vez que nossas identificações vão sendo continuamente deslocadas. Apesar disso, ainda sentimos que temos uma identidade unificada que nos acompanha desde que nascemos. Essa impressão existe porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa de nossa vida". No entanto, essa fantasia se desfaz ao observarmos que à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos "apresentados" a uma multiplicidade de identidades possíveis e podemos nos identificar com cada uma, mesmo que seja por um breve período.

Nessa nova visão, constata-se que a identidade não está pronta e acabada ao nascermos, ela é formada, ao longo do tempo, através de processos inconscientes. Portanto, a identidade nunca está completa, está sempre em processo de formação. Segundo Castells (2000, p. 23-24), do ponto de vista sociológico, toda identidade é construída e essa construção

> vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

A identidade está atrelada às relações de poder e ao contexto histórico e cada uma de suas formas de construção leva a um resultado diferente no que se refere à constituição da sociedade. Conforme Hall, mesmo sufocado pelo "poder disciplinar", o sujeito sente-se fragmentado, isolado e afetado por uma diversidade de identidades. E uma dessas, é a identidade nacional.

> As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2004, p. 50-51).

É inculcado em nós o sentimento de que devemos nos identificar com uma única identidade cultural, como se pertencêssemos a uma grande família nacional. Contudo, essa "suposta" identidade nacional acaba por sufocar as diferenças culturais e controlar nossas escolhas. É uma identidade que objetiva unificar as massas, por meio das relações de poder. Essa tentativa de se instaurar uma identidade nacional pode ser observada em OFLB pelo discurso da ditadura militar. O governo militar, por intermédio, principalmente da mídia, procurou difundir o nacionalismo, por meio de ações como, por exemplo, a introdução de disciplinas escolares como Educação Moral e Cívica, que objetivava moldar os alunos de acordo com os padrões almejados pelo sistema governamental da época. Entretanto, observa-se que, há muito, as identidades nacionais, de modo geral, entraram em declínio, mas, segundo Hall (2004), "novas" identidades – híbridas – estão tomando seu lugar. Assim, a partir dos acontecimentos iniciados nos anos 1960, não é diferente e novas identidades despontam, produzidas pelo consumismo em massa, pela política e pela cultura.

Os sujeitos enunciadores de OFLB atuaram no combate ao regime militar, mesmo diante da repressão, da violência militar e das possíveis punições para aqueles que subvertiam à ordem social e política instituída:

> Quando cerca de dois meses atrás tivemos a reunião onde ficou decidido que eu deveria deixar Brasília, assumir a luta para valer, entrar na clandestinidade como um profissional da Organização, ou seja, que a partir daí eu viveria para fazer a Revolução, minha primeira reação foi de euforia, o grande sentimento de estar fazendo a coisa certa. Estava me preparando para isso desde que comecei a entender que a situação do nosso país só iria melhor se cada um de nós fizesse a sua parte. Desde que entendi o be-a-bá, que já "não se tratava de explicar o mundo, e sim de transformá-lo". Foram anos de grupos de estudo sobre a teoria marxista e a situação do país, de leituras e discussão, de militância no movimento estudantil, que me trouxeram até aqui. Agora, finalmente, o combate começaria pra valer e eu me sentia realizado e feliz (OFLB, p. 19).

Participaram do movimento revolucionário por meio de passeatas, de pichações, da resistência contra os opressores e da luta pelos direitos humanos:

> A pichação estava marcada para meia-noite e meia. Iríamos em dois carros, Esmeralda e Tonho no Gordini dela, dando cobertura, e Tadeu, Dina e eu na minha Rural Willys, palavras de ordem na cabeça e *sprays* preto e vermelho nas bolsas a tiracolo das meninas. A região que cobríamos eram as primeiras quadras da Asa Norte e o setor dos bancos. Os panfletos que passáramos a tarde imprimindo, junto com duas faixas preparadas para passeatas, ABAIXO O ACORDO MEC-USAID, O POVO ORGANIZADO DERRUBA A DITADURA, estavam no porta-malas da minha Rural. A passeata seria na segunda-feira. Estávamos cientes de que a repressão já sabia da nossa programação, e a informação passada de boca em boca era que a polícia tinha ordens de impedir que a passeata saísse (OFLB, p. 12. Grifos da autora).

Os sujeitos discursivos de OFLB vivenciaram, a partir dos anos 1960, um período de revolução tecnológica, marcado também pela expansão do consumismo e pela descentralização do poder estatal. Com isso, presenciaram o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva. Essas identidades coletivas incluem movimentos em defesa de Deus, da Nação, da etnia, da família, enfim, das categorias fundamentais da existência humana. Os sujeitos discursivos do objeto discursivo em análise identificam-se com algumas dessas identidades engajadas na luta pelos direitos civis e pelo fim da exploração sócio-econômica do povo brasileiro, como a resistência contra a ditadura militar, contra a exploração do trabalhador pelas construtoras, contra o uso irresponsável dos recursos naturais, contra a discriminação dos homossexuais, entre outras.

Muitas dessas identidades coletivas que despontaram a partir de 1960 no Brasil, especialmente graças à efetivação do Golpe Militar e ao movimento de reação à ditadura imposta, foram sendo re-configuradas e re-significadas ao longo da história, chegando até os dias atuais com outra "roupagem", mas com ideais similares.

A ditadura militar objetivou, como podemos observar em *O Fantasma de Luis Buñuel,* a manutenção do controle sobre os sujeitos por meio de fortes tentativas para se reconstruir uma identidade nacional unificada, que abolisse a diversidade. Uma identidade caracterizada pela fixidez e pela homogeneidade. Contra esse pensamento, Edu, sujeito-enunciador do primeiro capítulo, mostra a seus pais sua rejeição a essa nova forma de governo e à implantação de uma identidade única pretendida pela ditadura: "O senhor não vê para onde os milicos estão levando a gente? O senhor não vê que, se ninguém reagir, o país vai se afundar cada vez mais nas sombras do imperialismo: Que no momento a única saída é tirar esse país da situação em que o governo o colocou?" (OFLB, p. 20).

Da história da ditadura militar para a obra em apreciação/análise ocorrem deslocamentos, representações imaginárias que os sujeitos fazem a partir de lugares que enunciam. Há a memória discursiva, a interdiscursividade e a heterogeneidade constitutiva dos sujeitos e dos dizeres em funcionamento no *corpus*. E esses elementos corroboram para a construção identitária dos sujeitos discursivos. Esses sujeitos identificam-se, principalmente, com aquela definida por Castells (2000) como *identidade destinada à resistência.* Talvez este tenha sido o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade naquele momento histórico. Para o autor, esse tipo de construção identitária possibilita formas de resistência coletiva frente a uma opressão que, do contrário, "não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a 'essencialização' dos limites da resistência" (*idem*).

Edu, em conversa com os pais, mostra toda sua indignação em relação às injustiças vivenciadas pelo povo brasileiro: "O senhor não vê como essa violência injusta do governo contra o povo só pode levar à violência justa da revolução? É a violência injusta gerando a violência justa, a revolta do povo contra a opressão, a única violência legítima e defensiva, a favor do progresso e da justiça. Não nos deixam outra saída" (OFLB, p. 20). Por meio de sua enunciação, verifica-se que se construiu, naquele período, uma identidade marcada por lutas, vitórias e fracassos, e que conseguiu subverter, em grande medida, o julgamento de valores em vigência até então.

A resistência à submissão imposta pela ditadura militar ocorreu por meio das organizações militantes. O pertencimento das pessoas aos grupos militantes e sua identificação com os ideais desses grupos fortaleceu a instauração de uma identidade comunal, advinda desse pertencimento a uma comunidade, conforme Castells (2000). Esse sentimento de pertença a uma comunidade envolveu os sujeitos discursivos de OFLB, que participaram de um processo de mobilização social, marcado pela defesa de interesses comuns. Em contrapartida, o governo tentava silenciar a voz da resistência por vários meios que já foram elencados em capítulo anterior. O controle da mídia em geral, das artes e das escolas era o principal mecanismo utilizado pelo poder público para tentar conter a universalização dessa identidade de resistência no país.

Os sujeitos enunciadores de OFLB marcam o espaço social, o lugar de onde falam, que também existe na voz própria de todos aqueles que sofreram com as intempéries do período ditatorial brasileiro. No embate entre os ideais revolucionários e a opressão do militarismo, os sujeitos foram construindo suas identidades. Nesse sentido, as relações de poder evidenciadas na trama também influenciaram diretamente na construção das identidades dos sujeitos discursivos. Não estamos afirmando que essa construção ocorra no nível do consciente. Concordamos com Hall (2004, p. 38) que "a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre 'em processo', sempre 'sendo formada'". O sujeito também permanece em constante construção e, nesse processo, vai recolhendo os materiais simbólicos que lhe estão disponíveis e vai tecendo sua identidade ou "identidades". Essa construção simbólica funda-se as experiências do sujeito no mundo e na sua relação com o outro. Desta forma, a identidade é formada na "interação" entre o eu e o outro.

Diante do exposto, acreditamos que analisar a obra OFLB é refletir sobre o processo de constituição identitária dos jovens militantes que viveram nesse período histórico

e perceber em que medida as identidades surgidas com a implantação da ditadura militar no Brasil se tornaram modelos para novas identidades voltadas para a luta contra os regimes instituídos; identidades estas que surgiram e que estão por surgir.

3.5. A Produção de sentidos em OFLB

Sobre o sentido, podemos dizer que este:

> não decorre de um significante/palavra, mas de uma dupla ou de uma (*n*)upla de significantes/palavras em relação de mútua substituibilidade, *mas apenas em cada discurso historicamente dado. Isso ocorre*, pelo fato de que o sentido das palavras em um discurso remete sempre a ocorrências anteriores. Ou ainda: qualquer enunciação supõe uma posição, e é a partir dessa posição que os enunciados (palavras) recebem seu sentido. Melhor ainda: qualquer uma dessas posições implica uma memória discursiva, de modo que as formulações não nascem de um sujeito que apenas segue as regras de uma língua, mas do interdiscurso, vale dizer, as formulações estão sempre relacionadas a outras formulações, sendo que a relação metafórica que funciona como matriz do sentido é historicamente dada (POSSENTI, 2004, p. 372-373. Grifos do autor).

Portanto, o sentido de um enunciado vai decorrer de sua substituibilidade por enunciados equivalentes numa mesma formação discursiva.

Segundo Fernandes (2005, p. 22), a noção de sentido deve ser compreendida como um efeito de sentidos entre sujeitos em interlocução, uma vez que o sentido não se reduz ao significado da palavra apenas, ele é produzido "em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos". As ideologias e a História têm existência no social, portanto, os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações, acompanham as transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana.

Em *Semântica e Discurso* (1997a), Pêcheux afirma que:

> O *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam,* o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1997a, p.159-160).

Os sentidos são, portanto, dependentes da inscrição ideológica dos sujeitos, encontram-se na exterioridade do lingüístico, ou seja, no social e no ideológico. Além disso,

se constituem na história e são agenciados pela memória discursiva. Nesse sentido, para o analista do discurso, o objetivo é compreender como os sentidos são produzidos e como são determinados pela história e pela posição ocupada pelos sujeitos em uma determinada formação discursiva. Desta forma, o sentido não pode ser concebido se não atrelado à historicidade, por isso, ele tem a capacidade de tornar-se outro em outro período da história e em outra formação discursiva, especialmente porque o sujeito é capaz de deslocar sentidos de uma formação discursiva para outra. É por isso que o sentido do discurso não é dado *a priori*, ele depende do processo de interação verbal, que é marcado pela história e pela ideologia. É nesse espaço de confluência entre o histórico e o ideológico que se evidencia a polissemia do discurso.

Uma vez que a linguagem é concebida como interação verbal, o *outro* desempenha papel fundamental na instauração dos sentidos. Daí dizermos que esta instauração é socialmente construída, pois o sentido é, na concepção pecheutiana, determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas. Acrescente-se aí a importância das condições de produção no processo de produção dos sentidos. Assim, compreender os sentidos é, principalmente, buscar as condições sociais, históricas e ideológicas em que um discurso foi produzido. Por isso é fundamental que se considere de onde o sujeito enuncia, por que enuncia e como enuncia.

De acordo com Orlandi (1990, p. 177-178), a noção de "efeito de sentidos" nos remete ao fato de que os sentidos são intervalares, eles se encontram nas relações: a) dos textos com as suas condições de produção (aí incluídos o sujeito e a instituição); b) entre os diferentes textos; c) do dizer com o que não é dito, etc. Disso resulta a incompletude e a multiplicidade, característicos do sentido. Dessa forma, os sentidos não são fechados e acabados, ao contrário, são múltiplos e incompletos. Segundo a autora, a polissemia é a própria condição mesma de existência da linguagem, pois "se o sentido não fosse múltiplo, não haveria necessidade do dizer" (*ibidem*, p. 137. Grifos da autora). A polissemia é, portanto, constitutiva da linguagem e dos discursos e os vários sentidos produzidos não podem ser classificados em "literais" ou "figurados", mas considerados como *efeitos*.

Na discussão sobre o sentido, outro conceito desponta e é de total relevância para que se compreenda como os sentidos se instauram: o pré-construído:

> O "'pré-construído' corresponde ao 'sempre-já-aí' da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade (o 'mundo das coisas'), ao passo que a 'articulação' *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito"* (PÊCHEUX, 1997a, p.164. Grifos do autor).

Conforme Pêcheux o pré-construído relaciona-se à idéia de que há sempre um *já lá* da interpretação ideológica que impõe o sentido nas coisas. Esse já dito retorna por meio da memória discursiva e pelo interdiscurso. Consoante com essa concepção, Orlandi (1999, p. 20) complementa afirmando que as palavras *"*as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós*"*. Dessa forma, Pêcheux (1997, p. 161) reflete que uma palavra, uma expressão ou uma proposição não possui *um* sentido "próprio"; seu sentido se constitui em cada formação discursiva e nas relações que mantém com outras palavras, expressões, ou proposições da mesma formação discursiva.

Tal como Foucault (1996), Pêcheux também considera que não existe um discurso autofundado, de origem absoluta. Quando enunciamos sempre o fazemos em relação a um já dito, a um discurso prévio, pré-construído, anterior. Desta forma, os discursos já-ditos em outros lugares, em outras posições sujeito, em outras condições de produção e em outros momentos da história são os discursos pré-construídos de uma formação discursiva. Sobre esse pré-construído constroem-se novos sentidos em função de uma série de aspectos que o envolvem novas condições de produção e uma outra inscrição social. O enunciado torna-se, portanto, outro e os sentidos deslizam conforme os aspectos que envolvem o processo de produção do discurso e os lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução.

Os sujeitos discursivos de OFLB pertencem a diferentes inscrições discursivas e ocupam diferentes lugares de onde enunciam. Nesse sentido, ao analisarmos alguns recortes das enunciações desses sujeitos, podemos perceber como a construção de Brasília e a ditadura militar brasileira influíram na vida pessoal dos indivíduos que viveram esse período e na vida social e política do país. Diante disso, compreender os efeitos de sentido advindos dos discursos desses sujeitos enunciadores possibilita-nos a constituição de um novo gesto interpretativo ao refletirmos sobre esses dois grandes acontecimentos da história do Brasil e nos faz pensar sobre os sujeitos que enunciam e as condições de produção que atravessam suas enunciações.

Há um discurso pré-construído sobre esses dois eventos históricos ocorridos no país. O leitor, ao ler a obra, por meio do interdiscurso e da memória discursiva, reconhece, mesmo inconscientemente, esse já-dito e passa a ser seu porta-voz. À medida que internaliza as vozes outras que atravessam esse pré-construído, ao enunciar, acrescenta outros sentidos dados a ele. Desta forma, esse discurso pré-construído é re-significado ao longo da história e encontra eco nas diferentes vozes que constituem os discursos sobre a ditadura militar e a construção da nova capital brasileira. Verdades cristalizadas são repassadas ao longo da

história, mas também novos efeitos de sentido são instaurados, pois, ao re-significar o discurso do outro, o sujeito significa o próprio discurso e, nesse processo, os sentidos vão sendo construídos.

Ao buscarmos as condições de produção que compõe os discursos dos sujeitos discursivos de OFLB observamos uma tensão entre os sentidos estabilizados e os deslocamentos que são promovidos por esses mesmos sujeitos. O que nos confirma que os sentidos estão sempre em movimento.

O recorte a seguir apresenta Dina nos anos 1960, membro atuante na luta contra a ditadura militar. Os militares invadiram seu apartamento de madrugada e a levaram presa:

> (1) Chegaram de madrugada, sem que nada tivesse acontecido nem ninguém ter sido preso antes, e já chegaram sabendo da sua militância na organização (OFLB, p. 197).

No próximo recorte, ela estava na França, após o conturbado período de luta contra os militares. Fez pós-graduação em Ciências do Ambiente e estava convencida de que:

> (2) Ela não sabe se está certa ou não, mas acha que esse passado tem de ser levado com certa leveza. Com um pouquinho de orgulho, talvez, mas sobretudo com leveza. Fizeram o que tinham que fazer. Sofreram pelo que fizeram. Companheiros morreram ou ficaram gravemente marcados para sempre, na batalha covarde e desigual. Hoje eles continuam, cada um a seu modo, a lutar por um mundo mais justo.
> E, tem certeza, fariam tudo outra vez (*ibidem*, p.199).

Evidenciamos aqui duas conjunturas: a primeira (1) evoca o passado de uma jovem idealista, que lutou para garantir o direito dos brasileiros à liberdade de expressão e por um Brasil melhor para se viver. Uma mulher que teve participação atuante em passeatas, assembléias, movimentos estudantis; que participou de combates com a política e que pagou por isso com a tortura, a prisão e o exílio. A outra conjuntura (2) evoca o presente de uma mulher que olha para trás e tenta compreender qual a importância do papel que seu grupo de militantes desempenhou na história do país. Uma mulher mais amena, preocupada com a família, que ainda se importa com os rumos do país, mas que não vê mais isso como o fundamento principal de sua vida. Ao aceitar sua nova condição de ex-militante e agora mãe de família, novos sentidos são instaurados quando ela se remete aos ideais militantes. Ela ocupa uma nova posição sujeito e fala de um outro lugar social e político, com isso, os sentidos deslizam e se tornam outros.

Agora, Dina ocupa um outro lugar social e político. Um lugar de luta, mas não na mesma concepção em que o termo "luta" era concebido quando ela era uma militante:

> era preciso começar a encarar de fato a situação de risco ambiental em que o mundo se encontra. Era começo dos anos 1980 e pouco se falava dessas questões, mas para eles [ela e Délio] já ficara claro que a degradação ambiental era uma das grandes fraturas do sistema; não era apenas um problema a ser resolvido, mas uma conseqüência do desequilíbrio fundamental que está na base do funcionamento da civilização industrial (OFLB, p. 185).

A questão ecológica tornara-se a grande bandeira que Dina começou a empunhar em sua vida profissional e cotidiana. Ficaram para trás as agitações do Movimento. Sua forma de comunicar nesse novo contexto social é outra, os argumentos selecionados são também outros, assim como também o são seus enunciados, pertencentes a outra formação discursiva.

Quando nos remetemos ao sujeito discursivo Edu, podemos observar enunciados como:

> (1) Assim, embora a lei do país não permitisse o trabalho por mais de dez horas por dia, naquele imenso canteiro de obras o normal era o trabalho de dezesseis, dezoito horas contínuas (OFLB, p. 51).
>
> (2) Os acidentes de trabalho se multiplicavam. As mortes eram cotidianas. As doenças, o esgotamento nervoso. Tinha trabalhador que, depois de certo tempo, já não conseguia dormir (*ibidem*, p. 53).
>
> (3) Tenho plena consciência de que é preciso fazer alguma coisa para mudar este país. Chega de fome, de miséria, chega de opressão. O senhor não vê para onde os milicos estão levando a gente? O senhor não vê que, se ninguém reagir, o país vai se afundar cada vez mais nas sombras do imperialismo? Que no momento a única saída é tirar este país da situação em que o governo o colocou? O senhor não vê como essa violência injusta do governo contra o povo só pode levar à violência justa da revolução? (*ibidem*, p. 20).

Ao enunciar sobre a condição de miséria vivenciada pelos trabalhadores durante o período da construção de Brasília (1) e (2), Edu o fez na condição de um jovem que viveu sua infância com aquelas pessoas, que conheceu sua realidade e que ficou sensibilizado com as condições precárias em que eles viviam. Um jovem agora esclarecido (3), que estudava sobre o marxismo e sobre a condição humana. A posição sujeito ocupada por ele em suas últimas enunciações é a de um militante, membro da organização que lutava contra a ditadura imposta, um representante das pessoas que não tinham voz política e que lutava em nome de um país mais justo.

Os enunciados proferidos por Edu estão na memória social daqueles que viveram a situação de repressão política e social da década de 1960, daqueles que trabalharam na construção da cidade de Brasília e viveram sob a égide da promessa de uma vida melhor na nova cidade e que nunca se efetivou e, ainda, daqueles que acompanham a história desse período seja por meio da mídia em geral, seja por meio do estudo da história. Esses enunciados suscitam sentidos diferentes para cada sujeito que com eles interage. Esses sentidos compõem o "pré-construído" sobre a ditadura militar e sobre o período da construção de Brasília que atravessam os discursos que são produzidos sobre esses dois eventos históricos.

No fragmento "O tão falado 'ritmo de Brasília', o ritmo alucinante que permitiu construir a capital em tão pouco tempo, na verdade o que significava era uma extensão da jornada de trabalho muito além dos limites legais" (OFLB, p. 50. Grifos do autor), o encadeamento discursivo desestabiliza o sentido dominante de "ritmo", uma vez que em nossa memória esse item lexical significa um movimento ou ruído que se repete, a intervalos regulares. Poderíamos dizer, então, que o "ritmo de Brasília" seria um movimento compassado, regular, em que todos trabalhavam em prol de um mesmo resultado e viviam na mesma condição social e econômica. Entretanto, nessa enunciação, os sentidos se deslocam e sentidos outros são produzidos. Um deles pode ser a explicação de "ritmo" como um movimento desenfreado, em que não há compasso. A cidade de Brasília crescia assustadoramente e as construtoras funcionavam à base do aumento da exploração da força de trabalho. O que se verificava era a extensão da jornada de trabalho, com horas extras contínuas. Os trabalhadores não conseguiam acompanhar o "ritmo", ficavam doentes, muitos morriam; as condições de higiene, alimentação e moradia eram precárias. A vigilância era contínua e qualquer tentativa de rebelião era contida pelo uso da força bruta e armada.

Os interesses das construtoras e do poder público da época se diferiam dos interesses dos trabalhadores e, por toda essa conjuntura, o "ritmo de Brasília" possibilita uma infinidade de sentidos possíveis, a depender do lugar ocupado pelos sujeitos discursivos. A instauração dos sentidos aqui ocorre a partir dos efeitos advindos do encadeamento dos enunciados.

Para Orlandi (1999), quando se fala em sentido há que se refletir sobre dois pontos: "o sentido literal e o sentido metafórico". De acordo com a autora, a AD tem como característica marcante a re-significação, a interpretação do sentido a partir de um objeto simbólico. Sem a língua e a história o sujeito "não se constitui, não fala, não produz sentidos" (ORLANDI, 1999, p.50).

> Todo mundo sabia, Tadeu.
> Ele ficou quieto.
> Todo mundo?, e a olhou com aqueles olhos, "buracos de fogo" na face emaciada e branca, os cabelos dourados de outrora agora fios esparsos no couro cabeludo quase careca [...] E Edu... Edu também sabia?
> Dina pensou: o que responder? Os buracos de fogo cravados nela.
> Resolveu dizer a verdade (OFLB, p. 139 – Grifo nosso).

O sentido literal é um sentido estável e dominante em determinado momento e se constitui como um produto da história (ORLANDI, 1990, p. 144). Pensando nisso, o sentido literal, dicionarizado, de "buraco" é "depressão ou abertura natural ou artificial, numa superfície; cavidade" (HOLANDA, 2005, p. 86) e de "fogo" é "desenvolvimento simultâneo de calor e luz, que é produto da combustão de matérias inflamáveis" (ibidem, p. 256). Mas, para se alcançar o efeito de sentido que a enunciação acima possibilita, é preciso ultrapassar o sentido literal. A polissemia inerente às palavras permite que os sentidos da expressão acima destacada deslizem e novos sentidos se instaurem. Os itens lexicais "buracos" e "fogo" possibilitam a mobilização e o entrecruzamento de diversos sentidos, que são produzidos a partir da análise da enunciação de Dina. Quando ela conta a Tadeu que todos sabiam que ele nutria um grande amor por Edu, os olhos tornaram-se dois "buracos de fogo". Um dos sentidos possíveis é que os olhos dele tornaram-se raivosos, fixos, irados, indignados com a descoberta de que todos sabiam de seu segredo. Esse sentido é possível graças à continuidade dada à seqüência "buracos de fogo" na enunciação, que nos permite compreender a situação vivenciada por Tadeu naquele momento.

O sentido da expressão "ditadura militar" está inserido em nossa memória discursiva. Em torno dessa expressão foi se constituindo um núcleo de sentidos correlatos: repressão, milagre econômico, exílio, cerceamento da liberdade, progresso, entre outros, a depender do lugar ocupado pelo sujeito com relação a esse momento histórico e político. Seja agregando-lhe um qualificativo, ou tecendo explicações e definindo seus limites, a expressão remete a uma época da história marcada pela repressão à liberdade de opinião, que uns sujeitos entenderam como necessária e, outros, como abuso de poder. Com isso, reforçamos que os sentidos são produzidos de acordo com o lugar social ocupado por esses sujeitos.

Os implícitos também corroboram para que os sentidos se instaurem. Eles são depreendidos da relação entre o dito e o não-dito. É pelo viés do embate entre o sentido explícito e os sentidos implícitos que os sentidos são produzidos. Quando o sujeito diz, há que se tentar observar o que ele não diz, para que suas inscrições discursivas sejam realmente percebidas.

No fragmento abaixo,

> Não senti os passos dele chegando por trás. Apenas sua mão enorme e peluda outra vez tirando minha fita. Virei, zangada, querendo dar um salto para escapulir, mas ele me puxou com força.
> Menina arisca, disse, com um esgar.
> Coloquei toda minha força para me soltar e chamei, Pai.
> Meu chamado, no entanto, não saiu com força, não foi um grito. Foi mais uma interrogação, uma confirmação no desespero. Era como se tudo estivesse acontecendo como eu já sabia que iria acontecer, e que meu pedido de socorro de nada adiantaria. Nem se eu conseguisse gritar com toda a minha força e desespero por cima da força da tempestade, meu pai me escutaria.
> Hoje às vezes me pergunto por quê. O que me levava a ter certeza de que meu pai não viria? (OFLB, p.284).

podemos verificar que, quando Esmeralda diz "Hoje às vezes me pergunto por quê. O que me levava a ter certeza de que meu pai não viria?", algo permanece implícito. Esse não-dito é carregado de sentidos que nos são possíveis por meio do restante de sua enunciação. O seu pai não viria porque devia "favores" ao seu comandante. O aliciamento e o abuso sexual da garota por aquele homem era um fato consentido pelo pai. Ele cedeu sob ameaças, não teve força ou coragem para lutar contra isso. E a menina, mesmo em seu desespero, sabia que seu pai não viria. Ela não entendia o porquê, não compreendia a situação, mas sabia que ele a havia abandonado naquelas situações.

Nem sempre o sentido advém apenas da linguagem escrita ou oral; elementos como as cores, por exemplo, também estão carregados de sentido:

> Acendeu uma vela branca de sete dias aos pés da imagem de Nossa Senhora da Penha, que colocou no oratório de madeira trabalhada e pintada de azul, rosa e dourado, comprado numa feirinha de Antiguidades, e foi se debruçar na janela do seu apartamento no Leme, no décimo segundo andar, com vista para o mar (OFLB, p. 80).

> Assumiu outra vez suas roupas brancas, completamente brancas, até os *jeans* agora têm que ser brancos, e assumiu sua fé, o que lhe trouxe certa calma (*ibidem*, p. 112).

Quando Tadeu abandona o grupo de amigos e se muda para o Rio de Janeiro, acreditando estar deixando para trás toda uma vida de mentiras e de máscaras, ele volta a usar as roupas brancas que usava em sua infância. É como se se sentisse purificado, como se retornasse àqueles tempos de outrora, quando ainda era inocente e vivia sob a proteção de sua mãe. Pela memória discursiva, a cor branca pode ser vislumbrada como símbolo da pureza e da inocência. O branco é símbolo da paz, da trégua. Podemos depreender daí que Tadeu queria a paz do espírito, queria uma trégua com relação a toda a angústia e sofrimento que sentia por amar Edu e não ser correspondido e por ter que participar de um grupo de pessoas, que se diziam amigas, só para se sentir parte de alguma coisa, para não ser excluído.

O sujeito discursivo Tadeu também é marcado pela criação de expressões que revelam a representação imaginária que fazia de seus amigos. Observando-se os recortes abaixo: "Esmeralda deu seu risinho *irônico-de-superioridade-absoluta-sobre-tudo-aquilo*" (OFLB, p. 75. Grifos nossos) e "Mas o Tonho, Deus meu! Aquilo era mais tapado no seu *raciocício pseudo-simbólico-morrendo-por-imitar-os-mestres* que Deus me livre!" (*ibidem*, p. 76. Grifos nossos), percebemos que Tadeu, apesar de dizer-se amigo íntimo de todos os membros do grupo, enquanto eram jovens e militantes, agora, já adulto, longe do grupo e da cidade de Brasília, deixa evidente, em sua enunciação, que aturava aquelas pessoas – menos Edu – pela necessidade que sentia de pertencer a um grupo, de suprir sua carência, de não ser discriminado por sua condição sexual. Para referir-se à Esmeralda, ele diz que ela possuía um "risinho irônico-de-superioridade-absoluta-sobre-tudo-aquilo". Esmeralda era vista por todos, tanto por Tadeu, quanto pelos amigos e pelo grupo militante ao qual pertencia, como esnobe, exibicionista, uma pessoa que pertencia à militância apenas por ser a moda do momento entre os jovens. Ela não se comprazia com os ideais militantes, nem participava ativamente do movimento, era apenas mais um membro que se qualificava como rebelde.

Ao remeter-se a Tonho, Tadeu diz que este possuía um raciocínio "pseudo-simbólico-morrendo-por-imitar-os-mestres", ao que ele justifica dizendo que Tonho passou toda a vida procurando imitar o cinema surrealista. Para o grupo de amigos, os surrealistas, entre eles Buñuel, eram considerados os mestres da arte cinematográfica no momento. E Tonho, durante toda a enunciação dos quatro amigos, é apresentado como uma pessoa que sempre buscou criar um filme à semelhança daqueles criados pelos surrealistas. Ele empolgava-se cada vez que tinha uma idéia que pensava poder ser convertida num curta metragem e parecida não pensar em outra coisa. Daí Tadeu dizer que ele morria por imitar os mestres.

Tadeu também cria outras expressões, como as destacadas nos fragmentos: "Fora o Edu, o Edu está fora de tudo isso, não foi à toa que morreu. Caras como o Edu têm que morrer cedo mesmo, pra escapar dessa mediocridade infame, *dessa pataquada-pseudo-tudo*" (OFLB, p. 76. Grifos nossos), e, "Quando saí de Brasília, jurei que nunca tentaria outra vez fingir ser o que não era. Longe da minha insana família, longe da exigente revolução, longe dos *ex-pseudo-amigos-e-companheiros*, longe de tudo, eu queria começar vida nova" (*ibidem*, p.78. Grifos nossos). Quando utiliza a expressão "pataquada-pseudo-tudo", refere-se à ditadura militar e a todos os acontecimentos a ela relacionados, como as mortes dos militantes, as agressões físicas e morais, a repressão política, a cassação da liberdade de expressão e a própria militância. Para ele, agora, distante de tudo isso, a ditadura e tudo que a envolveu não

passou de um momento infeliz na vida das pessoas, algo desorganizado, bagunçado, em que cada um defendia os interesses que melhor lhe convinham. E, ao referir-se aos amigos como "ex-pseudo-amigos-e-companheiros", Tadeu reforça sua pertença ao grupo de amigos e à militância como uma forma de fugir da discriminação e de estar inserido em um grupo que, na verdade, era respeitado, especialmente entre os jovens, por ter coragem de lutar contra a ditadura.

É interessante notar o uso repetido do termo "pseudo" na criação das expressões. É do conhecimento comum que "pseudo" significa falso. Nesse sentido, quando diz "pseudo-tudo", "pseudo-amigos", "pseudo-companheiros", Tadeu quer revelar que tudo naquele momento da ditadura era falso. Os amigos que se faziam, os companheiros que militavam pela mesma causa, nada era verdadeiro, tudo girava em torno de interesses próprios. O que não era diferente com ele, que também era "pseudo-tudo".

A reflexão sobre os efeitos de sentidos provenientes da análise dos recortes dos enunciados de OFLB permite-nos pensar que devemos romper com os sentidos já cristalizados pela história tradicional, respaldada pela imprensa oficial, representante dos interesses do poder público, que objetivam criar a imagem de um governo justo, igualitário e que lutou para garantir os direitos dos cidadãos brasileiros e extirpar do país aqueles que eram considerados uma ameaça, por subverterem a ordem estabelecida que era difundida, especialmente pela imprensa e pela escola, como a ordem almejada por todos.

3.6. A heterogeneidade discursiva em *O Fantasma de Luis Buñuel*

O sujeito discursivo não fala de um único lugar e nem com uma só voz. Em sua enunciação, múltiplas vozes ressoam por meio dos atravessamentos discursivos. Em OFLB, os sujeitos discursivos são resultado de um constructo histórico, social e ideológico que se dispersa ao longo da obra e, em seus discursos, vários dizeres outros se interpenetram. Nesse sentido, vozes outras povoam o seu universo discursivo e, nas diversas situações discursivas com as quais eles convivem, esses sujeitos inscrevem-se em outros lugares sociais, históricos e ideológicos, marcados por outras condições de produção, o que faz com que os sentidos se movam, configurando-se como sentidos outros.

Dessa forma, os discursos são construídos por elementos externos à voz do sujeito enunciador. Essas vozes outras advêm do inconsciente e da memória, configurando-se como um pré-construído e produzem sentidos por meio de um já-dito por alguém, em outro lugar e tempo da história.

A essas vozes, Bakhtin, filósofo russo, denominou Polifonia. Em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (1981), o filósofo da linguagem caracteriza a polifonia como a multiplicidade de vozes e consciências independentes e distintas que dialogam seus diferentes pontos de vista sobre o mundo.

Para Bakhtin a linguagem é um fenômeno social e histórico, que visa à comunicação entre os indivíduos. Desta forma, a palavra possui uma natureza dialógica e é usada a partir de um efeito de sentido que o sujeito pretende alcançar no momento da enunciação. De acordo com o autor (1992, p. 93), o enunciado toca "milhares de fios vivos e dialógicos, tecidos pela consciência social-ideológica em torno de um objeto dado de enunciação, não pode deixar de tornar-se um participante ativo do diálogo social". A palavra entra num diálogo em que "o sentido não tem fim" (*ibidem*, p. 357). Vale ressaltar que esse diálogo não se restringe à mera troca de enunciados. Ele é bem mais complexo e é construído na relação com o sentido e com o *outro* (interlocutor). Dessa forma, as palavras são sempre selecionadas a partir das palavras de um *outro*[36], pois são palavras que já foram ditas em outro momento e lugar da história. Neste sentido, estão impregnadas de ideologia e recebem seu sentido em função do lugar ocupado pelo sujeito enunciador e pelo sujeito interlocutor.

A partir dessas reflexões, Bakhtin propõe que há uma polifonia inerente a todo discurso. Esse pressuposto tem como baliza teórica a premissa de que existe uma pluralidade de vozes que compõem um discurso, entretanto nenhuma dessas vozes se sobrepõe à outra, todas convivem em igualdade e estão em permanente diálogo.

Apoiada na teoria polifônica de Bakhtin e na abordagem do sujeito proposta por Freud e relida por Lacan, Authier-Revuz (1990) distingue a polifonia sob a forma de heterogeneidade enunciativa dos discursos.

De acordo com a autora (1990, p. 27-28. Grifos da autora) a palavra é inevitavelmente "´carregada`, ´ocupada`, ´habitada`, ´atravessada` pelos discursos nos quais ´viveu sua existência socialmente sustentada'". Nesse sentido, "sempre, sob nossas palavras, ´outras palavras` se dizem" (*idem*, p. 27-28. Grifos da autora). O que revela o atravessamento do discurso pelo discurso do *outro*. Ao que Fernandes (2005) atesta afirmando que, no discurso de um sujeito, convivem vários outros discursos, isto é, da voz de um sujeito ecoam várias outras vozes. Assim, o sujeito constitui-se pela heterogeneidade, ou seja, pela interação entre o "eu" – o próprio sujeito - e o "outro" – o mundo social que ele integra.

---

[36] Na perspectiva bakhtiniana, "palavra do outro" significa qualquer palavra, pronunciada ou escrita, que não seja a do próprio sujeito-falante.

Em *Semântica e Discurso* (1997a), Pêcheux revisa alguns elementos do quadro teórico da AD e apresenta os primeiros esboços da noção de heterogeneidade do discurso. Já em *Remontemos de Foucault a Spinoza* (2000), ele comprova que no interior de uma FD coexistem discursos provenientes de outras formações discursivas, cujas relações muitas vezes são contraditórias. Com isso, Pêcheux reconhece que o discurso não constitui um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo, uma vez que ele reproduz a contradição presente na FD da qual procede. A heterogeneidade, portanto, passa a caracterizar a formação discursiva, o que vai determinar, então, a natureza heterogênea do discurso.

Pêcheux vai apoiar suas discussões teóricas a respeito da heterogeneidade do discurso em Authier-Revuz. Em *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso* (2004), a autora confere à noção de heterogeneidade discursiva uma maior definição. Para tanto, apóia-se na concepção de interdiscurso proposta pela AD, na teoria do sujeito construída pela psicanálise, no dialogismo e na polifonia apresentados por Mikhail Bakhtin. Com as reflexões teóricas apresentadas pela lingüista, a concepção de um discurso homogêneo, identificado exclusivamente com a ideologia na qual se inscreve a sua FD cede lugar à concepção de um discurso heterogêneo.

Segundo Authier-Revuz (1990), a reelaboração dos dizeres que estão na origem da constituição do dizer é responsável pela heterogeneidade dos discursos e, ao se revelar de forma explícita na materialidade textual, é denominada heterogeneidade mostrada. Diferentemente da heterogeneidade constitutiva, esta seria a indicação na superfície do texto da presença de outros discursos, de outras vozes que não a do locutor. Nesse conjunto das formas de heterogeneidade mostrada, a autora diferencia as formas marcadas (discurso direto, citação aspas, itálicos) das formas não marcadas (ironia, pastiche, discurso indireto livre, metáforas etc.). A heterogeneidade constitutiva, por sua vez, é aquela que não aparece marcada lingüisticamente no fio do discurso. Segundo Maingueneau (1997), ela também é chamada de *interdiscurso*, quer dizer que o discurso é construído no processo de incorporação de *outros* discursos, pré-construídos, produzidos em seu exterior, mas é reconfigurado ocasionando em redefinição dos objetos suscitados em seu interior.

De acordo com a concepção de Authier-Revuz, as palavras não são exclusividade de um enunciador. Elas são sempre escolhidas levando-se em consideração as palavras de um *outro*. Já foram ditas em algum lugar da história e, por isso, estão impregnadas de valores ideológicos, modificando o seu sentido em função do momento, do uso e do lugar discursivo do enunciador. Essa percepção é fundamental para a Análise do discurso que tem na presença do *outro* no discurso uma de suas características fundamentais.

Apoiando-se na heterogeneidade explicitada por Authier-Revuz, a AD – especialmente em sua terceira fase - incorpora o pressuposto da natureza heterogênea do discurso e refuta a concepção homogeneizante da discursividade.

Consoante com Bakhtin, Authier-Revuz rejeita a concepção de discurso como algo monológico, ou seja, aquilo que pretende apagar, no fio do discurso, as marcas de um discurso outro. Desta forma, o discurso se produz em uma rede de significações que se constroem dialogicamente. Portanto, o discurso não está isento do dialogismo, pois se assim fosse ele tenderia a ser uma verdade absoluta, que não deixaria transparecer nenhuma outra voz. Sozinho teria que deter o sentido de um objeto. Diante disso, o sentido não repousa sobre/ou em torno de apenas um núcleo. Ele constitui-se nas situações dialógicas onde a contradição e a multiplicidade semântica coabitam: "O sentido de um texto não está, pois, jamais pronto, uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis: pensa-se, evidentemente, na "leitura plural" (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 26).

Para construir sua teoria sobre as heterogeneidades enunciativas, Authier-Revuz também desenvolve reflexões sobre o conceito de sujeito. Ela toma emprestada tal noção da Psicanálise que refuta a concepção de um sujeito que se constitui como fonte do seu dizer, um sujeito que controlaria suas palavras autônoma e conscientemente, um sujeito que teria total controle das situações de comunicação. E insere o inconsciente em suas reflexões e, a partir daí, concebe o sujeito como atravessado e determinado pelo inconsciente, dessa forma, ele não tem controle sobre suas palavras. O sujeito deixa de ser centrado e passa a ser cindido. O que caracteriza a constituição heterogênea do discurso.

Authier-Revuz toma para seu quadro teórico a noção de sujeito dividido e discursivamente heterogêneo,

> Contrariamente à imagem de um sujeito "pleno", que seria a causa primeira e autônoma de uma palavra homogênea, sua posição [da Psicanálise] é a de uma *palavra heterogênea* que é *o fato de um sujeito dividido* (o que não significa nem desdobrado, nem compartimentado) (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 48-49. Grifos da autora).

São os atravessamentos de outros discursos que constituem seu dizer. Entretanto, o sujeito mantém a ilusão de ser fonte do seu discurso, de ser a causa primeira do que enuncia. Ele desconhece a determinação do inconsciente e do interdiscurso quando diz.

A consideração da ação do inconsciente como porta de acesso para outros discursos, permite conceber o discurso como um campo heterogêneo. Afinal, várias vozes

podem ser ouvidas no mesmo discurso. Sobre isso, Authier-Revuz (*ibidem*, p.61 – Grifos da autora) expõe: "a localização dos traços do discurso inconsciente na análise leva à afirmação de que *todo discurso é polifônico*, consistindo o trabalho de análise em ouvir, *ao mesmo tempo*, as diferentes vozes, partes, registros da partitura ou da cacofonia do discurso".

Authier-Revuz destitui o sujeito do domínio de seu dizer e se apóia na concepção de interdiscurso. Ela coloca que:

> podemos nos apoiar em exteriores teóricos que destituem o sujeito do domínio de seu dizer – ao modo da teoria do discurso e do interdiscurso enquanto lugar de constituição de um sentido que escapa a intencionalidade do sujeito, desenvolvida por Michel Pêcheux e, de forma central, da teoria elaborada por J. Lacan, de um sujeito produzido pela linguagem e estruturalmente clivado pelo inconsciente - quer dizer, onde o sujeito, efeito de linguagem, advém dividido, na forma de uma não-coincidência consigo mesmo (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 186).

O sujeito é submetido pelo interdiscurso e é clivado pelo inconsciente, num processo discursivo em que tanto o interdiscurso quanto o inconsciente constituem, de maneira determinante, o sujeito.

Dessa forma, tomando pontos do dialogismo, da Psicanálise e da Análise do Discurso e efeitos dessas teorias nos estudos da linguagem, Authier-Revuz promove deslocamentos e reformulações nas concepções de discurso e sujeito. Ela incita-nos a considerar a presença do *outro* como forma necessária para que o discurso se construa

O ponto nodal para a autora é a concepção de que a estrutura material da língua é que permite a escuta das ressonâncias não intencionais que rompem a suposta homogeneidade do discurso. Segundo Teixeira,

> a linguagem é duplicada *numa outra cena* pela própria linguagem e isso se deixa surpreender na linearidade, através de rupturas, choques, desvios. O discurso não se reduz a um dizer explícito; ele traz em si mesmo o *peso de um Outro,* que ignoramos ou recusamos, cuja presença permanente emerge sob a forma da falha (TEIXEIRA, 2005, p. 150).

Michel Pêcheux e Authier-Revuz, cada um em seu campo epistemológico (AD e Lingüística, respectivamente) nos mostram que a constituição do sujeito discursivo se realiza no entrecruzamento de diferentes discursos, ao negociar a identidade e a alteridade entre os atos conscientes e inconscientes no processo de construção discursiva. Assim, esse processo se dá mediante a articulação entre as marcas de heterogeneidade discursiva: *mostrada* e *constitutiva*, que são as categorias propostas por Authier-Revuz.

Observa-se, então, que, com esta lingüista, a questão do discurso passa a ser posta sob o signo da heterogeneidade e, para a AD, essa heterogeneidade se relaciona com o interdiscurso, o exterior constitutivo que dá condições para a construção dos discursos. Diante disso, o estudo das heterogeneidades torna-se fundamental, porque por meio delas percebe-se que tanto o sujeito quanto o discurso são caracterizados por serem heterogêneos em sua constituição. Daí a importância desse estudo para o quadro teórico da Análise do Discurso, que concebe a presença do *outro* no discurso e reconhece a presença de outras vozes no processo de enunciação.

Há, portanto, uma rede que se estabelece ao enunciar. Essa rede envolve não apenas o *outro*, mas também uma memória discursiva consolidada no decorrer das construções semânticas inseridas na esfera social. Assim, o locutor não é a fonte de seu dizer, pois o discurso é fundamentalmente heterogêneo. O *outro* passa a fazer parte do um.

Por fim, podemos considerar que o discurso é heterogêneo na medida em que variam os gêneros discursivos, as vozes e os tipos sociais. É a voz do *outro* no discurso. Dessa forma, não existe apenas um eu-enunciador e um meio que lhe é externo, a linguagem só acontece porque existe um "nós". O sujeito se constitui na medida em que existe esse *outro*, que é imprescindível na construção do nosso "eu", por isso a linguagem deve ser concebida a partir de uma concepção dialógica. Nessa relação, o outro se projeta em mim e eu me projeto no outro.

As reflexões apresentadas com relação às heterogeneidades propostas por Jacqueline Authier-Revuz (2004), colocam-nos diante de algumas considerações importantes: 1) todo discurso é atravessado por outros discursos e o sentido vai decorrer desse entrecruzamento de vozes; 2) a análise da heterogeneidade constitutiva escapa à lingüística, pois não há como reconhecer marcas desse tipo de diálogo e não é possível realizar sua análise em um discurso; 3) o dialogismo e a psicanálise permitem perceber a exterioridade como constituição do discurso; 4) a heterogeneidade mostrada possui marcas detectáveis em uma análise; 5) o sujeito e o discurso caracterizam-se por serem heterogêneos; e, 6) a tomada de posição do sujeito enunciador é heterogênea, no sentido de ser atravessada por discursos outros.

Observamos que na obra *O Fantasma de Luis Buñuel* são vários os sujeitos na narrativa, várias vozes que realizam o discurso e são atravessadas por discursos precedentes. A polifonia perpassa a obra através dos dizeres das personagens. Estes dizeres são enunciados em primeira pessoa, mas são transpassados por outras vozes (o discurso político da época, a voz da ditadura militar, da subversão, entre outros).

Nas enunciações percebemos que diferentes discursos, tais como a política, a identidade, a revolução, dentre outros, apresentam-se como vozes distintas caracterizando os vários sujeitos, coexistindo em um único espaço discursivo: a obra literária em estudo. Essa heterogeneidade de vozes diz respeito aos diferentes elementos sociais, históricos, lingüísticos e ideológicos que perpassam as enunciações na obra.

Cada capítulo trata da vida de um dos sujeitos enunciadores, que relembra sua infância e também reflete sobre os dez anos "próximos passados" e, nesse viajar entre a infância e a fase adulta, outras vozes se justapõem e se atravessam e são tão importantes para a construção da trama textual quanto a voz do próprio enunciador que conta os fatos naquele capítulo.

A questão norteadora desta análise diz respeito à reflexão sobre como o sujeito do discurso se (des)constrói, dispersando-se em vários "eus" e evidenciando as múltiplas vozes produzidas no confronto dos vários sujeitos.

Na enunciação abaixo, o sujeito enunciador Edu, em um diálogo com seus pais, denuncia a situação de repressão e violência que vivia a maior parte da população brasileira: "Tenho plena consciência de que é preciso fazer alguma coisa para mudar este país. Chega de fome, de miséria, chega de opressão" (OFLB, p. 20). Observa-se que o sujeito enuncia de uma FD historicamente marcada, que remete suas significações a um contexto marcado pela ditadura militar brasileira. Os efeitos de sentido apontam para o discurso marxista, caracterizado pela luta de classes e também revelam a fragmentação dos sujeitos na sociedade da época. Há, portanto, nesse fragmento, além da voz de Edu, a voz histórica do marxismo, que vai atravessar quase toda sua enunciação no capítulo I.

Enquanto "eu", Edu representa o "nós", ou seja, todos aqueles que não se conformavam com a situação política do país e que lutavam por melhores condições de vida para o povo brasileiro. As marcas de primeira pessoa predominam quando ele fala das injustiças sociais, centralizando seu dizer em si mesmo: "Estava *me* preparando para isso desde que *comecei* a entender que a situação do nosso país só iria melhor se cada um de nós fizesse a sua parte" (*ibidem*, p. 19. Grifos nossos). Neste recorte, toma para si a responsabilidade de fazer alguma coisa, de não ficar parado esperando que a situação se reverta por si mesma.

Em outros momentos, ele profere enunciados como "É a violência injusta gerando a violência justa, a revolta do povo contra a opressão, a única violência legítima e defensiva, a favor do progresso e da justiça. Não *nos* deixaram outra saída" (*ibidem*, p. 20. Grifo nosso). Nesses enunciados, ele não toma mais para si a responsabilidade, ao contrário, mostra que a

responsabilidade é de todos, do povo em geral. Ele chama os interlocutores para seu discurso, envolvendo-os no processo de luta contra o militarismo. Essa estratégia cria a ilusão de que o povo deve participar das ações dos militantes.

A presença do *outro* também é marcada pela ocorrência de pronomes de tratamento, como "senhor", por exemplo: "O senhor não vê para onde os milicos estão levando a gente? O senhor não vê que, se ninguém reagir, o país vai se afundar cada vez mais nas sombras do imperialismo?" (OFLB, p. 20), que provoca um efeito de sentido de ligação entre ele e o pai. Nota-se o emprego do diálogo, entretanto, só Edu fala e seus dizeres evocam a tentativa de convencer o pai de que também deveria lutar e de que deveria apoiar o filho na decisão de entrar para a Organização contra a ditadura. Ele procura fazer com que o pai perceba o que está acontecendo com o país e que ele não permaneça aceitando pacificamente esta situação.

Ainda no discurso de Edu, aparece um *outro*, o inimigo - os militares. Esse outro é concebido em seu imaginário como repressivo e violento e, para apresentá-lo aos sujeitos leitores, utiliza expressões como "sombras" para se referir à forma de governo, "violência injusta" para dizer sobre o que as pessoas estavam sofrendo, cidade "massacrada pelos militares" para mostrar o que acontecia com a cidade de forma geral, "socos e pontapés", para revelar a brutalidade com que os policiais agiam, entre outras. Ao utilizar expressões como estas, Edu procura criar uma imagem negativa do inimigo e arrebanhar mais adeptos à causa da revolução.

Apresenta-se, portanto, no interdiscurso, a voz do sujeito-revolucionário, representado por meio do sujeito-subversivo, daquele que subvertia a ordem estabelecida pela ditadura militar, que lutava para que os ideais de liberdade fossem preservados, mesmo que, para isso, tivesse que pagar com a própria vida, com a prisão ou com o exílio: "Foi só chegar ao primeiro local planejado para a pichação que, apesar das normas de segurança – e o porra-louca sabia disso – sabe-se lá de onde tirou um *spray* e desceu atrás dos outros, eufórico por deixar sua marca nas paredes brancas da cidade" (OFLB, p.17).

O espaço geográfico de Brasília figura parte da história daqueles que vivenciaram a Ditadura Militar. Esse período é marcado pela perseguição, pela tortura, pelo exílio e pela morte. E o discurso dos sujeitos enunciadores é marcado pelo desejo de subversão a essa ordem estabelecida, pela luta em favor da liberdade de expressão, pela igualdade social: "Quanto a meu pai, olhou para mim e disse: Será que você tem mesmo consciência do que está fazendo? Claro que tenho, pai! Tenho plena consciência de que é preciso fazer alguma coisa para mudar este país. Chega de fome, de miséria, chega de opressão" (*ibidem*, p.20). Vê-

se, portanto, que os sujeitos em questão operam seus discursos em vários discursos outros. Estes se interpenetram, e se completam. Dentro de seu espírito aflitivo e indagador, mostram que não devemos nos submeter à condição de passividade ante ao que determinava o Governo, personificado na figura da Ditadura:

> E tampouco se contentou em pichar apenas as palavras de ordem ditadas pelos companheiros. Ao lado dos ABAIXO A DITADURA MILITAR ASSASSINA, Gonçalo pintou com letras garrafais suas próprias obsessões:
> VIVER É SONHO
> ABAIXO A INFELICIDADE (OFLB, p.17. Grifo nosso).

O discurso é polissêmico e, para compreendê-lo, é preciso reconhecer a formação discursiva em que ele se inscreve, ou seja, aquela que deixa entrever o discurso social, que é retomado pela memória discursiva sobre a ditadura militar.

> Claro que tenho, pai! Tenho plena consciência de que é preciso fazer alguma coisa para mudar este país. Chega de fome, de miséria, chega de opressão. O senhor não vê para onde os milicos estão levando a gente? O senhor não vê que, se ninguém reagir, o país vai se afundar cada vez mais nas sombras do imperialismo? Que no momento a única saída é tirar este país da situação em que o governo o colocou? O senhor não vê como essa violência injusta do governo contra o povo só pode levar à violência justa da revolução? É a violência injusta gerando a violência justa, a revolta do povo conta a opressão, a única violência legítima e defensiva, a favor do progresso e da justiça. Não nos deixaram outra saída (OFLB, p.20).

O sujeito enunciador Edu denuncia de forma consciente a ideologia da marginalização social vivenciada por aqueles que foram os construtores de Brasília, aqueles que deram a vida e a juventude em prol de um sonho: a construção da capital do Brasil.

> Quando aconteceu a seca de 1958 no Nordeste, os flagelados procuraram Brasília por suas promessas de emprego, mas a cidade já estava saturada – não havia mais tanto trabalho como no começo das obras, muito menos acomodações. Nas estradas de acesso, levantaram-se barreiras com tropas armadas, para impedir a entrada dos caminhões pau-de-arara (*ibidem*, p.53).

Na voz do discurso político, ele denuncia a situação precária em que viviam aqueles trabalhadores. Após relatar e descrever tal situação, Edu delega voz a um daqueles trabalhadores, Seu Severo, ex-sitiante que, devido à seca no nordeste, mudou-se para Brasília, para trabalhar na construção da nova capital e conseguir uma vida melhor para a família. Seu Severo relata com detalhes a precariedade de condições em que viviam os trabalhadores:

> Chegava cheio de casos e novidades. Contava dos amigos que estavam trabalhando no túnel da rodoviária, Todo mundo que tá trabalhando lá tá caindo doente, é uma desgraceira medonha ali dentro, dizia. Com essa chuvarada que tá caindo, o céu vindo abaixo, a noite toda aquele toró sem fim, e o sujeito com a capa de lona batendo pranchão pra fazer o túnel, quando volta pro alojamento tá tinindo de febre. Vai direto pra enfermaria (*ibidem*, p.54).

Considerando-se que, no fragmento, apresenta-se a voz de um trabalhador, a recorrência da sua fala no discurso do outro acaba funcionando como um argumento de autoridade, uma forma de garantir maior credibilidade ao que é exposto pelo sujeito enunciador Edu, pois Seu Severo é um dos envolvidos nos acontecimentos que estão sendo relatados.

Cabe enfatizar a relevância e a repetição do verbo "tá" (está), que acompanha o relato de Seu Severo "... tá trabalhando", "... tá caindo", "... tá tinindo de febre". Essa repetição traduz o sentimento de certeza do trabalhador com relação ao fato de que todos os trabalhadores estão sujeitos à doença e/ou à morte e que estas podem chegar a qualquer momento para cada um. Esse fato acaba por direcionar o sentido por parte do enunciador, fazendo com que também entre os sujeitos leitores essa certeza se estabeleça.

Nos dois fragmentos a seguir,

> Contava dos alojamentos dos serventes, os mais precários, cheios de beliches e todo tipo de sujeira, rato, percevejo, pulga. A falta de higiene era uma coisa medonha, dizia, inclusive por que o sujeito, que chega morto de tanto trabalhar, mal consegue lavar pé e mão, que dirá o resto (OFLB, p.55).

> E ainda havia o problema da alimentação.
> Na grande concentração que surgiu de repente no meio de uma região isolada, onde nada havia antes, nem acesso, alimentar a multidão necessária para a grande obra, abastecer os acampamentos, foi um grande problema, desde o começo, gravíssimo (*idem*).

observa-se que o sujeito enuncia inscrito em uma formação discursiva historicamente marcada. Os efeitos de sentido apontam para o discurso marxista, de marginalização das classes menos favorecidas, além de apresentar a situação dos homens na sociedade da época.

A voz dos oprimidos e discriminados socialmente está presente no discurso de Edu, que coloca que à medida que a cidade cresce, crescem os problemas como violência e presenças não desejadas, como as prostitutas que surgem em dia de pagamento.

No discurso político, também a voz de Dina desponta, denunciando a situação vivenciada pelas pessoas que foram exiladas do país:

> Havia oito mulheres grávidas: duas deram à luz naqueles dias. Um quarto foi destinado aos enfermos, como Betinho, e às grávidas, que o embaixador acabou decidindo levar para sua residência [...] Vizinhos solidários baixavam saquinhos de comida pelas janelas dos fundos, usando barbante ou cordas improvisadas. Os esquemas de solidariedade de parentes e amigos também funcionavam: chegavam comida, roupas, remédios (*ibidem*, p.178).

Em sua enunciação sobre o exílio, ela descreve minuciosamente como as pessoas sofreram, foram discriminadas, sem liberdade para sair dos locais destinados como suas moradias. A maior parte dos recursos que recebiam era de pessoas caridosas, que resolviam transgredir as ordens e contribuir com comida, roupas e remédios. Em sua enunciação, vozes outras confluem:

> Quando chegaram no interior do Panamá, Torrijos em pessoa foi recepcionar o grupo de exilados em um galpão [...] Acossado por pressões de todos os lados, o Senhor Presidente tentava organizar as condições de asilo na cidade onde boa parte dos habitantes considerava o grupo como formado por perigosos comunistas, extremistas e terroristas que haviam desestabilizado o Chile. Eram temidos, odiados, ninguém os queria ali (OFLB, p. 181).

Pelo fragmento, podemos identificar a voz contra o comunismo que ressoa entre as pessoas. Os exilados sofriam com a discriminação e com a ojeriza dos moradores da região, por serem considerados comunistas e serem concebidos como deturpadores da ordem, pessoas perigosas e de má índole. Na voz de Dina evidenciamos a voz que ecoa sobre o comunismo e que existe como pré-construído, ou seja, já ditos que remetem aos comunistas como "extremistas", "terroristas" e pessoas indesejáveis.

Tadeu, enquanto sujeito enunciador, questiona a sua condição humana, apresenta, no intradiscurso, a voz do sujeito enquanto sujeito social, marcado pela violação da dignidade humana, um sujeito fragmentado, deteriorado pelas relações sociais, marginalizado por sua condição homossexual.

> ele [Tadeu] não atina a quem pedir ajuda, a quem chamar, olha pra trás e vê que o grupo finalmente se afasta, deixando Cesinha, uma pequena mancha derreada na areia com sua camisa estampada. Tadeu aos poucos volta e encontra o amigo machucado, e ficam ali chorando os dois, meu Deus, até quanto isso vai acontecer?
> Não tiveram coragem de ir a um pronto-socorro, temendo mais humilhações, e Tadeu, em sua casa, improvisou compressas e curativos para o amigo, que passou a noite encolhido no canto da cama, puto, assustado, perdido (OFLB, p. 112).

No fragmento acima, evidenciamos as situações de violência que Tadeu, enquanto representação do homossexual da época, sofreu por ter escolhido assumir sua

homossexualidade. Na enunciação, observamos que eles [os homossexuais] estão sós, não há a quem recorrer, uma vez que eram, naquele contexto dos anos 1970, mais fortemente discriminados do que hoje. Após a situação de violência descrita acima, Cesinha, o companheiro de Tadeu, vai embora do país, por não suportar mais passar por constrangimentos e por atos de violência, como este em que ele foi pisoteado, levou socos e pontapés.

Observando-se o fragmento abaixo,

> Parece quase inevitável, ele pensa, que o homossexual brasileiro que se assume acabe passando por fases assim de desbunde total, de descarga contra a repressão da sociedade, quase como se precisasse desse ultraje para se encontrar, se reequilibrar depois de tudo que fazem com ele (*ibidem*, p.106-107).

verifica-se que outra voz se faz ouvir no intradiscurso, a voz que se inscreve numa formação discursiva histórico-social, marcada pela violência contra o ser humano considerado "diferente". As vozes dialogam no interior da enunciação de Tadeu ao longo do romance e reforçam a busca da identificação efetiva com uma identidade. Essas vozes harmonizadas revelam os conflitos, as angústias e as contradições vivenciadas por ele enquanto um sujeito que procura encontrar "seu lugar" na sociedade. É importante observar, ainda em sua enunciação, a voz do conservadorismo, representada em enunciados como:

> Uma das primeiras coisas que fez ao chegar ao Rio foi mudar seu guarda-roupa. Embora ainda conserve um par das roupas antigas, seu disfarce de sobriedade para quando vai visitar os velhos, ninguém é perfeito e, não, ele não quer discórdias desnecessárias com o deputado Lamartine, e também porque não é tão fácil abandonar hábitos antigos. [...] Mas quando vai visitar os velhos, em caso de morte ou doença grave, por um ou dois dias no máximo *maximorum,* se fantasia de hominho de família como antigamente: calças de tergal bem vincadas, camisa de cambraia de manga comprida. Disfarce que talvez nem fosse preciso porque seu pai nem olha o filho direito e sua mãe olha muito mas não o vê (*ibidem*, p. 81).

Neste caso, torna-se evidente o pré-construído que emerge da memória discursiva que nos desperta para o fato de que a imagem que a sociedade tem de um rapaz e de uma moça socialmente aceitos é que eles precisam vestir-se de acordo com os padrões sociais estabelecidos. Roupas sóbrias, sérias, que transmitam uma imagem de pessoa ajustada socialmente. São "hábitos antigos", como Tadeu mesmo diz, e que estão incutidos em nosso imaginário social, por isso são tão difíceis de serem totalmente abandonados. De acordo com Tadeu, as pessoas usam disfarces para transmitir a imagem que querem que façam de si, este

disfarce mascara a real personalidade e a verdadeira imagem que a própria pessoa tem de si mesma.

> O Edu já tinha ido embora, mas continuamos a nos encontrar por algum tempo, aquele grupinho metido a gênio do cineclube. Dali, além do Edu, só a Dina tinha militância, nós, os outros, éramos da famosa, leviana, irresponsável e maravilhosa esquerda festiva. Tonho era o cineasta, Esmeralda, a artista, e eu, o que era eu?
> A bicha (OFLB, p.74).

A voz da discriminação contra o homossexual, representada na enunciação de Tadeu, que para fugir ao estigma de homossexual e da discriminação advinda dessa designação, inicia um namoro ingênuo com uma jovem, o que lhe dava ares de um homem que não era. O que representa também a voz da sociedade.

Segundo Fernandes (2005), a voz dos sujeitos revela o lugar social que ocupam e expressa um conjunto de outras vozes que integram determinada realidade social. Portanto, da voz do sujeito enunciador ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico.

A presença de outras vozes discursivas é fator preponderante para que possamos construir a imagem do caráter e da personalidade de cada um dos sujeitos enunciadores, pois tais características não ficam totalmente claras apenas por meio da enunciação do próprio sujeito.

Ao longo da enunciação dos capítulos, podemos verificar que, mesmo considerando-se um grupo de amigos, os sujeitos enunciadores cultivavam para si opiniões pessoais sobre os demais membros do grupo. À exceção de Edu e de Dina, em cujas enunciações não se observam comentários críticos sobre os amigos, os outros nutrem sentimentos adversos pelos demais. Sempre quando Dina ou Edu se referem aos amigos não o fazem para ressaltar alguma característica negativa deles, como se observa no recorte: "É criativo pacas, esse cara; quando conseguir resolver seus conflitos pessoais e se dedicar mais, entrar na luta pra valer, vai se tornar um grande quadro. Mas, por enquanto, não dá, está demasiado imerso em seu próprio drama. Cada um tem seu ritmo; é preciso saber esperar" (OFLB, p. 61), em que Edu fala de Tadeu. Todos sabiam que este era homossexual, apesar das tentativas do mesmo de esconder tal fato, entretanto, enquanto os outros, como Tonho, por exemplo, o criticavam, Edu procurava compreendê-lo e aceitá-lo como ele era, sem preconceitos e sem discriminações.

Por outro lado, nas enunciações dos outros membros do grupo está presente uma crítica desvelada aos companheiros. É interessante notar que nenhum deles critica Edu "O Edu, esse não conta, era mesmo um geniozinho. Passou no vestibular pra medicina com dezessete anos, em primeiríssimo lugar, e quando contava que boa parte de sua formação não tinha sido feita em escola regular, mas com a mãe, em casa, as pessoas ficavam boquiabertas, se ficavam!" (*ibidem*, p. 76), como verificado na enunciação de Tadeu. Talvez isso ocorresse pelo fato de ele ter morrido muito jovem se dedicando à militância. No imaginário coletivo do grupo, Edu se constitui como uma figura intocável, um jovem lutador, integrado à causa militante, destemido e que deu a própria vida na luta pelos ideais revolucionários, em resumo, tornou-se, para os amigos, uma espécie de herói nacional.

Os fragmentos abaixo apresentam a enunciação de Tadeu e nos revelam a imagem que o mesmo fazia de Dina, Esmeralda e Tonho:

> (1) Dina era muito pão pão queijo queijo pro meu gosto, muito seriazona, muito pragmática. Ela e Esmeralda formavam um duplinha de amigas bem bizarra, vamos ser francos. Dina cheinha, baixinha, *mignon,* e Esmeralda, a bela, a majestosa, a vestal, que só não era vestal porque dava pra todo mundo. Mas alheia, lá no alto, no seu ar rarefeito, sempre na dela, Esmeralda, nossa Passionária Libertária, nossa Anita Garibaldi, nossa Krupuskaya, nossa Madame Mão (OFLB, p.73-74).
>
> (2) Mas como se não bastasse, a Insuportável Artista [Dina] comentou (*ibidem*, p. 93).
>
> (3) O que aquela Vamp Entendiada, ex-Vanguarda Feerica de Esquerda [Dina] entendia de amor? (*idem*).
>
> (4) Mas o Tonho, Deus meu! Aquilo era mais tapado no seu raciocício pseudo-simbólico-morrendo-por-imitar-os-mestres que Deus me livre! (OFLB, p. 76).
>
> (4) me deu uma vontade de acabar com aquela farsa de ficar escutando as besteiras do Tonho como se fossem o supra-sumo da maravilha, e ousei criticar o gênio, o Buñuel do Cerrado, e disse que aquilo era merda pura, das pretas e muito fedidas, e que ele nunca ia ser cineasta, pois era incapaz de pensar com imagens, que cinema era imagem e tempo, só, e ele não tinha a menor idéia do que era isso (*ibidem*, p. 75-76).
>
> (6) Um bando de preconceituosos, isso é o que todos eram. Acreditavam-se os liberados, a vanguarda, os bacanas, mas eram todos conservadores, enrustidos, insensíveis. Isso é o que eram, o que são.
> E todos se julgando especiais, ungidos com a verdade. Se fosse fazer um teste de QI naquela turma, a marcação entraria em cataclisma (*idem*).

Em (1, 2 e 3), Tadeu deixa claro que achava as duas insuportáveis, uma dupla de amigas bem "bizarra", pois uma era bonita, elegante, desejada pelos rapazes e, a outra, baixa,

gorda. Também critica a liberdade sexual que as duas pregavam naqueles anos, talvez por ele ter um desejo enrustido de também viver essa liberdade sexual e seu homossexualismo. Para ele, Esmeralda era insuportável, alguém que estava na causa contra o militarismo apenas para pertencer a um grupo e para estar na moda. Enquanto Dina era uma militante de esquerda, que pensava somente nos ideais da Organização. Em (4) e (5), ele revela o ódio que sentia por Tonho. Esse sentimento relaciona-se ao mesmo sentimento de ódio que Tonho nutria por ele. Tadeu não aceitava o fato de Tonho viver sonhando em produzir um filme ao modelo dos surrealistas, achava que o mesmo não tinha competência para realizar tal empreitada. Considerava que o colega só dizia banalidades, que idealizava algo que nunca conseguiria realizar. Já em (6), ele demonstra a imagem que fazia do grupo: "um bando de preconceituosos". Criticava o fato de eles cultivarem uma imagem de liberados, mas que, em seus interiores, conviviam sentimentos conservadores, preconceituosos.

Por meio da enunciação de Tonho, percebemos características de Tadeu que não foram apresentadas por ele durante sua enunciação. Trata-se aqui de representações imaginárias que os sujeitos fazem do próprio lugar e dos lugares dos outros, dos lugares que atribuem aos outros: "Puta merda, como ele odiava o Tadeu. Tadeu e seu dinheiro fácil, e seu talento fácil, e sua vida fácil de filhinho de papai que sempre teve tudo entregue de bandeja nas mãos. Tadeu, de quem todo mundo gostava, e de quem Edu elogiava a lucidez" (OFLB, p. 247).

Outro exemplo da imagem que os membros do grupo fazia entre si pode ser retirado da enunciação de Tonho, quando fala de Dina:

> Mas lá ia eu fazendo meus filminhos, meu único ganha-pão da época, graças à politicamente correta e poderosa Dina. Mais uma vez, dependendo do coraçãozinho bondoso dela. Do seu sentimentalismo pegajoso e da sua noção heróica de amizade. Minha vontade era dar um tiro na cabeça, palavra. Não sei como aqueles filmes conseguiram ser vistos por alguém. Mas eram. E parece que gostavam, os babacas. Dina gostava, a bondosa (OFLB, p. 229).

Pelo fragmento acima, vemos que em Tonho há um misto de agradecimento e raiva, uma confusão de sentimentos com relação à Dina convivem dentro dele. Em seus dizeres a ironia está presente por meio de expressões como "politicamente correta", "coraçãozinho bondoso", "noção heróica de amizade", Dina "a bondosa". Dina foi a única pessoa que estendeu a mão para Tonho quando ele estava economicamente falido. Graças a ela, ele pôde reerguer-se e alcançar seu objetivo final, que era produzir um longa metragem. Por isso, havia essa mistura de sentimentos dentro dele. Ele estava agradecido, mas não

suportava a mania de Dina tentar ser a salvadora do mundo, aquela que sempre luta por alguma causa nobre.

Portanto, cada capítulo de OFLB trata da vida de um dos sujeitos enunciadores, mas não exclusivamente, ou seja, esses capítulos apresentam também determinados aspectos da vida dos outros quatro sujeitos enunciadores. Isso faz com que os fatos sejam vistos pelos sujeitos em diferentes perspectivas. A narração remonta ao passado por meio de lances retrospectivos; pela voz dos sujeitos-enunciadores, outras vozes vão se encaixando, configurando as heterogeneidades discursivas.

Evidenciamos, ainda, em OFLB, a presença de outras vozes que foram fundamentais na constituição identitária e ideológica do grupo. Como a voz dos surrealistas,

> Por que nos identificávamos tanto com eles?
> Tanto quanto nós, os surrealistas queriam a revolução, queriam explodir a sociedade burguesa, mudar a vida. Não estavam criando apenas um movimento artístico. Sabiam que isso seria inútil. Queriam mais.
> E nós, nós queríamos ir além do escândalo surrealista. Breton mesmo dissera certa vez, tempos atrás, que vivíamos em um mundo onde já não era possível o escândalo. Sabíamos disso; sabíamos que agora, no mundo em que vivíamos, a arte, a beleza, o amor, a realização pessoal, a felicidade, tudo teria que acontecer dentro e junto com a revolução. Teríamos que unir a arte e a vida, a política e a vida, a teoria e a prática, o pensamento e a ação. Ou explodiríamos tentando (OFLB, p.34-35).

A voz daqueles que foram presos durante a invasão da UnB, pois as autoridades da época diziam que a UnB, fundada por Darcy Ribeiro para pensar os problemas do Brasil de maneira criativa e arrojada, tornara-se um problema por abrigar professores subversivos e alunos politizados:

> Na manhã da invasão do final de agosto – quando as viaturas policiais fecharam as vias de acesso ao *campus* e os batalhões se prepararam, armados com bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras, mosquetões, bazucas, pistolas, revólveres e cassetetes -, nós, os estudantes, o inimigo, estávamos tendo aula. Primeiro, uns vinte policiais entraram e foram direto para o barracão onde funcionava a FEUB – nossa federação, em frente à Reitoria – e, de lá arrastaram Honestino a socos e pontapés, e o jogaram num camburão, saindo a toda velocidade (*ibidem*, p.37).

A voz da violência urbana, evidenciada na figura de Tonho, que tem a filha sequestrada: "E foi justamente com ele que o seqüestro, bem planejado e cronometrado, aconteceu. Coisa de profissional, limpo, em seu sentido restrito, muito bem-feito: eles queriam a menina e a levaram, deixando o pai desacordado" (*ibidem*, p.243).

A voz da discriminação por não pertencer a um determinado grupo social, representado por Tonho, que não foi aceito pela família da esposa por não ser judeu: "Por

pressão de Judith, a família acabou aceitando seu casamento com esse cineasta não-judeu que não tinham bem onde cair morto. Mas sempre deixou absolutamente claro sua relutância e desconforto" (*ibidem*, p.241).

A voz da mídia, representada pelo Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo e Jornal O Globo, que apresentam, antes do início de cada capítulo, as principais manchetes da década a que se refere o capítulo e que, ao longo da narrativa, apresentam notícias importantes para a compreensão da trama:

> E aí foi como o *Jornal do Brasil* contou, na pequena obra-prima escrita pelo José Leão Filho:
> *Quando, quinta-feira, a bota de um soldado arrebentou a porta do laboratório da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília, 93 estudantes, orientados por quatro professores, faziam algo que certamente não foi previsto pelos estrategistas do Ministério da Justiça: estudavam e faziam prova* (OFLB, p.38. Grifos da autora).

A voz dos retirantes:

> Seu Severo e DonAna eram pequenos sitiantes e compadres dos meus pais, vizinhos das terras da minha avó, moradores da Zona da Mata de Pernambuco, perto de Vitória de Santo Antão. Conheciam-se desde crianças: muitas vezes seu Severo, nos tempos ruins, se vira obrigado a cortar cana para minha avó. Surpreso, meu pai encontrou-os um dia zanzando pelas obras. Chegaram na leva de retirantes, conseguiram descer de um dos caminhões na barreira e entrar a pé, pelo cerrado (*ibidem*, p.54).

A voz de poetas como Vallejo e Cora Coralina:

> Rio das águas velhas,
> Roladas das enxurradas.
> Crescidas das grandes chuvas,
> Chovendo nas cabeceiras.
> Rio do princípio do mundo,
> Rio da contagem das eras (*ibidem*, p.167).

A voz do abuso sexual a que são submetidas muitas crianças todos os dias em todos os lugares do mundo, representada no discurso de Esmeralda, que fora abusada sexualmente por um militar superior de seu pai; este sabia, mas nada fazia sobre isso, porque devia "favores" ao superior:

> Nas primeiras vezes, foi um apertão, eu lutando para me desvencilhar e ele rindo um risinho abafado, arfante. Quando conseguia me imobilizar, o que evidentemente não demorava, em se tratando de forças tão desiguais, eu fechava os olhos enquanto ele passava a mão, boca e língua pelo meu corpo e eu me via desfalecer e sair dali, entrar em outro espaço, em algum lugar fora de mim, da minha cabeça e do meu corpo, até que por fim ele me soltava, rindo ainda e dizendo, Pronto, selvagenzinha, vai (OFLB, p.284-285).

Do sujeito-excluído socialmente:

> Não gosta de lembrar a infância de menino pobre, do pai, funcionário público, que morreu cedo, com pouco mais de trinta anos, da mãe costureira que mantinha os três filhos, costurando por dia nas casas das famílias ricas. O irmão mais velho estava no seminário e a irmã, que ia à escola de manhã, trabalhava à tarde como babá. Tonho, o caçula, não tinha com quem ficar em casa e era obrigado a acompanhar a mãe (*ibidem*, p.232).

Observa-se, portanto, que os sujeitos enunciadores valem-se da memória discursiva e a narrativa vai se construindo através da voz do sujeito enunciador principal e das outras vozes que a atravessam. Assim, a heterogeneidade constitutiva do discurso se mostra, uma vez que dele se fazem ouvir várias vozes enunciando conflitos, angústias, contradições sociais e históricas.

Na obra, nota-se que a apreensão do discurso de outrem se apresenta de formas diversas, tanto pelo discurso citado quanto pelos discursos direto, indireto e indireto livre. Uma característica desta obra é se tratar de uma narrativa, predominantemente, em primeira pessoa. Temos os sujeitos enunciadores que enunciam de um centro fixo, marcado por suas percepções, pensamentos e sentimentos: “Não quero que ninguém veja essa minha cara de louco, pois sei muito bem em que estado me encontro. Posso ser fracassado, drogado, bicha patética, mas sei muito bem em que estado me encontro” (OFLB, p. 79).

Esses sujeitos contam histórias que aconteceram em seu passado e as atualiza por meio da memória. Por vezes, esses sujeitos desligam-se da cena que se descortina à sua frente, dando vazão, em vários momentos, a um monólogo interior, no qual refletem sobre sua condição social e humana e descortinam também suas impressões pessoais a respeito dos fatos vivenciados no passado.

Uma das formas de manifestação da heterogeneidade mostrada que cabe destacar são as palavras aspeadas. Não se observa uma ruptura sintática, as palavras são mostradas e marcadas como não pertencentes ao discurso do sujeito enunciador, mas a outro espaço discursivo, entretanto, integram-se à seqüência do enunciado, não conferindo ao enunciador a responsabilidade por elas: “Desde que entendi o be-a-bá, que já não se tratava de explicar o mundo, e sim de transformá-lo” (*ibidem*, p. 19).

As aspas, neste caso, revelam o limite que a formação discursiva a qual Edu pertence estabelece com seu exterior. O sujeito enunciador aqui usa as expressões entre aspas no intuito de reforçar os ideais que defende. Edu, neste caso, concorda com o que enuncia entre aspas, para ele o mundo precisava ser transformado, pois como as coisas estavam não podiam mais ficar. O destaque dado à enunciação entre aspas revela um lugar político-discursivo de Edu em evidenciar a urgência do mundo e do Brasil, especialmente, em melhorar as condições de vida das pessoas. A memória discursiva dos sujeitos leitores é ativada, remetendo-os aos ideais marxistas de transformação das relações sociais, possibilitando-lhes instaurar novos sentidos a esse já-dito que retorna pela enunciação de Edu, em outro contexto histórico-social.

No *corpus* em estudo, como dissemos, há a predominância do discurso direto: "Lembro-me assim, com minúcias, daquela noite, a noite mais importante da minha vida" (OFLB, p. 11), entretanto, há uma grande recorrência ao discurso indireto, o que revela a reprodução da fala do outro, mas com a sua "tradução":

> Debruçado na janela, sem conseguir dormir, agora que voltou ao apartamento, Tadeu pensa no Edu: Ah, meu herói, cara de índio, pele morena e olhos de fogo! Pássaro, condor, falcão. Meu revolucionário. Morreu tão novinho, Deus meu! Tinha dezenove anos quando saiu do Brasil e vinte quando voltou (OFLB, p. 94).

O discurso indireto aparece, sobretudo, nas enunciações do sujeito narrador, que se instauram a partir do segundo capítulo, destinado às enunciações de Tadeu. Observam-se, ainda, momentos em que são evidenciadas citações de autoridade no intuito de reforçar aquilo que está sendo enunciado, como no fragmento abaixo, em que Edu faz a citação do enunciado do Jornal do Brasil, que descreve a invasão da UnB pelos militares:

> E aí foi como o *Jornal do Brasil* contou, na pequena obra-prima escrita pelo José Leão Filho:
> *Quando, quinta-feira, a bota de um soldado arrebentou a porta do laboratório da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília, 93 estudantes, orientados por quatro professores, faziam algo que certamente não foi previsto pelos estrategistas do Ministério da Justiça: estudavam e faziam prova* (*ibidem*, p.38. Grifos da autora).

As citações de um dos maiores jornais da época e de um jornalista conhecido conferem à enunciação de Edu um caráter de veracidade, é como se atestassem o que ele está enunciando.

Evidencia-se, na obra, a voz do sujeito-narrador[37], cujos enunciados atravessam os dizeres dos sujeitos discursivos da obra. Pela voz desse sujeito narrador a narrativa vai se construindo. Ele se vale da memória dos sujeitos enunciadores e, de certo modo, costura a narrativa com sua própria voz e com as vozes desses sujeitos.

O seu lado "onisciente" lhe confere o poder de conhecer o íntimo de cada sujeito enunciador, de saber o que sentem e o que pensam. Sua voz enuncia os fatos exteriores à enunciação desses sujeitos. Sob a forma de discurso indireto, em seus dizeres, inserem-se as vozes dos sujeitos que enunciam suas angústias, seus pensamentos e suas lembranças: "Não gosta de lembrar a infância de menino pobre, do pai, funcionário público, que morreu cedo, com pouco mais de trinta anos, da mãe costureira que mantinha os três filhos, costurando por dia nas casas das famílias ricas" (OFLB, p. 232).

O sujeito narrador se move entre temporalidades e espacialidades distintas, à medida que as enunciações dos sujeitos vão acontecendo. De certa forma, ele também marca o espaço social, o lugar de onde fala e sua voz aparece como a conduzir o processo narrativo. Ele sabe dos fatos, mas não os revela, respeitando a vez e a vontade de cada sujeito enunciador: "Foi seu primeiro amor, aquele padre. Tadeu podia passar horas ali, no silêncio impregnado de odores almiscarados da sacristia, ajudando-o a arrumar a parafernália toda: os mantos, as batas, os crucifixos, os círios, o esponsório, os cálices" (*ibidem*, p. 82).

Por esse fragmento, observamos que o sujeito narrador conhece a intimidade de cada um, e a respeita, não a revelando de uma vez aos sujeitos leitores, ao contrário, ele vai apresentando nuances dessa intimidade e deixa que o próprio sujeito enunciador a revele totalmente primeiro.

É interessante ressaltar que a voz do sujeito narrador não aparece no primeiro capítulo, quando da enunciação de Edu. Sua presença só é evidenciada a partir do segundo capítulo, da enunciação de Tadeu.

A construção dos sentidos a partir do levantamento das vozes no *corpus* ressalta a complexidade desse texto. Por meio da exploração dos elementos que compõem sua heterogeneidade discursiva, instauramos sentidos advindos dela, sejam relativos ao aspecto social, político ou pessoal. Dessa forma, as múltiplas vozes presentes na obra revelam um sujeito socialmente constituído no batimento entre a ideologia, as condições de produção e a

[37] Entenda-se por sujeito-narrador aquele que enuncia em uma voz de 3ª pessoa. Não participa da trama, entretanto, conhece os pensamentos mais íntimos dos sujeitos enunciadores e vai revelando esse conhecimento ao longo de sua enunciação. Por meio de sua enunciação, sentidos também são instaurados.

situação social e política vivenciada por eles, sem esquecer, no entanto, da infância que foi significativa nesse processo de constituição de cada um.

Todas essas vozes elencadas podem ser tratadas como formas de heterogeneidade mostrada no discurso, que funcionam na constituição dos sujeitos discursivos e revelam suas inscrições em diferentes formações discursivas.

A polifonia, presente no texto, e o processo de constituição dos sujeitos discursivos são elementos fundamentais para o alcance dos sujeitos-leitores críticos do contexto político, econômico e ideológico vivenciado no Brasil no período da Ditadura Militar e nos períodos subseqüentes, que herdaram as conseqüências dessa fase da história brasileira.

OFLB é uma obra significativa para o estudo da constituição ideológica e discursiva de sujeitos que vivenciaram acontecimentos importantes na história brasileira e se constituiu sócio-historicamente inscrito nesse momento político-social, marcado por fatos como a Ditadura Militar, a construção de Brasília, o Golpe Militar e que convive cotidianamente com questões como o homossexualismo, o abuso sexual, a discriminação, o abandono familiar, os segredos diversos.

3.7. Últimas palavras: *O Fantasma de Luis Buñuel* - um fantasma que não era fantasma

Luis Buñuel Portolés foi um grande realizador do cinema surrealista espanhol, influenciado, especialmente, por Salvador Dali, com quem estudou. Sua obra, aclamada pela crítica, foi marcada por uma aura de escândalo. Segundo o próprio diretor, em seu livro autobiográfico (1982), dirigiu documentários descrevendo, de modo realista e cru, a vida miserável e triste das pessoas pobres da Espanha e do México.

Produziu o curta-metragem surrealista *Um Cão Andaluz (Un Chien Andalou - 1929)*, co-dirigido por Salvador Dali. Nessa película aparece a celebre cena de um olho sendo vazado por uma navalha. Dirigiu também outro curta, *A Idade do Ouro (L'age D'or - 1930)*, experiência surreal ainda mais radical, com uma temática anticlerical e forte ataque à tradição burguesa. Esse filme foi considerado pela Igreja Católica como sacrilégio e banido da exibição pública.

Em sua fase mexicana dirigiu filmes como *Los Olvidados,* que tratava sobre meninos de rua e marginais e que foi um dos mais apreciados pelos cinco sujeitos discursivos

de OFLB; e o anticlerical *Nazarin*, uma impiedosa paródia dos conceitos habituais de caridade e virtude e que foi proibido na Espanha.

Seu humor corrosivo contra a Igreja, a hipocrisia moral e o poder constituído tornaram-se ainda mais acirrados em *O Estranho caminho de Santiago* (1969), *Tristana* (1970), *O discreto charme da burguesia* (1972), *O Fantasma da Liberdade* (1972) e *Esse obscuro objeto de desejo* (1977). Também dirigiu El angel exterminador (1962) e Belle de Jour (1967), entre outros.

A Buñuel se atribui a autoria da expressão "Sou ateu, graças a Deus". Ele era considerado como anarquista e iconoclasta; seus filmes contestavam a ordem estabelecida, eram insólitos, obsessivamente transgressores e sempre impregnados com o tema da morte, do sexo e da religião. Influenciado pelas idéias surrealistas e por Freud, Buñuel pôs as forças do irracional a serviço de um projeto libertário. Ironizava tudo que considerava um empecilho à emancipação do homem.

Acreditamos ser pertinente realizarmos essa breve incursão sobre a estética buñuelana para compreendermos o fascínio que ele exercia sobre o grupo de amigos – sujeitos enunciadores da obra. Ao longo das enunciações desses sujeitos percebemos como eram devotados pelo cinema surrealista de Buñuel: "Éramos apaixonados por Buñuel, irrestritamente. O escândalo surrealista era nossa medida de vida, nosso desejo e intenção, mas queríamos abrasileirá-lo, politizando-o ainda mais. Colocar em seu centro o povo, a revolução brasileira" (OFLB, p.12).

Neste enunciado, Edu revela a admiração que o grupo nutria pelo cinema proposto por Buñuel, um cinema de cunho social, que se preocupava em revelar ao público o que se escondia por trás da máscara usada pelo governo para esconder a real situação econômica e social em que vivia a maioria das pessoas. Os filmes de Buñuel, mesmo retratando a realidade espanhola e mexicana, de certo modo, eram condizentes com o contexto socioeconômico vivenciado pelo Brasil na época. Daí o interesse dos sujeitos enunciadores por aqueles filmes.

Buñuel representava para eles o sonho, o devaneio, a irreverência, o que pode ser evidenciado nessa enunciação de Tadeu:

> O que eu queria era sonhar, pelo prazer de sonhar e devanear, como gostava de fazer mestre Buñuel. Sonhar como os surrealistas, sem racionalizar nem explicar nada. Que apareça a parte irreal, imaginativa, subterrânea da vida. Que apareça o que está lá no fundo, nas profundezas, o irracional, a obscuridade, os impulsos mais desconhecidos (OFLB, p. 102).

Por meio do cinema eles sentiam que podiam expressar o que sentiam e acreditavam que essa arte era um importante instrumento de conscientização das pessoas para o que o país estava experienciando naquele momento. O povo precisava abrir os olhos e um cinema que mostrasse cenas sobre a miséria, a pobreza, a discriminação, a violência e a violação dos direitos humanos certamente se configuraria como um importante mecanismo nesse processo de conscientização.

Pelos fragmentos da enunciação de Tonho:

> Penso em Buñuel dizendo que se um dia fosse o ditador do mundo, ordenaria, como primeira medida, o combate à proliferação da informação, fonte de boa parte da angústia humana e, como segunda medida, a invenção de um vírus capaz de livrar o planeta, de uma só vez, de pelo menos uns dois milhões de habitantes. Isso, na época dele; hoje, evidentemente, teríamos que aumentar a potência do tal vírus (OFLB, p.228).

> Ele [Buñuel] não fazia concessões, Dina, ele fazia Arte. [...] Afrontava não só os grandes sistemas, as abstrações, mas também a moral comezinha do dia-a-dia, por isso seus filmes são o que são (*ibidem*, p. 136).

percebemos quão irreverentes e chocantes eram os ideais buñuelescos. Talvez essa irreverência seja a característica que tenha tornado tão admirado o cinema surrealista entre os jovens militantes daquele momento, afinal, eram pessoas que estavam lutando contra a ordem social e política estabelecida e que eram submetidos a agressões, a violência física e moral, à morte e à prisão por defenderem os seus ideais. Nesse aspecto, assemelham-se a Buñuel, que teve filmes proibidos, precisou mudar-se da Espanha para outro país na época em que a repressão a seus filmes tornou-se mais acentuada. Essa identificação dos jovens militantes com o cinema surrealista de Buñuel foi fator preponderante na constituição dos sujeitos discursivos Edu, Tonho, Tadeu, Dina e Esmeralda.

Buñuel é, de certa forma, o responsável pelo reencontro de Tonho, Esmeralda e Dina, últimos membros do grupo ainda vivos. Tonho, em uma de suas idas ao Rio de Janeiro, convida Dina para assistirem *Los olvidados* e, coincidentemente, encontram Esmeralda no cinema. Os três saem para um bar e para colocarem a conversa em dia e reconhecem que Buñuel é uma espécie de elo do grupo. Esmeralda, no final da noite, comenta: "Só mesmo Buñuel para nos atrair assim a um reencontro, como um ímã. Resolvi sair de casa, de última hora, e sem pensar muito entrei no cinema" (OFLB, p. 135). Ao que Dina reforça: "Nós também resolvemos de última hora. Deve ter sido mesmo a velha atração buñuelesca [...]

Atração que não perde a força. Veja o filme de hoje, a crueldade daqueles meninos ainda consegue chocar. Buñuel não tinha complacências com nada nem ninguém" (*idem*).

A idéia de marcar encontros a cada dez anos para se reverem, conversarem e relembrarem a juventude, parte do livro de memórias, o livro autobiográfico de Buñuel, *Meu último suspiro*? Segundo Tonho, no final do livro o cineasta diz que

> não se importaria de morrer, só lamentava não saber o que iria ocorrer depois, não queria "abandonar o mundo em pleno movimento, como no meio de um folhetim". Apesar do seu ódio pela mídia, diz que, de dez em dez anos, gostaria de poder se erguer dentre os mortos, caminhar até uma banca de jornais e comprar alguns. "Com os jornais debaixo do braço, lívido, esbarrando nos muros, retornaria ao cemitério e leria os desastres do mundo, antes de tornar a dormir, satisfeito, na proteção tranqüilizadora da sepultura" (OFLB, p. 136).

Eles estão agora, no presente desta enunciação, no ano de 1988. Tonho havia se reencontrado com Tadeu em 1978 e o grupo completo se reunira em 1968. Coincidência ou não, a cada 10 anos membros do grupo se reencontravam, assim como Buñuel, que queria voltar à vida de 10 em 10 anos para contemplar o que estava acontecendo no mundo. Pensando nisso, os três aceitaram a proposta de Esmeralda: "Que tal se assumíssemos esse acaso e nos reuníssemos daqui a dez anos outra vez?"(*idem*). Influenciados pelo álcool que já haviam ingerido àquelas horas da noite, todos concordaram e acharam a idéia genial. Combinaram o lugar, "aquela mesma esquina", pois poderia acontecer de o bar Degrau – onde estavam naquele momento – já não existir mais em 1998, data do próximo encontro. Se o bar não existisse mais, encontrar-se-iam "na esquina da Ataulfo de Paiva com a Cupertino Durão, no dia 14 de outubro de 1998" (*idem*).

A partir das considerações acima, observamos que Buñuel foi uma figura importante no processo de constituição dos sujeitos enunciadores, entretanto, ele não participa da trama enquanto um sujeito-personagem[38]. Suas enunciações constituem um pré-construído que emana na enunciação dos sujeitos discursivos do *corpus*.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2005, p. 244), o termo "fantasma" refere-se a "imagem ilusória", "Suposto reaparecimento de defunto, em geral sob forma indefinida", "Aparição, sombra". Diante dessas significações propostas, podemos pensar vários sentidos advindos do título com relação à obra. Uma delas é que Buñuel pode ser uma imagem ilusória que perpassa toda a enunciação dos sujeitos discursivos. Não é Buñuel, enquanto pessoa, enquanto presença física que influencia na constituição dos jovens amigos

[38] Entendemos por "sujeito-personagem" em OFLB aquele que participa da narrativa, vivenciando os acontecimentos e os fatos, enquanto sujeito enunciador.

enquanto sujeitos. É sua enunciação e o cinema que produz que instauram efeitos de sentido e que corroboram para a constituição desses sujeitos. É um fantasma porque reaparece a cada enunciação, é como se fosse uma sombra que acompanha os sujeitos enunciadores.

Um outro sentido sobrevindo daí é de que o termo "fantasma" se remeta à ditadura militar brasileira. Esse evento histórico permanece como um fantasma na história do Brasil e fez parte da vida dos sujeitos enunciadores, contribuindo para sua constituição enquanto sujeitos e acompanhando-os pelo resto de suas vidas, como um fantasma, uma sombra, uma imagem que sempre retorna de forma indefinida, confusa, perturbadora.

Outras possibilidades de sentidos pairam sobre o título da obra, entretanto, não é nosso objetivo, neste trabalho, tentar desvelá-los. Nosso intuito é mostrar que os ideais propostos por Buñuel foram importantes na constituição dos sujeitos discursivos do *corpus* em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa compreendemos que os conceitos de discurso, sujeito, poder, formação discursiva, condições de produção, enunciado e história estão intimamente interligados, sendo constituintes e constitutivos uns dos outros. Esses conceitos – mesmo, às vezes, propostos ou discutidos por não-lingüistas, como Foucault, ou por lingüistas não-analistas do discurso, como Authier-Revuz - atravessam a Análise do Discurso e nos ensinam um novo modo de investigar baseado não na análise do que está por trás dos textos, dos discursos e dos documentos, mas na reflexão sobre quais são as condições de existência de um determinado discurso, de um enunciado.

O que pretendemos considerar ao efetuarmos a análise discursiva da obra *O Fantasma de Luis Buñuel*, no que se refere sujeitos discursivos participantes dos eventos discursivos que constituem a obra, não é o conhecimento que tenham das regras que comandam um certo intercâmbio lingüístico, mas o fato de que cada um enuncia a partir de posições que são sócio-histórico-ideologicamente constituídas. O que confere o sentido ao enunciado não é o contexto imediato em que está situado o enunciador, mas as posições ideológicas às quais está submetido e as relações entre seus dizeres e o que já foi dito da mesma posição.

Em OFLB, os sujeitos-enunciadores, em seus discursos, carregam ideologias. Suas vozes mantêm viva a memória histórica daqueles que sofreram com a ditadura militar brasileira. Assim, ao enunciarem-se, inscrevem-se em uma formação discursiva (FD) histórico-social marcada pela inserção do jovem na luta contra o regime militar repressivo e também se inscrevem ideologicamente em uma conjuntura política e social de combate às ideologias e identidades arraigadas na sociedade do final do século XX e de busca de novas identidades mais condizentes com sua realidade sócio-histórica.

O que confere para nós o sentido àquilo que cada sujeito enuncia, não é o contexto imediato em que ele está inserido, mas, conforme Possenti (2004, p. 367-368), "as posições ideológicas a que está submetido e as relações entre o que diz e que já foi dito da mesma posição, considerando, eventualmente, ou em geral, que ela se opõe a uma que lhe seja contrária".

Assim, o que marca as diferentes posições desses sujeitos é a ideologia, ou seja, a sua inscrição ideológica naquele momento da narrativa em que ele irá, gradativamente, construindo suas identidades. Podemos dizer, então, que a ideologia é fundamental para a construção da identidade (ou das identidades) do sujeito.

Na verdade, não se trata de falar da "identidade" ou das "identidades", mas antes, como coloca Orlandi (1990, p. 16), "do imaginário que se constrói para a significação do brasileiro". Desta forma somos sempre interpelados pela questão: Em que medida o contexto sócio-político, instaurado pela ditadura militar interviu na fragmentação do sujeito e de sua identidade e na possibilidade de construção de novas "identidades" a partir da segunda metade do século XX? É essa reflexão que faz com que o fato de o país ter vivenciado esse regime e todas as conseqüências advindas dele, deixe de ser um fato histórico para significar uma essência de todos os brasileiros, que faz parte da constituição da identidade de cada um de nós.

Por meio da noção de heterogeneidade discursiva, proposta por Jacqueline Authier-Revuz, foi-nos possível nos desarraigarmos da idéia de um discurso homogêneo e da estabilização dos conceitos de unidade do sujeito e unidade do texto presentes nos estudos tradicionais da linguagem. O discurso e o sujeito passaram a ser vistos, por nós, como heterogêneos em sua constituição.

Dada a importância da noção de heterogeneidade discursiva, acreditamos que esta teoria deve ser constantemente revisitada por outros campos dos estudos discursivos, como o faz a AD, uma vez que esta se constitui um campo instigante e propício para constantes reflexões sobre o sujeito e o discurso, tendo em vista que o discurso é fundamentalmente heterogêneo e que o sujeito é dividido, descentrado e está em constante processo de constituição. O que pode ser observado quando falamos, uma vez que no processo de interlocução, instaura-se a polifonia oriunda do interdiscurso.

Nesta pesquisa, confirmamos um dos principais pressupostos da AD: o sujeito é atravessado pela linguagem e pela história e tem acesso apenas à parte do que diz. Os sujeitos discursivos de OFLB, em sua constituição, é dividido, pois está submetido à língua e à história. E se o sujeito não se submeter a essas forças, mesmo inconscientemente, ele não se constitui, por não produzir sentidos.

Desta forma, coube a nós compreender, entre as enunciações de OFLB e suas condições de produção, a existência de efeitos de sentido condicionados por uma determinada ideologia e por certas condições histórico-sociais de produção. Como um dos recursos para esse processo verificamos a presença do *outro* na constituição de todo o processo discursivo. Sendo assim, a fala dos sujeitos discursivos do *corpus* é preenchida com palavras de *outros*, em diferentes graus de alteridade.

Observamos, ainda, o espaço político e social caracterizado pela disputa de forças antagônicas entre a militância e os militares deixou marcas tanto na linguagem quanto nos

sujeitos enunciadores. É nesse sentido que concebemos a linguagem como um lugar de conflito e opacidade que, em conjunção com a da história, constitui um sujeito descentrado, dividido, incompleto.

O sujeito é marcado pela história e pela ideologia. Portanto, trabalhar com a constituição dos sujeitos discursivos de OFLB implicou analisar esses sujeitos partindo de um lugar sócio-histórico e ideologicamente marcado e buscar as regularidades circunscritas em suas manifestações discursivas.

Por meio das análises, pudemos reiterar que o discurso sempre dialoga com outros discursos situados na história e que a formação discursiva configura-se como o lugar de identificação dos sujeitos e de produção de sentidos. Nesse sentido, os enunciados analisados explicitam a memória coletiva do povo brasileiro com relação à ditadura militar e à construção de Brasília. Por isso, devem ser lidos e analisados face às condições de sua produção e os efeitos de sentido instaurados dentro do campo sócio-histórico.

Para compreendermos os discursos presentes em OFLB nos deslocamos da materialidade lingüística da obra e procuramos o sentido na relação com a exterioridade, com o social, o histórico e o ideológico, todos esses fatores agenciados pela memória discursiva coletiva sobre a ditadura militar e a construção de Brasília.

O atravessamento de vozes que convivem harmonicamente em OFLB ressalta a complexidade dessa obra. A exploração dos elementos que constituem a heterogeneidade discursiva dos enunciados nela presentes permite que alcancemos sentidos que dela emanam, sentidos advindos da nossa inscrição social, política, ideológica ou cultural.

Encontramos, em OFLB, uma obra plural, em que nos deparamos com a fragmentação do sujeito, o preconceito, a busca por si mesmo, a luta por um ideal, a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, e outras tantas questões que são constitutivas de cada sujeito.

Como últimas palavras – e talvez as mais importantes de todo o trabalho de pesquisa – queremos ressaltar que a Análise do Discurso de linha francesa nos possibilitou analisar a obra *O Fantasma de Luis Buñuel* a partir de uma perspectiva nova. Mais intensa, mais interessante, mais questionadora. Por meio deste trabalho, pudemos compreender que a linguagem não se reduz à mera articulação de símbolos ou sinais, não se configura apenas como um instrumento de comunicação e não é somente um conjunto de palavras usadas para designar as coisas. A AD permitiu-nos compreender que a linguagem é o território onde as identidades do "eu" e do "nós" confluem, transformam-se, atravessam-se. Nosso olhar

interpretativo para essa questão emergiu dessa concepção e nossa enunciação instituiu-se a partir desse espaço.

Portanto, ler a obra na perspectiva da Análise do Discurso, é perceber como os sujeitos são constitutivamente heterogêneos, multifacetados e como a linguagem é polissêmica. Tais características fazem com que, na busca pelos sentidos possíveis em uma enunciação, tenhamos que juntar as peças de um quebra-cabeças discursivo, em que muitos elementos não podem ser esquecidos, como a memória discursiva, as condições de produção, a formação discursiva e o lugar sócio-histórico e político em que o locutor e o interlocutor se inscrevem, as relações de poder existentes na sociedade, entre outros. Daí reconhecermos que trabalhar dentro dos conceitos teóricos da AD, especialmente a partir de uma obra literária, não ser tarefa fácil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre [et al.]. *O Papel da Memória*. Trad. e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ARAÚJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade*: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (19): Instituto de Estudos da Linguagem, jul/dez, 1990. p. 23 a 42.

AUTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

____. *Problemas da Poética de Dostoiévsky*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Trad. Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 11 a 27.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo. Contexto, 2002.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DE CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: ____. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 31 a 119.

DAMÁSIO, A. R. [1999]. *Le sentiment même de soi. Corps, émotions, conscience*. Trad. C. Larsonneur; C. Tiercelin. Paris: Odile Jacob, 2002.

FERNANDES C, A. *Literatura*: Forma e Efeitos de Sentido. Arquivo digital, 2007.

____. *Análise do discurso*: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

____. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

FOUCAULT, M. *A Hermenêutica do Sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

____. *Vigiar e Punir*. O nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2004c.

____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

____. Linguagem e Literatura. In: MACHADO, Roberto. *A Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000a.

____. Retornar à História. In:____. *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. p. 292 a 295.

____. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: ____. *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c. p. 82 a 118.

____. Sobre as maneiras de escrever a história. In: ____. *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000d. p. 62 a 77.

____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

____. *O Que É um Autor?* Lisboa: Passagem, 1992.

____. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, P.; DREYFYS, H. *Michel Foucault*: Uma Trajetória Filosófia – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. p. 229 a 249.

____. *História da Sexualidade*. Vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

____. *Além das fronteiras da filosofia* ("Foucault passe-frontières de la philosophie"). Trad. Wanderson Flor do Nascimento. *Le Monde,* 6 sept. 1986. Entrevista conduzida por Roger-Pol Droit, em 20 de junho de 1975.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Filigramas do Discurso*: as vozes da história. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2000.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do Arquivo. A Análise do Discurso no Lado da História. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de Leitura*: da história no discurso. Trad. Bethania S. C. Mariani [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

____. *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG – Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

____. Quem precisa da identidade? In: *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Petrópolis: Vozes, 2000.

HOLANDA, A. B. de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

INDURSKY, Freda. A Fragmentação do Sujeito em Análise do Discurso. In:____. *Discurso, Memória, Identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. p. 70 a 81.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp-Editora Pontes, 1997.

MALDIDIER, D. *A Inquietação do Discurso*. (Re) Ler Michel Pêcheux Hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MUCHAIL, Salma Tannus. *Michel Foucault e o Dilaceramento do Autor*. Dossiê: Consciências do Mundo. Margem, São Paulo, nº 16, p. 129 a 135, Dez. 2002.

ORLANDI, E. P. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. São Paulo: Vozes, 2000.

____. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

____. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: CASTRO, M. F. P. *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

____. *Terra à Vista*: Discurso do Confronto Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1990.

PAVEAU, Marie-Anne. Reencontrar a Memória. Percurso Epistemológico e Histórico. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (orgs.). *Análise do discurso no Brasil*: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso*: Estrutura ou Acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2007.

____. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. Trad. Maria do Rosário V. Gregolin. Mimeo, 2000.

____. O Papel da Memória. In: ACHAR, Pierre [et al.]. *O Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49 a 57.

____. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: EDUNICAMP, 1997a.

____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de Leitura*: da história no discurso. Trad. Bethania S. C. Mariani [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b.

____. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. Tradução Maria do Rosário Gregolin. In: MALDIDIER, D. *L'Inquietude du Discours*: textes de Michel Pêcheux. Paris: Éditions des Cendres, 1990a.

____. Análise Automática do discurso (AAD-69). Trad. Eni P. Orlandi [et al.]. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990b.

PORTOLÉS, Luis Buñuel. *Meu último suspiro*. Trad. Rita Braga. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1982.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Lingüística*: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353 a 392.

ROBIN, R. *História e Lingüística.* São Paulo: Cultrix, 1977.

SARGENTINI, V. M. A descontinuidade da História: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V. M.; NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem*: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 1997.

SILVA, Francisco Carlos T. da. A Modernização Autoritária: Do Golpe Militar à Redemocratização 1964-1984. In: LINHARES, M. Y. (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 351 a 445.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Maria José. *O Fantasma de Luis Buñuel*. São Paulo: Francis, 2004.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise*: elementos para uma abordagem do sentido do discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.